

Vozes que vêm dos
territórios



**A participação popular
que emerge do cotidiano**

Organização

Ana Cláudia de Araújo Teixeira
Vanderléia Laodete Pulga

Vozes que vêm dos
territórios



**A participação popular
que emerge do cotidiano**

Organização

Ana Cláudia de Araújo Teixeira
Vanderléia Laodete Pulga

Copyright © 2024 by Associação Rede UNIDA

Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: Alcindo Antônio Ferla

Editores Associados:

Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, Daniela Dallegrove, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stephany Yolanda Ril, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virgínia de Menezes Portes

Conselho Editorial:

Adriane Pires Batiston (*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*).

Alcindo Antônio Ferla (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*).

Àngel Martínez-Hernáez (*Universitat Rovira i Virgili, Espanha*).

Angelo Stefanini (*Università di Bologna, Itália*).

Ardigó Martino (*Università di Bologna, Itália*).

Berta Paz Lorido (*Universitat de les Illes Balears, Espanha*).

Celia Beatriz Iriart (*University of New Mexico, Estados Unidos da América*).

Denise Bueno (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*).

Emerson Elias Merhy (*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*).

Êrica Rosalba Mallmann Duarte (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*).

Francisca Valda Silva de Oliveira (*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*).

Hêider Aurélio Pinto (*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*).

Izabella Barison Matos (*Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil*).

Jacks Soratto (*Universidade do Extremo Sul Catarinense*).

João Henrique Lara do Amaral (*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*).

Júlio Cesar Schweickardt (*Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil*).

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (*Universidade de São Paulo, Brasil*).

Leonardo Federico (*Universidad Nacional de Lanús, Argentina*).

Lisiane Bôer Possa (*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*).

Luciano Bezerra Gomes (*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*).

Mara Lisiane dos Santos (*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*).

Márcia Regina Cardoso Torres (*Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil*).

Marco Akerman (*Universidade de São Paulo, Brasil*).

Maria Augusta Nicoli (*Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália*).

Maria das Graças Alves Pereira (*Instituto Federal do Acre, Brasil*).

Maria Luiza Jaeger (*Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil*).

Maria Rocineide Ferreira da Silva (*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*).

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (*Universidade Federal do Pará, Brasil*).

Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (*Universidade Federal de Pernambuco*).

Quelen Tanize Alves da Silva (*Grupo Hospitalar Conceição, Brasil*).

Ricardo Burg Ceccim (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*).

Rossana Staevie Baduy (*Universidade Estadual de Londrina, Brasil*).

Sara Donetto (*King's College London, Inglaterra*).

Sueli Terezinha Goi Barrios (*Associação Rede Unida, Brasil*).

Túlio Batista Franco (*Universidade Federal Fluminense, Brasil*).

Vanderléia Laodete Pulga (*Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil*).

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (*Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil*).

Vera Lucia Kodjaoglanian (*Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil*).

Vincenza Pellegrini (*Università di Parma, Itália*).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman

Organizadoras

Ana Cláudia de Araújo Teixeira

Vanderléia Laodete Pulga

Revisão

maria gigi Tubiba

Projeto Gráfico

Julie Rossato Fagundes

Diagramação

Tamiris Cheuiche Camargo

Publicação

Editora Rede Unida

Fundação Osvaldo Cruz Ceará - Fiocruz CE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministra

Nísia Verônica Trindade Lima

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Mário Santos Moreira

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ CEARÁ

Coordenadora

Carla Freire Celedônio Fernandes

Coordenação de Pesquisa e Coleções Biológicas

Roberto Nicolete

Coordenação de Educação, Informação e Comunicação

Sharmenia de Araújo Soares Nuto

Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Vanira Matos Pessoa

Coordenação de Inovação, Produção e Empreendedorismo

Luiz Odorico Monteiro de Andrade

Coordenação de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Bruno Bezerra Carvalho

Centro de Imunologia e Imunoterapia Pasteur – Fiocruz

João Hermínio Martins da Silva

Caroline Pereira Bittencourt Passaes

ÁREAS TEMÁTICAS - REPRESENTANTES

Saúde da Família

Maximiliano Loiola Ponte de Souza

Roberto Wagner Júnior Freire de Freitas

Saúde e Ambiente

Ana Cláudia de Araújo Teixeira

Saúde Digital

Ivana Cristina de Holanda Cunha Barreto

Biotecnologia

Marcos Roberto Lourenzoni

Gilvan Pessoa Furtado

Fábio Miyajima



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V977

Vozes que vem dos territórios: a participação popular que emerge do cotidiano/ Organizadoras: Ana Cláudia de Araújo Teixeira; Vanderléia Laodete Pulga – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024.
334 p. (Série Educação Popular & Saúde, v.13).
E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5462-132-8

DOI 10.18310/9786554621328

1. Educação em Saúde. 2. Aprendizagem Baseada em Problemas. 3. Promoção da Saúde. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 31
CDU 614



Prefácio

José Ivo dos Santos Pedrosa

Ao receber o convite para prefaciá-la uma obra literária, como um livro, o primeiro pensamento que vem à cabeça é que irei me debruçar sobre um manuscrito científico, ou seja, um manuscrito moldado segundo regras e normas da Academia, observar o cumprimento de determinadas características como redação, coerência entre a questão a ser pesquisada e a metodologia utilizada, resultados, conclusões e outras características que podem abarcar desde o estilo da escrita à disposição dos conteúdos disponibilizados segundo regras de editoração.

Dessa forma iniciei a tarefa, mas desde as primeiras páginas percorridas fui percebendo que meu olhar não estava sendo direcionado para as técnicas de redação científica, mas para algo novo que expandiu minha visão para compreender os novos significados que a publicação que tinha nas mãos me apontava. Eram relatos e descrições de movimentos de luta e emancipação, tendo como sujeitos aqueles e aquelas que têm construído sua identidade social e política no “cotidiano” da vida.

Comecei a perceber que no cenário onde esses sujeitos constroem e reconstroem suas vidas existem resquícios de dominação e alienação desde os tempos do Brasil Colonial, quando os donos da terra eram chamados de donatários, agraciados pelo Rei de Portugal — e os verdadeiros proprietários e proprietárias, habitantes e trabalhadores e trabalhadoras da terra (naquela época, a população indígena) foram excluídos/as, chamados de *selvagens* e dizimados/as.

“O sertanejo é antes de tudo um forte” dizia Euclides da Cunha em 1902 — e na presente coletânea é perceptível a força desse sujeito da história, mas submetido/a a intempéries que compreendem desde a devastação ambiental e ecológica à exclusão da dignidade de homens e mulheres como trabalhadores/as e produtores/as de uma terra em que “se plantando tudo dá”.

Entretanto, sob o capitalismo em sua forma atual, especificamente no campo e no Nordeste brasileiro, subsistem unidas e articuladas formas de opressão que iniciam pela posse da terra e inviabilizam o cotidiano de um bem viver pela exclusão dos benefícios sociais e a predominância da sempre presente cultura oligárquica que permeia a mente e os sentimentos de oprimidos/as e opressores/as.

Continuando a leitura e refletindo sobre os relatos descritos foi possível constatar que os/as autores/as apresentam um engajamento político e pedagógico que os/as autoriza como autores/as em uma publicação da natureza desta obra. E, assim, questões não resolvidas ou em discussão no campo epistêmico retornam à mente, questionando a “neutralidade” científica, direcionamento do conhecimento produzido, sua aplicação e utilização.

É possível observar que a grande variedade de técnicas de coleta de dados não afeta a acurácia dos resultados apresentados, pois estes são reconhecidos e validados pelos Movimentos Populares que vivenciam seus problemas, seja nas chapadas, nas roças, nas famílias e/ou nos grupos. Existem possibilidades da utilização dessa variedade de técnicas quando a definição do objeto da pesquisa, ou seja, o problema vivenciado é percebido de diferentes formas, por meio do diálogo.

Existe um adágio popular que diz: “cada um sabe onde o sapato aperta”. Nesta publicação existem trilhas que podem conduzir a pesquisadores/as e Movimentos Populares, à conjugação da dialética entre o fazer e o pensar, o epistemológico e o político, os sujeitos e os objetos da pesquisa.

Enfim, para não subtrair de uma leitura que é, ao mesmo tempo, deleite e preocupação, leveza e compromisso ético e político, convido os leitores e leitoras a descobrirem novas possibilidades de ser e estar no mundo.

Barra Grande – Cajueiro da Praia. Piauí. Brasil.

Junho, 2024.

Sumário

Apresentação

Vanderlêia Laodete Pulga e Ana Cláudia de Araújo Teixeira..... 15

Seção 01: Lutas e Organização Popular em Territórios Urbanos, do Campo e das Águas..... 19

A EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR COM A AGROECOLOGIA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, NA COMUNIDADE CASA FORTE – BARACHO – SOBRAL-CEARÁ
Maria Dalvanir e Silva Duarte; Ana Cláudia de Araújo Teixeira; Emanuelle Rocha dos Santos..... 21

APRENDIZAGENS DO PROJETO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ÁGUA E EFLUENTES DA COMUNIDADE SANTANA DA CAL, CANINDÉ-CEARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
Antônia Iara Chagas Martins; Ana Cláudia de Araújo Teixeira..... 43

COM RETALHOS TECEMOS O SONHO DA NOVA SOCIEDADE: ORGANICIDADE DO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ EM QUIXERAMOBIM-CEARÁ
Iane Braga de Oliveira; Fernando Ferreira Carneiro..... 65

PRÁTICAS EDUCATIVAS E O PROCESSO DE (RE) EXISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO ARAGUAIA- JAGUARUANA- CEARÁ
Tiago Pereira da Silva; Diana Nara da Silva Oliveira; João Paulo Guerreiro de Almeida; João Rameres Regis..... 81



IMPACTOS DAS OBRAS HÍDRICAS NA VIDA DAS MULHERES
ATINGIDAS POR BARRAGENS NO CEARÁ

*Francisca Klécia Bernardino da Silva; Maria de Lourdes
Vicente da Silva* 99

Seção 2: Educação do Campo e Promoção da Saúde..... 125

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/
PNAE: PROMOVENDO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO
ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO EM MIRAÍMA-CE

*Antônia Fagna Pinto de Sousa; Leandro Araújo da
Costa*..... 127

EFA IBIAPABA - PLANO DE ESTUDO (PE) COMO FERRAMENTA
DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO PARA O
PROTAGONISMO JUVENIL DO CAMPO

*Francisco Carlos Falcão Junior; Vera Lúcia de Azevedo
Dantas*..... 149

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARTILHANDO SABER E CULTURA
NA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DO CAMPO
MARIA NAZARÉ DE SOUSA

*Lucilene Lemos Cavalcante; Francisco Flavio Pereira
Barbosa*..... 171

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CONDOMÍNIO
MACHADO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA:
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM

Sara de Oliveira Ortins; Mayana de Azevedo Dantas..... 189

**Seção 3: A força das mulheres, das juventudes e do controle social
em contextos urbanos e comunidades tradicionais**..... 205

O PAPEL DA MULHER NA LUTA PELA ORGANIZAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NA ALDEIA JENIPAPO KANINDÉ

*Mayara Pessoa Viana da Silva; Juliana Alves; Jussara Pereira
Bernardo; Vera Lúcia de Azevedo Dantas*..... 207

PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS JENIPAPO
KANINDÉ NA LUTA PELA TERRA

*Luana Florentino Correia; Juliana Alves; Raquel da Silva
Alves; Vera Lúcia de Azevedo Dantas..... 229*

A RESISTÊNCIA NOS SONHOS: “GRUPO DE MULHERES MÃOS
QUE CRIAM

*Iristhélia Carvalho Ferreira; Margarida de Souza Oliveira;
Raimunda Nonata Sousa da Rocha; Maria Ivanilde Fidelis
Damasceno Rabêlo; Sandra Maria Gadelha de Carvalho.... 255*

NARRATIVAS SOBRE O COLETIVO DENDÊ DE LUTA:
PARTICIPAÇÃO POPULAR DE JUVENTUDE EM UMA
COMUNIDADE DE FORTALEZA

*Carla Carline Castelo do Nascimento Bezerra; Luizete
Vicente da Silva; Vera Lúcia de Azevedo Dantas..... 277*

“EU NÃO ANDO SÓ” A SABEDORIA POPULAR NA CONSTRUÇÃO
DO CUIDADO E PRÁTICAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS DE
ORGANIZAÇÃO DE UM CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

*Sandra Nyedja de Lacerda Matos; Aline Samara Dantas
Soares; Isabelle Almeida Ribeiro; Vera Lúcia de Azevedo
Dantas..... 301*

Autores (as) da obra..... 321

Índice remissivo..... 331



Apresentação

Vanderléia Laodete Pulga
Ana Cláudia de Araújo Teixeira

Esta coletânea nos conduz por experiências trilhadas por educandos (as) e educadores (as) à colheita da Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido que aconteceu no período de 2019 a 2021 com participantes do Ceará e do Rio Grande do Norte. Esse processo formativo se desenvolveu como uma das estratégias da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) em uma profícua articulação entre movimentos de educação popular em saúde e movimentos que atuam no contexto da convivência com o semiárido e das lutas da cidade.

Neste segundo volume das produções advindas desses trabalhos de conclusão de curso tem como foco a participação popular a partir das experiências nos territórios. Assim, essa obra intitulada *“Vozes que vem dos territórios: a participação popular que emerge do cotidiano”* evidencia a diversidade de trilhas que advêm dessa questão geral a fim de que os leitores (as) possam refletir sobre as diversas formas de participação social e popular presente nas comunidades e territórios.

Para facilitar a leitura, esse volume se organiza em três seções, a saber:

A primeira seção, traz um foco sobre as *“Lutas e Organização Popular em Territórios Urbanos, do Campo e das Águas”*. Nesta, temos um retrato das experiências tecidas nos territórios sobre as formas de convivência com o semiárido, modos de resistir e existir de famílias e comunidades que traduzem os desafios vivenciados e as potencialidades como anúncios do bem-viver. Abre a seção a reflexão sobre *“A experimentação e inovação de uma unidade de produção familiar com a agroecologia e as tecnologias sociais*

de convivência com o semiárido, na comunidade Casa Forte – Baracho – Sobral-CE”, que nos remete à potência de práticas agroecológicas e tecnologias sociais para a convivência com o semiárido na promoção de segurança alimentar e nutricional, e, por conseguinte, para uma vida mais saudável e sustentável. Na sequência, “Aprendizagens do projeto de tratamento biológico de água e efluentes da comunidade Santana da Cal, Canindé-Ceará: um relato de experiência” a temática da água surge como possibilidade de promover reflexões sobre a importância das políticas de equidade voltadas para as populações do campo, na perspectiva de propiciar a segurança, soberania alimentar e promoção da saúde. Chama ainda à importância da sistematização coletiva de experiências como caminho de fortalecer a participação. Após, apresenta-se a reflexão intitulada “Com retalhos tecemos o sonho da nova sociedade: organicidade do assentamento Nova Canaã em Quixeramobim-Ceará” que ressalta a importância da organicidade, da luta na conquista de elementos que dão materialidade à teia no território ressaltando a coletividade como princípio orientador para essas conquistas. E segue trazendo a análise das “Práticas educativas e o processo de (re) existência no acampamento Araguaia – Jaguaruana – Ceará” que expressa a resistência do campesinato como âncora para a organização e a participação sociopolítica na construção de uma identidade camponesa de resistência pelo direito à terra e a vida e ressalta a importância da educação popular nesse processo. Para fechar a seção, “Impactos das obras hídricas na vida das mulheres atingidas por barragens no Ceará”, traz os impactos de grandes obras que alteram a dinâmica econômica, social e política dos territórios das populações do campo, destacando as violações de direitos impostos às mulheres atingidas por barragens no estado do Ceará.

Na segunda seção “Educação do campo e promoção da saúde” os(as) autores(as) ressaltam as experiências de educação que promovem saúde nos territórios, destacando o desenvolvimento social, a questão ambiental, a cultura, o empoderamento e protagonismo da juventude, e a partilha de saberes ancestrais e populares. Assim, inicia com a reflexão sobre o “Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE: Promovendo

Desenvolvimento Social no Assentamento Vida Nova/Aragão em Miraíma-CE salientando a importância desta política pública no desenvolvimento econômico e social das famílias, produzindo mudanças no cultivo de alimentos no campo, na alimentação escolar do assentamento e na constituição de hábitos saudáveis de alimentação. Na sequência, apresenta-se *“EFA Ibiapaba - Plano de Estudo (PE) como ferramenta de organização social e empoderamento para o protagonismo juvenil do campo”* que coloca em evidência o Plano de Estudo como estratégia pedagógica coletiva e participativa na promoção da criticidade dos(as) educandos(as) sobre si, os grupos sociais dos quais participam e sobre a realidade onde vivem. Aponta, ainda, a importância desse processo pautado nos princípios da educação popular e da pedagogia da alternância no empoderamento da juventude e transformação social do campo. Segue as reflexões com o tema *“Educação do campo: partilhando saber e cultura na experiência da Escola de Ensino Médio do Campo Maria Nazaré de Sousa”* que enfatiza o entrelaçamento entre educação e saúde à luz do projeto de Educação do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no esforço coletivo de retomar saberes ancestrais que contribuam para o bem estar da sociedade. Segue aprofundando o tema da *“Sistematização de experiências no condomínio Machado de Assis no município de Fortaleza: educação ambiental e reciclagem”* evidenciando a trilha com um percurso do campo para cidade e reflete sobre papel do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MDT) na conscientização ambiental e politização da comunidade para ampliação de direitos.

A terceira seção intitulada *“A força das mulheres, das juventudes e do controle social em contextos urbanos e comunidades tradicionais”* traz uma coletânea de textos que mostram a potência da atuação desses(as) atores e atrizes em seus territórios e contextos na luta por direitos. As reflexões que iniciam a seção, remetem ao povo Jenipapo Kanindé do Ceará, suas lutas historicidade e modos de organização. Assim, intitulado *“O papel da mulher na luta pela organização das políticas públicas na aldeia Jenipapo Kanindé”*, traz como foco a luta das mulheres indígenas desse povo para a articulação, construção e efetivação das políticas públicas no território. Já na sequência, *“Protagonismo*

das mulheres indígenas Jenipapo Kanindé na luta pela terra” traz como centralidade o protagonismo das mulheres indígenas desse povo, nos processos de luta pela terra reiterando seu papel nesses espaços de poder e decisão em que a cultura, as cosmovisões ancestrais são incluídas e reconhecidas como estratégias de luta e resistência. Seguindo a trilha da força e protagonismo feminino segue: *“A resistência nos sonhos: grupo de mulheres mãos que criam”* enfatizando a importância da vivência no fomento da luta, organização e participação das mulheres no contexto de um acampamento do MST. Já o próximo tema *“Narrativas sobre o Coletivo Dendê de Luta: participação popular de juventude em uma comunidade de Fortaleza”* retoma a importância do protagonismo da juventude periférica em comunidades urbanas e as singularidades nos modos de promover participação e contribuir com a reorganização de comunidades. E, por fim, a reflexão intitulada *“Eu não ando só - a sabedoria popular na construção do cuidado e práticas sociais como instrumentos de organização de um conselho local de saúde”* traz a possibilidade de diálogos entre práticas populares de cuidado e controle social no SUS contribuindo para a aproximação entre trabalhadores e comunidade.

Ao trilhar essa obra esperamos que as reflexões aqui trazidas possam contribuir para fomentar, pensar e construir novas possibilidades e perspectivas de ampliação da participação popular, do protagonismo dos diferentes sujeitos sociais, na radicalização da democracia onde todas as decisões possam ter a voz e as diversas vozes presentes nos territórios onde os processos de saúde-adoecimento-cuidado e a defesa da vida acontecem no cotidiano.

Seção 1

Lutas e Organização Popular
em Territórios Urbanos,
do Campo e das Águas



A EXPERIMENTAÇÃO E INOVAÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR COM A AGROECOLOGIA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA COMUNIDADE CASA FORTE – BARACHO-SOBRAL-CE

*Maria Dalvanir e Silva Duarte
Ana Cláudia de Araújo Teixeira
Emanuelle Rocha dos Santos*

INTRODUÇÃO

A região do Semiárido tem enfrentado desafios persistentes ao longo de milhares de anos, caracterizados por estiagens prolongadas, altas temperaturas e mudanças climáticas. Esses fatores têm impactado negativamente os recursos hídricos, levando a inundações e calamidades ambientais em momentos de excesso de água — e à escassez, que prejudica a produção agrícola, resultando em insegurança alimentar e miséria. Isso compromete diretamente a relação entre solo, água e planta, fundamental para a agricultura de sequeiro¹ (Porto; Silva; Brito, 2011).

Nos últimos anos, políticas voltadas para o Semiárido têm introduzido medidas mitigadoras e de adaptação para enfrentar esses desafios. Isso inclui o manejo correto do solo, a redução da emissão de metano em ruminantes, o manejo florestal da Caatinga, a integração lavoura-pecuária-floresta, uso de melhoramento genético, captação de água de chuva e novos sistemas produtivos (Embrapa Semiárido, 2011).

Essas políticas visam atender às necessidades das populações que vivem no Semiárido e enfrentam os efeitos da seca ao longo dos anos. Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a Articulação Semiárido Brasileira/ASA criou, em 2007, o

¹ Forma de produção agrícola tradicional que tem por princípio o aproveitamento da água da chuva em locais com baixa pluviosidade. Essa modalidade agrícola visa atingir eficiência em terras áridas e semiáridas através da escolha de espécies de cultivo nativas e/ou adaptadas, que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra.

Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do Programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzir – o espaço para plantio e criação animal, a terra e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA Brasil. Esse programa-guarda-chuva congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC (Brito; Cavalcanti, 2014).

Recentemente, houve um aumento significativo no interesse de pesquisadores/as, educadores/as e estudiosos/as em relação ao Semiárido Brasileiro. Eles têm explorado diversas dimensões, incluindo aspectos sociopolíticos, culturais, econômicos e ambientais, bem como o impacto das políticas públicas na região (Zuffo, 2019).

No município de Sobral, o Projeto Paulo Freire, executado pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora/CETRA, tem desempenhado um papel crucial desde 2015, ao oferecer assessoria técnica a famílias beneficiárias em 58 (cinquenta e oito) comunidades de 9 (nove) municípios próximos a Sobral. Focado na produção agrícola e não agrícola, bem como na gestão, este projeto, direcionado principalmente a mulheres e jovens, busca promover a Convivência com o Semiárido. O presente relato descreve a experiência de uma família residente na comunidade Casa Forte, distrito de Baracho, município de Sobral, que se beneficiou do Projeto Paulo Freire e adotou tecnologias sociais, como cisternas de consumo e produção, sistema de reuso de águas cinzas, biodigestor e a recuperação de uma fonte d'água, resultando em uma produção agrícola diversificada e de base agroecológica.

A divulgação dessas experiências pode fornecer *insights* valiosos para a comunidade, demonstrando a diversidade e a produção de alimentos realizada por essa família. Além disso, destaca-se o engajamento ativo da família em iniciativas como as Feiras Agroecológicas e Solidárias e o projeto das Cadernetas Agroecológicas (ALVES *et al.*, 2018).

Ressalta-se, ainda, a importância de um conjunto de quatro

diferentes tecnologias sociais (cisternas de 1ª água, cisterna de 2ª água, biodigestor e reuso de água) implementadas pela família, que não apenas diversificaram a produção de alimentos, mas também fortaleceram a soberania alimentar e nutricional. É fundamental destacar que a agricultura familiar agroecológica promove uma produção saudável, livre de agrotóxicos — e é menos prejudicial ao meio ambiente (ASA Brasil, 2017).

2 METODOLOGIA

Este relato descreve a experiência de uma unidade de produção familiar na comunidade Casa Forte, zona rural de Sobral, Ceará, que incorporou práticas agroecológicas e tecnologias sociais para enfrentar os desafios do Semiárido. Inicialmente, apresenta o contexto em que a experiência ocorreu, destacando a participação de uma das autoras como educanda do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido e sua atuação como assessora técnica do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora/CETRA, na comunidade Casa Forte.

A reconstrução da experiência da família agricultora foi realizada por meio de técnicas como a linha do tempo, inicialmente construída durante o trabalho de assessoria da família, e posteriormente complementada durante uma visita à família. Além disso, foram utilizadas técnicas de caminhada transversal e/ou de percurso, já aplicadas em projetos de transição agroecológica no CETRA.

No processo de reconstrução da história e experiência da família são destacados depoimentos dos membros da família que ressaltam momentos marcantes e relevantes para o relato. Também são compartilhadas percepções e reflexões da autora, com mais de vinte anos de experiência em projetos sociais e trabalho de campo.

A comunidade Casa Forte, localizada no distrito de Baracho, Sobral, possui 62 famílias, sendo que apenas 24 delas se envolveram

no projeto Paulo Freire. O Diagnóstico Rural Participativo/ DRP² revelou que cerca de 10 famílias têm acesso à terra para cultivo ou criação de animais, enquanto as demais vivem em terrenos de proprietários e dividem os resultados da produção com os donos da terra — prática conhecida como “pagar renda” ou compartilhar a forragem em troca do direito de moradia. O acesso à comunidade pode ser feito por diferentes rotas, com distâncias praticamente iguais.

Este relato de experiência oferece uma visão abrangente das transformações ocorridas na unidade de produção familiar e destaca os desafios e conquistas enfrentados pela comunidade Casa Forte na Convivência com o Semiárido.

3 TRILHANDO CAMINHOS DE SABEDORIA: REFLEXÕES SOBRE NOSSA JORNADA

Em Casa Forte, atualmente, a fruticultura é identificada como um grande potencial produtivo, conforme indicado pelo Diagnóstico Rural Participativo/DRP e pelo Plano de Desenvolvimento/PD, disponível na Associação Comunitária local. Essa perspectiva será impulsionada pelo Plano de Investimento Produtivo/PIP, que visa beneficiar as frutas da região por meio da Cozinha Comunitária e fortalecer os quintais utilizando o Sistema de Reuso de Águas Cinzas. Isso se torna especialmente relevante devido à escassez de água enfrentada pela comunidade camponesa. Essas iniciativas são apoiadas pelo Centro de Estudos ao Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora/CETRA.

A família agricultora, cuja experiência é central neste estudo, é composta por quatro membros: um homem de 43 anos, uma mulher de 42 anos, um jovem de 21 anos e uma criança de 13 anos. Essa família se destaca por seu envolvimento contínuo na produção de hortaliças, devido à implementação da cisterna-calçadão. Em contraste, outras famílias da comunidade, que não

² O DRP é um conjunto de técnicas que capacita comunidades a realizar seu próprio diagnóstico e gerenciar seu desenvolvimento, promovendo a troca de experiências e conhecimentos para aprimorar suas habilidades de planejamento e ação, sendo aplicável tanto em áreas rurais quanto urbanas (Verdejo, 2006).

aproveitaram a mesma oportunidade, não se dedicam à produção de hortaliças — e enfrentam desafios devido à falta de água.

Observa-se uma notável disparidade entre as unidades produtivas da comunidade. Famílias que possuem apenas moradia têm produção limitada, muitas vezes criando apenas galinhas para consumo familiar. Em contraste, as famílias com áreas de produção criam uma variedade de animais e plantam culturas como milho, feijão e fava durante a temporada de chuvas. Para alimentar seus rebanhos, essas famílias utilizam tanto a vegetação nativa quanto os resíduos dos cultivos, o que também serve como forma de pagamento às famílias que possuem apenas moradia.

A experiência aqui apresentada destaca a capacidade dos atores sociais em desenvolver respostas criativas em cenários onde os recursos para o desenvolvimento rural são limitados. Exploramos como a família reage diante de adversidades e encontra maneiras de criar estratégias de sobrevivência, inovando tanto em recursos materiais, tecnologias e paisagem, quanto em aspectos simbólicos, como saberes tradicionais e costumes. Além disso, essa experiência evidencia as complexas relações sociais que sustentam os processos de inovação.

A família agricultora demonstra que a produção agroecológica, aliada à adoção de tecnologias sociais, se tornou uma estratégia crucial para sua autonomia e melhoria na qualidade de vida. Essa transformação resultou na criação da Feira Agroecológica e Solidária de Sobral, realizada em parceria com a Casa da Economia Solidária, FETRAECE³, Prefeitura de Sobral e STDE⁴, Projeto Paulo Freire, Governo do Estado do Ceará e FIDA⁵, ocorrendo toda 2ª quinta-feira do mês na Praça de Cuba.

Além da Feira da Praça de Cuba, outras Feiras Agroecológicas e Solidárias são realizadas em distritos como Taperuaba, Aracatiaçu, Contenda, São Francisco e Sítio Croatá, todos na Serra do Rosário. Os grupos de feirantes se organizam em seus distritos,

3 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.

4 Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

5 Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

onde conduzem as feiras e reuniões mensais de avaliação, monitoramento e planejamento das atividades.

A Rede de Feiras realiza encontros regulares — e a partir das atividades do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, uma das autoras se envolveu nesses encontros. Posteriormente, diversas ações propostas pelo Curso — como Cartografia Social, Sistematização de Experiências e intervenções focadas na saúde e vida no território — foram realizadas em conjunto com os/as feirantes. Esse envolvimento contribuiu para fortalecer as redes de agricultores/as agroecológicos/as e solidários/as na região, promovendo uma abordagem colaborativa e sustentável para o desenvolvimento rural em Casa Forte.

Em janeiro de 2019 ocorreu um encontro da Rede de Feirantes Agroecológicos e Solidários do Território de Sobral, com foco na atividade de Cartografia Social realizada em dois dias, envolvendo visitas aos quintais das famílias nos dias 30 e 31 de janeiro de 2019.

Em março de 2019, houve um encontro do Grupo de Feirantes Agroecológicos e Solidários do Distrito do Jordão.

Em abril de 2019, aconteceu um encontro do Grupo de Feirantes Agroecológicos e Solidários do Distrito do Aracatiaçu.

No processo de construção da Cartografia Social com a Rede de Feirantes do município foram realizados os três encontros citados anteriormente, nos quais foi construído coletivamente o Mapa Social por distritos⁶ onde são realizadas as feiras. Nestes encontros, discutiu-se qual a área e o tema de intervenção que os/as feirantes (atores/atrizes sociais envolvidos/as) escolheriam para ser trabalhados. Como tema-foco da intervenção definiu-se o problema referente às pessoas/agricultoras/es que priorizaram

6 [...] Quando o mapa é visto como um instrumento a mais no amplo processo de empoderamento. Se sua metodologia estiver dissonante da estrutura social na qual está sendo aplicado, o mapa se torna um mecanismo com uma eficácia bastante limitada. Mesmo que seu primeiro objetivo — o de representar na forma mais fidedigna possível a realidade da população — possa ser contemplado, isso não irá refletir, necessariamente, nos outros objetivos que as propostas de mapeamento devem abarcar. Nesse viés, ele acaba por não atender a finalidade última do mapa social: empoderar a comunidade (LIMA, 2010).

fazer suas compras em supermercados, ao invés de valorizar os produtos locais dos/as agricultores/as agroecológicos/as.

Este estudo se baseou em atividades de mapeamento participativo do território, inspiradas pela participação social e pela análise crítica dos fatores que impactam a saúde e a vida no território (BURIGO *et al.*, 2019). Essas atividades ocorreram durante o tempo-comunidade e foram fundamentadas nos conceitos de determinação do processo saúde-doença e nas interações entre produção, ambiente e saúde, abordados durante o Curso de Especialização.

Decidimos focar em relatar a experiência de uma família específica que se destaca pela atuação nos processos produtivos e na participação em Feiras, destacando a variedade de tecnologias sociais que ela utiliza para conviver com o Semiárido (Conti; Schroeder, 2013). Isso foi resultado da nossa participação nos encontros e reuniões dos grupos de feirantes, bem como da atividade de Cartografia Social.

Para a condução deste estudo, seguimos a metodologia da Assessoria Técnica e Extensão Rural/ATER, alinhada com os princípios da Educação Popular, conforme o Guia Metodológico (Gomes *et al.*, 2001). Realizamos várias visitas à unidade familiar, conduzindo caminhadas de percurso pelo agroecossistema, com a participação ativa dos membros da família que conhecem profundamente a região. Durante essas caminhadas, fizemos anotações sobre a flora local, incluindo a vegetação nativa e as plantas frutíferas, além de observar as tecnologias sociais, a cobertura do solo e a paisagem circundante.

Essas visitas também envolveram discussões com a família sobre questões ambientais, mudanças históricas na região, desafios atuais, perspectivas futuras, potencialidades e limitações. Essa abordagem nos permitiu aprofundar nossa compreensão da experiência da família agricultora na Convivência com o Semiárido e na adoção de práticas agroecológicas e tecnologias sociais como estratégias de adaptação e sustentabilidade.

A pesquisa iniciou-se com a construção da linha do tempo da experiência da unidade familiar, uma metodologia que

resgatou os eventos e processos históricos significativos, desde a chegada da família à terra onde reside até os dias atuais. Isso permitiu identificar os caminhos seguidos em relação ao acesso a políticas públicas, tecnologias sociais, organização social, manejo da produção e comercialização.

Em 1999, enfrentando desafios financeiros, o jovem senhor tomou uma decisão significativa ao utilizar suas economias, originalmente destinadas à compra de uma motocicleta, para adquirir um terreno com pouco mais de meio hectare, onde sua família reside atualmente. Este passo representou um compromisso com a agricultura e a vida no campo.

No ano 2000, o jovem senhor uniu-se à jovem senhora— e, juntos, tiveram seus dois filhos, atualmente com 21 e 13 anos. A qualidade do solo do terreno era desafiadora, levando a primeiros cultivos de milho e feijão. Para melhorar a renda familiar, iniciaram a criação de galinhas.

Em 2001, a família aderiu ao projeto “Cabra Nossa de Cada Dia” da Diocese de Sobral, recebendo uma cabra como parte do programa. O leite de cabra, além de proporcionar alimento para a família, representou uma fonte adicional de renda. A iniciativa envolveu critérios de seleção e compromissos de devolver crias fêmeas ao projeto, contribuindo para a continuidade do rebanho.

Ao longo dos anos, o casal expandiu o cultivo em seu terreno, que inicialmente abrigava apenas pés de cajueiro. Com determinação e esforço, diversificaram o quintal com outras fruteiras, como a ateira, adaptada à região serrana. Essa trajetória destaca a resiliência e o compromisso da família com a agricultura, que continua a ser uma parte fundamental de suas vidas.

Em 2003, a família recebeu sua primeira tecnologia social: uma cisterna de placa de 16.000 litros, também conhecida como cisterna de 1ª água. Essa tecnologia será discutida em detalhes posteriormente, juntamente com outras adotadas. No ano seguinte, o chefe da família tomou a decisão de investir em apicultura, obtendo um empréstimo do Banco do Nordeste e se unindo a um grupo de apicultores da região. No entanto, após um período, ele percebeu que essa atividade não se adequava bem

a seus interesses — e, em 2006, optou por vender suas colmeias e direcionar os recursos para a aquisição de mais caprinos, uma atividade com que ele sentia mais afinidade e que proporcionava retorno financeiro.

Consciente da necessidade de espaço para pastagem dos animais, em 2009 o casal adquiriu um terreno de aproximadamente um hectare em frente à sua casa, do outro lado da estrada. No entanto, durante os dois anos seguintes, eles não plantaram nada no local, perdendo assim a oportunidade de aproveitar a terra para fornecer alimento e forragem para seus animais.

Nesse terreno havia uma nascente de água que, no entanto, secava prematuramente a cada ano. O jovem senhor começou a estudar maneiras de aproveitar melhor esse recurso, uma vez que a família comprava água de caminhões-pipa, como muitas outras famílias da região. A ideia de proteger a nascente e restaurar seu entorno surgiu, levando à plantação de diversas espécies vegetais nativas, como catingueira, sabiá, pata de vaca, aroeira, angico, cedro e esponjinha. Esse esforço resultou em um aumento significativo na quantidade e qualidade da água da nascente, com o agricultor destacando que a água agora flui em maior volume e com melhor qualidade.

Essa abordagem de preservação da nascente e reflorestamento do entorno foi uma técnica desenvolvida pelo próprio agricultor, que testemunha que a nascente agora se mantém cheia de água — e todas as noites, ele também relata que as “gias” (um tipo de rã) atuam como protetoras da nascente. O agricultor destaca que, anteriormente, a área estava totalmente desmatada, sem a presença de árvores. Atualmente o local conta com pastagem para os animais, bem como cultivos de milho e feijão, todos plantados seguindo a técnica de “banda”, que ele observou em outro terreno em declive, inspirando-se a implementar a mesma abordagem.

Para otimizar o armazenamento de água, o agricultor realizou melhorias, como a aplicação de cimento nas pedras ao redor da nascente e a instalação de um cano que conduz a água até a cisterna de 2ª água, que foi obtida em 2013, por meio da

Associação de São Francisco, outra comunidade na Serra do Jordão. A família tem uma história de associação a diferentes grupos locais, incluindo a Associação de São Francisco e, posteriormente, a fundação da Associação sob a égide do Projeto Paulo Freire, com o qual o chefe da família se envolveu e da qual tornou-se presidente.

O agricultor, inicialmente deslocando-se de bicicleta para participar de cursos e reuniões em outro local, viu sua criação de galinhas e cabras crescer. Consequentemente, a família fortaleceu-se — e o quintal tornou-se mais diversificado. Em 2011 ele associou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral.

Observando a diversidade do agroecossistema da família, em 2012 a Secretaria de Agricultura de Sobral os visitou e os convidou para participar do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA. Inicialmente, a família vendia apenas cheiro verde, mas foram incentivados a expandir sua produção. No ano seguinte, por meio da Associação de São Francisco, souberam da possibilidade de receber uma cisterna de 2ª água, tipo calçadão, fornecida pela Cáritas Diocesana de Sobral.

Em 2015 a família passou a ser beneficiária do Projeto Paulo Freire. O agricultor, para aproveitar o barro presente em seu quintal, começou a fabricar tijolos, recentemente ampliando seu alpendre e planejando construir um novo quarto, proporcionando mais conforto. O espaço vazio deixado pela extração de barro é aproveitado para o plantio de bananeiras.

A família tornou-se um ponto de referência para intercâmbios frequentes com visitantes de outras regiões, desempenhando um papel fundamental na disseminação dos princípios da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido. O casal destaca a importância de todas as atividades, especialmente a produção de hortaliças — e, em 2016, participou de capacitações na comunidade e integrou a diretoria da Associação, com o jovem senhor atuando como tesoureiro.

Por meio da Assessoria Técnica do Projeto Paulo Freire, realizada pelo CETRA, foi promovido um intercâmbio no município de Itapipoca, onde uma agricultora se inspirou a criar uma cozinha

comunitária para sua comunidade (CETRA, 2015). Ela incentivou a formação de um grupo composto por quinze mulheres e um homem para concretizar esse projeto. A família cedeu o terreno para a construção da cozinha comunitária, a qual inclui uma cisterna de 1ª água e um sistema de reuso de águas cinzas, cujas obras foram concluídas. A cozinha produz alimentos, como bolos e doces, em um ambiente adequado, garantindo qualidade que atende aos requisitos de uma alimentação saudável e de uma vida digna. O principal objetivo é proporcionar um complemento de renda para as famílias que fazem parte desse grupo. Segundo o Boletim Informativo do Projeto Paulo Freire:

A caderneta agroecológica é um instrumental de registro diário da produção das mulheres, por elas próprias, onde anotam o que produzem, a quantidade, a medida de referência e os valores do produto. A partir do uso da caderneta agroecológica as mulheres têm mais elementos para perceberem e valorizarem seu trabalho (Flóriá Semiárido, 2020).

A Caderneta Agroecológica, desenvolvida em parceria com o Programa Semear Internacional e o Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero dos Projetos do FIDA, tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da autonomia das mulheres rurais. Essa ferramenta permite que elas registrem sua produção destinada ao consumo, doação, troca ou pequenas vendas. Isso contribui para o empoderamento das mulheres em seus lares.

A seleção das mulheres e comunidades no Território de Sobral para participarem da experiência com as Cadernetas Agroecológicas foi baseada na participação ativa na Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias (Santos; Santos, 2020). A observação durante dois anos de atuação da Rede no território revelou uma representação significativa das mulheres nesse processo, com um número consideravelmente maior de participantes em comparação aos homens, destacando a necessidade de um enfoque especializado para esse público (CETRA, 2016).

O uso das Cadernetas Agroecológicas é uma iniciativa feminista que busca combater as desigualdades de gênero

existentes na sociedade patriarcal, racista e capitalista. As mulheres rurais enfrentam opressões como a violência sexista, a sobrecarga de trabalho doméstico e as barreiras para participação política. Essas injustiças são confrontadas e a autonomia das mulheres é fortalecida por meio do processo promovido pelo uso das Cadernetas Agroecológicas (Floriô Semiárido, 2020).

Em 2019, a agricultora participa de um projeto que envolve 36 mulheres na região. A maioria dessas mulheres integra grupos de feirantes que abrangem várias comunidades, geralmente organizadas por distritos. No entanto, nas próprias comunidades, não há um processo organizativo específico para mulheres. Essa iniciativa visa criar um espaço de empoderamento feminino e luta contra a desigualdade de gênero no meio rural.

A Convivência com o Semiárido exige a adoção de estratégias de armazenamento de água. É fundamental garantir estoques hídricos para diversos fins, incluindo o consumo humano, a produção de alimentos e o atendimento às necessidades dos animais. O Programa Um Milhão de Cisternas/P1MC, desenvolvido pela ASA/Articulação Semiárido Brasileiro, surgiu no início dos anos 2000 com o propósito de abordar uma necessidade básica da população rural: o acesso à água potável. Seu principal objetivo é melhorar a qualidade de vida das famílias que habitam o Semiárido brasileiro, assegurando-lhes o acesso à água de qualidade.

A família, que já era associada à Associação de São Francisco, localizada na região da Serra do Jordão, teve a cisterna de 1ª água construída pelo CEAT/Centro de Estudos de Apoio ao Trabalhador. Essa cisterna possui uma capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água, o que é suficiente para suprir as necessidades de uma família com até seis membros durante os longos períodos de estiagem — que podem se estender por até oito meses. A água captada do telhado da casa por meio de calhas é utilizada principalmente para consumo humano e preparo de alimentos, marcando o início das conquistas da família em relação ao acesso à água.

Através da Associação de São Francisco, a família ficou sabendo sobre a oportunidade de receber uma cisterna de 2ª

água, do tipo calçadão, por meio da Cáritas Diocesana de Sobral. No entanto, as vagas para o curso de instalação da cisterna na região já estavam esgotadas — e quem quisesse participar teria que se deslocar até o município de Alcântaras. Isso motivou a família a participar de diversos cursos — e até mesmo de um intercâmbio no Piauí, onde puderam conhecer experiências de quintais produtivos que faziam uso da água das cisternas. Esse aprendizado permitiu à família garantir água para seus animais e diversificar ainda mais seu quintal.

A água acumulada na cisterna de 2ª água possibilita a implantação de hortas, pomares e a criação de animais de pequeno e médio porte, garantindo o fornecimento de água para os rebanhos, como ocorre com essa família. O processo de implementação das cisternas-calçadão de 52.000 litros inicia-se com a seleção das famílias em espaços de discussão política, com a participação de representantes de sindicatos rurais, associações, prefeitura e organizações da sociedade civil. Os critérios considerados para a escolha incluem a necessidade de acesso à água, o interesse em utilizar a tecnologia para fins agrícolas e pecuários, bem como a presença de crianças, idosos/as e pessoas com necessidades especiais (Diaconia, 2008).

Após a construção da cisterna-calçadão, a família recebeu assistência técnica para implementar um sistema de produção focado principalmente em hortaliças, fruteiras e criação de animais de pequeno e médio porte. Essa tecnologia social, conhecida como cisterna-calçadão, foi desenvolvida pela Articulação Semiárido Brasileiro/ASA como parte do Programa Uma Terra e Duas Águas/P1+2. Seu objetivo é solucionar o desafio do acesso à água para a produção de alimentos, contribuindo assim para melhorar a segurança alimentar e nutricional (Araújo *et al.*, 2018; Fundação Banco do Brasil, 2004). Ao visitar a propriedade do casal, observa-se um quintal repleto de plantas, que pode parecer desorganizado para quem não compreende os princípios da Agroecologia, mas representa com orgulho o início da jornada. A criação de galinhas e cabras foi progressivamente expandida.

Além da cisterna-calçadão, a família incorporou um biodigestor ao seu quintal, permitindo a produção de gás de

cozinha a partir dos dejetos dos caprinos. Essa experiência pioneira foi realizada em parceria entre o CETRA e a empresa sueca “Bento AB” no município de Sobral. O biodigestor utiliza o esterco dos animais como matéria-prima, empregando um processo de fermentação com bactérias para gerar gás metano, utilizado nas atividades domésticas. Os resíduos resultantes, tanto líquidos (biofertilizante) quanto sólidos (orgânicos), são aproveitados na produção agroecológica. O agricultor destaca que desde 2017, ano em que o projeto do biodigestor foi implementado, a família não precisou mais comprar um botijão de gás, representando uma significativa economia mensal.

Inicialmente, a agricultora tinha suas dúvidas sobre a eficácia do biodigestor e a possibilidade de nunca mais precisar comprar gás de cozinha. No entanto, suas preocupações foram dissipadas à medida que a tecnologia começou a apresentar resultados positivos. Em suas próprias palavras, ela relata: “... não temos mais a preocupação de acender o fogo e ficar com medo do gás acabar, além de que o dinheiro que a gente gastaria para comprar o botijão já serve para comprar outras coisas.” Essa simples mudança representou uma economia considerável de quase R\$ 80,00 por mês no orçamento familiar, evidenciando os benefícios práticos e financeiros das tecnologias sociais implementadas na propriedade.

Os biodigestores são equipamentos capazes de converter o esterco de curral em biogás, um combustível inflamável que pode substituir o gás de cozinha convencional/GLP. Como destacado por Mattos e Farias Jr. (2011), o biogás é uma mistura de gases segura e higiênica para uso na culinária, não produz fumaça e não deixa resíduos nas panelas. Esse processo ocorre naturalmente por meio da ação de microrganismos anaeróbicos presentes no esterco que, em condições adequadas, transformam o material orgânico em biogás, além de gerar subprodutos líquidos e sólidos que podem ser utilizados como fertilizantes na agricultura.

Na implementação do biodigestor no quintal da família, a primeira etapa envolve um “alimentador” externo, onde o esterco fresco dos caprinos é depositado e, por gravidade, conduzido por tubulações até uma caixa de cimento, onde é diluído com

água. Seguindo o Manual do Biodigestor Sertanejo do Projeto Manejo Sustentável de Terras no Sertão (Mattos; Junior, 2011), a pressurização dessa caixa acelera a decomposição anaeróbica do esterco, produzindo dióxido de carbono e metano. Esses gases são coletados por um filtro conectado ao fogão da casa por meio de tubos e mangueiras de PVC. Além disso, o biofertilizante resultante do processo é um eficaz adubo natural que beneficia as plantas no quintal da família.

A família relata diversas vantagens dessa tecnologia, incluindo a economia resultante da eliminação da necessidade de comprar botijões de gás, a contribuição para a preservação ambiental devido à redução da queima de lenha e o aproveitamento do biofertilizante para fortalecer o crescimento das plantas. Essas são demonstrações claras de como os biodigestores podem melhorar a qualidade de vida das famílias rurais ao mesmo tempo em que promovem práticas sustentáveis e econômicas em comunidades do Semiárido.

Além das cisternas e do biodigestor, a família também implementou um Sistema de Reuso de Águas Cinzas, inspirado inicialmente pelo projeto BIOÁGUA Familiar. Este projeto, parte do Projeto Dom Helder Câmara/PDHC em colaboração com a Universidade Federal Rural do Semiárido/UFERSA, desenvolveu um projeto piloto com custos iniciais considerados elevados (Santiago *et al.*, 2012).

Posteriormente, esforços foram direcionados para reduzir custos e tornar essa tecnologia acessível à agricultura familiar, integrando-a ao Programa de 2ª água. Esse Programa tem como objetivo promover a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. A água cinza utilizada no sistema provém de atividades domésticas, como banho, lavatório, pia de cozinha e lavagem de roupas, com exceção da água do vaso sanitário (Gelt, 2001 *apud* Borges, 2003, p. 27).

O Sistema de Reuso de Águas Cinzas, financiado pelo Governo do Estado do Ceará e construído em 2018, permite a reutilização da água proveniente dessas atividades por meio de um processo de

filtragem em um biofiltro. Essa água filtrada é direcionada para a produção no quintal, contribuindo para a promoção da agricultura familiar na região (Floriô Semiárido, 2019). É importante destacar que a água reutilizada deve ser aplicada na base das plantas, não nas folhas, para fins de irrigação, atendendo às necessidades das famílias de forma mais econômica e sustentável.

O reuso de águas cinzas desempenha um papel crucial ao fornecer água para a produção de alimentos e atividades domésticas, contribuindo significativamente para a redução da contaminação ambiental. Essa prática transforma águas previamente consideradas impróprias em recursos valiosos, evitando situações de “esgoto a céu aberto” e, ao mesmo tempo, ampliando o acesso à água (Floriô Semiárido, 2019).

Em comunidades rurais desprovidas de sistemas de esgoto adequados, o reuso de águas cinzas, mesmo sem tratamento prévio, é uma prática comum. Por exemplo, a água é frequentemente utilizada na irrigação de plantas nos quintais, muitas vezes sem qualquer preparo, o que pode representar riscos para a saúde das famílias. Portanto, o Reuso de Águas Cinzas emerge como uma tecnologia sustentável que abrange desde a captação até o bombeamento da água doméstica para reutilização, promovendo uma gestão mais responsável dos recursos hídricos (Floriô Semiárido, 2019).

4 DESVENDANDO AS LIÇÕES: REFLEXÕES E IMPACTO DA EXPERIÊNCIA

Os resultados obtidos na propriedade da família são notáveis, com um pomar diversificado e o cultivo de hortaliças sem a utilização de agrotóxicos, além da produção de húmus de minhoca e melhorias na saúde dos animais. O gás produzido pelo biodigestor não apenas atende às necessidades domésticas, mas também possibilita a produção de doces para venda, fortalecendo a economia familiar. A diversificação do quintal não só garante uma alimentação saudável e econômica, mas também promove a sustentabilidade e geração de renda por meio da comercialização desses produtos, contribuindo significativamente para o bem-estar da família.

Apesar dos desafios enfrentados, a família expressa orgulho em seu compromisso contínuo com atividades, reuniões e intercâmbios cruciais para seu progresso. Ela planeja continuar a desenvolver e melhorar suas experiências, especialmente em torno de sua casa. Suas escolhas de tecnologias sociais foram baseadas na disponibilidade de recursos, prioridades, informações e nas condições de sua unidade produtiva. A garantia de acesso à água potável permanece uma grande preocupação, destacando a importância das várias formas de armazenamento que a família construiu para enfrentar o desafio do território Semiárido.

O acesso à água para fins de produção ainda permanece como um dos desafios mais prementes enfrentados pela maioria das famílias rurais. A coleta trabalhosa, o tempo investido e a mão de obra exigida para garantir esse recurso representam obstáculos significativos para a qualidade de vida. Nesse contexto, políticas e programas que promovem diversas formas de armazenamento de água e práticas de gestão racional desse recurso nas atividades produtivas desempenham um papel estratégico e essencial, merecendo apoio e estímulo contínuos.

É notável que a família desempenha um papel central na disseminação de práticas agrícolas sustentáveis, compartilhando conhecimentos com alunos/as e outros/as agricultores/as familiares. O uso de ferramentas participativas, enfrentando desafios e celebrando conquistas, ilustra seu percurso. Este relato enfatiza a valorização da produção local e a integração de políticas públicas e tecnologias sociais, impulsionando o desenvolvimento e a cooperação entre famílias agricultoras, construindo uma rede de compartilhamento de saberes e conhecimentos para o sucesso contínuo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência apresentada por esta família agricultora destaca de forma inequívoca a possibilidade de construir territórios saudáveis na Convivência com o Semiárido por meio do acesso a políticas e programas que fortaleçam a autonomia e o modo de vida das populações rurais. Essas iniciativas também

desempenham um papel fundamental na garantia da segurança nutricional e da soberania alimentar dessas comunidades.

É crucial reconhecer o caráter abrangente e amplamente adotado desses programas no Semiárido, devido aos resultados positivos que têm produzido e à grande demanda das famílias por esses recursos. No entanto, as tecnologias sociais devem ser aplicadas de maneira flexível, considerando os saberes locais e as peculiaridades de cada contexto. A flexibilidade e a capacidade de escolha, mesmo em situações emergenciais, como a escassez de água, são elementos essenciais para preservar esses conhecimentos e garantir a sustentabilidade dessas iniciativas.

Além disso, é importante destacar que as tecnologias sociais, ao integrar saberes tradicionais e conhecimentos modernos, promovem a Convivência harmoniosa com o Semiárido. Isso resulta em autonomia, soberania e segurança alimentar, bem como em melhorias na saúde e em todas as dimensões da vida. Esta experiência reforça a importância do trabalho agrícola, da relação com a terra e da família, destacando que esses aspectos são mais valorizados do que a renda financeira, alinhando-se com as teorias que enfatizam a estreita ligação entre trabalho, terra e laços familiares na racionalidade camponesa. A assimilação do discurso sobre a estocagem, em conjunto com os conhecimentos tradicionais, ilustra a diversidade de estratégias adotadas para a Convivência bem-sucedida com o Semiárido.

A adesão dos agricultores e agricultoras familiares sertanejos/as a projetos de implementação de tecnologias sociais em suas unidades produtivas representa uma estratégia contemporânea para a Convivência, como já dissemos, bem sucedida com o Semiárido. Essas iniciativas, promovidas tanto pelo governo quanto pela sociedade civil organizada, somam-se aos conhecimentos e práticas já desenvolvidos pelos agricultores e agricultoras, oferecendo novas perspectivas e possibilidades para a melhoria de suas condições de vida e trabalho.

Esta família agricultora, aproveitando as oportunidades de acesso às políticas públicas em sua região, emerge como um exemplo notável na promoção de territórios saudáveis por meio

da implementação de diversas estratégias de Convivência com o Semiárido. Seu envolvimento ativo nas atividades produtivas da terra, o companheirismo entre os membros da família na colheita e comercialização, bem como a autonomia na gestão do sistema produtivo, são aspectos notáveis. As tecnologias sociais, como o sistema de reuso de águas cinzas e o biodigestor, contribuíram significativamente para a produção de alimentos saudáveis e o aumento da renda.

Em síntese, temos, como principais aprendizados desta experiência, quatro diferentes tecnologias sociais — cisternas de 1ª água, cisterna-calçadão, biodigestor e reuso de água — que foram implementadas com sucesso nesta unidade de produção familiar. Além de diversificar a produção de alimentos, essas tecnologias fortaleceram a soberania alimentar e nutricional da família. Destaca-se que a agricultura familiar agroecológica promove uma produção de alimentos saudáveis e sustentável, livre de agrotóxicos, contribuindo para a proteção do meio ambiente. As experiências bem sucedidas desta família podem servir de modelo para programas destinados a incentivar práticas semelhantes entre outras famílias agricultoras, reforçando a importância da valorização das raízes culturais e do respeito à diversidade das culturas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. *et al.* **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil.** Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018. 100 p.

ANDRADE, F. L.; QUEIROZ, P. V. M. Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA e o seu programa de formação e mobilização e para convivência com o semiárido: a influência da ASA na construção de políticas públicas. In: KUSTER, A.; MARTI, J. F. (Org.). **Políticas públicas para o Semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 26-53.

ARAÚJO, J. B. C.; PIMENTEL, J. C. M.; CAVALCANTI JUNIOR, A. T.; MAIA, C. W. C. P.; SILVA, C. N. da; SANTOS, M. E. C. M. dos; ALVES, A. M. C. Implantação de cisterna calçadão em área de quintal produtivo. **Folhetos EMBRAPA**, 2018.

BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS. **Base de dados que contempla informações sobre as tecnologias sociais certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social**. 2014.

BORGES, L. Z. **Caracterização da água cinza para promoção da sustentabilidade dos recursos hídricos**. 2003. 103f. Tese (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

BRITO, L. T. L.; CAVALCANTI, N. B. Produção de alimentos com água de chuva armazenada em cisterna. In: FURTADO, D. A.; BARACUHY, J. G. V.; FRANCISCO, P. R. M.; NETO, S. F.; SOUSA, V. A. (Org.). **Tecnologias adaptadas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro**. Campina Grande: Epgraf, 2014. p. 36-42.

BURIGO, A. C. *et al.* **Caderno de estudos: saúde e agroecologia. Vol.1/** organizadores: tradução Khabiro Traduções - Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANA: ABA-Agroecologia, 2019. 248p. ISBN: 978-85-8110-080-7.

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora. **Plano de Desenvolvimento** da Comunidade Casa Forte – Sobral, 13 de dezembro de 2015.

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora. **Plano de Investimento Produtivo** da Comunidade Casa Forte – Sobral, 16 de agosto de 2016.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora: FAURGS -

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Editora IABS - Instituto Ambiental Brasil Sustentável, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, 2013 (232 p.).

DIACONIA. **Cisterna Calçadão 52.000 litros.** Série Compartilhando Experiências / texto: Mário Farias, Joseilton Evangelista, Adriana Connolly - coordenação do projeto: Joseilton Evangelista, Mário Farias e Leonardo Freitas. - Recife: Diaconia, 2008.

FLORIÔ SEMIÁRIDO. **Cadernetas agroecológicas.** Boletim informativo do Projeto Paulo Freire, mar. 2020, n. 11, ano 2.

FLORIÔ SEMIÁRIDO. **Sistema de reuso de água.** Boletim informativo do Projeto Paulo Freire, nov. 2019, n. 4, ano 1.

FRANÇA, F. M. C. et al. **Cisterna de placas:** construção, uso e conservação. Fortaleza: Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010. 33p (cartilha).

Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social:** uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: 2004.

GOMES, M. A. O. *et al.* Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 63-78, 2001.

LIMA, L. P. N. S. **Mapas sociais: propostas e perspectivas.** Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

MATTOS, L. C.; JUNIOR, M. F. **Manual do biodigestor sertanejo**. Recife: Projeto Dom Helder Câmara, 2011. 55 p.: il.

PORTO, E. R.; SILVA, A. S.; BRITO, L. T. L. **Conservação e uso racional de água na agricultura dependente de chuvas**. IJUSA: Campina Grande, 2011.

SANTIAGO, F. S. *et al.* **Bioágua Familiar**: Reuso de água cinza para produção de alimentos no Semiárido. 2012. Disponível em: http://www.projetedomhelder.gov.br/site/images/PDHC/Artigos_e_Publicacoes/Bioagua/Bioagua_Familiar.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

SANTOS, E. R.; SANTOS, M. N. F. *A experiência da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias de Sobral/CE*. **Cadernos de Agroecologia**. ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe -v. 15, no 2, 2020.

SOUZA, M. S.; VASQUEZ, P.S. **Projeto Construindo Políticas de Saúde e Gênero no Campo, Formação de Multiplicadoras/es em Gênero, Saúde e Direitos sexuais e Reprodutivos**. Grande do Sul. FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / CONTAG, Brasília/DF, 2011.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

ZUFFO, A. M. (Org.) **As regiões semiáridas e suas especificidades 2** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/as-regioes-semiaridas-e-suas-especificidades-2>. Acesso em: 18 jul. 2024.

APRENDIZAGENS DO PROJETO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ÁGUA E EFLUENTES DA COMUNIDADE SANTANA DA CAL, CANINDÉ-CEARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Antônia Iara Chagas Martins
Ana Cláudia de Araújo Teixeira*

INTRODUÇÃO

As estratégias de Convivência com o Semiárido que vêm surgindo nos últimos anos é algo substancialmente relacionado à racionalidade que se compreende como uma das possibilidades no combate à seca, fenômeno climático conhecido popularmente como estiagem, cujo período chega a durar até oito meses seguidos do ano (Conti; Schroeder, 2013).

O Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pelo bioma da Caatinga. Bioma exclusivamente brasileiro e provido de uma riqueza de espécies endêmicas, variedade de paisagem, espécies animais nativas e espécies de vegetais que resistem ao clima e servem de garantia de sobrevivência de famílias que residem, resistem e sobrevivem nesse contexto (Conti, 2013).

A maior característica do Semiárido é o **déficit** hídrico, mas mesmo com essa escassez, não é desprovido de água, visto que tem períodos mais chuvosos. Conti e Schroeder (2013) afirmam que, além de irregulares, os índices de evaporação da água superam a quantidade de chuva, sendo que esses índices podem chegar a três vezes mais do que a água que cai da chuva.

O presente trabalho aborda o tema do Semiárido no contexto da comunidade Santana da Cal, no município de Canindé/Ceará, a qual se divide em comunidade Santana da Cal, com 200 famílias, e Assentamento Santana da Cal, que tem em torno de 20 famílias, segundo as associações comunitárias de agricultores/as e moradores/as da comunidade.

O nome Santana da Cal faz referência a Santa Ana e Cal faz referência à indústria de Cal implantada na comunidade, a

qual movimentou a economia das famílias por gerações. Hoje a atividade econômica é a agricultura agroecológica com base nos saberes tradicionais, na qual há uma preocupação com a vida, com os valores e saberes culturais das comunidades, e a agricultura convencional, alicerçada em métodos que agredem a natureza e a vida humana.

A comunidade tem como principais fontes de água dois açudes, que ficam dentro do Assentamento, e as cisternas, as quais são utilizadas principalmente para consumo humano.

Nas atividades culturais, há a Festa de Santa Luzia, padroeira da comunidade. Neste período os/as devotos/as deixam suas comunidades vizinhas para prestigiar a Festa que se realiza de 3 a 13 de dezembro. Essa atividade movimenta o mês de dezembro e contribui com a economia da comunidade. Outra atividade cultural na comunidade são as Festas Juninas, em que são formados grupos teatrais de dança para representação cultural junina.

A primeira escola foi criada por um fazendeiro da região em sua propriedade, hoje destinada à área de reforma agrária. Tempos depois passa a ser debaixo de uma árvore de oiticica, no leito de um riacho. Atualmente a comunidade conta com uma Escola de Ensino Fundamental construída pela comunidade com o apoio da prefeitura do município, que homenageia o fazendeiro José Cabral de Araújo, idealizador da proposta da Escola na comunidade; e com uma Escola de Ensino Médio, Filha da Luta Patativa do Assaré, que foi conquistada com muita luta pela comunidade, localizada na área de reforma agrária — e que traz a proposta de uma Educação diferenciada e Contextualizada com as especificidades da população do campo.

Algumas das famílias da comunidade retiram sua renda da produção agrícola nos quintais produtivos, que é um espaço de produção que geralmente está localizado próximo às residências e é destinado e coordenado pelas mulheres no geral; assim, elas sem deixar o cuidado com a família, podem produzir de forma sustentável, e destinar a renda a consumo familiar ou até mesmo para vendas em feira agroecológica para melhorar a renda da família. A maior parte da produção se resume à plantação de

hortaliças. Alguns plantios contam com sistemas de irrigação de açude, uns utilizam as vazantes com minas de água vindas de açudes e outros com cisternas de calçadão ou enxurrada que armazenam um volume maior de água para o plantio. As práticas e técnicas de Convivência com o Semiárido desenvolvidas pela Escola da comunidade têm contribuído para a melhoria da vida dos/as agricultores/as e têm sido referência para as famílias que partilham dessas experiências por meio dos/as estudantes. As técnicas levadas pelos/as estudantes da Escola de Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré contribuem na proposta de disseminação de práticas sustentáveis na comunidade.

O objeto deste trabalho é a Sistematização das ações realizadas no âmbito do projeto de tratamento biológico de água e efluentes, desenvolvidas na Escola de Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré. A Escola é considerada promotora de saúde pela comunidade Santana da Cal — e funciona no campo experimental, cuja área é destinada às práticas agroecológicas, as quais são mantidas e executadas pela comunidade escolar dentro da escola de educação do campo.

O nascimento desse projeto se deu por um problema vivido na escola. O sumidouro existente, por ter uma grande demanda de usuários/as, não suportou a carga depositada, e transbordou a ponto de formar uma poça de lama a céu aberto, em que a água desperdiçada atrapalhava o fluxo — e o odor emanado desse local se tornou um incômodo.

Visto que outra problemática vivenciada era a falta de água para atividades no campo experimental, a partir da situação vivida relacionada ao incômodo do odor e desperdício de água, surgiu a ideia de retirar a água do sumidouro e tratá-la com práticas ecologicamente sustentáveis, evitando que continuasse a transbordar — e, por conseguinte, a água que seria desperdiçada, passou a ser utilizada no campo experimental em atividades agrícolas, além de contribuir no processo de construção de aprendizagens coletivas da comunidade escolar e das famílias.

Este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência do “Projeto de Tratamento Biológico de Água e Efluentes”, as reflexões

e aprendizados acerca do referido projeto na perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo de Sistematização realizado na comunidade Santana da Cal, Canindé/Ceará.

A maior motivação em descrever a experiência do “Projeto de Tratamento Biológico de Água e Efluentes” é a possibilidade de contribuir para a Sistematização do conhecimento construído de forma coletiva e compartilhada pela comunidade, de modo a dar visibilidade à Experiência em pauta e torná-la pública e acessível a outras comunidades que, eventualmente, possam se inspirar e reproduzir ou recriar essa Experiência em seus contextos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo do tipo relato de experiência, por meio do método de Sistematização de Experiência desenvolvido por Oscar Jara Holliday (2006). De acordo com o autor, sistematizar significa:

[...] classificar, ordenar ou catalogar dados e informações – “organizá-los em sistemas”. Esta é a definição mais comum e difundida desta terminologia. Contudo, no campo da Educação Popular e no trabalho em processos sociais, utilizamos o termo num sentido mais amplo. Referimo-nos não só a compilar e ordenar dados e informações, mas também a obter aprendizagens críticas a partir das nossas experiências, como tal, não dizemos apenas “sistematização”, mas sim “sistematização de experiências” (Holliday, 2006, p. 6 - aspas do autor).

Neste sentido temos como propósito a Sistematização das ações do “Projeto de tratamento biológico de água e efluentes”, a qual foi realizada durante os meses de maio a outubro de 2019, como parte das atividades do tempo-comunidade da Unidade de Aprendizagem III – Políticas Públicas e Sistematização de Ações Afirmativas em Educação Popular em Saúde e Convivência com o Semiárido – nos territórios do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, coordenado pela Fiocruz Ceará.

O presente relato começa com um preâmbulo para contextualizar como essa Experiência foi identificada como uma potência na comunidade Santana da Cal e, por conseguinte, foi escolhida para ser sistematizada pelos sujeitos envolvidos no processo de construção, de acordo com a metodologia de Holliday (2006). Os momentos estão apresentados mais adiante no tópico “Vivências participativas na Sistematização da Experiência”, tendo sido realizados em quatro encontros descritos a seguir: 1. definição do eixo da sistematização, seus objetivos, sujeitos participantes do processo e plano de ação da sistematização; 2. recuperação do vivido através da construção de uma linha do tempo do período de 2011 a 2019; 3. problematização e reflexões sobre o que foi construído na recuperação do vivido e construção dos produtos da sistematização: cordel e *portfólio* criativo; 4. apresentação e compartilhamento dos produtos da sistematização na comunidade e no Encontro Regional de Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido no município de Quixadá, em outubro de 2019.

Em seguida, o Relato traz uma descrição da Experiência citada trazendo as reflexões das autoras sobre o processo e seus desafios, suas ponderações e percepções acerca da experiência relatada, além dos depoimentos e reflexões do grupo participante do processo de Sistematização da Experiência.

O grupo participante do processo de Sistematização foi constituído por comunidade escolar: professores/as, funcionários/as, educandos/as do ensino médio e ex-educandos/as, representantes da comunidade como a presidenta da Associação Comunitária da Comunidade e Assentamento, agricultores e agricultoras jovens e educandos/as do ensino fundamental, universitário — e líder religioso.

3 RELATANDO A EXPERIÊNCIA DO “PROJETO DE TRATAMENTO BIOLÓGICO DE ÁGUA E EFLUENTES”

Preâmbulo: o caminho percorrido desde a construção participativa da Cartografia Social à Sistematização da Experiência

A construção da Cartografia Social e o processo de sistematização foram realizados de forma dialógica, participativa e colaborativa envolvendo os sujeitos que vivenciaram a Sistematização da Experiência.

A primeira etapa do processo de identificação das potencialidades e das ameaças à comunidade Santana da Cal teve início em fevereiro de 2019, quando foi realizada a construção de uma Cartografia Social que aconteceu em dois momentos: (1) conversas individuais e rodas de conversas com pessoas da comunidade sobre o objetivo e o processo de construção da Cartografia Social e (2) a construção artística do mapa da comunidade, com base na discussão dos elementos que ameaçam e promovem a saúde e a vida no território.

A Cartografia Social possibilita construir um conhecimento acerca de um território, com a participação dos sujeitos que nele vivem, trabalham e atuam, os quais guardam com esse território uma relação de pertencimento e têm um compromisso social com sua transformação (Costa, 2010).

A Cartografia Social foi realizada como parte das atividades do tempo-comunidade da Unidade de Aprendizagem I – Educação Popular em Saúde no Contexto do Semiárido – do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, coordenado pela Fiocruz Ceará, e contou com a participação de moradores/as, agricultores/as, donas de casa, jovens, estudantes, lideranças comunitárias e religiosas.

Desse modo, o mapa do território foi desenhado com base em duas questões problematizadoras: *o que promove a saúde e a vida da comunidade? E o que ameaça à saúde a vida da*

comunidade? Os elementos ameaçadores e promotores da saúde e da vida problematizados no grupo foram representados no mapa.

A comunidade Santana da Cal elegeu, como elementos promotores da saúde e da vida na comunidade, a Escola de Educação do Campo e os projetos por ela desenvolvidos: a) esportivos que agregam atividades de educação física; b) culturais como os grupos de danças juninas e resgate de musicais e artesanatos; c) preservação do meio ambiente com atividades na comunidade de conscientização sobre o descarte e reuso de resíduos; d) família na escola que promove integração das famílias e comunidade com a escola; e) atividades de catalogação de plantas medicinais desconhecidas pela comunidade e que já é de uso da comunidade; f) agroecológico como a criação de animais, peixes e plantação de frutas, verduras e plantas nativas; e o g) projeto de tratamento biológico de água e efluentes que reutiliza a água do sumidouro da escola nas atividades agrícolas. Além desses projetos, a comunidade ressaltou como elementos promotores: a água/açudes/poços artesanais, cisternas calçadão e de placas, quintais produtivos, os festejos religiosos e culturais e as rodas de conversas no fim de tarde.

Como elementos que ameaçam a saúde e a vida, a comunidade destacou: êxodo rural, falta de políticas públicas voltadas para a coleta de lixo sustentável e saneamento básico, falta de saneamento ou de projeto de reaproveitamento da água, queima de lixo doméstico em casa, acúmulo de resíduos sólidos nos rios e riachos, falta de espaço para a coleta do lixo reciclável, mosquito *aedes aegypti* (dengue), fossa aberta, poluição sonora/falta de fiscalização, desrespeito aos/às enfermos/as e idosos/as, enlatados como refeição nas escolas, uso de álcool por motorista/motoqueiros sem fiscalização policial, associação de violência ao uso de droga/dependências químicas, transportes escolares sem condições de uso e com superlotação de crianças e adolescentes juntos/as, uso de agrotóxico nas pequenas plantações rurais familiares e o consumo de alimentos com agrotóxicos, falta de plantação orgânica na comunidade, falta de técnicas no manuseio de produtos naturais para produção de alimentos orgânicos e para controle de pragas, criação de animais soltos na vila, criação

de animais domésticos em grandes quantidades, animais com calazar, falta de vigilância das zoonoses, falta de atuação de agente de endemias, sedentarismo, falta de espaço para a realização de exercícios, falta de atendimento médico, falta de posto de saúde, falta de ambulância para deslocamento de doentes ao hospital, falta de atendimento médico hospitalar no município, falta de atuação e acompanhamento de agente de saúde, falta de remédio e falta de tratamento da água encanada vinda do açude para abastecimento e consumo humano.

A partir da problematização dos elementos que ameaçam e promovem a saúde e a vida, os quais foram representados no mapa social do território, a comunidade identificou um problema: “o grande descarte de resíduos sólidos dentro do território da comunidade”, o qual foi foco de uma intervenção (atividade desenvolvida no Curso de Especialização) — e identificou o projeto de tratamento biológico de água e efluentes como potência, o qual foi objeto de Sistematização, cuja descrição é apresentada a seguir.

Vivências Participativas na Sistematização da Experiência

O processo de Sistematização da Experiência consistiu na realização de quatro momentos, conforme descrito na metodologia, os quais são apresentados a seguir.

Primeiro momento – Definição do eixo da sistematização, seus objetivos, sujeitos participantes do processo e plano de ação da sistematização

No primeiro encontro, a partir da discussão sobre as potências da escola, ficou definido coletivamente que o projeto de tratamento biológico da água e efluentes seria o eixo da Sistematização.

Tratamos de traçar objetivos e indicar fontes, como o campo experimental da escola, agrônomo e estudantes que participam do processo de manutenção e de construção de aprendizados dentro

do projeto. Participaram da Sistematização 40 sujeitos distribuídos entre estudantes do ensino médio, professores/as (Geografia, Matemática, Biologia e Agronomia), representante da associação comunitária, pais/mães e a educanda do curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência do Semiárido, uma das autoras do presente trabalho. Definimos que a próxima etapa (a da recuperação do vivido) seria realizada por meio de uma linha do tempo.

Foi construído um plano de ação sobre os passos que iríamos percorrer durante a Sistematização, tendo sido definidos os seguintes passos: recuperação do vivido através da construção de uma linha do tempo, problematização e reflexões sobre o que foi construído na recuperação do vivido e construção dos produtos da Sistematização.

Segundo momento – Recuperação do vivido através da construção de uma linha do tempo do período de 2011 a 2019

No segundo encontro realizamos a recuperação do vivido por meio da construção da linha do tempo do período de 2011 a 2019. Neste momento, de forma coletiva e participativa, deu-se a elaboração de desenhos e escrita dos desejos, angústias e agradecimentos, que foram expressos em um painel e, depois de concluído, foi compartilhado no grupo.

Nessa etapa de reconstrução do vivido, os sujeitos do processo de Sistematização levantaram uma discussão sobre o período a ser recuperado na linha do tempo, com justificativa de ser um período no qual muitos camponeses e camponesas puderam se colocar em meio à sociedade sem discriminação pela profissão, raça ou poder econômico como pessoas essenciais para o desenvolvimento humano — e que, segundo os sujeitos, algumas ações maquiadas de *políticas públicas* têm tentado retirar deles/as essa autonomia.

Foi escolhido, então, o período de 2011 a 2019 — o qual, na visão dos/as educandos/as e demais membros da comunidade, trata-se de um período em que muitas das políticas públicas

destinadas à população rural foram pensadas e implantadas para a população de forma contextualizada, de modo a atender as necessidades da população do campo; e que de acordo com a visão dos/as mesmos/as, vem se distorcendo e tomando novos caminhos que podem contribuir para a desvalorização da população camponesa, da vida em comunidade, da saúde humana, de seus direitos e de suas atividades. Os/as integrantes relatam sobre o problema da desigualdade social que o povo camponês vem sofrendo, de acordo com essa conjuntura política e social atual.

Para os/as integrantes do grupo, entre os anos de 2011 a 2016 os agricultores e agricultoras puderam ver seus esforços serem reconhecidos e valorizados diante do cenário político e social vivido. Pois foi quando as políticas de melhoramento do campo começaram a ser pensadas e direcionadas aos agricultores e agricultoras, sendo mencionadas pelo grupo: o direito à terra com respaldo na reforma agrária, o acesso ao crédito e suas facilidades para plantios e criação de animais, assessoria técnica e políticas de acesso à água como cisternas de placa, de calçadão e de enxurrada, distribuição de água em carros-pipa, perfuração de poços artesanais, incentivos ao não uso de veneno nas plantações, incentivos à plantação e comercialização de produtos de agricultura familiar em feiras agroecológicas, preservação das matas ciliares e pouco desmatamento, a valorização das associações comunitárias e do magistério, implantação de escolas de educação do campo e implantação de médicos/as da família com o Programa Mais Médicos nas comunidades.

Já no período que compreende os anos de 2017 a 2019, considera-se que o campo sofreu um abalo, pois os agricultores e agricultoras puderam ver que diante de tanta luta e de tanta conquista, esse período foi marcado por contradições e violação dos seus direitos — que conduziu a caminhos de incertezas e acentuada desigualdade social, como assim expressam a seguir:

a violência com incentivos a uso de armas, a reforma da previdência que dá privilégios à burguesia e desmerece o trabalhador do campo, o corte de verbas das universidades que buscam garantir o direito à educação das populações

menos favorecidas, a liberação de agrotóxico que vai contra os princípios da agricultura tradicional e da vida, os grandes desmatamentos e queimadas, e os corte do programa mais médico (Fiocruz Ceará, 2019).

Toda esta dimensão de sustentabilidade e desenvolvimento apresentada pela escola e comunidade nas atividades do campo experimental, bem sabemos que ainda não está dada e conquistada, pois é um processo que estará sempre em permanente construção. Mesmo em pequenas comunidades, em pequenas plantações, percebe-se que as raízes do agronegócio estão ativas na busca do lucro a qualquer custo, sem se perguntar sobre as consequências que isso traz para a saúde, para o mundo e para as pessoas.

Para tanto, o projeto desenvolvido pela escola buscou alternativas metodológicas que não provocassem perda de recursos naturais — e que, assim, a transição para um modelo tradicional sustentável ganhasse espaço dentro de uma visão tecnológica e futurista.

O projeto de tratamento biológico de água e efluentes aqui relatado passa por três fases que estão descritas a seguir: 1. a água do sumidouro é destinada a um tanque com areia, pedras, carvão e cinza, que serve como filtro para a retirada das impurezas; 2. a água do primeiro tanque é destinada a um segundo tanque cheio de raízes nativas e micro-organismos, que ajuda na eliminação de resíduos; 3. a água é destinada a um tanque reservatório onde a partir dele será utilizada em manejo e cultivo dentro do campo experimental como: plantas frutíferas e hortaliças e criação de animais.

Rocha (2013) afirma que a região semiárida brasileira é exemplo de superação e adaptação:

A região semiárida brasileira se destaca pela sua diversidade ambiental, cultural e pela resistência de seu povo que luta e inova para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional. É nesse lugar que ao longo dos anos as famílias resistem às adversidades naturais e aos problemas oriundos da falta de políticas públicas que estimulem e valorizem a cultura local. Em cada região do Semiárido é possível,

ainda, perceber as famílias fazendo do seu habitat uma escola de vida, onde aprendem a produzir o seu alimento e garantir estratégias de segurança alimentar e nutricional, com capacidade de estocagem de água e alimentos para si e água e forragem para os animais (Rocha, 2013, p. 109).

Para o autor, é com base nesse tripé que os agricultores e agricultoras desenvolvem diversas experiências de Convivência, de acordo com suas necessidades, buscando sempre alternativas para aumentar seus conhecimentos e trocar experiências entre eles (Rocha, 2013).

Segundo Rocha (2013), o olhar militante e governamental para essa região é de extrema importância, visto que o governo não sabe ou não direciona políticas públicas de acordo com as especificidades da comunidade, e prioriza a construção de grandes obras, com enfoque pautado em uma matriz reducionista e fragmentada de combate às secas, valoriza as grandes obras hídricas e com a irrigação orientada para a produção destinada ao mercado externo.

As famílias que residem no Semiárido sabem que as chuvas são irregulares, que existem anos de pouca chuva e anos que chove demais. Muitas delas valem-se das experiências da cultura popular para saber se o ano vai ser bom de chuva ou não, para melhor planejar suas atividades agrícolas.

Manejar os recursos hídricos é muito mais que pensar em ações isoladas para problemas específicos inerentes ao consumo humano. É preciso abranger as questões relacionadas ao contexto ambiental específico do agroecossistema (Petersen, 1997). Castro (2003), um dos pioneiros em estudos sobre a região semiárida, diz que:

[...] a partir de estudos sobre as regiões brasileiras, identifica que a região semiárida [é] fortemente marcada pela fome crônica e o subdesenvolvimento — até então entendidos e tratados como temas escondidos — e põe-nos no centro dos debates sobre o desenvolvimento (Castro, 2003, p. 25).

Para o autor, esse enfrentamento do subdesenvolvimento e da fome implica uma verdadeira revolução social que iniciaria com a era do homem social, em contraposição à era do homem econômico. Ele aponta para um modelo de desenvolvimento humano que contemple a “emancipação alimentar do povo” (Castro, 2003, p. 192).

O uso de tecnologias inovadoras no Semiárido tem trazido boas novas às comunidades que são desprovidas de bens essenciais como água e alimentos. Tecnologias de Convivência com o Semiárido desenvolvidas pela Escola de Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré e com o projeto de tratamento biológico de água e efluentes têm contribuído com o desenvolvimento econômico e com a produção sustentável de alimentos das famílias na comunidade Santana da Cal.

Terceiro momento – Problematização e reflexões sobre o que foi construído na recuperação do vivido e construção dos produtos da Sistematização: cordel e portfólio criativo

O terceiro encontro foi dedicado à problematização e reflexões sobre o que foi construído na recuperação do vivido e a construção dos produtos da Sistematização por meio de um cordel e criação do *portfólio* criativo.

Para tanto, realizamos uma roda de conversa, na qual a troca de saberes foi se construindo e tratando da relevância do projeto de tratamento biológico de água e efluentes.

Como mecanismo de facilitação pedagógica, foram sugeridas as seguintes questões: quais são os desafios vividos pelos camponeses e camponesas dentro de um cenário político, social e econômico atual no sertão de Canindé? Quais avanços podemos identificar e/ou perceber na construção de uma sociedade mais justa, sem desigualdades sociais e valorização dos Povos do Campo? No que diz respeito às políticas públicas de valorização e melhoramento do acesso à água, como essas políticas são implementadas na comunidade? Como ser protagonista da construção de políticas públicas? Qual a importância de repensar sobre a alimentação da comunidade — e, como trazer a

comunidade para o fazer coletivo de atividades inerentes à saúde humana e ambiental?

Essas perguntas foram lançadas com o propósito não de receber respostas prontas, mas sim de despertar a reflexão crítica sobre essas questões pertinentes ao cotidiano da comunidade — e, assim, promover o protagonismo e a autonomia enquanto comunidade. Com a finalidade de ilustrar esse momento apresentamos a seguir o depoimento de um agricultor:

É importante saber o que podemos cobrar? Para que cobrar? De quem ou onde podemos cobrar? Quem já pagou pelo que vou cobrar? Quem tem direito ao que vou cobrar? [...] não existe apenas o grupo dos agricultores, e sim vários grupos com suas profissões [...], com direitos e deveres diferentes. Para que um grupo não acabe solicitando ou pretendendo receber políticas públicas de outro grupo é de suma importância apresentar essas questões. Visto que as políticas públicas destinadas aos agricultores ainda não suprem a demanda atual, e passa por um processo, no qual as pessoas se autodeclararam agricultores para ter acesso às poucas políticas. Nesse sentido, faz-se necessário que haja mais clareza na garantia dos direitos (Fiocruz Ceará, 2019).

Diante do exposto pelo agricultor, iniciou-se um pequeno debate, tendo ficado evidente nas falas dos membros que o cenário que estamos vivendo é fruto da alienação política que visa o lucro financeiro dos grandes empresários e o poder político — e destrói as histórias de um povo que sempre viveu da luta por uma vida digna e que respeita as diversidades sociais de uma sociedade multiculturalista. Esse entendimento é reforçado na fala de um dos membros do grupo, conforme apontado a seguir:

Estamos passando por um período no qual temos que nos manter firmes e fortes para provarmos a tão falada resistência. Somos nós os sujeitos da história e somos nós que temos e que vamos mudar em todos os aspectos e em todas as esferas. Tendo como recomendação de que embora a comunidade seja unida, deva ser mais companheira — cuidar uns dos outros, sermos mais solidários com as causas pessoais e com as coletivas, a fim de promover a igualdade de valores e, assim, se fortalecer como sociedade. E que as práticas agroecológicas sejam referência de resistência e de permanência no campo (Fiocruz Ceará, 2019).

A comunidade, segundo o grupo participante, tem contribuído na construção de políticas públicas, não apenas pedindo, mas em manifestações coletivas, onde pode colocar suas necessidades e suas prioridades, argumentando sobre cada uma delas. Nesse sentido, a comunidade tem conseguido até agora: escola de ensino fundamental, escola de ensino médio na modalidade de educação do campo, cisternas para consumo humano, cisternas-calçadão, cisternas de enxurrada, poços artesanais com equipamento para retirada do sal da água, encanamento de água do açude para a comunidade, atendimento médico uma vez por mês na comunidade e quintais produtivos.

A Escola de Educação do Campo busca agregar e construir junto à comunidade uma relação de respeito e igualdade e de identidade com o compromisso de valorizar as atividades agrícolas exercidas pelos camponeses e camponesas. Essa relação de construção de saberes se dá desde a criação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, quando os pais/as mães, moradores/as líderes e comunidade em geral tiveram o privilégio também de construir junto à escola de Educação do Campo o modelo de educação que seria oferecida pela Escola aos seus filhos e filhas, seus/suas descendentes, pois participaram coletivamente dos encontros de elaboração da proposta pedagógica até o seu funcionamento, como também avaliaram o desenvolvimento do processo.

A comunidade, em especial as agricultoras e os agricultores, é recebida pela Escola como influenciadores/as de novos tempos — e são referência dentro da proposta escolar. Nesse contexto, a comunidade reconhece a Escola como uma das maiores potências dentro da comunidade, pois ela desenvolve inúmeras experiências que promovem a vida e a saúde na comunidade. Sendo coletivamente acordado entre a comunidade que o projeto que mais os representa é o tratamento biológico de água e efluentes, considerando a pouca água que a comunidade dispõe e os motivos pelos quais deve tratar e reaproveitar de forma a contribuir com a agricultura familiar.

Também no terceiro encontro houve a discussão sobre a elaboração do produto da Sistematização. Diante das possibilidades,

foi elaborado um cordel pelo Sr. Francisco Nascimento Martins, que retrata o cenário atual vivido e suas inquietações sobre o momento, que apresentamos a seguir:

O Brasil já foi Brasil
Quando o PT 'teve lá
Mudaram pra Michel Temer
Começou a piorar
Agora é que 'tá feio
O Brasil 'tá de joelho
Sem poder se levantar
A vida já não 'tá tão boa,
E depois dessa reforma
O problema se agravou
Quem é rico continua
Quem é pobre se lascou
Já falei pra mais de onze
Agora caiu a bomba,
Em cima do trabalhador

Se recebesse o dinheiro
Que recebe um deputado
Pra comprar tudo que quero
Não deixar nada fiado
Eu não faria questão
De ser um aposentado

Brasil foi um país bom
E agora 'tá muito fraco
Um dia desses meu país
Saiu de dentro do saco
Agora caiu na sacola
O Brasil não pede esmola
Por que 'tá faltando saco

Ao presidente Bolsonaro
Me responda, por favor,
Por que que tu tem raiva
Do homem trabalhador?
Eu gosto muito de pobre
E muito pobre gosta d'eu
Sei que não foi às custas do pobre
Que você se elegeu
Quem nunca viu, venha ver
E, o seu plano popular,
O plano do presidente
Para o Brasil acabar
Pode ser bonito ou feio
Seja casado ou civil,
O plano de Bolsonaro
É acabar com o Brasil

Aos amigos Deputados
Que ganham mais de milhão
Olhem pra o agricultor
Que ganha só algum tostão
Pois se vocês não olhar
Nunca mais vamos votar
Nessa quadrilha de ladrão
(Fiocruz Ceará, 2019).

Diante da experiência vivida e compartilhada na comunidade, uma inquietação é como alguns dos educandos e educandas lidam com o projeto. Embora, como os registros a seguir mostram, boa parte seja a favor da conscientização ecológica e da valorização da atividade agrícola, alguns veem como uma obrigação momentânea, como parte das atividades escolares — e não dão o devido valor e respeito pela prática exercida pelos agricultores e agricultoras.

Quarto momento – Apresentação e compartilhamento dos produtos da Sistematização na comunidade e no Encontro de Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido no município de Quixadá, em outubro de 2019

O quarto encontro foi dedicado à apresentação e compartilhamento dos produtos da Sistematização na comunidade. O cordel e o *portfólio* criativo foram expostos para a comunidade na Escola de Educação do Campo, oportunidade em que as pessoas puderam apreciar a arte produzida na comunidade.

Também tivemos a oportunidade de apresentar nossos produtos no Encontro Regional de Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, em outubro de 2019, no município de Quixadá-CE, no Sertão Central, quando na ocasião houve um debate sobre tecnologia de inovação para a saúde e para melhorar a Convivência com o Semiárido brasileiro.

Algumas reflexões sobre o processo de Sistematização se fazem necessárias: como algo que antes era uma problemática da escola — água transbordando do sumidouro da escola — passa a ser objeto de estudo e de produção de conhecimento e de aprendizagem, projeto de tratamento biológico de água e efluentes? Percebemos que essas vivências coletivas de saberes e mudanças de hábitos apontam para um futuro em comunidade positivo, pois é a partir de pequenas mudanças que se constrói a autonomia, ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, criando hábitos alimentares e empoderamento comunitário.

No que se refere ao processo de Sistematização relatado neste trabalho, vale destacar o quão importante foi o percurso construído de forma participativa, através de rodas de conversa e oficinas colaborativas a partir da elaboração da Cartografia Social, a qual foi a base e o fio condutor para que as etapas da Sistematização acontecessem de modo fluido e participativo, envolvendo os sujeitos da comunidade atuantes na Escola e implicados com o projeto de tratamento biológico de água e efluentes. A metodologia participativa adotada na construção da

Cartografia Social e nas etapas da Sistematização foi fundamental para o envolvimento e a confiança estabelecida no seio do grupo, particularmente no que diz respeito à exposição dos relatos dos/as participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto e as atividades relacionadas ao campo experimental mostrou a forte ligação com a dinâmica familiar, pois a maioria das famílias sobrevive de plantações agrícolas em pequenos quintais produtivos — e a maior safra depende do período chuvoso.

O “Projeto de Tratamento Biológico de Água e Efluentes”, além de ter solucionado o problema de desperdício de água no sumidouro escolar, demonstrou que usando tecnologias de Convivência com o Semiárido podemos ter alternativas para melhor convivência no campo. Espera-se que essa experiência seja levada aos quintais produtivos de cada família.

Na tecnologia desenvolvida na Escola de Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré, o tratamento de água para uso em plantios é um mecanismo de baixo custo e pode ser adaptado às residências. No entanto, mesmo sendo uma boa ideia de sustentabilidade e de baixo custo, demanda recursos financeiros e trabalho de profissionais para avaliação e análise do projeto. Sem investimento fica difícil avaliar se os resultados estão sendo significativos e tendo, de alguma forma, impactado na comunidade.

Compreendemos que ainda há uma resistência dos/as jovens aos valores éticos culturais e ao trabalho na agricultura cultivados por toda uma geração que insiste em resistir no campo. Um dos fatores pode estar relacionado à ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a efetivação desses valores através de programas que fortaleçam os saberes e práticas da agricultura de base agroecológica, bem como de programas que fomentem as áreas da educação, trabalho, cultura, ambiental, entre outras, que estimulem a permanência do/a jovem no campo. As

lições aprendidas com a experiência relatada como o cuidado da comunidade com as tecnologias de Convivência com o Semiárido, com a água e o respeito coletivo ao meio ambiente e, sobretudo, à vida, indicam os princípios orientadores para implementação de políticas públicas nessa direção.

Fica evidente que as metodologias adotadas na Educação do Campo referenciadas na Educação Popular e nos princípios das tecnologias de Convivência com o Semiárido promovem o empoderamento e resistência da comunidade para melhor desenvolvimento e bem-estar individual e coletivo. Este trabalho teve desde seu início o propósito de documentar, em relato de experiência, iniciativas de sustentabilidade da Escola de Educação do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré. Espera-se que essa iniciativa não tenha fim em si mesma, mas que ela seja a porta de entrada para outras que estejam em planejamento ou construção. Que as críticas, reflexões e aprendizados colhidos nesse processo de Sistematização da Experiência possam inspirar outras comunidades no aprimoramento de projetos que tenham a essência da consciência ambiental e social, na propagação de um mundo mais justo e de políticas de equidade voltadas para as populações do campo, que garantam sua segurança e soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

CONTI, I. L; SCHROEDER, O. (Org). **Convivência com o semiárido brasileiro:** Autonomia e Protagonismo Social. Ed. IABS – Brasília 2013.

CASTRO, A. M. de. (Org.). **Fome, um tema proibido:** últimos escritos de Josué de Castro. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, M. M. M da. **Conhecendo a Cartografia Social:** técnicas, vantagens e limitações. V. 2, Paraná. PDE, 2010.

FIOCRUZ CEARÁ. **Relatório da Sistematização de Experiências da Comunidade Santana do Cal/Canindé/Ceará**, 2019.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**. Tradução de Maria Viviane V. Rezende. 2. Ed. Revista. – Brasília: MMA, 2006.

PETERSEN, P. **Diagnóstico participativo da água na parcela; algumas sugestões de caráter metodológico**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997.

ROCHA, J.C. **Convivência com o semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Organizadores. Ed. IABS – Brasília 2013.

COM RETALHOS TECEMOS O SONHO DA NOVA SOCIEDADE: ORGANICIDADE DO ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ EM QUIXERAMOBIM-CEARÁ

*Iane Braga de Oliveira
Fernando Ferreira Carneiro*

INTRODUÇÃO

Esse estudo buscou analisar como se deu o desenvolvimento do processo da organicidade do Assentamento Nova Canaã, localizado a 20 km de distância do município de Quixeramobim, cidade que fica na região Sertão Central do Ceará —e como as famílias conseguiram materializar essa organicidade de modo que se tornasse instrumento fundamental para participação no conjunto de atividades desenvolvidas no referido Assentamento. Este possui uma área de 5.894,7559 ha com capacidade para 90 famílias se assentarem.

No Ceará, a luta pela terra não foi diferente de outras regiões do Brasil: decorreu de experiências de outras lutas camponesas, como Canudos, Contestado, Caldeirão, entre outras. Por aqui os conflitos inicialmente tiveram o mote da contestação para o não pagamento da renda, estendendo-se para a luta pela terra, tendo como conquistas os Assentamentos Monte Castelo, em Choró Limão; Califórnia, em Quixadá; Santana em Monsenhor Tabosa; Lagoa do Mineiro e Salgado Cumprido em Itarema e Amontada; Maceió em Itapipoca; Mulungu em Tururu e Ipueira da Vaca em Canindé (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2010).

De acordo com Basílio, no Ceará se vão incorporando experiências de lutas camponesas em vários territórios, quando se vão articulando coletivos de militantes da luta popular, ativistas sociais, militantes das comunidades Eclesiais de Base/CEBs e pastorais sociais, militantes sindicais, entre outros (Basílio, 2017).

A temática da organicidade do MST é uma questão que não se desvincula da luta pela terra, pois abordar a organicidade

é problematizar e explicitar quais são as forças vivas que se movimentam na perspectiva da luta, existência, resistência e disputa de classe. Assim, os acampamentos e assentamentos são espaços de resistência nos quais as famílias depositam na terra ocupada a possibilidade de vida digna, concretizando o sonho de liberdade. Neste sentido entendemos que a organicidade deve fomentar o princípio coletivo e combativo do MST, respondendo às necessidades de articulações e vinculação com a base, com o conjunto da classe trabalhadora e a sociedade em geral, na perspectiva da construção de um projeto de emancipação humana (MST, 2015).

A organicidade é elemento central, é um conceito vivo e em movimento, construído a partir da materialidade do MST: é ela que aponta os princípios que orientam a atuação da militância para que não perca os objetivos principais, construindo a identidade do camponês/da camponesa como sujeito político vinculado/a à estratégia da transformação da sociedade — logo, ela é algo permanente, movimento vivo que precisa responder às mudanças e transformações necessárias em cada período histórico (MST, 2015).

Assim, a organicidade se faz desafio permanente e presente desde o início da Ocupação, como cita Araújo (2020), onde percebe-se que o MST constrói, a partir das suas Ocupações, uma forma de organicidade que deve ser continuada nos assentamentos, um modelo que passa a ser elemento formador dos sujeitos acampados que posteriormente serão assentados, construindo uma sociedade pautada em valores coletivos que fortaleçam o cultivo de uma espiritualidade comunitária que aponte para uma humanidade muito mais coletiva, na construção do novo homem e da nova mulher (Araújo, 2020).

Dessa forma, a organicidade possibilita a participação de todos/as, fortalecendo o sentimento de coletividade. Como afirmam Stedile e Fernandes (1999), o Movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia dos/as Sem Terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder,

tem vez e voz e se sente valorizado (Stedille; Fernandes, 1999).

De acordo com os autores, percebe-se que a organicidade é a forma para impulsionar a constituição do modelo de sociedade que o MST objetiva construir, sendo os Assentamentos esse exemplo prático de vivência de valores e princípios, não só para a conquista da terra: é essa organicidade que permite a coletividade e unidade em torno das ações para a continuidade da existência do próprio Movimento. Logo, todos os sujeitos são importantes e têm função a desempenhar, potencializando a participação de todos e todas nos processos de tomada de decisão e execução dos encaminhamentos.

O Assentamento Nova Canaã foi decorrente do processo de trabalho de base e articulação de homens e mulheres da região de Quixeramobim que, movidos/as pelo desejo de ter um pedaço de chão para morar e produzir, encabeçaram um processo de luta pela terra juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST — e na data de 11 de dezembro de 2002 ocuparam a então área que hoje é o Assentamento.

Antes do Assentamento, o imóvel era denominado Muxuré Novo — e foi ocupado com aproximadamente 120 famílias, o qual passou dois anos em processo de negociação entre o INCRA e o proprietário — e, assim, depois do período de acampamento, o Assentamento foi chamado Nova Canaã (Araújo, 2020).

Segundo Bernardo (2010), o Assentamento é um espaço dinâmico, que envolve relações sociais, onde se manifestam os aspectos culturais, místicos e sagrados. Os assentados e assentadas dão significado ao lugar, pois é ali onde vivem, se organizam e lutam por melhorias. O acampamento foi um espaço que teve vários momentos até ser oficialmente reconhecido, pois teve todo um contexto histórico de luta pela posse — até se obter, finalmente, a terra de trabalho.

Nesse sentido, o Assentamento é um espaço onde homens, mulheres crianças e idosos/as participam para, assim, construir um local alicerçado em valores como a coletividade, divisão de tarefas, debates e reflexões acerca do cotidiano; é também expressão da vivência da época do acampamento, onde o mesmo se constituiu

como um embrião do que viria a ser o Assentamento — para tanto, o processo orgânico, hoje, do Assentamento é o resultado do que foi o acampamento, sendo muito presente nas falas de muitos assentados e assentadas que passaram pela experiência.

Sendo hoje representado dessa forma, a organicidade do Projeto de Assentamento/PA Nova Canaã é dividida em Núcleos de Base, que foram implementadas pelo MST a fim de fortalecer a cooperação por meio do trabalho coletivo e divisão de tarefas. Estes Núcleos são compostos por dez membros — e os mesmos representam as suas famílias (Bernardo, 2010).

Existe a divisão em setores, como: Assembleia Geral, Coordenação Geral, Conselho Fiscal, Núcleos de Base — e as Equipes das áreas de Educação, Saúde, Esportes, Pecuária, Agricultura, Infraestrutura e Disciplina. As reuniões são realizadas e discutidas nas decisões das famílias e têm como base o Regimento Interno implantado pelos próprios assentados e assentadas. Além dessas instâncias organizativas citadas acima, o Assentamento possui também uma entidade, a qual tem uma diretoria que juridicamente representa as famílias assentadas: essa entidade é denominada Associação Comunitária do Assentamento Nova Canaã. É por meio dessa entidade jurídica que o Assentamento recebe as conquistas (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], 2008).

Os moradores e moradoras são representados/as através de uma Coordenação que se reúne semanalmente e planeja quinzenalmente uma Assembleia Geral para discutirem e tomarem direcionamentos para os assuntos pertinentes ao Assentamento. Já os Núcleos de Base encontram-se semanalmente em dias distintos, para posteriormente levarem suas questões para a Assembleia (INCRA, 2008).

A organicidade é um princípio fundante do MST e funciona como um *bem* para o Assentamento Nova Canaã — que tem nesta forma organizacional a estrutura política e social das famílias que lá vivem. Entendendo, dessa forma, por organicidade o fazer necessário do dia a dia da luta dos homens e mulheres que, ao cortar o arame do latifúndio, querem assim também romper com formas arcaicas e hierárquicas — e assim se organizam de forma

que a coletividade seja o cerne do trabalho.

A instigação de falar sobre essa temática surgiu a partir da vivência enquanto militante do MST/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no acompanhamento aos Assentamentos organizados pelo Movimento — e no Assentamento Nova Canaã, especificamente, pelo fato de conseguir manter até os dias atuais uma forma de organização que consegue dar respostas às múltiplas questões pertinentes ao Assentamento nas suas várias dimensões. Além disso, teve o fato da vivência durante o Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido na execução de trabalhos que tiveram a participação de pessoas do Assentamento na construção da Cartografia Social do mesmo, em cujo tema a organicidade surgiu como elemento principal de promoção da vida das famílias.

Averiguar o processo de organicidade de um Assentamento do MST significa perpassar pela própria organicidade do Movimento, já que o Assentamento é parte da estrutura orgânica do Movimento. Para tanto, buscamos subsídios nos materiais formativos dos Setores de Formação do MST, além do diálogo com a bibliografia que trata sobre o tema.

Os principais fatores motivacionais ancoram-se no desejo de registrar a experiência da organicidade do Assentamento Nova Canaã, desde o processo de ocupação da terra, em 2002, passando pelas conquistas adquiridas — e identificar algumas dificuldades e contradições, buscando possibilitar um ciclo de aprendizagens com os sujeitos participantes sobre o processo vivido.

2 OBJETIVOS

O estudo teve como objetivo principal o de identificar como o Assentamento Nova Canaã se afirma na coletividade e constrói territórios saudáveis a partir dos seus processos organizativos. Também buscou analisar como se deu o desenvolvimento do processo da organicidade com as famílias assentadas e refletir de forma coletiva e crítica acerca da experiência vivida.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se insere no campo das Ciências Sociais, considerando o modelo de produção e reprodução da vida que tem suas interferências no território estudado e as relações deste com os meios externos; para tanto foi utilizada como metodologia de apreensão da realidade a Cartografia Social e a Sistematização de Experiências.

O estudo aconteceu no Assentamento denominado Nova Canaã, localizado no município de Quixeramobim, na região do Sertão Central do Estado do Ceará. Hoje o Assentamento conta com 97 famílias. Participaram como sujeitos da pesquisa o coletivo da Coordenação do Assentamento, que é composta com os/a coordenadores/a dos Núcleos de Base — no total são 8 homens e 1 mulher. Os dados foram coletados por meio da Cartografia Social construída durante as atividades do tempo-comunidade como experiência sistematizada no território.

CARTOGRAFIA SOCIAL

As Cartografias Sociais são mapas feitos a partir do ponto de vista dos/as ocupantes de um determinado território e estão ligadas à questão de domínio e poder territorial. Esses tipos de mapas geralmente são feitos pelas pessoas das comunidades que, de alguma forma, estão sendo impactadas por fatores internos ou externos impondo ameaças ou fortalezas. Para além das informações técnicas, trazem também as simbologias constituídas no decorrer da formação do território.

Para Gorayeb (2015), a Cartografia Social propõe-se apresentar esses elementos, elucidando a autoconsciência do grupo, construção e o desenvolvimento de identidades próprias.

A elaboração da Cartografia Social do Assentamento Nova Canaã foi um processo vivido durante o tempo-comunidade do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido — e teve como caminho inicial a identificação dos sujeitos que pudessem participar da oficina e construir o mapa social do Assentamento.

O mapa foi construído a partir das questões que ameaçam e o que fortalece na construção de territórios saudáveis, onde apontaram a forma de organização como sendo elemento de fortalecimento, bem como as relações de trabalho na determinação do processo saúde-doença.

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

A Sistematização de Experiência teve como objetivo evidenciar resultados das práticas, possibilitando trocas de conhecimentos entre atores/atrizes que interagem em diferentes contextos e grupos de sujeitos, sendo uma metodologia participativa com técnicas educativas:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e porque o fizeram desse modo (Holliday, 2006).

Seguindo esta conceitualização do autor, considera-se cinco tempos que todo processo de Sistematização deveria ter: a) o ponto de partida; b) as perguntas iniciais; c) a recuperação do processo vivido; d) a reflexão de fundo; e) os pontos de chegada.

Participaram da Sistematização dessa Experiência os coordenadores de Núcleo de Base do Assentamento, ressaltando-se que o Assentamento possui 97 famílias, totalizando um número de 301 pessoas. Dessas, 155 são adultas, 46 crianças, 53 adolescentes e 47 são idosos/as. As famílias assentadas são distribuídas em Núcleos de Base, totalizando 9 Núcleos, sendo que de cada Núcleo é escolhido/a um/a coordenador/a – formando, assim, a Coordenação Geral do Assentamento, sendo 8 homens e 1 mulher, tal como já dito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do mapa social do Assentamento possibilitou, a partir da concepção dos sujeitos participantes sobre o território onde estão inseridos, identificar e responder às perguntas: *o que ameaça a vida no Assentamento? E o que promove a vida no Assentamento?*

A seguir, a tabela com os elementos que promovem e ameaçam a vida.

Quadro 1 – Elementos que promovem a vida e elementos que ameaçam a vida

O QUE PROMOVE A VIDA?	O QUE AMEAÇA A VIDA?
• Organicidade	• Falta de união
• Grupos de Jovens	• Desmatamento
• Campo de futebol	• Queimadas
• Escola do campo	• Drogas
• Agroecologia	• Seca
• Moradia	• Violência
• Cisternas	• Preconceito
• Energia	• Uso de agrotóxicos
• Construção de açudes	
• Coletivo	
• Eventos culturais	
• Grupo de mulheres	
• Quintais produtivos	
• União	
• Rádio	

Fonte: Autor/a

A situação da saúde da população do campo se apresenta como um grande desafio a ser superado, pois há uma parcela grande dessa população vivendo às margens da pobreza, não possibilitando acesso a bens e serviços — e, sobretudo, a dificuldade no acesso a serviços básicos de saúde. Dessa maneira, o processo de adoecimento desse público está ligado às condições de vida, mediadas pelas desigualdades sociais que o modelo da estrutura fundiária cria.

Durante a trajetória do Assentamento, a convivência na coletividade foi crucial para dar corpo à organicidade, considerando

que a concretude desta organicidade se faz aprendendo com os processos do passado e os saberes de todas as gerações, do/a mais novo/a ao/ã mais velho/a: é que todas as famílias estão inseridas nas instâncias organizativas, de modo que essas são ouvidas e decidem sobre as questões do Assentamento.

A Sistematização se deu em diversos momentos. O primeiro diz respeito a uma reunião com a Coordenação do Assentamento, para ver quem faria parte da equipe de Sistematização. Nesse primeiro encontro foi encaminhado que os/as próprios/as coordenadores/as seriam os sujeitos integrantes da Experiência.

A partir daí foi construído de forma coletiva um cronograma de encontros e definindo-se as etapas do processo, que envolveram: um diálogo sobre Sistematização — aqui foi realizado o debate a respeito do que é a Sistematização de Experiência e o porquê de sistematizar a organicidade do Assentamento rememorando a Cartografia Social. Feita essa fala foi explicado sobre os passos da construção de uma Sistematização de Experiência, deixando a equipe a par de que teríamos outros encontros nesse processo. No cronograma foi realizada também a recuperação do vivido e o roteiro para a interpretação crítica do vivido, sendo este um momento em que conjuntamente os sujeitos iriam identificar e rememorar os principais momentos do Assentamento, as decisões tomadas coletivamente e identificar como foram as etapas dessa experiência no tempo histórico do Assentamento. Feito isso, partimos para um segundo momento, que foi a construção de uma linha do tempo trazendo a organicidade e as principais conquistas do Assentamento no recorte de tempo de 2002 a 2018. Abaixo segue tabela com a linha do tempo do processo vivido.

Quadro 2 – Linha do Tempo do processo vivido

ANO	ACONTECIMENTOS
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação da Fazenda Caraúba - Quixeramobim-Ceará; • Formação de Equipes (Comunicação, Alimentação, Negociação, Infraestrutura e Segurança); • Formação de Núcleos de Base (8 Núcleos); • Organização de assembleias.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Período de seca: resistência das famílias nas barracas de tona.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Desapropriação e emissão de posse (29/07/2004); • Diretoria provisória: Cilene, Antônio Saldanha e Gilson; • No mês de outubro foi fundada a Associação do Assentamento; • Início da construção das casas; • Construção de equipes: Cultura, Pecuária, Esporte, Educação, Saúde, Disciplina e Lazer.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Energia; • Cisternas; • Construção estrada Caraúba; • Açude da manga do Fio; • 1ª festa de aniversário do Assentamento • Acesso a crédito de apoio.
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de diretoria; • Retirada da diretoria e assume uma nova diretoria.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro de Jovens do MST.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Aduutora; • São José II (reformas de currais); • Eleição para diretoria; • Curso Magistério da Terra (Irismar, Joilda e Eliene representaram o Assentamento).
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Conquista da Escola do Campo.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Conquista cisterna calçada; • Diretoria é novamente renovada.
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Curso derivados do leite; • Início seca.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Semiárido.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Início da construção da escola do campo; • Quintais produtivos; • FEDAF.
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de representantes do Assentamento no 6º Congresso do MST em Brasília, Delegação (Natanael, Geórgia, Carlinhos e Francisco Eudázio); • Paralisação da construção da escola do campo.
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Projeto São José III; • Reforma do açude do contorno com contribuição de recurso coletivo; • Início da construção CE 166. • Educação de jovens e adultos.
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Mutirão de organicidade validação do Projeto São José III; • Conclusão da CE 166 no final do ano.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Brasil sem Miséria.
2018	<ul style="list-style-type: none"> • Início da obra agroindústria; • Equipe comissão executiva obra da agroindústria; • Ocupação CE 166 para reivindicação de sinalização; • Conquista da Rádio; • Realização do Encontro Estadual do MST em dezembro.

Fonte: Autor/a

O último processo foi pensar num produto de comunicação e elaborar uma estratégia de apresentação desse produto final.

O produto escolhido pelo grupo para sintetizar a experiência da organicidade do Assentamento foi um *podcast*, onde foi enfatizado o processo de ocupação da terra, a organicidade, as conquistas e desafios do Assentamento — trazendo a temática da intervenção que foi sobre o uso de agrotóxicos, como uma realidade a alterar. Contou com a participação dessa autora na apresentação e mais três assentados/as que foram entrevistados/a.

Finalmente a última etapa, como produto final, foi elaborado e exibido um *podcast* para a rádio da comunidade com a síntese dos resultados dessa pesquisa. Contou com a participação da autora na apresentação e de mais 3 pessoas assentados/as que foram entrevistados/as. Seguem trechos desse produto, que por si só dizem um pouco desse processo:

IANE - Olá Companheiros, olá Companheiras, esse é o *podcast* Vozes da Resistência, sou lane Braga e vou acompanhar você durante esse programa. Irei explicar aqui do que se trata esse *podcast* e o que a gente está pretendendo fazer com ele. Esse programa surgiu a partir do Curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido. Curso que tem como instituição executora e coordenadora a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ Ceará). Importante colocar que para elaboração desse *podcast* serão utilizados como fonte de informação os trabalhos realizados de forma coletiva na Cartografia Social, os encontros da Sistematização de Experiência — como a linha do tempo e o momento de reflexão sobre o processo vivido — e conversa com algumas pessoas sobre a intervenção. Aqui neste *podcast* a gente vai atuar junto com as famílias do Assentamento Nova Canaã. Esse *podcast* será apresentado por mim, lane Braga, educanda do Curso de Especialização em Educação Popular e terá a introdução de algumas entrevistas colhidas com os assentados e assentadas relacionadas ao tema que iremos tratar aqui durante o programa. Aqui a gente vai tratar sobre quais foram os momentos emblemáticos da história do Assentamento Nova Canaã — como, por exemplo, a ocupação e início da organicidade, os elementos de ameaça a essa organicidade e quais as conquistas adquiridas ao longo desses anos. Para falar sobre o processo de ocupação que aconteceu no dia 11 de dezembro de 2002, vamos ouvir o depoimento de Francisco Eudásio e Francisco Elias — que traz também como se deu o processo de organicidade das famílias assentadas, organicidade que foi citada na Cartografia Social como elemento de promoção da vida e experiência escolhida para ser sistematizada.

CHICO EUDÁSIO - Sou Chico Eudásio, aqui do Assentamento Nova Canaã; estou aqui desde o início do acampamento. Pra mim o acampamento foi uma escola, onde nos sentava com a Coordenação todas as tardes; todas as manhãs era Assembleia, todos, com 120 famílias.

SEU ELIAS - Foi assim como eu 'tava dizendo o dia; o mês,

assim, eu me esqueço, porque também já faz muitos dias; mas eu me lembro como foi que aconteceu, que o primeiro dia que nós fomos pra lá pra ocupar foi uma madrugada já — e neste dia não era pra nós entrar por donde nós entramos, porque tinha muita gente que vinha do Tanquinhos; era pra nós entrar pelo lado do Tanquinhos; fomos, mudemos pra nós entrar aqui pela Caraúbas, pelo nosso lado aqui do sobrado. Chegamos lá já quase de manhãzinha; quando entramo ali, aí começamos a se organizar, as pessoas fazerem as barracas; aí foi o tempo, com 8 dia, pra fazer a vistoria; nos tivemos que sair e vinhemos [sic] pro Poço do Barro. Poço do Barro era aqui pertinho; aí daí se organizemos, fizemos as barracas, já sabia que ia passar mais tempo; fizemos os grupos aqui, a reunião da Coordenação, nós tinha Assembleia de oito em oito dia e Assembleia de 15 em 15, mas nós já trouxemos essa organização das barracas, porque nós vamos fazer diferente; nos outros cantos não tem grupo: é um grupo só; nós vamos dividir as famílias em grupo, nós ficamos com 120 nas barracas. Começemos a organizar os grupos trabalhando direitinho, nós fazia coletivo nessa estrada que não era pista na época, era de barro; nós tapava os buracos pro carro passar, pra nós andar nos horários, pois muita gente ia pra rua e não tinha dinheiro; aí o horário levava a gente; aí consertava as estradas pra eles. Chegou o dia que vinhemos pro Assentamento; quando nós vinhemos pra cá, que se assentamos mesmo, tivemos a posse: desse dia pra cá nós começamos a trabalhar, desenvolver mais nossas coisas. As mangas são coletivas, né, nós cerca coletiva[mente] as estradas, todas as cercas que nós faz é no coletivo. Nós não dividimos nada, não, nem ninguém também limitou: *você só vai plantar aquele tantinho* não; até agora nós planta o que pode plantar, por isso que nós temos uma produção mais ou menos.

CHICO EUDASIO - Onde nós tivemos conquista da Escola do Campo, Agroindústria através do Projeto São José III e também uma rádio comunitária e muitos outros projetos que a gente já conseguiu aqui pro nosso Assentamento, como crédito de apoio, crédito fomento, também 24 quintal produtivo, Brasil Sem Miséria, 10 pra galinha caipira e 10 pra cabra. E muitos outros projetos. Que nós tivemos também projeto de escola, onde eu aprendi fazer meu nome aqui.

IANE - Vamos ouvir um depoimento de Cleia Holanda, que fala das conquistas do Assentamento.

CLEIA HOLANDA - Tem um campo iluminado, tem um clube muito grande todo coberto, tem 2 escola, uma grande e uma pequena, que chama-se a escola do campo, tem uma agroindústria que 'tá próximo a terminar, tem uma pista muito boa pra nós que dá acesso a Quixeramobim. Tem

muita coisa boa, tem o quê? 7 açudes aqui dentro, muito bom, tem muita coisa boa. Ganhamo já 2 trator, ganhemo 1 no começo e ganhemos outro agora, todo equipado — e assim vamo levando aqui a vida dentro do nosso Assentamento, com muita conquista, muita presença do pessoal bom, né, do MST, de todo canto vem visitar nós aqui e a gente tem que agradecer, agradecer de tudo que a gente tem conquistado aqui dentro.

IANE - Chico Eudásio falou também sobre o que pode ameaçar a organicidade do Assentamento.

CHICO EUDASIO - Muito desafio nós tem aqui no Assentamento; o desafio é nos ver a nossa escola funcionando e bem, a nossa escola do campo. Também a agroindústria também funcionando. Outro desafio é um coletivo bem desenvolvido pra o nosso assentamento. Também um desafio é pra nossa rádio comunitária, onde nós precisa se organizar mais, pra nós pudermos ter mais sucesso com ela.

IANE - Dizer da importância que teve as discussões com os assentados e assentadas, na compreensão que eles mantêm sobre a importância da organicidade para o Assentamento. Como dizia Che, a organização é a chave que permite agarrar as iniciativas do povo e transformá-las em ação. Chegamos no final deste *podcast* e esperamos você no próximo programa. Onde iremos abordar a temática sobre os agrotóxicos, esse que foi citado na Cartografia Social como ameaça à vida dos assentados e assentadas. Deixo aqui os meus agradecimentos ao meu orientador Fernando Carneiro e a todos e todas do Assentamento Nova Canaã que contribuíram para elaboração deste *podcast* (Vozes da Resistência – Episódio 1, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a organicidade seja o elemento central que media a vida orgânica do Assentamento, faz-se necessário intensificar as ações em torno da formação permanente, aprofundando temas que são ameaças à vida no Assentamento, como os agrotóxicos e as drogas. Esses desafios incluem temas como o cooperativismo, agroecologia, educação do campo e as políticas de saúde.

Os elementos de promoção, assim como os de ameaça à vida das famílias do Assentamento que foram citados na Cartografia Social, estão ligados direta ou indiretamente com a organicidade.

É importante ressaltar que o processo de luta pela terra, inicialmente, tem como principal elemento motivador a questão econômica que continua presente mesmo depois que as famílias se assentam. Após a conquista da terra, outras necessidades vão sendo demandadas pelas famílias — que, isoladamente, sem vínculo de uma organicidade, os assentados e as assentadas não teriam avançado na melhoria das condições de vida.

Nova Canaã é de fato um Assentamento que no seu processo de luta pela terra acumulou muitas experiências; no campo da organicidade essa foi um instrumento utilizado pelas famílias desde os tempos de acampamento para dar respostas às questões econômica, social e política no Assentamento. Tendo conseguido se manterem preservando a prática do trabalho coletivo, as instâncias organizativas onde perpassam as discussões da vida orgânica do Assentamento de forma democrática têm muito a contribuir com outros assentamentos, divulgando e difundindo que é possível construir um modelo de comunidade onde todos e todas possam participar das decisões; que é possível olhar para o Assentamento e enxergar as conquistas adquiridas no espaço de promoção da vida das pessoas, como, por exemplo: a escola do campo, a rádio, açudes, cisternas, campo de futebol etc. Assim como também da importância da organicidade para intervir nas problemáticas do Assentamento, respaldados pelas normas do Regimento Interno, documento construído coletivamente, as instâncias como Assembleia, Coordenação e Núcleos de Base conseguem dar voz a todos e todas do Assentamento — e os encaminhamentos ganham mais força.

De forma particular, foi enriquecedor sistematizar a organicidade do Assentamento Nova Canaã. Esperamos que esse trabalho possa servir como fonte de conhecimento para que outros assentamentos possam pensar uma organicidade que possibilite construir processos que contribuam para o desenvolvimento de territórios saudáveis. Foi gratificante conhecer homens e mulheres que na vida se colocam como sujeitos e sujeitas que lutam por uma sociedade mais humanizada, combatendo as injustiças da sociedade e lutando para concretizar nos territórios os direitos das populações do campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. **A luta pela terra:** Resistência no Assentamento Chico Mendes. 2020. 59 p. Artigo (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Cariri - Instituto de Estudo do Semiárido, Icó, 2020.

BERNARDO, S. **Aspectos socioeconômicos e ambientais da produção de mamona em dois assentamentos do Ceará.** 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Universidade federal do Ceará-UFC pró reitoria de pesquisa e Pós graduação, Fortaleza, 2010.

BASÍLIO, J. R. Histórias de luta e resistência no MST- Ceará. In: SAMPAIO A.; DE OLIVEIRA, L. A; BASTOS, R. **À sombra das castanheiras.** Luta camponesa. Cultura, memória e história. Plebeu gabinete de leitura, 2017, p.263-279.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Ceará). **PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento:** Nova Canaã. Quixeramobim: Acace, 2008. 87 p.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Ceará). 28º Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Textos.** Fortaleza: [s.n.], 2015.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Brasil). Caderno de Formação do MST - CE nº 91. **História do MST (1984 - 2009).** 1. ed. Fortaleza: Setor de Formação, [2009].

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 168 p. ISBN 8586469173.

GORAYEB, A. Oficina do Eixo Erradicação da Miséria. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**, 2014, [s.l.]. Cartilha [...]. [S. l.]: Fundação Banco do Brasil, 2015.

VOZES DA RESISTÊNCIA – EPISÓDIO 1: **Introdução**. Entrevistadora: Iane Braga de Oliveira. Entrevistados: Francisco Eudásio Bento de Páscoa. 2019, Cléa Holanda. 2019, Francisco Elias. 2019, Rádio Canaã FM, 4 mar. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7dX6XAGJiPmgxPu3DXZkMk?if=IfYtIWpZTsGitJ-jkgYBpQ>. Acesso em: 20 set. 2020.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E O PROCESSO DE (RE) EXISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO ARAGUAIA- JAGUARUANA- CEARÁ

*Tiago Pereira da Silva
Diana Nara da Silva Oliveira
João Paulo Guerreiro de Almeida
João Rameres Regis*

INTRODUÇÃO

O território do Vale do Jaguaribe⁷ é marcado pelo avanço do agrohidronegócio e de empresas do ramo da carcinicultura. Por ser uma região com solos férteis e favoráveis recursos hídricos, grande quantidade de empresas instalou-se na região, especialmente a partir da década de 1990. Com o discurso da empregabilidade, aquilo que se convencionou chamar de “desenvolvimento” tem causado muitos impactos: ambientais, econômicos, socioculturais — e, de forma especial, à própria saúde humana. De tal modo, as referidas empresas têm como objetivo principal gerar acumulação de capital e exploração de mão de obra barata, não cumprindo com o prometido e nem com sua parte social que lhes convém. Ao passo que a população sofre com as mazelas da escassez de água e terra e trabalhadores/as ficam vulneráveis ao desemprego, ocorre a destruição de ecossistemas, a poluição do lençol freático e mortes de plantas nativas e animais, como a mortandade das abelhas e o enfraquecimento da apicultura. Quanto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, por vezes estão submetidos/as a empregos precários, colocando em risco sua própria vida, uma vez que são expostos ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

No entanto, mesmo nesse contexto conflitivo, há uma resistência que vem se construindo no território do Vale do Jaguaribe, a qual é forjada através dos diversos Movimentos Sociais e das práticas educativas necessárias à organização e à

⁷ A região Vale do Jaguaribe está situada ao leste do estado Ceará e é composta pelos municípios de Limoeiro do Norte, Alto Santo, Jaguaribe, Pereiro, Iracema, Tabuleiro do Norte, Ererê, Potiretama, Jaguaribara, São João do Jaguaribe, Russas e Jaguaruana. Recentemente, devido a mudanças regionais pelo governo do estado do Ceará, Jaguaruana faz parte da Regional Leste.

participação sociopolítica camponesa, com vistas à oposição e superação do *modus operandi* do capital no campo.

Nesse sentido, o presente artigo discute as práticas educativas e o processo de (re)existência pelo direito à terra e à vida de camponeses/as da comunidade Araguaia, localizada em Jaguaruana/Ceará, tendo como recorte temporal 2017 a 2019. Nesse processo, situamos ainda o surgimento da Organização Popular/OPA.

Assim, a questão que norteia esse estudo versa sobre o seguinte aspecto: qual a relação das práticas educativas desenvolvidas em territórios de resistência com a organicidade da comunidade?

O Acampamento Araguaia, fruto da luta pela reforma agrária no Brasil, nasce ao enredo de algumas famílias que foram empregadas e residiam na Fazenda Védica Maharishi-Paraíso, em Jaguaruana, as quais foram expulsas da propriedade. No decorrer dos anos que se sucederam desde então, a fazenda faliu e os filhos e filhas das famílias expulsas tomaram a atitude de procurar a militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ MST para ocupar, em 2010, o latifúndio em questão.

A partir daí, surge o trabalho de base nas comunidades vizinhas, mobilizando as famílias que viviam agregadas em áreas rurais e bairros urbanos. Formou-se ali uma nova comunidade para mais de 80 famílias, com princípios de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o território mantinha uma produção diversificada de alimentos orgânicos, em transição agroecológica, como legumes, verduras, frutas, carnes e leguminosas. De tal modo, favorecendo o bem-estar alimentar para a comunidade e a população do entorno, promovendo a construção de um ambiente saudável e sustentável, preservando a natureza e suas fontes de águas existentes no acampamento, enquanto nos seus arredores as empresas privatizam a água e a poluem.

Deste modo, no texto em questão discorreremos sobre como a organização das classes populares, a luta e a resistência camponesa são capazes de transformar vidas, territórios e materializar sonhos a partir dos exemplos e das experiências

de vida, do trabalho coletivo, em comunhão com a natureza e a sociedade. Ou seja,

pensar a organicidade, as pautas e as metodologias abordadas pelos movimentos sociais, sob a premissa de um novo modelo de sociedade, tem sido uma questão eloquente na atualidade, tendo em vista que a realidade se constrói sobre os pilares de contradições, cada dia mais acentuadas, provocadas pela divisão social em classes antagônicas (Brito, 2021, p. 41).

Em termos metodológicos, esse trabalho é de natureza qualitativa, assumindo a perspectiva do Relato de Experiência, uma vez que as ações apresentadas ao longo deste escrito fazem parte do processo formativo dos autores e autora deste texto. O Relato pode ser compreendido como um “trabalho de linguagem, uma construção que não objetiva propor a última palavra, mas que tem caráter de síntese provisória”, caracterizando-se através de uma escrita “aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais” (Daltro, 2019, p. 235). Configura-se, assim, como uma “narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico” (Daltro, 2019, p. 235) — tendo a memória da luta como fonte histórica, pois “o ser humano produz a memória para significar o mundo e a si próprio, enquanto que o ato de significação do mundo e do ser humano produz a memória (Oliveira Neto, 2022, p. 23).

LUTA PELO TERRITÓRIO CAMPONÊS ARAGUAIA: A SEMENTE FOI PLANTADA

No território do Vale do Jaguaribe existem diversas comunidades de resistência, das quais destacamos: Rosa Luxemburgo, em Jaguaruana; Aroeira Vilany, Zumbi dos Palmares, Terra e Esperança, em Aracati; São Miguel I, em Itaiçaba; Quilombo dos Palmares e Patativa do Assaré, em Palhano; Bernardo Marin II e Luiz Carlos, em Russas e Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte. Essas comunidades de resistência ao modelo

destrutivo do capital apresentam práticas educativas e experiências inovadoras, que estão para além da distribuição de terra, pois voltam-se, também, à garantia de trabalho, de bem-estar social, de produção de alimentos de qualidade e acessíveis ao povo. Neste processo, também se formam sujeitos com outra perspectiva de vida e uma visão de sociedade liberta, idealizadores/as de suas próprias histórias, travando uma luta de classe na região.

Nesse sentido, “se desde sempre são os homens que fazem a História, não é senão pela revolução socialista que começam a fazê-la conscientemente”, entendendo “a especificidade histórica da revolução proletária — não como um ato único, mas como processo permanente que conduz da luta pelo poder à instauração do comunismo: é que ela é, pela primeira vez, um empreendimento humano plenamente consciente” (Löwy, 2003, p. 34).

Mesmo com um número significativo de comunidades oriundas de ocupações, frutos da luta do povo e das organizações sociais, em especial do MST, isso ainda não é suficiente para distribuir os latifúndios, tampouco garantir os direitos básicos para a maior parte da população no país — e, especificamente, no Vale do Jaguaribe, um território marcado por muitas desigualdades socioeconômicas. No entanto, nesse contexto de conflitos agrários e ambientais também surgem ações contra-hegemônicas de enfrentamento ao avanço do capital.

Para atender esses sujeitos expropriados da terra, a Reforma Agrária apresenta-se como uma saída, conforme menciona Mitsue (2001, p. 168):

A reforma agrária implica um conjunto de medidas necessárias para alcançar aqueles objetivos. Essas mudanças começam necessariamente pela democratização da propriedade da terra e dos meios de produção, base para qualquer mudança social efetiva.

Compreendemos, assim, que esses territórios de resistência vêm combatendo as injustiças e a concentração de propriedade privada.

Nesse sentido, situamos o surgimento da Organização Popular/OPA, criada no ano de 2010, na cidade de Aracati, no

período de vários conflitos do capital, cujo *modus operandi* ameaçava comunidades tradicionais rurais, quilombolas, assentamentos, dentre outros. Sobre a OPA, ressaltamos que se trata de um grupo diverso de militantes de vários movimentos, organizações, pastorais sociais e categoria da classe trabalhadora:

A Organização Popular é uma organização do povo, da classe trabalhadora, autônoma, coordenada coletivamente e que atua na construção do Poder Popular, com vistas à superação do capitalismo e à edificação de uma nova sociedade; sociedade esta em que o ser humano e a vida sejam prioridades, e não o lucro ou o dinheiro, como acontece atualmente. O “A” do nome OPA é devido ao fato dela nascer em Aracati, cidade do litoral cearense. No começo, a OPA significava Organização Popular de Aracati. Mas como ela foi se espalhando por outros municípios e regiões, tivemos que rediscutir a sigla. Após bons debates, chegamos à conclusão de que o apelido original se manteria. Isso porque “OPA” significa também um grito de “peraê!”, “basta!”, “não dá mais!”, que emitimos quando algo que está errado precisa ser imediatamente interrompido. Ou seja, a OPA é um grito de transformação (Organização Popular [OPA], 2018).

Com objetivos e princípios de lutar por uma sociedade igualitária, livre de preconceito, machismo e opressão, a OPA não pertence a nenhuma religião, partido ou movimento; portanto, é autônoma, apesar de sua composição *sui generis*.

Nesse contexto de conflitos agrários, situamos a comunidade Araguaia, organizada pela OPA, em meio às disputas desse território, quando um grupo de 80 famílias (com cerca de 150 pessoas, entre adultos/as e crianças) ocupou, no dia 25 de agosto 2010, a Fazenda Védica Maharishi-Paraíso, conhecida como Cinco Lagoas, no município de Jaguaruana, a 186 km da capital Fortaleza.

Neste momento, a bandeira da OPA foi fincada como marco de enfrentamento ao latifúndio improdutivo e à concentração de terra; a partir desse dia, nasce a esperança de liberdade de uma gente sofrida, massacrada e excluída por um sistema opressor e desumano.

A comunidade encontra-se localizada em uma área de difícil acesso, desprovida de sistemas de saneamento básico e outros equipamentos que garantam o acesso a direitos sociais da comunidade (saúde, educação, moradia, transporte etc.), garantidos pela Constituição Federal de 1988. Porém, mesmo neste cenário desafiador, as famílias vêm resistindo e (re) existindo, na luta cotidiana. As investidas contra as famílias são muitas, sobretudo do Estado, que deveria protegê-las; contudo, é o mesmo que concede os pedidos de reintegração de posse, favorecendo o latifundiário.

Desde o início da Ocupação, a comunidade teve diversos empecilhos. Inicialmente, as famílias acampavam nos fundos da Fazenda, às margens de uma cerca de arame farpado. Durante os seis primeiros anos de ocupação, as famílias alteraram a localização do acampamento duas vezes: na primeira mudança, foram para as extremidades da Fazenda, em maio de 2011, quando se deslocaram cerca de 200 metros da entrada do imóvel; o segundo empecilho enfrentado foi em agosto de 2017, após as famílias serem surpreendidas por peões invadindo a área, para morar na fazenda, a mando dos “proprietários” da empresa, com o único objetivo de amedrontar, inibir e expulsar as famílias acampadas ao lado do latifúndio e posteriormente as famílias do território.

Os acampados e acampadas passaram por momentos difíceis e de temeridade, em decorrência das perseguições, ameaças com armas de fogo e disparos em noites escuras; em outras vezes, jagunços e policiais intimidavam as famílias, mostrando suas armas, numa relação opressiva de construção de sentimentos de medo e insegurança.

Foram dois meses de articulação, de agosto a novembro de 2017, de mobilização para a retomada da terra. Assentamentos, comunidades tradicionais, igreja, Organização Popular/OPA e, principalmente, o MST, nas pessoas dos dirigentes estaduais da região, estudaram e planejaram como seria esse momento tão esperado para as famílias. Foi um trabalho lento e paulatino de conscientização de famílias e apoiadores/as, realizado por uma militância envolvida e dedicada às tarefas, a qual precisou fazer

sacrifícios individuais e coletivos, passando noites em claro no acampamento e em viagens nas madrugadas.

No dia 22 de novembro de 2017, às 8 horas da manhã, o latifúndio que um dia os trabalhadores e trabalhadoras do campo tinham desocupado, voltou às mãos de dezenas de famílias, que sonharam em plantar a liberdade e cultivar soberania. Esse momento histórico de fazer brotar faíscas de uma corrente e um cadeado, pelas mãos de um trabalhador e uma trabalhadora, é um dos gestos mais simbólicos para a liberdade da classe camponesa.

Essa força veio das mais de 150 Famílias oriundas de territórios diversos, a saber:

- Município de Aracati - Comunidade de resistência Terra Esperança, Comunidade de resistência Zumbi dos Palmares, Comunidade de resistência Aroeira Vilany e Organização Popular de Aracati/OPA;
- Município de Beberibe - Comunidade de resistência Acampamento Luz da Manhã, Comunidade de resistência Santa Luzia;
- Município de Palhano - Comunidade de resistência Quilombo dos Palmares;
- Município de Icapuí - Comunidade de resistência São Francisco;
- Município de Jaguaruana - Comunidade de resistência Rosa Luxemburgo;
- Município de Limoeiro do Norte - Comunidade de resistência Zé Maria do Tomé;
- Município de Itaiçaba - Comunidade de resistência São Miguel.

Os/as integrantes das comunidades apoiadoras da Ocupação ficaram em torno de cinco dias no acampamento. Nos três primeiros dias, no período diurno, houve estudos coletivos,

organicidade da comunidade e execução das tarefas coletivas. As noites sempre eram animadas pelos tocadores populares e seguidas do Cine Poder Popular. Neste momento, eram projetados filmes no galpão coletivo e, após o término da sessão, havia um debate em torno da problemática ali vivenciada.

Nas primeiras semanas da Ocupação, todas as atividades eram coletivas, pensadas para a organização do acampamento. Era o começo de uma nova comunidade. A alimentação, as roupas, os materiais de higiene pessoal doados por amigos/as e apoiadores/as eram tratados como bens comuns, como diz a música de D. Carlos Alberto Navarro, interpretada por Waldeci Farias: *“Os cristãos tinham tudo em comum, dividiam seus bens com alegria. Deus espera que os dons de cada um, se repartam com o amor no dia a dia”*. Aquele momento era a mais concreta disseminação do Evangelho de Jesus Cristo Revolucionário.

No primeiro dia de ocupação, as famílias tomaram como decisão pedir ao morador da casa-sede que informasse às suas patroas sobre o ocorrido — e se retirasse da propriedade, já que todos/as estavam decididos/as a não mais sair da terra. A resposta do gerente foi ameaçar as famílias e dizer: “Se a dona da Fazenda autorizasse e, dessa cobertura, eu matava uns quarenta deles”⁸. Estas ameaças eram corriqueiras e frequentes, por parte não apenas dos gestores da fazenda, mas também advinda de trabalhadores assalariados, como forma de irromper na Ocupação a temeridade necessária para a manipulação dos opressores e construção de um sentimento de desamparo e insegurança. Mesmo assim, a Ocupação não recuou.

As noites animadas pelos tocadores e artistas populares eram de festa, celebrando a utopia que todos/as almejam: a conquista da terra. E isso nos lembra do poeta Mario Benedetti, em seu poema “Por que cantamos?”: “Cantamos porque chove sobre o sulco e somos militantes desta vida e porque não podemos nem queremos deixar que a canção se torne cinzas”. Essas palavras refletem o que os/as 150 militantes celebravam: a

⁸ Esse momento foi quando a equipe de coordenação foi avisar os trabalhadores da Fazenda para sair da propriedade e avisar às proprietárias que a Fazenda tinha sido ocupada novamente, e um dos trabalhadores falou para o outro.

verdadeira essência daqueles/as que trazem no sangue, no rosto, a luta de seus/suas ancestrais — e, principalmente, daqueles/as que tombaram por um pedaço de terra.

A Fazenda Cinco Lagoas, onde está localizado o Acampamento Araguaia, é uma fazenda com muitas estruturas, como casas, galpões, cinco açudes, casa de mel, estradas e poços; porém todos foram destruídos devido ao abandono das proprietárias. Mesmo com algumas infraestruturas destruídas, os/as camponeses acampados/as ainda conseguem usufruir dos galpões para as atividades de formação, na instalação da biblioteca Comunitária *Jacinta Sousa*⁹ e nas reuniões da comunidade; e dos açudes, usados para a irrigação e produção de alimentos em transição agroecológica.

Após mais de um mês de resistência, em visita, o delegado do município de Jaguaruana e o ex-gerente da fazenda quebraram o cadeado do portão da entrada do acampamento e adentraram, à procura das famílias, para uma reunião com todos/as, cujo principal interesse era identificar o líder da OPA. Para estes casos, a orientação da militância é que nunca se reúna com seus opressores ou supostos opressores. As investidas não cessaram. Ainda nesse mesmo período, a comunidade foi surpreendida quando pessoas não identificadas atearam fogo em toda lenha apanhada pelos acampados e acampadas.

Mesmo assim, em dezembro daquele ano, toda comunidade festejou, com sonhos e esperanças, o Natal popular, em conjunto com amigos/as que doaram brinquedos, cestas básicas e roupas; fez-se dessa confraternização um momento lindo com *mística*, música e almoço coletivo.

⁹ Jacinta Sousa foi uma militante das causas populares na região de Itaitinga, ajudando a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaitinga, candidata a vice-governadora pelo PSTU em 1998. Na década de 1990 veio para a região do Vale Jaguaribe, para a primeira ocupação do Movimento Sem Terra, ocupando a Fazenda Lagoa do Mato/Camarã-Aracati, hoje o Assentamento Zumbi dos Palmares. Deste então continuou na militância, organizando famílias Sem Terra para ocupar os latifúndios. Foi dirigente estadual do MST e sempre foi uma defensora da formação das crianças Sem Terrinha e das mulheres; nas comunidades, quando ela fazia tarefa com os adultos que geralmente a maioria era homens, ela sempre reservava um momento para as crianças e mulheres da comunidade. E tinha uma frase que ela sempre reforçava nas reuniões com a militância e direção das comunidades, que era: “*como teremos jovens e adultos conscientes se não trabalharmos as crianças hoje?*” Ela faleceu em 22 de abril de 2015. Então essa persistência da companheira foi crucial para homenagear a biblioteca com o nome dela.

Após diversos momentos de conflitos e enfrentamentos entre os representantes do capitalismo e a classe trabalhadora, as famílias acampadas, juntamente com a OPA, refletiram sobre as possibilidades de recuar. Depois de intensos debates, todos/as consideraram desmontar o acampamento das margens da Fazenda e decidiram migrar para o assentamento Rosa Luxemburgo, comunidade que fica extremando com o acampamento Araguaia. Desde o início, a comunidade Rosa Luxemburgo apoiou e construiu parcerias com o acampamento.

A saída do Acampamento Araguaia para o Assentamento Rosa Luxemburgo não foi o fim do acampamento para as famílias e nem o fracasso da organização. A partir daquele momento, as famílias renovaram as energias, pois tiveram tempo para traçar estratégias de resistência e enfrentamento juntamente com as comunidades que compõem a Organização Popular, que continuavam apoiando e se solidarizavam com todas as famílias, nos mais diversificados gestos, de articulação com amigos, apoiadores e sociedade civil. Essa decisão foi marcante para a comunidade, porque em momento algum os/as acampados/as pensaram em desistir ou se sentiram sozinhos/as:

O caminho é longo e cheio de dificuldades. Às vezes, por se desviar da rota, é preciso retroceder; outras, por caminhar excessivamente depressa, nos separamos das massas; em certas ocasiões, por fazê-lo lentamente, sentimos o respirar próximo e ofegante dos que nos pisam nos calcanhares (Fernandes, 2007, p. 27).

Em muitos momentos da história do MST, como ocupações de terra, de órgãos institucionais e em inúmeras atividades ocorreu esse fato. Isso se dá após uma série de reflexões baseadas na correlação de força dos/as envolvidos/as, como; estadia, organização, resistência e força política envolvida. Nesse período, mesmo sem estar na terra, as famílias sempre reafirmaram a existência do acampamento e o desejo de voltar à terra — e com tudo isso foi-se criando estratégias entre as comunidades que faziam parte do MST, para a nova retomada da terra.

As perseguições foram constantes, desde jagunços armados a policiais dando proteção ao fazendeiro, mas, contrariando

os poderosos e o poder do Estado, a comunidade permaneceu resistindo entre 2010 e 2020.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR NO ACAMPAMENTO ARAGUAIA

As práticas educativas acompanham a humanidade desde os primórdios da civilização. Os primeiros hominídeos foram descobrindo que podiam aprender e ensinar uns com os outros, através dos rituais, do trabalho e com a transformação da natureza; aprendiam e ensinavam, a partir do saber popular. Essa consciência possibilitou a evolução do ser humano e a formação da sociedade atual.

Com o desenvolvimento da humanidade e conseqüentes sucessões de modos de produção, passou-se a pensar a educação de forma institucionalizada. Mediante o surgimento das escolas, vemos centralizada a figura do professor ou professora como mediador/a do saber escolar, ao qual o alunado se submete no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, devemos lembrar que estas não são as únicas portas de acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A comunidade, com sua cultura, saberes, tradições e ancestralidades, também educa, de forma sistemática. Neste sentido, o conceito de prática educativa engloba estas nuances, pois não resume a dimensão do acesso ao conhecimento como elemento central e exclusivo das instituições seculares de ensino, ou seja, das escolas.

Marques e Carvalho (2016, p. 123) entendem “prática educativa como o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem”, sendo possível sua realização em espaços educacionais formais ou não formais. Paulo Freire, por sua vez, interconecta o processo de libertação do ser humano às práticas educativas emancipadoras.

Assim, a “[...] a liberdade é matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia

na medida da participação livre e crítica dos educandos” (Freire, 2011, p. 9). Do mesmo modo, compreendemos que as práticas educativas disseminadas pelos movimentos sociais populares são ações contra-hegemônicas que objetivam (re)criar novas formas de organização social e resistência ao *modus operandi* destrutivo do capitalismo contemporâneo, que devasta a natureza e o meio ambiente, as relações sociais, as condições de vida, de trabalho e sobrevivência do ser humano. De igual modo, consideramos necessário e urgente que uma nova ordem seja pensada e construída. Por isso, compreendemos que a organização popular, através de coletivos, movimentos sociais, da interrelação entre conhecimento popular e científico, seja o caminho para construção de uma sociedade socialmente justa.

Conforme Brito (2021, p. 85), “a relação entre educação e movimentos sociais se consubstancia no cerne da resistência, da luta, ou seja, ao passo em que o sujeito se insere nas organizações propostas pelos movimentos, passa por um processo de (trans)formação”, tanto dos sujeitos quanto do contexto inserido. Esse processo ocorre no chão das lutas e é mediado por ações de enfrentamento que fortalecem os coletivos envolvidos.

Não obstante, esses aprendizados e saberes estão para além da conquista da terra, tornando-se essencial que

[...] os camponeses tomem consciência de toda situação opressora em que estão imersos, para que assim possam construir os percursos para o processo de libertação, pois a partir do momento em que se finca a bandeira do Movimento no território disputado, se inicia a construção de uma nova sociabilidade (Brito, 2021, p. 85).

Uma educação libertadora, conscientizadora, no sentido freireano, busca conhecer a realidade e transformá-la. Nesse sentido, as práticas educativas emancipadoras podem ser percebidas na Educação Popular como práxis social,

[...] compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica”, desenvolvendo-se “na sociedade para se contrapor ao

projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade (Pini, 2012, p. 1).

Nesse ponto, o Vale do Jaguaribe é um celeiro de saberes populares, sendo um território que, ao mesmo tempo em que é cercado pelas investidas do capital, através das empresas do agronegócio, também é marcado pela (re)existência camponesa. É nesse cenário que situamos as práticas educativas desenvolvidas pelo acampamento Araguaia e pela Organização Popular/OPA no período em que ocuparam o referido território.

Destacamos práticas educativas essenciais à organização e à resistência camponesa no território: A **Biblioteca Jacinta Sousa**, o **Cine Poder Popular**, a **Feira Cultural** e o **Grupo de Mulheres Germinando Resistência** — apresentados a seguir através de imagens e descrição da ação.

Figura 1 - Práticas Educativas desenvolvidas no acampamento Araguaia



FONTE: Arquivo Organização Popular, 2019

A **Biblioteca Jacinta Sousa** é um espaço construído coletivamente entre os moradores e moradoras da comunidade, a militância, amigos/as e companheiros/as da OPA. O espaço teve como objetivo possibilitar o acesso ao conhecimento das artes, das culturas camponesas e das comunidades tradicionais, a fim de fortalecer a formação permanente para a construção de uma nova sociedade e de um novo ser humano. Apesar do projeto estar instalado no acampamento Araguaia, ele não pertence somente à comunidade, mas sim ao conjunto da OPA.

Com o lema *Socializando Saberes, Fortalecendo Sonhos e Ressignificando Vidas*, as atividades da biblioteca eram mensais, dinâmicas e diversificadas, a saber: o Piquenique Literário, que acontecia no açude; Roda de Conversa para conhecer a história da comunidade, momento em que os moradores e moradoras contavam a sua história de vida até os dias atuais; Noites Culturais, onde todos/as participavam contando histórias e poesias, precedido de jantares coletivos com comidas típicas do acampamento.

Em certo período, a Biblioteca realizou um projeto intermediado por um professor vinculado à Organização Popular e a uma escola de ensino médio da cidade de Jaguaruana. Tratava-se de um projeto de Feira de Ciências, o qual desenvolveu junto às famílias da comunidade e aos/às estudantes uma Feira Agroecológica, onde buscou-se incentivar a produção familiar camponesa e a sustentabilidade ambiental no Acampamento Araguaia. Com o projeto desenvolvido, a escola ganhou, nos anos de 2018 e 2019, medalhas de ouro nas áreas de Ciências Humanas e de Linguagens e Códigos, na fase escolar, e medalha de prata nas duas categorias na fase regional, no Ceará Científico.

A Biblioteca atualmente não funciona mais na comunidade, devido à migração das famílias para o Assentamento Rosa Luxemburgo, mas em março de 2020 ela renasceu com os mesmos objetivos no Assentamento São Miguel-I, em Itaiçaba, dentro do Centro Regional de Formação Marielle Franco, que comporta no local a Biblioteca Jacinta Sousa, o Banco de Sementes Egídio Brunetto, a Plenária José Alves e a Cozinha Coletiva Maria das Dores.

Destacamos também o **Cine Poder Popular** é uma atividade que promove o acesso ao cinema às pessoas da comunidade, as quais, até então, nunca haviam frequentado um cinema ou teatro. A exibição, além de proporcionar entretenimento aos moradores e moradoras, também ajudava nas discussões de temáticas da comunidade, já que a proposta do Cine era a de exibir filmes de acordo com a realidade do acampamento.

Os filmes eram projetados através de data-show na parede do galpão, e após a exibição fazia-se o debate relacionando o

filme ao cotidiano de resistência ali vivenciado. Antes, porém, era designada uma equipe responsável pelo planejamento do momento, a qual organizava o espaço, a *mística* de abertura, os equipamentos, a pipoca ou outra comida típica e as bebidas, como café, suco e refrigerante.

Outra prática educativa que possibilitou uma interrelação entre os/as camponeses/as e a sociedade foi a **Feira Cultural**, que se tornou recorrente. Na ocasião, foram apresentados livros da Editora Expressão Popular e produtos da terra oriundos do acampamento e das comunidades que a OPA acompanhava. Aconteciam também *oficinas de leituras e construção de poesias*, de pinturas, como também palestras.

Na *oficina de construção de poesia*, coordenada pelo PROJETO POEME e NATERRA, da qual participaram camponeses e camponesas do Araguaia, São José do Lagamar/Jaguaruana e do São Miguel-I/Itaiçaba. Os/as participantes narraram suas trajetórias de vida e de resistência, produzindo poesias sobre suas histórias. Sujeitos não alfabetizados, através das palavras e rimas ditavam seus versos para que os/as estudantes redigissem. Foi um momento de muita emoção e aprendizado para aqueles/as que acreditavam no ensino libertador, crítico e atravessado pela realidade de resistência camponesa.

Trazemos também a experiência da participação feminina na transformação do território, com a criação do **Grupo de Mulheres Germinando Resistência**, cujo objetivo era coordenar uma horta orgânica na comunidade, mesmo com a limitação de acesso a recursos hídricos. Esse processo de organização feminina, além de inserir as camponesas na cadeia produtiva, proporciona formação política e construção de uma consciência emancipadora.

As mulheres não plantavam apenas maxixe, cheiro verde, coentro, tomate, quiabo, pepino, pimenta de cheiro, acerola, laranja, melancia, maracujá, bananeira, batata doce, ervas medicinais, como malva santa, courama, boldo e girassóis: elas semeavam uma nova sociedade, onde o *impossível* para alguns, se torna cotidiano para a comunidade; onde o *utópico* se torna liberdade e vida digna para cada ser. Elas constroem a agroecologia no território, o equilíbrio entre a Mãe Terra e a Mãe Natureza, em

relação holística. Nas palavras de Freire (1979, p. 45), “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo”.

A produção agroecológica era destinada às famílias componentes da horta e o excedente era vendido para complemento da renda familiar. Essa organização feminina materializa a persistência em produzir em um ambiente de conflitos, mas de resistência e (re)existência camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tratou sobre as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo e pelos camponeses e camponesas, tendo como *lôcus* empírico o acampamento Araguaia e a Organização Popular, no município de Jaguaruana/CE. No decorrer de nossa argumentação, ressaltamos a importância de ações contra-hegemônicas no processo de luta e resistência da classe trabalhadora em meio ao avanço do capital no campo.

Identificamos, através da pesquisa, que em meio a desafios de ordem estrutural, financeira, organizacional e política, a comunidade buscou perseguir os objetivos e princípios voltados à defesa da Reforma Agrária, à produção agroecológica e à formação política dos sujeitos envolvidos. Nesse processo, pudemos identificar o caráter coletivo e formativo da luta pela terra.

Não obstante, a construção da resistência do campesinato e a formação de uma consciência crítica têm intrínseca relação com a Educação Popular, dado seu caráter de classe e emancipador. Por vezes, pode-se esbarrar com a Pedagogia do Opressor, que é uma Pedagogia do medo, da intimidação e da desesperança, cuja resposta do oprimido, num sentido freiriano, é a rebeldia e a coragem. Esse é um dos ensinamentos e aprendizados da militância do acampamento Araguaia.

As práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos do campo, a exemplo da Biblioteca Jacinta Sousa, do Cine Poder

Popular, da Feira Cultural e do Grupo de Mulheres Germinando Resistência possibilitam à comunidade envolvida a formação política e militante; uma formação da consciência crítica, que combina afetividade e criticidade, perpassa a compreensão macro da luta e considera o contexto histórico, político e econômico de sua imersão. Ou seja, a condição de expropriados da terra e do trabalho é fruto do *modus operandi* do capitalismo, no campo e na cidade, o qual combina a propriedade privada e acumulação de capital à violação de direitos sociais e humanos.

Em concordância com o caráter educativo presente no processo de luta e resistência do acampamento Araguaia, fruto do projeto educativo-político dos movimentos sociais, percebe-se que o sujeito Sem Terra, a partir de sua identidade coletiva, é o resultado final, porém inacabado, dos aprendizados produzidos no cerne da militância, estando em constante formação.

Por fim, consideramos que a organização interna e intelectual orgânica dos camponeses e camponesas, a partir de práticas educativas diversificadas no acampamento Araguaia, certamente consiste no maior avanço que a comunidade tenha logrado. Neste processo, a Educação Popular foi reiteradamente explicitada no território, considerando as dinâmicas de conscientização, práxis e libertação, para a organização e a participação sociopolítica, voltada à construção de uma identidade camponesa, notadamente uma identidade de resistência.

REFERÊNCIAS

BRITO, Â. T. da S. **A luta pela terra como princípio educativo no Acampamento Zé Maria do Tomé - Chapada do Apodi/CE.** 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2021. Disponível em: Acesso em: 15 set. 2023.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. **Relato de experiência:** Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesquis. psicol.** [online]. 2019, vol.19, n.1, pp. 223-237.

FERNANDES, Escola Nacional Florestan. O Legado de Che Guevara. **Cadernos de Estudos**. nº 3. São Paulo: ENFF, 2007. (1. ed.).

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÖWY, M. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. (5. ed.).

MARQUES, E. de S. A.; CARVALHO, M. V. C. de. O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, Ano 21, n. 35, jul./dez, p. 122-142, 2016.

MITSUE, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA NETO, J. J. de. **A dimensão autoformativa da memória camponesa**: narrativas orais nos processos de resistência pela terra em Jaguaruana-CE. 2022. 93 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=109437_ Acesso em: 15 set. 2023.

OPA - ORGANIZAÇÃO POPULAR. **Escritos da Organização Popular**. Jaguaruana- Ceará. 2018.

PINI, F. R. de O. **Educação popular e os seus diferentes espaços**: educação social de rua, prisional, campo. Congresso Intern. Pedagogia Social July. 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100032&lng=en. Acesso em: 15 set. 2023.

IMPACTOS DAS OBRAS HÍDRICAS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS NO CEARÁ

*Francisca Klécia Bernardino da Silva
Maria de Lourdes Vicente da Silva*

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre os processos de violações de direitos de mulheres atingidas por barragens a partir da construção de obras hídricas no estado do Ceará. Ele é parte do nosso Trabalho de Conclusão do Curso/TCC de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz Ceará. Parte-se de uma revisão bibliográfica fundamentada em pesquisas realizadas sobre a temática, seguida de visitas em campo junto às mulheres atingidas por barragens para compreender o desenvolvimento e construção de grandes obras hídricas (barragens, transposições, entre outras) em territórios camponeses — atingindo, de diferentes formas, a vida, o ambiente, o território e a cultura camponesa. Os/as 'atingidos/as' em sua maioria são camponeses/as que residem na área da abrangência de tais projetos ou que foram realocados/as para outras áreas, alterando a dinâmica econômica, social e política desses territórios. Ao analisar os impactos dessas grandes obras sobre os territórios e os sujeitos que vivem no campo, é possível perceber que esse padrão de desenvolvimento promove violações que atingem de forma ainda mais agravante às mulheres, conforme veremos nos resultados da pesquisa.

Dos estudos já sistematizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, existem aproximadamente quatro (4) milhões de pessoas atingidas diretamente pela construção de barragens no Brasil, sofrendo a perda de suas terras, formas de produção, fontes de renda e vínculos afetivos e culturais (Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], 2016). Os atingidos e atingidas que enfrentam impactos diretos e indiretos com esses grandes empreendimentos correspondem a cerca de 300 mil famílias. Desse total, aproximadamente 70% não tiveram seus direitos

mínimos garantidos, fator que pode fazer com que essa estatística cresça consideravelmente a cada período (MAB, 2016).

De acordo com os estudos de Vieira (2014), no Brasil, a construção desses grandes empreendimentos, historicamente, obedeceu a uma lógica de expulsão das famílias dos seus territórios, combinada com ausência de diálogo, das “insuficientes e contraditórias mitigações sociais, situação agravada com a privatização do setor elétrico, a partir dos anos de 1990, onde as grandes empresas transnacionais passaram a controlar o mercado de energia” (Vieira, 2014, p. 33).

No caso específico da construção de barragens, sejam elas para produção de energia elétrica ou para acúmulo de água para abastecimento humano e irrigação, seja ainda por iniciativa do Estado ou iniciativa privada, acumula historicamente um conjunto de violações de direitos humanos, reconhecido inclusive pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/CDDPH, atual Conselho Nacional de Direitos Humanos/CNDH. O relatório final do CDDPH¹⁰, na *Comissão Especial “Atingidos por Barragens”*, reconheceu a grave situação de risco da população afetada pelo desenvolvimento dos empreendimentos de barragens no país.

Um grande marco na história da construção de barragens no semiárido nordestino é a Grande Seca de 1887. De acordo com Braz (2011), as secas no sertão vêm sendo retratadas ao longo dos anos, por vários autores e autoras. Exemplos disso são os famosos romances: “*Vidas Secas*” de Graciliano Ramos, “*A fome*” de Rodolfo Teófilo, “*O Quinze*” de Raquel de Queiroz, dentre muitos outros existentes na literatura brasileira. Especialmente nessa seca histórica de 1887, ocorreram inúmeras mortes e uma intensa imigração de flagelados/as. A seca durou cerca de três anos e foi motivo para que o então Imperador do país autorizasse a construção do Açude Cedro, localizado no município de Quixadá, Ceará, com capacidade de 126.000.000 m³ (Cogerh, 2020).

Desde então, a lógica de construção de grandes obras

10 CDDPH. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participamoficina-arpillera-na-argentina-0>. Acesso em: 24 out. 2020.

hídricas no semiárido tem seguido essa premissa de “levar água para o sertão”. No entanto, o processo acumula um conjunto de contradições, desde a ausência de estudos mais especializados até o fato de ignorar outras variáveis sociais que estão conjuntamente intrínsecas ao problema das secas, tais como a estrutura agrária do Nordeste, a concentração da renda, a ausência de apoio governamental às populações vulneráveis — e mesmo os interesses políticos assistencialistas que historicamente se consolidaram na região.

No bojo dessa grande dívida histórica, dentre as populações inteiramente silenciadas, as mulheres são as mais invisibilizadas e violentadas, fato determinado como reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista da nossa sociedade (Saffioti 2013, 2015; Federici, 2017). Internamente, no interior da luta dos atingidos e atingidas que fazem parte do Movimento dos Atingidos Por Barragens/MAB, essa temática é tratada na Cartilha *Mulheres atingidas por Barragens em Luta por Direitos e pela Construção do Projeto Energético Popular*, em que se afirma:

São as mulheres atingidas, que já carregam o fardo das desigualdades de gênero nas relações patriarcais ainda persistentes na sociedade atual, que também pagam a conta pela negação de direitos, seja na perda dos laços familiares e comunitários, na susceptibilidade à violência sexual e prostituição, no acesso à água além do grande impacto psicológico, cultural, na vida das atingidas (MAB, 2015a, p. 42).

É nesse contexto de discussão sobre a construção de grandes empreendimentos e seus impactos na vida das mulheres que analisamos as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens e obras hídricas no estado do Ceará, tendo como referência territorial a região do Vale do Jaguaribe/CE¹¹. Para isso, a pesquisa se propôs traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres e identificar as causas que promovem a desigualdade

11 De acordo com a divisão geográfica, a região compreende os seguintes municípios: **Baixo Jaguaribe:** Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixerê, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. **Médio Jaguaribe:** Jaguaratama, Jaguaribara e Jaguaribe. **Serra do Pereiro:** Ererê, Iracema, Pereiro e Potiretama.

de gênero em comunidades camponesas, bem como conhecer a relevância das mulheres como sujeito político acompanhadas pelo MAB, que vêm desenvolvendo um trabalho de organização das famílias atingidas na região, na luta por seus direitos.

“ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE” LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS/MAB

No Brasil, o surgimento de vários movimentos sociais que atuam no campo e na cidade ganhou força política com o fim da ditadura militar, período em que teve início um regime democrático no país. Seferin (2017) lembra dessa questão ao apontar “uma nova série de movimentos sociais possibilitados pela conjuntura de retomada da participação política nas questões nacionais”. Dentre eles, podemos citar o Movimento dos Atingidos por Barragens.

O MAB se constrói a partir da década de 1970, no contexto de um questionamento profundo sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo imposto a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Isso se dá, conforme afirma Viana (1990), através da nova divisão internacional do trabalho, numa configuração em que o país exporta muita energia em seus produtos, enquanto os países desenvolvidos mantêm uma relativa estabilidade energética. Nesse período, a energia elétrica já desempenhava um importante papel e era central para desenvolver a produção de diferentes setores da economia. É nesse contexto que surgem as primeiras formas de resistência contra as barragens, no final da década de 1970, através das “Comissões Locais de Atingidos”, fruto das contradições desse modelo, que não considerava as famílias atingidas e não assegurava direitos (Oliveira, 2018). As comissões organizadas por camponeses/as, ribeirinhos/as, posseiros/as, meeiros/as, indígenas, quilombolas, dentre outros/as já atingidos/as, como também por aqueles e aquelas ainda ameaçados/as pelas construções, visavam, por meio da luta, resistir às barragens e garantir reparação para as famílias.

Inicialmente, o Movimento dos Atingidos surgiu em resposta às situações locais e materializadas, como ocorreu em Itaipu/PR e

Itaparica/BA. Tais experiências serviram como exemplo para outras comunidades se articularem com antecedência às construções de barragens, fato que ocorreu na Bacia do Rio Uruguai, em meados dos anos 1980. Nas localidades onde o Movimento se fortalecia, havia um maior atraso ou até mesmo o cancelamento das obras (Vianna; Leroy; Tavares, 1990).

No Paraná, os agricultores e agricultoras atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu criaram o Movimento Justiça e Terra, com a finalidade de reivindicar indenização justa de suas propriedades (Benincá, 2011). Na Bacia do Rio Uruguai, em 1979, foi criada a Comissão de Barragens contra as construções das hidrelétricas de Itã e Machadinho — mais tarde passando a ser chamada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens/CRAB (Fraga, 2013).

De acordo com Benincá (2011), “a trágica situação provocada pela construção da hidrelétrica de Sobradinho (BA) provocou iniciativas para enfrentar as ameaças e impactos da barragem de Itaparica no médio São Francisco (entre a Bahia e Pernambuco)”. E assim se deu o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

No Pará, os Atingidos e Atingidas pela hidrelétrica de Tucuruí organizaram a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí/CAHTU. No entendimento de Benincá (2011), “a experiência vivida pelos atingidos em determinada região era capitalizada como conteúdo pedagógico e político em outras regiões”. As práticas e vivências diferenciadas serviam como inspiração e exemplo, fortalecendo a organização dos Atingidos e Atingidas nos diferentes locais.

De acordo com Oliveira (2018), as Comissões foram ganhando força em cada lugar e sendo responsáveis por importantes conquistas em cada barragem/região. É dessa forma que surgem as primeiras resistências coletivas e organizadas de lutas dos Atingidos e Atingidas pelas barragens, como novos sujeitos sociais — e que mais tarde acumula força para a emergência de um movimento em escala nacional, possibilitando também sua ampliação no âmbito internacional.

Como resultado das lutas desencadeadas no interior do movimento, foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, no ano de 1989, em Goiânia. Ainda de acordo com Oliveira:

O encontro teve como finalidade analisar as lutas locais e proporcionar a troca de experiências entre os atingidos/as, bem como refletiu sobre a necessidade da criação de uma organização nacional para centralizar as lutas locais e fazer frente às grandes construções de barragens, em todo o território nacional (Oliveira, 2018, p. 38).

Dessa forma, em 1991, ocorre o “I Congresso de Atingidos/as do Brasil”. Na ocasião, como afirmado pelo MAB (2013), o mesmo se oficializa enquanto Movimento Nacional, de caráter autônomo e popular, com rostos, culturas e tradições regionais, formando um único corpo, articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais. No Encontro também foi definido o 14 de março como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens, e sim Pelos Rios, Pela Água e Pela Vida — mais tarde, tornando-se de caráter internacional. Andrioli e Nadalleti (2013) apresentam a seguinte definição do movimento:

O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida (Andrioli; Nadalleti, 2013, p. 58).

O MAB realizou congressos, encontros nacionais e internacionais, os quais permanecem ocorrendo periodicamente, reunindo números crescentes e significativos de atingidos/as. Esses momentos são importantes para o debate coletivo sobre os desafios e as respectivas propostas para os seus enfrentamentos. No mês de outubro de 2017 aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro,

o 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, o qual contou com a presença de aproximadamente 3.500 atingidos de todo Brasil, além de representantes de organizações de 19 países. O encontro trouxe como lema: *Água e Energia com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular* (MAB, 2017).

O MAB NO ESTADO DO CEARÁ

Um dos conflitos mais recentes envolvendo a construção de barragens na história do Ceará se deu com o início do projeto de construção da Barragem do Castanhão, na antiga cidade denominada Jaguaribara, durante os anos de 1980, que culminou com a expulsão de milhares de famílias atingidas pelo conflito, em meados dos anos 1990. As primeiras reuniões voltadas para a comunidade sobre a Barragem do Castanhão foram organizadas no município de Jaguaribara, pela Igreja Católica local com vínculo com a Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria, que atuava na região desde 1979, promovendo a fundação da Associação de Moradores de Jaguaribara/AMJ.

Em 1985, um pequeno grupo da comunidade visitou a Barragem de Sobradinho/BA-PE, que provocou deslocamento forçado de 72 mil pessoas, e a Barragem de Itaparica, em Petrolândia/PE, responsável pelo deslocamento de 40 mil pessoas. Nessa oportunidade, houve trocas de experiências com representantes do Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco e do Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB que, em 1990 e 1993, chegaram a visitar Jaguaribara (Araújo, 2006). Araújo ainda destaca como um ponto de interseção inicial da comunidade de Jaguaribara com o MAB a participação de Atingidos e Atingidas desta localidade nos seguintes eventos: I Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em fevereiro de 1989, em Igarassu/PE; no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em março de 1989, em Goiânia; no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1991; no II Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em Iguatu/CE, em 1994, e no Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, em Curitiba.

Nesse sentido, logo muitos/as passaram por um processo de autoidentificação com a luta do MAB e, como consequência, também foram reconhecidos/as coletivamente como MAB, adotando certas metodologias organizativas, como a do enfrentamento político. No entanto, é preciso esclarecer que o fato de uma organização ser apoiada pelo MAB não implica que ela seja ou deva ser transformada em MAB. Como exemplo, citamos a Associação de Moradores de Jaguaribara, apoiada pelo MAB e não sendo o próprio MAB como representação de movimento social.

Desta forma, SILVA (2022) afirma que o MAB surgiu como movimento social atuante na comunidade do Castanhão, nos idos de 1998, quando ainda grande parte dos reassentamentos rurais não existiam, apesar do alto percentual de atingidos/as de áreas rurais (cerca de 60%). Nesse período, a mobilização popular desses grupos encontrava-se praticamente nula, sobretudo considerando-se os municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Jaguaretama. Assim, o empenho do MAB foi, primeiramente, ater-se às demandas sociais das áreas rurais de todos os quatro municípios afetados, convergindo-os para um encaminhamento político.

Mesmo com forte resistência, a construção do Castanhão foi iniciada em 1995 durante o governo de Tasso Jereissati. A operação da obra ficou dividida entre o Governo Federal e Governo Estadual. O reassentamento da população rural ficou na responsabilidade do Governo Estadual, a cargo do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará/IDACE (Lima, 2007). De lá pra cá, outros empreendimentos foram construídos e/ou estão em fase de licenciamento de instalação, operação e de funcionamento, gerando incertezas para muitos sujeitos que hoje vivem no campo cearense. As estratégias utilizadas são as mesmas, mudando apenas o território geográfico, com mudanças nos objetivos/fim de cada empreendimento. Trazem no seu bojo, contudo, processos que violam direitos no âmbito ambiental, humano e de saúde.

MULHERES ATINGIDAS: OS SUJEITOS MAIS VIOLADOS

Para compreender e analisar o processo de grandes obras e violações de direitos, problematizando a condição das mulheres Atingidas, faz-se necessário colocar as lentes sobre o contexto socioeconômico no qual estamos inseridas, que se fundamenta nas contradições existentes entre as relações sociais, como destaca o pensamento de Silvia Federici (2017) em seus estudos. Assim, a aliança entre o sistema capitalista e o patriarcado, raça e etnia (porém, esse não é o foco do estudo em questão) são categorias fundantes dessa análise porque trazem à tona a necessidade de pensar a interligação dessa aliança perpassando as diferentes dimensões da vida e trabalho das mulheres no campo.

Sobre o patriarcado, Ferreira (2016) aponta que o modelo de sistema patriarcado é um sistema social em que o homem é a figura principal da organização, o que lhe confere direitos e autoridade sobre as mulheres, os/as filhos/as, os bens materiais e culturais. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. Nesse bojo de discussão, percebe-se como se dá a constituição da opressão, especialmente de gênero. De acordo com Cisne (2012), os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980, numa perspectiva acadêmica. Feministas francesas como Simone de Beauvoir e a norte-americana Joan Scott contribuíram com essa produção teórica no intuito de fazer elaborações em que pudessem resgatar a história e a participação das mulheres.

Essa perspectiva tem como objetivo desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisando-as como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais. Assim, partilhamos do pensamento de Scott (1989), citada por Bezerra (2018), ao analisar que existem desigualdades entre homens e mulheres, portanto, gênero é uma construção social do que é ser homem e ser mulher. Ainda de acordo com Bezerra (2018, p, 47), Saffioti também vai trazer em suas análises o conceito de gênero como o de relações construídas socialmente, logo refutando a dicotomia entre natureza e cultura.

É com esse entendimento que o MAB vem discutindo as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres Atingidas, por entender que a subordinação das mulheres tem início com a propriedade privada, ficando muito evidente quando chegam os empreendimentos hidrelétricos, obras hídricas e barragens nas regiões. Desse modo, o Movimento possui, como uma de suas intencionalidades, contribuir com a formação das mulheres como “sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento” para viabilizar “a emancipação e auto-organização das mulheres [...]” (MAB, 2015a, p. 47) — o que proporciona mais espaço de atuação e militância feminina, estimula a problematização das relações de gênero dentro dos lares e comunidades, promovendo o fortalecimento do Movimento na luta contra hegemônica.

O primeiro Encontro Nacional das Atingidas aconteceu no ano de 2011, em Brasília, e contou com a presença de mais de 500 representantes de 16 estados brasileiros, além da participação de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais. Este teve como tema *Mulheres em luta por direitos e pela construção de um novo projeto energético popular*, debatendo o atual modelo energético e as consequências da construção das barragens na vida das mulheres. A partir disso, também havia, como objetivo, denunciar à sociedade a violação de direitos humanos sofrida pelas mulheres Atingidas durante esses processos (MAB, 2011a). Durante o Encontro foi lançado o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual registra oficialmente que as mulheres são a parcela da população mais atingida. Fundamentadas nisso, e compreendendo que, para além da luta contra o modelo de desenvolvimento, é necessário considerar as suas reivindicações específicas, foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, buscando, assim, uma maior mobilização e politização das mulheres atingidas (Ertzogue, 2016).

O Encontro contribuiu com a tomada de consciência pautada na luta, tanto contra o modelo energético quanto por mais espaço e reconhecimento dentro do Movimento sobre as lutas específicas das mulheres atingidas (MAB, 2011a). Outro importante fruto foi a *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB*, na qual as Atingidas de 16 estados brasileiros e da Argentina, Paraguai

e México denunciam as formas materiais e imateriais nas quais são afetadas pelo modelo de sociedade e pelo atual modelo energético, ao afirmarem no texto que:

Não há reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; pela perda do trabalho e da renda; pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos; pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; a forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; perda dos vínculos com a comunidade; perda e quebra dos laços familiares; agravamento da violência sexual e da prostituição (MAB, 2015a, p. 42).

As formas como elas são tratadas pela empresa, pelo Estado e pela sociedade em geral é demarcada nesse depoimento em que a interlocutora, ao ser questionada sobre a possível existência de diferença entre ser homem ou mulher Atingida, nos reporta aos seguintes elementos:

O homem atingido geralmente é considerado o sujeito, porque quando os técnicos das empresas chegam para solicitar qualquer coisa, procura pelo chefe da família, ele quem é procurado para ir nas reuniões, pra escutar as propostas que a empresa apresenta. Eles quem ficam com as informações, eles quem decidem o que fazer. Nós, mulheres, ficamos em casa cuidando da produção, da família, de todos os afazeres (depoimento de Lírio, 31 anos, *apud* Bezerra, 2018, p. 47).

Isso nos reporta a ideia de que não é levado em consideração o papel que as mulheres cumprem na propriedade e nas suas casas, pois são elas que estão no dia a dia cultivando e semeando as hortaliças, cuidando dos afazeres domésticos e dos/as filhos/as — e ainda se ocupam dos espaços coletivos da comunidade, como espaços de reunião e da igreja, nos quais são responsáveis pela limpeza, ornamentação, fazer comidas e servir em dias de festas, funções que continuam se resumindo ao âmbito do cuidado.

Como resultado desta luta e resistência, o MAB possui uma política de representatividade, para que as lideranças sejam

permanente uma mulher, um homem e um jovem. Em algumas regiões, como no Nordeste brasileiro, as mulheres estão na linha de frente do Movimento, acontecendo de haver territórios onde a coordenação é composta apenas por mulheres — onde, ainda, as mulheres são a maioria nas plenárias e nos grupos de base. Outra forma de resistência e de luta das mulheres atingidas por barragens é a participação no projeto: *Arpillera*. Em resumo:

Arpillera é uma antiga técnica têxtil e folclórica chilena nascida em Isla Negra, na qual as mulheres utilizam como tela pedaços de saco de juta — arpillera em espanhol — e bordam com retalhos, lãs e linhas coloridas, além de bonecas preenchidas com tecido que dão forma e relevo à arte (MAB, 2015a, p. 48).

De acordo com Fernandes (2018, p. 26), na ditadura vivida no Chile, as mães, as esposas, as filhas e as irmãs que se tornaram órfãs dos presos políticos desaparecidos, assim como outras na América Latina, buscando alternativas para a crise econômica e principalmente para apaziguar a dor, tais ferramentas materiais e imateriais são uma forma das mulheres realizarem o registro — histórico e artístico — da violação de direitos imposta a toda população chilena durante o regime ditatorial. Dessa forma surgiram espontaneamente as primeiras *arpilleras* políticas.

A coordenadora do MAB, Neudicléia de Oliveira (*apud* WEIMANN, 2015), explica que o resgate da técnica chilena, realizado pelas mais de 100 oficinas oferecidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, alcançou mais de 900 mulheres atingidas de 14 estados brasileiros, entre os anos de 2013-2015:

Sobre a contribuição do bordado coletivo para a vida das mulheres, as *arpilleras* é uma forma de assistência ao processo de empoderamento vivido por elas. A militante reflete sobre “a resignificação do papel da costura na vida das mulheres”, proporcionado pela transformação do bordado, anteriormente “forma de subsistência (...), agora ferramenta de luta”. O debate sobre os conflitos vividos pelas mulheres, proporcionado pelas oficinas de produção coletiva das *arpilleras*, assim como o seu caráter político, são elucidados por Neudicléia de Oliveira, ao afirmar que “na guerra das barragens, o bordado virou arma política” (Neudicleia, MAB 2015).

Inicialmente foi produzido o acervo *Bordado* pelo Coletivo de Mulheres do MAB, exposto no Memorial da América Latina, em São Paulo, na Mostra Internacional “*Arpilleras – Bordando a Resistência*”. A exposição foi dividida em duas sessões: a primeira, batizada “Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”, apresenta 25 *arpilleras* que simbolizam a “transformação de vítima à defensora dos direitos humanos”. A segunda sessão conta com a coleção *Conflict Textiles*, a qual exhibe 12 instrumentos de resistência de mulheres chilenas, peruanas e europeias (Fernandes, 2018; Exposição, 2015).

Como a exposição das *Arpilleras* foi alcançado um objetivo ainda maior do que se planejava, qual seja: “denunciar à sociedade brasileira e internacional a violação de direitos das mulheres que foram atingidas por empreendimentos hidroelétricos no Brasil, especialmente”; foi produzido um documentário para contar as histórias de vida, de luta e resistência bordadas nas *arpilleras* brasileiras. O documentário, regado a uma rara sensibilidade, retrata o protagonismo das mulheres — as quais são as mais atingidas — na luta por direitos: por elas, por suas famílias e por suas comunidades, afirmando o que é comum às mulheres Atingidas, ao tempo em que revela as suas histórias singulares. O documentário *Arpilleras – Bordando a Resistência*, sob direção da jornalista catarinense Adriane Canan, foi financiado coletivamente através da plataforma *online Cartase*. O documentário teve sua estreia realizada com a presença de aproximadamente 400 pessoas no Cine Odeon, Rio de Janeiro/RJ, no dia 29 de agosto de 2017. No Ceará, o documentário foi lançado em 28 de abril de 2018, no Cineteatro São Luiz, em Fortaleza. E assim as mulheres Atingidas por barragens seguem resistindo, lutando e bordando suas reivindicações por direitos e justiça diante de tantas violações sofridas pela implementação destas grandes obras hídricas, onde na guerra das barragens, o bordado virou *arma política*.

É nesse contexto de luta e organização política das mulheres que traçamos os objetivos e passos da pesquisa para refletir sobre as obras hídricas, suas violações e seus impactos na vida das mulheres Atingidas por barragens no Ceará — com o intuito de pensar sobre as causas que promovem a desigualdade

e as alternativas que visam a garantia de direitos igualitários às mulheres neste contexto de desigualdades.

METODOLOGIA: CARACTERIZAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa está inserida no contexto do projeto *Identificação das Mulheres Atingidas por Obras Hídricas - Barragens e Transposição no Estado do Ceará*, tendo como foco de estudo as mulheres Atingidas pela Barragem do Castanhão, que fica localizado a 240 km da capital Fortaleza, e pela Barragem do Figueiredo, localizada a 255 km da capital Fortaleza/CE.

Partimos do reconhecimento dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, as mulheres Atingidas, procurando abraçar a pluralidade das suas vivências e (re)existências que refletem o comum à categoria mulheres e à mulher Atingida, ao mesmo tempo em que se destacam as singularidades de cada ser. Assim, buscamos considerar o individual ao mesmo tempo em que abordamos o coletivo das mulheres Atingidas por barragens.

Envolvendo a prevalência da abordagem qualitativa, neste trabalho adotou-se a seguinte metodologia: etapa de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, envolvendo ações de reuniões e encontros; estudo teórico e análise de conteúdo; busca por informações e dados sobre as populações atingidas pelas obras hídricas do Estado do Ceará. E utilizando instrumentos e técnicas de pesquisa, tais como observação participante, roda de conversa, participação no Encontro Regional e aplicação de questionário, visando compreender, pelo menos em parte, a riqueza da realidade social investigada.

O Projeto surgiu a partir de uma demanda das mulheres do MAB, através de um termo firmado com o extinto Instituto Agropolos, com vigência de setembro de 2018 a março de 2019. Teve como sujeito as mulheres Atingidas e/ou ameaçadas por grandes empreendimentos no estado do Ceará.

Na etapa de pesquisa de campo, as mulheres participantes do projeto foram as mesmas selecionadas para o presente trabalho, e teve como estudo de caso a situação de 223 mulheres

Atingidas pelas Barragens do Castanhão — nos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaribe — e pela Barragem do Figueiredo — que atingiu os municípios de Iracema e Potiretama —, as quais foram Atingidas de forma direta e indireta.

Para organização do trabalho de campo, levou-se em consideração os objetivos de traçar o perfil socioeconômico de mulheres Atingidas por barragens e obras hídricas no Ceará; identificar as causas que promovem a desigualdade entre gêneros, em comunidades de Atingidos/as por barragens no estado do Ceará; conhecer a relevância do gênero feminino nas comunidades em estudo. Para alcançar o objetivo de identificação das violações, a pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro iniciou-se com os processos de sensibilização, mobilização, visitas às unidades familiares em comunidades; um segundo momento foi realizado num encontro com as mulheres em comunidades nas cidades de Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Iracema e Potiretama.

Outro passo metodológico foi o *Diagnóstico Social* da vida e experiências das mulheres agricultoras de territórios atingidos/ameaçados por barragens ou grandes empreendimentos em estudo. Para se alcançar os resultados foi aplicado um questionário semiestruturado que contém 6 questões, tal como segue:

Nome da comunidade:

Quantidade de famílias:

1º - Informações gerais da comunidade:

2º - O que foi discutido na reunião?

3º - Quantidade de participantes na reunião?

4º - Principais violações de direitos enfrentados pelas mulheres na comunidade?

5º - Principais demandas/reivindicações das mulheres na comunidade?

6º - Informações adicionais.

A aplicação dos questionários foi realizada de forma coletiva por uma equipe de militantes e ocorreu durante as reuniões que aconteceram em cada comunidade. Também foi feita *roda de*

conversação com as mulheres para relatar o cotidiano e como foi todo o processo da construção das barragens em suas vidas. E ao escutar e observar as participantes, chegamos aos resultados descritos neste trabalho.

DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente a pesquisa se propôs traçar um perfil socioeconômico de mulheres Atingidas por barragens e obras hídricas no Ceará — e pôde-se observar os diferentes lugares, atuações e afazeres que elas desenvolvem. Ao todo, foram envolvidas 223 mulheres em uma faixa etária de 30 a 40 anos de idade. De modo geral, não desenvolvem nenhuma atividade monetária específica, sobrevivem dos benefícios do governo federal (bolsa-família) e municipal e não têm perspectiva de mudança e/ou melhora das condições em que vivem no município de Jaguaribe, na sede. Reconhecem-se como domésticas, em sua maioria: cuidam da casa e dos filhos e filhas e trabalham juntamente com seus companheiros nos roçados e plantações. Recebem benefício social do governo e controlam o orçamento familiar. Não apresentam perspectiva de mudança de vida e não se reconhecem enquanto sujeito de direito. As mulheres vivem de subempregos e ou empregos informais (diarista, faxineira, costureira, atendente etc.).

As Atingidas pela Barragem do Figueiredo são mulheres camponesas que realizam os processos organizativos da comunidade: associações, igrejas e grupos de artesanato; contudo são invisibilizadas nos processos de discussão com o Estado, no que se constata a cultura patriarcal presente na região. Executam as atividades do lar, cuidam da família e do orçamento familiar, trabalham juntamente com seus companheiros nas atividades agropecuárias, acreditam no processo organizativo e na necessidade de se combater as formas de violência que subjugam as mulheres. Esperam melhorias para seus filhos e filhas e para comunidade.

As Atingidas pela Barragem do Castanhão, em sua maioria, assim como as Atingidas pela Barragem do Figueiredo, estão à

frente das instituições e grupos comunitários: em sua maioria trabalham ajudando os companheiros no trabalho com a terra e a criação de animais (vacas, galinhas, ovelhas, cabras), ajudando na produção de queijo, cuidando da casa e dos filhos e filhas. Acessam os benefícios sociais do governo federal, mesmo de forma precarizada. Sofrem com a falta d'água em épocas de escassez. Esperam por melhorias para suas famílias e comunidades e valorizam a convivência em comunidade. Em algumas comunidades, as mulheres Atingidas pela Barragem do Castanhão se organizam para executar projetos de geração de renda, como forma de complemento da renda familiar, reivindicam mais apoio e novos projetos — e buscam sua autonomia financeira e acesso às políticas públicas básicas (saúde, educação...).

As mulheres identificadas nos municípios e comunidades citados acima são mulheres com baixa escolaridade; em sua maioria acessam os programas sociais do governo federal e trabalham de forma informal e precária numa atividade conhecida na região como *façções*, que consiste na atividade de corte e costura de confecções em geral. Nesse tipo de atividade ganham um valor irrisório por cada peça confeccionada e toda a produção e lucro fica para o dono ou dona dos meios de produção (matéria-prima e máquinas); portanto, tal atividade não proporciona autonomia financeira, mas sim fortalece a exploração das mulheres Atingidas.

CAUSAS QUE PROMOVEM A DESIGUALDADE EM COMUNIDADES DE ATINGIDOS/AS POR BARRAGENS NO ESTADO DO CEARÁ

Para análise e reflexão das violações, organizamos em forma de tópicos as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres na atualidade — e a síntese dos direitos violados. Vale lembrar que a presente identificação de violações foi feita a partir de reuniões coletivas, escuta aprofundada e observação participante em visitas nas comunidades atingidas por obras hídricas abaixo citadas.

No trabalho realizado e na síntese organizada nesses pontos, as mulheres apontam diversos tipos de violações e negações de direitos nas comunidades, assentamentos e reassentamentos

atingidos por barragens e obras hídricas e de infraestrutura. Apresentam, a partir da realidade vivida, questões que impactam diretamente os seus modos de vida, o não acesso aos direitos constitucionais e aos direitos da pessoa humana. No entanto, é importante ressaltar que no diagnóstico social não apareceram as temáticas específicas, como por exemplo: participação nos processos de decisões sobre as obras, participação política das mulheres nas lutas do movimento, as temáticas como violência doméstica e proteção destas mulheres, direito à aposentadoria especial como agricultoras etc. A ênfase da pesquisa foi a percepção das mulheres sobre as principais violações e as suas reivindicações enquanto mulher Atingida. Esse segundo aspecto é que descrevemos no item a seguir.

A partir dos relatos das mulheres Atingidas é possível constatar que a construção, implantação e operação de barragens e obras hídricas:

- ocasionam a comum destruição da identidade local e regional das comunidades, cidades e regiões impactadas, em especial das comunidades rurais que já apresentam um grau de vulnerabilidade social acentuado;

- afetam de forma geral o modo de vida local do ponto de vista social e econômico, alterando de forma acentuada as dinâmicas de reprodução da vida das comunidades, a dinâmica produtiva (nas mais variadas atividades produtivas desenvolvidas) e afetam de forma drástica a vida das mulheres, principalmente pelo desmantelamento da vida comunitária e dos laços sociais, pela negação de direitos básicos e que estão diretamente ligados à vida doméstica, tais como acesso à água, à saúde, educação e produção;

- produzem aumento no nível de violência nos espaços públicos e privados, e vulnerabilidade dos/as jovens ao consumo de drogas — fator que implica diretamente no impacto psicológico às mães e famílias, potencializando a desestruturação social das comunidades aqui citadas;

- é possível constatar que as regiões de implantação das obras aqui citadas são regiões com nível de desenvolvimento

econômico baixo, em sua maioria municípios consideravelmente pobres; tomando como base as comunidades envolvidas no diagnóstico, é possível perceber que as obras hídricas não necessariamente contribuem para o desenvolvimento da economia das regiões impactadas; ao contrário, é possível perceber aumento do grau de vulnerabilidade das famílias atingidas, que passam a ter dificuldades consideráveis para reconstrução da dinâmica socioproductiva; a maioria é diretamente dependente de programas e benefícios sociais, o que por sua vez dificulta a construção da autonomia financeira das mulheres;

- identifica-se que a população mais atingida é aquela que vive da agricultura camponesa e familiar para a sobrevivência; esses sujeitos sociais já sofrem impactos diretos pela ausência de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades; o processo de construção das barragens e obras hídricas acaba por destruir atividades econômicas locais, tais como agricultura, pesca artesanal, entre outras;

- constatamos que as regiões de atuação do projeto apresentam uma uniformidade na questão da exclusão ao acesso à água; embora as áreas aqui citadas sejam regiões afetadas diretamente devido à construção de obras hídricas, é possível perceber a inexistência de um planejamento de integração das comunidades rurais aos benefícios potencialmente trazidos pelas obras; verifica-se que as populações atingidas, em sua maioria, apresentam dificuldade na obtenção do direito ao acesso à água para consumo e produção, ficando dependentes de carros-pipa; esse elemento prejudica, em especial, a qualidade de vida das mulheres, por estar ligado ao desenvolvimento de todas as atividades domésticas comumente associadas a elas, tais como cozinhar, lavar, cuidado com os filhos e filhas e outros;

- constata-se que as famílias atingidas por barragens — e nesse caso as mulheres atingidas por obras hídricas — vivenciam uma realidade socioambiental, em sua maioria, rural, e por isso já vivenciam situações de exclusão social, existentes devido às disparidades de acesso a políticas e benefícios entre campo e cidade; no caso das mulheres camponesas, as mesmas vivenciam, além das discrepâncias entre campo e cidade, as também

diferenças entre homens e mulheres, isto é, aumenta-se ainda mais o grau de injustiças sociais e de trabalho a que são submetidas; considerando esses elementos, é possível dizer que as mulheres Atingidas, enquanto sujeitos que já vivenciam opressões ligadas à divisão sexual do trabalho e da divisão e disparidades campo e cidade, também passam a ser parte de uma nova categoria social: as impactadas com as obras, que mesmo já com poucas condições de sobrevivência e de reprodução da vida, passam a um grau superior de vulnerabilidade ao perderem suas casas, moradias e modos de vida, cultura e sociabilidade;

- é possível identificar acentuada precariedade no acesso aos direitos humanos básicos, tais como Educação e Saúde, visíveis nos variados relatos de grau de analfabetismo nas comunidades, de ausência de equipamentos de manutenção social, como escolas, postos de saúde, atendimento inadequado; os direitos mais comumente relatados como negados e/ou violados no diagnóstico desenvolvido são: direito à terra, à saúde, à educação, à água, à energia, à melhoria das condições de vida; direito às condições de produção, à segurança e qualidade de vida, ao crédito, à assistência técnica e extensão rural; direito à cultura e lazer, à participação política e ao discurso; direito à vida comunitária.

DAS CONSIDERAÇÕES

O Brasil, com o potencial hídrico único em todo mundo, apresenta alto nível de desenvolvimento do ponto de vista tecnológico no que diz respeito à construção de barragens. Mas, como já citado em todo o percurso do presente trabalho e fundamentado no diagnóstico aqui relatado, há a existência de uma dívida histórica no país para com as populações atingidas por esses grandes empreendimentos.

O Estado do Ceará, pioneiro nas políticas de gestão dos recursos hídricos, não está fora desse cenário. O trabalho de pesquisa realizado com uma parcela das populações atingidas contribui no sentido de fomentar a discussão e o reconhecimento da existência dos sujeitos sociais impactados por essas obras —

que, nesse entendimento, não se resumem às famílias que sofreram ou sofrem com o deslocamento, mas também a toda a população que tem suas dinâmicas de vida alteradas e influenciadas a partir da construção de barragens e obras hídricas. Além disso, os impactos ocasionados não se iniciam somente com a operação do empreendimento, mas antecedem inclusive a sua construção, com a negação do direito à informação e à participação nas decisões e negociações, caracterizando assim *os ameaçados/as por barragens*.

Com a presente fundamentação na realização deste diagnóstico participativo pretendeu-se fomentar propostas de reparação e compensação aos danos sociais e econômicos de tais obras na vida das famílias atingidas, em especial das mulheres que vivenciam grau de vulnerabilidade maior nesses processos, assim como fortalecer a discussão em torno da construção de instrumentos legais, tais como uma Política Estadual de direitos dessas populações — e o fortalecimento de políticas públicas destinadas a esse público específico.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, L.; NADALLETI, C. *A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil*. **Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois**. 2013.

AGOSÍN, M. ***Tapestries of Hope, Threads of Love – the Apillera Movement in Chile 1974-1994***. Rowman & Littlefield Publishers. Ed. 2. EUA. 2008.

ARAÚJO, C. **Co. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Questão Ambiental e a Participação Política**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BENINCÁ, D. **Energia & Cidadania:** a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, T. P. **As Violações de Direitos na Vida das Mulheres Atingidas por Barragens:** o caso da hidreletrica de Itá-RS. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRAZ, M. M. A. **Águas para o Ceará:** experiências de trabalhadores a partir da Construção do complexo Castanhão. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

COGERH – **Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos.** <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>> Acesso em 08 de Janeiro de 2021.

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. **Ficha Técnica dos Açudes 2020.** Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. **Ficha Técnica dos Açudes 2020.** Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento:** Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres. 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 17 maio 2018.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília: CDDPH, 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participamoficina-arpillera-na-argentina-0>. Acesso em: 24 out. 2020.

ERTZOGUE, M. H. Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivo das mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de arpilleras como instrumento de resistência das populações atingidas. **Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**, 2016.

FERNANDES, B. R. **Arpilleras e feminismo ressignificações das mulheres atingidas por barragens no semiárido nordestino**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FERREIRA, J. S. **“Divisão Sexual do Trabalho, Relações de Gênero e Implicações ao Processo de Subalternização do Serviço Social no Contexto Brasileiro”**, p. 3, Artigo. Universidade Estadual da Paraíba. 2016.

FRAGA, G. W. Memórias de terras e de águas: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do XXVII Simpósio*, 2013.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017.

FREIRE, R. *Bordando transgressões, arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul*. V. 1, n. 1, p.68-74, 2017.

LIMA, R. C. A. de. **Um rio são muitos**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **A violação de direitos humanos na construção de barragens**. Síntese do Relatório Comissão Especial de Atingidos por Barragens – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo, 2011.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **A criação das comissões regionais de atingidos**. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **Arpilleras: a costura como ferramenta política**. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costura-como-ferramenta-pol-tica> Acessado em 24 out. 2020.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheresdo-mab>. Acesso em: 30 de out. 2017.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **EXPOSIÇÃO Arpilleras – bordando a resistência**. Catálogo. **Memorial da América Latina**, São Paulo, 2015. Disponível em: https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__. Acesso em: 27 out. 2017.

OLIVEIRA, S. B. **Das Promessas às Violações de Direitos Humanos: Um Estudo de Caso Sobre O “Complexo do Castanhão” e a Luta do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ceará**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual de Feira de Santana 2018.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

SILVA, J. A. **As palavras viram espaço:** a invenção de um lugar. Festival Cultura e Memória. Jaguaré, 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SEFERIN, R. T. **Direitos Humanos e Política Energética:** Um Estudo Sobre o Caso da Hidrelétrica São Roque. 2017. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

VIEIRA, C. S. **Complexo Hidroelétrico do Tapajós:** O Discurso desenvolvimentista do Governo Federal nos Produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós. 84. f. Monografia (Curso de Comunicação Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

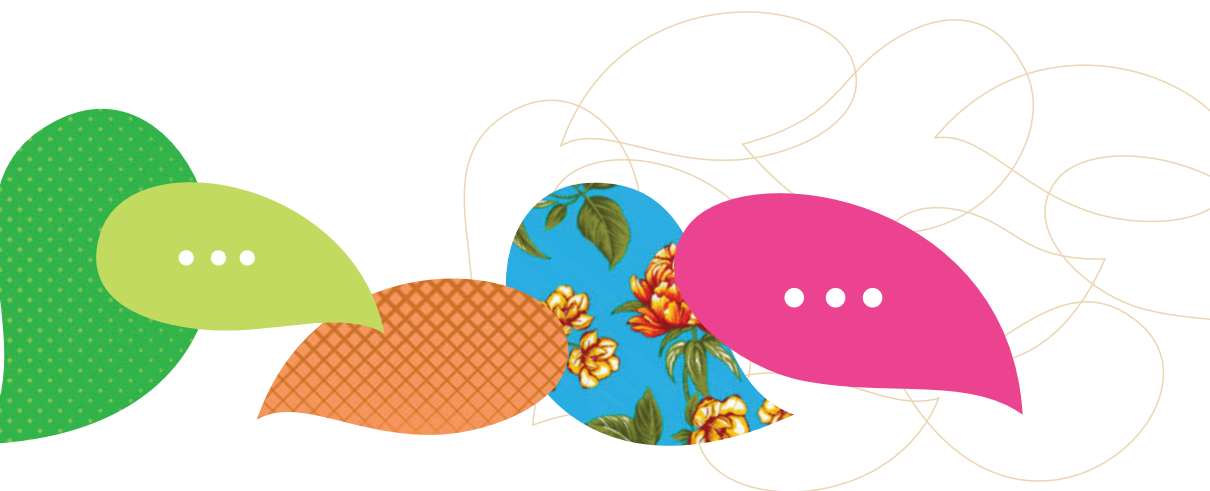
VIEIRA, C. S. **Complexo Hidroelétrico do Tapajós:** O Discurso desenvolvimentista do Governo Federal nos Produtos de Comunicação da Dialogo Tapajós. 84. f. Monografia (Curso de Comunicação Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIANNA, A.; LEROY, J.-P.; TAVARES, R. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? **Proposta – Experiências em Educação Popular.** Rio de Janeiro, n. 46, p. 54-57, 1990.

VIANNA, A. O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 5-8, 1990.

Seção 2

Educação do Campo e
Promoção da Saúde



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE: PROMOVENDO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO ASSENTAMENTO VIDA NOVA/ARAGÃO EM MIRAÍMA-CE

*Antônia Fagna Pinto de Sousa
Leandro Araújo da Costa*

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é um direito do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/PIDESC (Art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal de 1988 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], 2019). Os dados disponíveis revelam que há no Brasil mais de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase sete milhões de famílias (18% do total) são classificados como indigentes — e mais de 38% delas, ou seja, mais de 14 milhões, como pobres. A lógica é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis (Oliveira, 2011, p. 187). Atualmente os dados expressam a mesma situação:

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), em 2017 cerca de 54,8 milhões de pessoas viviam com uma renda inferior a R\$ 406 por mês, dois milhões a mais em relação aos dados de 2016. Esses resultados revelam que a taxa da população que vive em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5% (Neto, 2019).

Portanto, de acordo com as informações acima, passados oito anos, as desigualdades sociais estão cada vez mais crescentes neste país: a população pobre, tanto no campo como na cidade,

vive situações alarmantes de negação dos direitos, negação das políticas públicas — causando, assim, a falta de condições mínimas de vida. A concentração das riquezas em todo o território brasileiro se mantém como uma das faces do capital sobre os trabalhadores e trabalhadoras. A saúde dos/as trabalhadores/as é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além de fatores de risco de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica presentes nos processos de trabalho. Os processos produtivos de trabalho implicam diferenciadas inserções dos/as trabalhadores/as, com conseqüente diversificação também dos padrões, tanto de morbidade como de mortalidade. Esses padrões de saúde e doença são influenciados por fatores decorrentes das condições de vida a que estão submetidos/as, tanto no meio urbano quanto no rural (Moreira, 2015).

O espaço rural brasileiro é caracterizado pela disputa do acesso à terra, uma situação pouco divulgada, mas muito preocupante:

Se há uma questão agrária, só há um meio de resolvê-la: alterando essa estrutura mediante uma reforma agrária. Isto consiste fundamentalmente na destruição do poder das forças que hoje dominam o mundo rural e impõem uma dinâmica agrícola perversa; e sua substituição por outras forças aptas a imprimir uma dinâmica econômica e ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa (Sampaio, 2002).

Passados quase 20 anos, resolver os problemas da questão agrária ainda é um sonho, um desafio para os/as trabalhadores/as camponeses/as, pois está cada vez mais acirrada a concentração da terra e a luta para a distribuição dela; com a política do capital no campo, que permanece empurrando os camponeses e camponesas para outros locais, esses/as continuam a perambular em busca de melhores condições de vida, conforme mostra a Comissão Pastoral da Terra/CPT:

Os ataques contra os povos e comunidades do campo são permanentes e a pressão contra as famílias e lideranças são materializadas em ameaças de morte, utilizadas como estratégias do poder agrário para estancar a luta pela terra. Em 2019, houve 201 ocorrências desse tipo de violência, assim distribuídas regionalmente: Centro-Oeste - 18 (8,9%); Nordeste - 58 (28,8%); Norte - 116 (57,7%); Sudeste - 6 (3%) e Sul - 3 (1,5%) (2019).

Os camponeses e camponesas buscam, até hoje, através de mobilizações sociais, terem acesso à terra e a melhores condições de vida. Daí podemos indagar: qual a importância da reforma agrária para promoção da saúde e o desenvolvimento social no campo? Que políticas públicas são necessárias para que os/as camponeses/as assentados e assentadas permaneçam e tenham condições de trabalhar no campo, nos assentamentos rurais?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, desde há muitos anos, diz que as mudanças devem ser estruturais. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade, fundamentalmente na alteração da atual estrutura de organização da produção e na relação do ser humano com a natureza (...) (MST, 2007, p. 149).

O processo de reforma agrária deve ser considerado num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela usufruir, mas a terra como totalidade planetária — ou, resumidamente, no âmbito das lutas pela terra (Carvalho, 2009, p. 133).

Neste sentido, o presente trabalho relata a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE como uma das possíveis alternativas de desenvolvimento social para os camponeses e camponesas assentados/as: esta é uma experiência vivenciada pelo grupo de produtores e produtoras assentados e assentadas do Assentamento Vida Nova/Aragão em Miraíma-Ceará. As reflexões foram vivenciadas no processo de Sistematização da Experiência durante a realização do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na

Convivência com o Semiárido, mediante atividades como roda de conversas, reuniões e atividades de campo.

A intenção de sistematizar uma experiência é relatada por Ribeiro (2013) como um desejo, uma melhor compreensão sobre o tema; ademais podemos ver abaixo a expressão da Sistematização de Experiências em Holliday (2006):

[...] Se obter uma compreensão mais aprofundada da experiência que realizamos com o objetivo de se melhorar a própria prática; compartilhar com outras práticas semelhantes os conhecimentos surgidos com as experiências e conduzir a reflexão teórica dos conhecimentos surgidos com as práticas sociais concretas (Holliday, 2006).

Para o autor, a palavra *sistematização*, utilizada em diversas áreas, quer dizer principalmente classificar, ordenar ou catalogar dados e informações: “organizá-los em sistema”. Esta é a definição mais comum e difundida desta terminologia. Contudo, no campo da Educação Popular e no trabalho em processos sociais, utilizamos o termo num sentido mais amplo. Referimo-nos não só a compilar e ordenar dados e informações, mas também a obter aprendizagens críticas a partir das nossas experiências. Como tal, não dizemos apenas “sistematização”, mas, sim, “sistematização de experiência” (Holliday, 2006).

Por fim, o trabalho tem como foco principal o relato de experiência do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE e a relação deste com as demais políticas públicas, como: o acesso à terra, as políticas de Convivência com o Semiárido, a produção agroecológica e a comercialização institucional como promotoras de saúde no assentamento em questão. Portanto, o objetivo da pesquisa é relatar as mudanças ocorridas no processo produtivo e social das famílias do assentamento Vida Nova/Aragão que estão participando do PNAE no município de Miraíma-CE.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos e alunas por meio de ações de educação alimentar e nutricional

e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (FNDE, 2019, p. 3). Sobre o financiamento para execução do PNAE, está definido que:

Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal (FNDE, 2019, p. 3).

O PNAE é uma política pública direcionada para a alimentação escolar. Foi criado na década de 1950 e passou a ser chamado de PNAE em 1979. Este Programa vem se aprimorando e garantindo algumas ações importantes ao longo dos tempos, tais como: a participação e criação dos Conselhos de Alimentação Escolar/CAEs, a participação ativa de nutricionista na elaboração do cardápio, a participação da agricultura familiar, dentre outras mudanças (Malaguti, 2015, P. 20; Junior, 2012, p. 18).

No que se refere à qualidade da merenda, o artigo 129 afirma o seguinte:

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (FNDE, 2019, p. 5).

Uma das mais importantes mudanças ocorridas foi a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para o PNAE deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do/a empreendedor/a familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (Malaguti, 2015, p. 15).

Com essa mudança, a qualidade nutricional da merenda pode ser garantida, tendo em vista que a agricultura familiar

camponesa desenvolve práticas muito mais sustentáveis. A utilização de práticas de manejo — dos solos, das sementes, das plantas — faz a produção alimentar do/a camponês/a mais diversa e saudável. A alimentação escolar, após esta resolução, teve outros sabores. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório (FNDE, 2019, pp. 24-25). Com a criação desta lei, foram discutidas e garantidas algumas diretrizes para merenda escolar, como estão descritas abaixo:

I – O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; e

VI – O direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (FNDE, 2019).

Portanto, a participação dos agricultores e agricultoras na merenda escolar tem um significado enorme, tanto pela da

garantia da qualidade alimentar e nutricional dos/as estudantes como, também, pela dinâmica econômica que se desenvolve nos municípios, a geração de renda para os/as trabalhadores/as e suas famílias — possibilitando, assim, uma maior circulação de recursos nos comércios e em outros serviços nestes territórios. O PNAE contribui para a qualidade da merenda escolar e a melhoria de vida dos/as produtores/as participantes — e, ao mesmo tempo, contribuiu para o desenvolvimento nutricional de milhares de crianças e adolescentes em todo o país. Para desenvolverem as atividades produtivas próximas às residências, os/as assentados/as se organizam em seus quintais, produzindo especialmente hortaliças e criação de pequenos animais. Dentre as principais funções exercidas pelas plantas existentes nos quintais, destacam-se: a existência de uma diversidade de cultivos que rompem a monotonia da dieta da família, quando estas são pobres e não possuem recursos para comprar as frutas e hortaliças desejáveis; o fornecimento de sombra, abrigo e proteção contra ventos fortes, quando as árvores são adequadamente selecionadas e espaçadas; o valor estético e recreativo, proporcionando o bem-estar geral à família do agricultor e/ou agricultora; a privacidade que se pode adquirir a partir de arvoredos densos; o complemento da renda com a venda de uma parte da produção do quintal; a existência de produtos que podem ser transformados em materiais de construção e combustíveis para cozinhar; e o aproveitamento de esterco e resíduos utilizados como adubo orgânico (Harwood, 1996 *apud* Carneiro *et al.*, 2013, p. 137).

Como bem destacam os autores, os quintais produtivos desempenham várias funções — e cada uma delas é importante para manter o funcionamento de todo o processo produtivo. Os/as produtores/as assentados/as desenvolvem várias atividades voltadas para a preservação e conservação do meio onde vivem, garantindo um bom equilíbrio no sistema produtivo.

Dessa forma, as funções socioeconômicas dos quintais, principalmente no que se refere ao autoconsumo e venda do excedente, vêm contribuindo de maneira significativa para a autonomia e permanência das famílias no campo. Frente à problemática ambiental de uma forma geral, ressalta-se

também a importância dos quintais enquanto conservadores da biodiversidade e do equilíbrio ambiental da fauna e da flora locais, uma vez que apresentam uma grande diversidade de espécies (vegetais e/ou animais). As relações de gênero merecem forte atenção, quando se remete ao subsistema quintal produtivo, tendo em vista que são as mulheres, salvo algumas exceções, quem cuida das atividades relacionadas aos quintais (Carneiro *et al.*, 2013, p. 144).

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange às normas definidas pelo programa no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (Malaguti, 2015, p. 30).

METODOLOGIA

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva, ancorado nos produtos da Sistematização realizados durante as atividades direcionadas no tempo-comunidade pelo Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido. Segundo Minayo (2013), a pesquisa qualitativa tem como base um nível de realidade tratado por meio da história, da biografia, das relações, do mundo dos significados, das motivações, dos desejos, das crenças e costumes, dos valores, das atitudes — e se realiza por variadas técnicas para o trabalho empírico.

O local de realização do estudo foi no Assentamento Vida Nova/Aragão, no município de Miraíma, no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Os sujeitos envolvidos nesse estudo foram os assentados e as assentadas que participam da venda de seus produtos para o PNAE. A coleta dos dados se deu mediante o produto da Especialização, que foi a Sistematização da Experiência realizada durante as atividades do tempo-comunidade — e ademais

realizou-se diário de campo como base documental, pois estando implicados no processo de vivência da Experiência, permitiu que pudéssemos realizar essa escrita da observação diária; também foi construída uma Cartografia Social participativa.

Foto 1 - Cartografia Social do Assentamento Aragão



Fonte: Arquivo Pessoal

A partir da análise da Sistematização realizada, do diário de campo e da Cartografia Social, pudemos ter elementos para o estudo sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE e a contribuição deste na vida dos produtores e produtoras deste Assentamento.

O Assentamento Vida Nova/Aragão foi oficialmente criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, através de decreto presidencial no dia 6 de dezembro de 1995; está localizado no município de Miraíma, noroeste do estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. O nome Aragão tem origem na antiga fazenda, que após a desapropriação passa a se chamar Vida Nova — uma nomeação decidida em comemoração pela conquista da terra.

O cadastramento das famílias para a ocupação da área se deu através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraíma/STTR, que foi um dos denunciante da propriedade improdutivo. Importante destacar que naquela época os/as trabalhadores/as

tinham muitas dúvidas de como seria a vida no Assentamento. Aqui podemos citar algumas: quem for morar no Assentamento vai ser funcionário do governo? A produção obtida será dividida com o INCRA? Quem entrar no Assentamento não vai mais poder sair? Estas e outras questões foram aos poucos sendo compreendidas e as famílias foram se organizando e produzindo novas aprendizagens.

O Assentamento fica a 3 km da sede do município, com capacidade para assentar 57 famílias. Possui uma área de 1.266,182 hectares. Atualmente vivem 44 famílias neste território. O Assentamento está organizado em Associação e tem como base organizativa o Estatuto e o Regimento Interno; as famílias assentadas reúnem-se ordinariamente duas vezes ao mês e desenvolvem atividades produtivas coletivas e individuais, tendo como atividades principais a agropecuária e o extrativismo. Na agropecuária são desenvolvidas as atividades de produção de milho associado ao feijão, abóbora e pepino. Nos quintais produtivos se desenvolvem as atividades de horticultura e cultivo de fruteiras, além da criação de pequenos animais (porcos, ovinos, caprinos) e aves (capote, galinhas e patos) — e existe também a criação de bovinos, tanto individual como coletiva.

Alguns programas e políticas públicas acessados pelos assentados: Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) do governo federal, que são as cisternas e barreiros que armazenam água para produção e consumo; Programa Um Milhão de Cisternas, que visa armazenar água para o consumo humano; dispõem ainda de 4 açudes que garantem água especialmente para os animais e a produção nas vazantes durante o período de estiagem; Programa Água Para Todos, que é a água encanada e tratada; Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, dentre outros projetos.

Uma experiência relevante neste Assentamento é o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, uma política pública de inserção da comercialização institucional da agricultura camponesa, que garante a venda da produção excedente para as escolas do município, experiência que será detalhada mais adiante neste trabalho.

Outra importante atividade para as famílias deste Assentamento é o extrativismo da carnaúba: as famílias estão organizadas em dois grupos, que anualmente organizam a extração da palha da carnaúba, extraem o pó e comercializam, garantindo mais uma fonte de renda. O bioma predominante no Assentamento é a Caatinga; esta característica ambiental traz a necessidade maior de organização e de busca de estratégia de produção permanente para os/as assentados/as: é o que chamamos de Convivência com o Semiárido.

Sobre a preservação ambiental, a Associação Comunitária do Assentamento Vida Nova/Aragão/ASCAVIN assegura em seu estatuto e no regimento interno algumas regras que devem ser garantidas pelos assentados e assentadas. Neste sentido, a Área de Preservação Permanente/APP, que é de 68,80 hectares, e a Reserva Legal que é de 264,7 hectares de acordo com o Cadastro Ambiental Rural/CAR do ano de 2019, são respeitadas e preservadas pelos moradores e moradoras. Localizado à direita do Assentamento está o rio Aracatiaçu, um importante reservatório d'água, que também garante os trabalhos produtivos em tempos de estiagem.

Manifestações culturais são comemoradas ao longo do ano, sendo os novenários de São José, padroeiro da comunidade; a festa de São José é realizada no mês de março, onde acontecem as novenas e o leilão. Em julho se realizam os festejos juninos com a quadrilha (Tradição na Roça); além destas manifestações culturais, acontece o Bôlão (uma espécie de pequena vaquejada). Ademais existem os jogos de futebol nos finais de semana como forma de lazer da comunidade. Essas atividades acontecem nos espaços coletivos, sendo estes: a casa-sede, o salão comunitário e a casa da escola. O Assentamento dispõe ainda de casa de farinha coletiva, galpão do trator, estábulo e casa dos bodes, sendo todos de uso coletivo.

Desde sua criação o Assentamento é acompanhado pelo MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fórum dos Assentados — e também participa ativamente de muitos espaços no município e na região, tais como: a Feira Municipal, o Conselho Municipal de Saúde/CMS, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável/CDRS, dentre outros.

Contato com o PNAE e o início de novas possibilidades de produção e comercialização no Assentamento Vida Nova/Aragão

Falaremos aqui da participação de alguns assentados e assentadas do Vida Nova/Aragão no fornecimento da merenda escolar. Do total de famílias do Assentamento, 10 (dez) decidiram participar dos programas institucionais de comercialização do governo federal, sendo o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o PNAE. Os/as produtores/as deste Assentamento tiveram o primeiro contato com o programa da merenda escolar em 2012, por meio da Escola Estadual Josefa Braga Barroso, situada na sede do município. Não havia licitação, os gestores escolares entraram em contato com os/as produtores/as e perguntaram o que podiam fornecer para a merenda. Há pouco tempo havia acontecido um curso de beneficiamento de leite, realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR: várias pessoas do Assentamento participaram do curso e aprenderam a produzir o iogurte caseiro — e foi este o produto que foi oferecido inicialmente para a merenda escolar.

Neste período a produção acontecia nas cozinhas das casas dos/as agricultores/as: o produto era armazenado em *freezers* e era entregue toda semana. O recurso era repassado em conta para um representante do grupo, que ao receber repassava para os produtores e produtoras, de acordo com a quantidade de cada um/a. As maiores dificuldades era não ter uma cozinha específica para preparar o iogurte e também a forma de embalagem que dificultava o deslocamento: eram utilizados baldes de quinze litros para transportar o iogurte, de acordo com o grupo.

Foto 2¹² - Beneficiamento do leite



Fonte: Arquivo Macielia Marques

No início da comercialização, nem a Escola, nem os/as produtores/as tinham conhecimento de fato do Programa: os processos aconteceram de forma imediata e sem muito preparo de ambas as partes; essa situação contribuiu para a descontinuidade do fornecimento de produtos para esta entidade. Para os/as produtores/as, a falta de infraestrutura para o beneficiamento dos produtos foi um dos grandes entraves.

Passados alguns meses, a Escola estadual resolveu não comprar mais o produto fabricado pelos assentados e assentadas; foi neste mesmo ano que um dos membros do grupo entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação e o Secretário da época fez a proposta do grupo participar da chamada pública municipal, já que tinha a experiência com a escola anterior. Os produtores e produtoras se reuniram para discutir como seria a participação e o que poderiam fornecer.

Após a reunião ficou decidido que venderiam carnes: de gado, de carneiro e de frango caipira, além de cheiro verde e do

12 *In memoriam* de Maria Rita Rodrigues de Sousa, vítima da covid-19, que aparece no centro da foto.

iogurte que já era produzido pelo grupo. Esse foi um período importante, porque os/as assentados/as produtores/as ganharam por três anos consecutivos as chamadas públicas. Uma das situações que mais prejudicam os processos organizativos é a demora da chamada pública: de acordo com o grupo, a lentidão da prefeitura é tão prejudicial que alguns participantes ficaram fora do programa por alguns anos. O pico da produção é nos primeiros meses do ano, mas somente entre julho e agosto é que termina o andamento da chamada — e a Secretaria de Educação faz os primeiros pedidos. Causando, com isso, a desmotivação do grupo e a descontinuidade do funcionamento das atividades produtivas, tendo em vista que não têm para quem vender.

Existem diversas ações que os participantes do PNAE precisam cumprir, que muitas vezes dificultam a participação e a permanência deles/as no Programa. A falta de condições, de investimentos públicos para facilitar a organização da produção e do beneficiamento também são pontos destacados, que prejudicam os/as assentados/as e inviabilizam os investimentos feitos. Durante a Sistematização de Experiência realizada, seu Pedro Silvino, morador do Assentamento, falava que *o Programa é bom, mas deveria melhorar mais*: “se funcionasse direto, era bom: a gente se organizava mais, era para ser o ano todo né? Se fosse, era bom. Mas precisa melhorar muita coisa, ser mais tempo, né? Para vender mais”.

Para as mulheres do grupo que participam do PNAE, o trabalho com o Programa tem possibilitado uma autonomia maior, renda garantida durante alguns meses do ano. Encontram dificuldade na fabricação de bolos e iogurte, pois estas atividades requerem mais mão de obra, mais tempo para os preparos — e o grupo ainda não dispõe de equipamentos adequados para produção de grandes quantidades. A falta de estrutura adequada é um fator de desmotivação dos/as que estão participando.

As mulheres têm assumido a parte de organização financeira do grupo. Após as entregas dos alimentos para a merenda escolar, são realizadas as reuniões de prestação de contas, coordenadas por mulheres; além disso, são elas que estão à frente da parte gerencial de documentos, preparação do projeto de venda, dentre

outras atividades. As mulheres têm importante participação no processo produtivo e de venda do PNAE no Assentamento. Dona Regina, moradora do Assentamento, destaca que “o PNAE é bom, né? A gente se ocupa mais, tem mais o que fazer. Só é ruim porque sempre pára, custa sair. Se fosse direto, né? A gente tinha onde trabalhar, sair mais de casa, ganhar dinheiro, né?”

Foto 3¹³- Produção de Bolos Caseiros



Fonte: Arquivo Macielia Marques

Os/as produtores/as ganharam a cisterna, dois canteiros de alvenaria, carrinho de mão, pá, lona e outros materiais para trabalhar com hortaliças através do Programa Uma terra e Duas Águas. Participaram também de algumas capacitações de manejo de solo, cultivo de hortas e manejo da água. Nesse meio tempo, as vendas para o PNAE continuavam.

No ano seguinte, a produção se ampliava e os produtores e produtoras conseguiram aumentar a produção — principalmente de verduras, nos meses de estiagem, que vão geralmente de junho a dezembro neste território. Passados dois (2) anos de Programa funcionando bem, especialmente com a venda de carnes e iogurte, o município é denunciado pelos adversários políticos, dizendo que o abatedouro público não estava dentro das normas sanitárias: essa denúncia prejudicou muito o grupo, pois os animais dos/as produtores/as eram abatidos no abatedouro municipal, assim

¹³ O grupo de produtores que participa dos programas institucionais é na sua maioria formado por mulheres. Na foto acima estão: Dona Rita (*in memoriam*), Selma Marques, Macielia Marques, Antônia Sousa e Maria dos Santos.

como todos os frigoríficos faziam. O abatedouro foi fechado — e neste meio tempo, entre 2015 e 2017, o município resolveu não comprar mais os produtos derivados de animais, também pelo fato de não haver a inspeção sanitária e não ter estrutura para autorizar os abates dentro das normas do estado. Sendo assim, os produtores e produtoras ficaram sem comercializar para o programa por três (3) anos.

De acordo com as informações produzidas durante a realização da Sistematização desta Experiência, se percebe que houve mudanças de estratégias produtivas, organizacionais, sociais e econômicas no decorrer dos anos. Os/as assentados/as produtores/as do Assentamento Vida Nova/Aragão estavam há oito (8) anos resistindo na participação da comercialização para a merenda escolar, garantindo não só renda, mas comida de qualidade para as crianças e adolescentes do município de Miraíma/CE. Uma das mudanças mais significativas nas atividades do grupo é o manejo correto da terra — aqui conceituado de agroecologia ou de práticas agroecológicas desenvolvidas nestes espaços.

Como forma de desburocratizar as documentações, o grupo pediu autorização à Associação para tirar a Declaração de Aptidão ao Pronaf/DAP jurídica. Esta documentação assegura o direito dos/as produtores comercializarem seus produtos de forma coletiva. Hoje, quem participa diretamente das chamadas públicas é a Associação Comunitária.

A agricultura familiar tem suas especificidades e o PNAE assegura algumas delas, como: a sazonalidade da produção, a regionalização, os costumes e hábitos alimentares. Porém, ainda não há uma abertura da prefeitura para tratar essas situações, deixando muitas vezes os/as produtores/as desmotivados/as em participar.

As maiores dificuldades enfrentadas, dentre as que foram relatadas, são as seguintes: a falta de acesso à água o ano todo para produzir em maior quantidade; a validação das DAPs pelo INCRA — este documento tem prazo de validade; para renovar é necessário enviar vários documentos para o INCRA; no entanto,

não há agilidade na atualização dos pedidos de DAP, causando, assim, o impedimento de participação no Programa; a falta de infraestrutura para fazer o beneficiamento dos produtos; a demora da chamada pública, que muitas vezes sai só no segundo semestre — e não são feitos todos os pedidos de compras do calendário escolar; e a falta de incentivo do próprio município em não disponibilizar ou buscar projetos para uma pequena fábrica de beneficiamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, pudemos compreender os processos desenvolvidos pelos produtores e produtoras, assentados e assentadas, do Assentamento Vida Nova/Aragão na participação do PNAE: a organização da produção familiar; o beneficiamento coletivo dos produtos; a preparação da documentação para as chamadas públicas e as prestações de contas. Essas ações são desenvolvidas ao longo do ano, onde cada membro do grupo assume uma tarefa; assim os produtores e produtoras buscam garantir um bom trabalho e o fortalecimento da atividade.

Ao terem contato com o PNAE, através das escolas e da Secretaria de Educação do município, os/as assentados/as perceberam as dificuldades ainda presentes no Assentamento para que pudessem comercializar seus produtos. A venda institucional impulsionou possibilidades e também diversas percepções.

Para os produtores e produtoras existe uma distância muito grande entre um projeto e a renovação do outro: essa descontinuidade impacta na produção e na organização do grupo. Não há no município um planejamento das chamadas públicas: o ano letivo inicia em fevereiro, normalmente; neste mesmo período a produção está muito boa, são períodos onde os agricultores e agricultoras estão *no pico* de sua produção — porém o Programa inicia depois de três (3) a quatro (4) meses após o início das aulas; neste meio tempo, a produção ou é destinada para outros consumidores ou a família vai consumindo, causando uma desmobilização das atividades e, assim, o investimento feito na produção fica sem ter retorno.

Desse modo, percebemos que o município ainda não garante de fato o desenvolvimento desta política pública, já que não havendo um planejamento de ambas as partes, não tem como dar funcionalidade, ficando prejudicados/as tantos os/as fornecedores/as familiares como também os/as consumidores/as.

Foram identificadas muitas ações relevantes que se destacam e que fazem do grupo de produtores/as um exemplo no município. O contato com o projeto foi em 2012; o grupo é o único que fornece os alimentos em todos estes anos para as escolas locais; são 11 áreas de assentamentos neste território, apenas estas 10 famílias se mantêm no Programa. Apesar de ter havido problemas durante os anos, os produtores e produtoras permanecem se organizando e buscando melhorar cada vez mais.

Existem ações coletivas e individuais desenvolvidas, como a ampliação da produção nos quintais, permanência e defesa do Programa no município através da participação em reuniões, conversas informais com lideranças, nos conselhos municipais, garantia da participação feminina em todas as etapas organizativas da produção e comercialização, melhoramento no beneficiamento, formação da mão de obra através de capacitações e o melhoramento da renda.

Para as escolas, a intenção de possibilitar o acesso a alimentos mais saudáveis tem propiciado uma relação de aproximação com os agricultores e agricultoras, como também a discussão da valorização dos produtos da região. Para o público estudante, a alimentação escolar se tornou mais diversificada, saborosa, garantindo hábitos alimentares mais saudáveis. O contato com os/as profissionais da Secretaria de Educação (nutricionista, secretário, servidores/as do depósito) gerou uma relação maior de respeito e de reconhecimento dos produtores e produtoras.

Há de se superar muitos entraves percebidos aqui, uma vez que as políticas públicas nunca estiveram tão acessíveis aos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente aos/às camponeses/as. Em tempos de retirada de tantos direitos,

conquistados a duras penas, é necessário estar cada vez mais firme, para que sejam ampliadas e asseguradas as conquistas obtidas. A questão econômica é uma das coisas muito importantes, mas o ato de oferecer o resultado do trabalho e o reconhecimento do/a trabalhador/a do campo é significativo demais: ver o nome dos/as produtores/as e do Assentamento em todas as escolas provoca uma alegria muito grande, é um sentimento de missão cumprida, de garantia do papel social da terra — que é alimentar o povo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. G. de. Segredos íntimos: A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000, p. 25-56.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** Bases Científicas Para Uma Agricultura Sustentável. 3. ed. Editora; Expressão Popular. São Paulo, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE).** Ministério da Educação. Brasília, 2019.

BRASIL. **PNAE/CD/FNDE.Nº38, DE 16 DE JUNHO DE 2009.** Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/pnae. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** 1. ed./ 1ª reimpressão. Brasília, 2014.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. da S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê Abrasco:** Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. de A. (Org.). **Campo, Floresta e Águas;** práticas e saberes em saúde. Brasília: Editora UNB, 2017.

CARNEIRO, M. G. R.; CAMURÇA, A. M.; ESMERALDO, G. G. S. L.; SOUSA, N. R. de. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Rev. Bras. de Agroecologia**, 2013.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUHUR, D.M.P; TONÁ, N. *Agroecologia*. In CALDART, R.S, *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOLLIDAY, J. O. **Guia Para Sistematizar Experiências**. Agosto, 2006.

ALVES JUNIOR, T. de A. **Agricultura familiar e Alimentação escolar: O PNAE no Sertão Central**. UFC, 2012.

LEITE, S. Seis Comentários Sobre Seis Equívocos a Respeito da Reforma Agrária. In: STEDILE, J. P. **A questão Agrária no Brasil**, v. 8, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MALAGUTI, . M. Ai. **Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Desafios para a Inclusão dos Produtores da Agricultura familiar na merenda Escolar de Itapeverica da Serra**. SP: UFIFESP, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOREIRA, J. P. L *et al.* **A Saúde dos Trabalhadores da Atividade Rural no Brasil.** RS: UFRJ, 2015.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Proposta de Reforma Agrária Popular.** In STEDILE, J.P. **A questão Agrária no Brasil.** Vol 8. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

MST/CE - – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Ceará. **Cartilha do Mutirão da Organicidade.** Org. Setor de Produção. Ceará, 2014.

MOLINA, M. C. **Políticas Públicas.** Edição 2. Dicionário da Educação do Campo (p. 585). Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1 ed. São Paulo: Labur Edições, 2007._

PEREIRA, A. V. de A. **Pluriatividade na agricultura familiar: O caso do Assentamento Vida Nova/Aragão em Miraíma - Ceará.** UFC, 2019.

PEREIRA, J. M. M. **A Luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso.** Expressão Popular, 2013.

PEREIRA, J. M. M. **A disputa política ideológica - entre a reforma agraria redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial.** Expressão popular, 2005.

RIBEIRO, S. M. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o Olhar da Promoção da Saúde: A Experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade- Embu das Artes-SP.** São Paulo, 2013.

STEDILE, J. P. (Org). **A questão Agrária no Brasil:** Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. In: CALDART, R. S. *et al.* **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SAMPAIO JR, P. de A. Notas Críticas Sobre a Atualidade e os Desafios da Questão Agrária. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil, vol. 08.** São Paulo, Expressão Popular, 2013.

TERRA SOL/INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: www.incra.gov.br/pt/terra-sol.html. Acesso em: 02 jul. 2020.

EFA IBIAPABA - PLANO DE ESTUDO/PE COMO FERRAMENTA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO PARA O PROTAGONISMO JUVENIL DO CAMPO

*Francisco Carlos Falcão Junior
Vera Lúcia de Azevedo Dantas*

PRIMEIRAS PALAVRAS: ARANDO A TERRA DA EFA

Esta Sistematização é parte de uma das ações do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido ofertado pela Fiocruz/CE. A Sistematização inicial foi realizada *in loco* coletivamente e teve como ponto de partida a Cartografia Social do território. A experiência aqui registrada refere-se à Escola Família Agrícola Chico Antonio Bié, que funciona no Assentamento Bom Jesus/localidade de São João, no Sítio Nova Esperança, área rural do município de Tianguá/CE.

A Escola que foi inaugurada em 2014 é fruto da doação de um líder comunitário que, sensibilizado, cedeu uma casa comunitária que foi adaptada para receber sua primeira turma de educandos/as. Atualmente, se encontra com vinte (20) matrículas ativas e concluindo a formação da segunda turma no final do ano de 2019. A execução da EFA se dá por meio da Associação Escola Família Agrícola da Região da Ibiapaba/AEFARI, que articula junto a outras instituições e organizações, governamentais e não-governamentais, parcerias para seu funcionamento.

Na Escola referida, a pedagogia se desenvolve no aprofundamento e intensificação da relação teoria e prática. Nela é ofertado o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico com Habilitação em Agropecuária — e o trabalho é executado em tempo integral com o aporte da Pedagogia da Alternância, isto é, uma pedagogia que busca

[...] a dignidade da pessoa, como sujeito individual e coletivo. Leva-se em conta a totalidade da pessoa como indivíduo e o que ela representa na sua história e no seu meio. [...] É fator de desenvolvimento humano-social do meio onde está inserida. A vida em comum, permite a aquisição e consolidação de hábitos sociais e higiênicos, buscam a superação do individualismo, por trabalho e vivência em grupo, bem como a garantia de uma formação global pelas reflexões e análises conjuntas da própria realidade e das realidades dos colegas (Zamberlan, 1996, p.13).

Afirma Zamberlan que a Pedagogia da Alternância, também, pensa o lado financeiro das famílias, porque

[...] reduz os custos de viagem do jovem à EFA, porque ele vai e fica, permanecendo na Escola por uma ou duas semanas. Aproveita todo o tempo para refletir sua realidade. A alternância ajuda aos pais a se sentirem educadores/as de seus filhos. [...] A sabedoria prática e a teoria se juntam. Ajuda a aprofundar constantemente as coisas que acontecem no dia a dia da família, comunidade, país e mundo em geral. Valoriza o trabalho prático manual do agricultor, muitas vezes pesado, como forma de valorizar a cultura camponesa (ZAMBERLAN, 1996).

Também se agrega às práticas da *educação contextualizada*, que se insere nas abordagens e técnicas elaboradas em todas as atividades socioeducativas da Escola. Está em seu imperativo designar que a educação

[...] seja compreendida no contexto da localidade onde está situada a escola. Ensina a mudar o lugar onde se vive e ali manter raízes e laços de família. Esse reconhecimento vai além da noção de campo apenas como rural e compreende suas necessidades culturais, direitos sociais e formação integrada dos indivíduos (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2011, p. 9).

As questões psicossociais e socioeconômicas dos/as educandos/as são tratadas com relevância diante das dificuldades na aprendizagem. Acrescida dos métodos da Educação Popular, ou seja, “de uma educação pensada como alguma coisa que preserva, que conserva, que resguarda justamente de se mudarem, de se

perderem, as tradições, os costumes e os valores de um povo, uma cultura, uma civilização” (Brandão, 1993, p. 83).

O Plano de Trabalho da EFA Ibiapaba, em seu acordo técnico-pedagógico, diz que há mais de sessenta e oito (68) anos no mundo a Pedagogia da Alternância possui instrumentos pedagógicos concretos que possibilitam a organização do ensino em regime de alternância com três momentos interpenetrados, ou seja, integrados, que conjugam um itinerário com um processo de aprendizagem¹⁴.

No primeiro momento se trabalha a partir do meio sócio-profissional com observação, descrição da realidade e convivência familiar e comunitária para referendar a experiência do trabalho, ou seja, o saber empírico. No segundo, tendo como referência a Escola, a colocação em comum da reflexão de cada alternante, formalização, conceitualização, problematização, análise, aprofundamento e sistematização do conhecimento popular com os conhecimentos escolares, o saber teórico.

O terceiro novamente trabalha no meio socioprofissional: retornando à família e ao trabalho, o/a jovem fecha o ciclo do processo metodológico realizando experiências e aplicações dos estudos, confronta os saberes teóricos e práticos, faz novas interrogações e novas pesquisas — saber prático.

O ponto de partida das ações educativas da Escola está em promover a integração entre família-EFA-comunidade/assentamento, potencializando o protagonismo juvenil no campo, inserção produtiva e consciência política como eixos centrais de transformação das realidades.

Atualmente, no estado do Ceará, temos cinco EFAs em pleno funcionamento: em Independência e Ipueiras/Sertão dos Inhamuns, Quixeramobim/Sertão Central, Tianguá/Serra da Ibiapaba e Jaguaribana/Tabuleiro do Norte — estando outras quatro em elaboração. Dentre essas, a mais antiga em funcionamento, com seus 16 anos de atuação, é a EFA Dom Frágoso, de Independência.

Focaremos na EFA Chico Antonio Bié que surge do sonho

14 ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância - Escola da Família Agrícola**, 2011, p. 29.

de uma agricultora que, ao deslocar-se com seu filho durante seus três anos de formação na EFA Dom Fragoso, acompanha os impactos experimentados dentro de casa com as transformações que acompanhou de seu filho durante sua escolarização numa educação diferenciada. As regiões são distantes, mas a agricultora que mora na Serra da Ibiapaba não se abateu e perseverou.

Hoje essa agricultora, que é conhecida por Fransquinha, há seis anos está à frente da Associação Escola Família Agrícola da Região da Ibiapaba/AEFAR, entidade mantenedora da Escola Família Agrícola Chico Antonio Bié, formando a segunda turma de nível médio regular integrado ao profissionalizante em agropecuária. Sua experiência acompanhando seu filho fez com que percebesse a necessidade de uma educação diferenciada, onde outras famílias da região pudessem ter a mesma oportunidade que ela e seu filho tiveram: uma formação voltada para atender as necessidades e as demandas da população jovem do campo.

A EFA Ibiapaba que funciona sem o apoio do governo, tem o auxílio de organizações e instituições por meio de doações e conta com seu amplo quadro de funcionários/as de forma voluntária. Isto é, todos/as os/as profissionais que se disponibilizam no acompanhamento técnico e pedagógico, monitoramento, gestão (direção e coordenação) e cozinha investem seu tempo e conhecimentos por acreditarem no projeto diferenciado da Escola.

A EFA Chico Antonio Bié, por meio do seu regimento escolar, objetiva promover uma formação contextualizada e ampla para jovens agricultores/as, buscando desenvolver o protagonismo juvenil através de práticas apropriadas, integrando famílias e comunidades, contribuindo para o desenvolvimento agroecológico do meio rural na região, com tecnologias viáveis para a Convivência com o Semiárido e o cinturão verde da Serra da Ibiapaba.

No próximo capítulo abordaremos o passo a passo traçado para as etapas da pesquisa que dá origem a este artigo. Para isso, dialogaremos com autores/as que atuam de maneira participativa e colaborativa, contribuindo com um espaço democrático ao qual compreendemos ser um local de formação política, ética e estética dos sujeitos do campo.

2 METODOLOGIA

Definimos este estudo como qualitativo por se tratar de investigação sobre uma ação, considerando as subjetividades nas relações interpessoais, dando mais relevância aos processos que ao próprio fenômeno. Segundo Romanelli e Biasoli-Alves (1998, p.172), “a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos”.

O nosso ponto de partida foi a Sistematização Coletiva da Experiência da EFA Ibiapaba — que, por sua vez, partiu da Cartografia Social do território, compreendendo a experiência em si como um lugar comum a todos/as os/as participantes do projeto sobre a experiência vivida e compartilhada.

Partindo do pressuposto da descolonização do saber e do conhecimento, atemo-nos às matrizes críticas, acreditando que assim a investigação alcance a relevância esperada. Os mapas sociais¹⁵ são metodologias de trabalho que possibilitam à população envolvida trazer à consciência coisas antes não percebidas, de cunho geográfico, político, social e econômico — tanto em suas potencialidades quanto em seus desafios.

Essa Sistematização revelou a importância do Plano de Estudo/PE e nos levou a construir a pergunta inicial: *qual a contribuição do PE para o envolvimento dos/as educandos/as em sua comunidade/assentamento?* — seguida dos demais questionamentos: *que estratégias de aproximação dos/as educandos/as com a comunidade/assentamento ele propiciou? Que desafios são apontados à concretização das atividades do PE no tempo-comunidade?* Estes questionamentos materializaram os objetivos deste estudo que, com a definição do percurso metodológico, constituíram o segundo passo, ou seja, a formulação do plano de Sistematização.

Para a recuperação do vivido, terceiro passo da Sistematização, utilizamos os elementos do *círculo de cultura*,

15 A aplicação da Cartografia Social no Brasil se inicia nos territórios da “Amazônia Legal”, ampliando para outras regiões rurais brasileiras. É quando se passa a ter registro de seu manuseio na zona urbana.

ao revisitar os produtos (vídeo, cordel, jornal e Relatório) que surgiram dos relatos, quando fizemos a construção compartilhada de conhecimento, que

[...] caracteriza-se como *lócus* privilegiado de comunicação-discussão embasada no diálogo, nas experiências dos atores-sujeito, na produção teórica da educação e na escuta, a qual se orienta pelo desejo de cada um e cada uma de aprenderem as falas do outro e da outra, problematizando-a e problematizando-se (Brasil, 2016, p. 39).

O trabalho de Sistematização de Experiências foi desenvolvido com foco nos passos da metodologia de Holliday (2006, p. 35), quando afirma que “a educação popular busca promover a participação dos sujeitos sociais, incentivando-os à reflexão, ao diálogo e à expressão da afetividade, potencializando a criatividade e a autonomia”. Segundo Holliday (2006):

[...] a sistematização de experiências leva em consideração a totalidade da realidade histórico-social dos sujeitos quando diz que o “ponto de partida é o que nos permite aproximar-nos da sistematização a partir do que a própria riqueza das experiências pede que se faça: apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido (p. 35).

Vivenciando esse processo, identificamos palavras geradoras que foram agrupadas, gerando os temas que compõem este Relato. Com base nas temáticas, desenvolveu-se a narrativa relacionando sua problematização, constituindo diálogos com outros/as autores/as, produzindo as reflexões de fundo, levando ao quarto passo de Holliday. Por fim, retiramos dessas reflexões os aprendizados que constituem as considerações finais do trabalho.

Através da pesquisa-ação — que é um método em que é possível utilizar várias técnicas de pesquisa—, os sujeitos protagonizam os processos que vão sendo vivenciados, na intenção de transformação social; ou seja, podemos dizer que a pesquisa-ação é o:

[...] tipo de pesquisa que se pode definir como centrada em problemas da prática com o objetivo de buscar soluções, provocar mudanças e avaliar resultados. Trata-se, por conseguinte, de um tipo de pesquisa que se integra à ação e se associa às finalidades da ação. O potencial desse tipo de pesquisa situa-se na faculdade de influenciar a prática, recolhendo ao mesmo tempo, sistematicamente, dados numa retroação constante que permite avaliar os resultados e alterar, se necessário, o percurso da investigação. O caráter científico desse tipo de pesquisa tem mais a ver com uma maneira de trabalhar com critérios de ordem relacional e ético do que com critérios tradicionais da cientificidade. Assim, os resultados serão válidos se são utilizáveis na ação e na prática (Anadón, 2005, p. 21).

É no convívio com as possibilidades da pesquisa-ação que os/as educandos/as vão apreendendo formas de executar seus projetos de vida, na aplicação da pesquisa que socializam e problematizam no tempo-escola. Alterando, assim, positivamente o fluxo de conhecimento sobre seus territórios, fortalecimento de sua autoimagem e na sua produção ou na produção da comunidade.

No próximo capítulo abordaremos o Plano de Estudos/PE, compartilhando saberes e construindo identidades campesinas. Esse processo metodológico busca nas ferramentas pedagógicas meios de desenvolver a inserção acadêmica e profissional dos sujeitos envolvidos na formação.

3 O PLANO DE ESTUDO/PE: COMPARTILHANDO SABERES

A partir dos temas que orientam os estudos, os/as educandos/as vão aplicando, na prática, os projetos em vista da melhoria da propriedade e da comunidade. Os Planos de Estudos/PE tornam-se o fio condutor do curso, interligando Escola e os grupos sociais aos quais tem acesso.

Os objetivos do processo são adequar o tema às etapas educativas do/a educando/a no curso, permitir a reflexão sobre a realidade, motivar o/a educando/a para estimular seus familiares e pessoas da comunidade, encorajar o/a educando/a para que sua

família e demais membros da comunidade realizem a pesquisa — e que, por meio do PE, haja uma sequência metodológica na pesquisa aplicada pelos/as educando/as no tempo-comunidade, que realizaram em casa e/ou na localidade.

O PE no contexto da EFA Ibiapaba é a ferramenta principal, eixo integrador entre o tempo-escola e o tempo-comunidade. No primeiro ano são desenvolvidos cinco (5) Planos de Estudos e, no segundo ano, nove (9) Planos de Estudos. Os temas de pesquisa apresentam como objetivo estimular o processo de ensino/aprendizagem, bem como são meio de aprendizagem experiencial, ou seja, priorizar e valorizar a vivência como meio de formação temática de um projeto que deverá retornar ao meio.

O PE é uma forma de desenvolver um trabalho que conta com a participação educando/a-EFA-família. Para isso, são elaboradas questões na Escola que seguem para a investigação na comunidade — questões essas que são socializadas na Escola e que retornam para a comunidade em forma de devolutivas, considerando a realidade dos/as educandos/as. Isto é, nesse movimento contínuo e constante, entre Escola-educando/as-comunidade/assentamento, as questões são elaboradas na Escola para investigação em campo na localidade do/a jovem: essas questões são socializadas na Escola e depois voltam para a comunidade/assentamento em forma de retorno.

No final de cada sessão, ou seja, no tempo-escola, o direcionamento dessas questões a serem investigadas exige um roteiro para as etapas e alcance dos objetivos. Nas etapas, busca-se a escolha de um tema e/ou já estabelecido, fruto das pesquisas nas localidades pela EFA, pelos/as educandos/as e monitores/as, a partir de fatos cotidianos, anseios, desejos e problemas (intrínsecos e extrínsecos).

Há muito diálogo para a motivação dos/as educandos/as com foco na colocação em comum das perguntas e seleção para a elaboração do questionário em grupo. O/a monitor/a é o estímulo e a realidade objetiva do/a educando/a é a meta da motivação.

No meio familiar, ou seja, quando retornam para casa, as etapas e os meios aparecem através de leitura e resposta do PE

na família e/ou comunidade — ou até mais ampla —, seguida da pesquisa e ordenação dos dados. O Projeto Político-Pedagógico/PPP objetiva os passos que estão em levar o PE à família e/ou comunidade e colocar em comum a pesquisa: intercambiar ideias, estimular o diálogo entre responsáveis e seus/suas filhos/as e ajudar o relacionamento entre família-EFA-comunidade — descobrindo, através da busca constante, as raízes históricas de suas origens e localidades, desvelar por meio do diálogo seus sentimentos e emoções, grau de aceitação e rejeição, valorizar o saber popular e conhecer mais intensamente a realidade familiar comunitária.

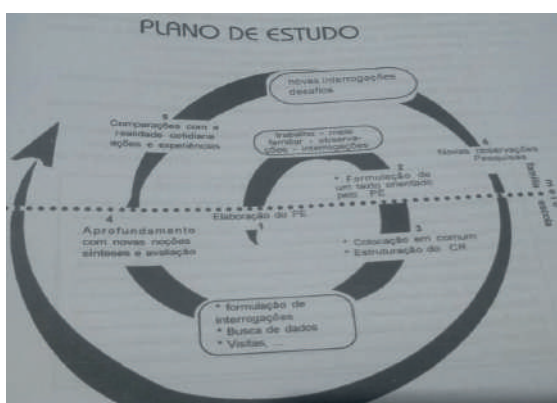
A Alternância nas EFAs potencializa no sujeito organizações psicossociais e socioeconômicas, de cunho individual e coletivo, expandindo a linguagem escolar rural através da monitoria constante junto à/ao educanda/o, que perpassa pelas aulas, palestras, demonstrações de laboratório, visitas e viagens de estudo e serões¹⁶. O objetivo é o de ajudar no desenvolvimento da expressão, valorizar a linguagem e formas expressivas do/a educando/a, ajudar na comparação das realidades — colocando-as dentro do geral ao estimular o trabalho em grupo como expressão da solidariedade — e respeitar a individualidade: saber ouvir, participar e aceitar ideias, comparar realidades, generalizar fenômenos sociais e naturais, pontuar problemas, desafios existentes na realidade dos/as educandos/as e sistematizar aprofundando na prática e na teoria em várias áreas de ensino e outras atividades educativas da EFA.

Essas são ações cíclicas, que vão se refazendo de acordo com a resposta da comunidade, socializadas na escola, onde são criadas novas estratégias e refeitas ações que no retorno dos/as educandos/as com a família pode acontecer de várias formas: com experiências práticas na terra na qual trabalha, com a família ou outros/as, promovendo encontros para debater questões discutidas na EFA, desenvolvendo trabalhos em conjunto com ex-educandos/as e colaborando com a comunidade local com cartazes, encontros, dentre outros.

¹⁶ São atividades noturnas de caráter educativo que permitem discussão viva e interessante. Os assuntos debatidos são orientados, muitas vezes, por pessoas externas à EFA: agricultores/as, professores/as, médicos/as, religiosos/as e outros/as.

Segundo o Regimento Escolar, no artigo 18, inciso VII a articulação tem o objetivo de aumentar o interesse entre os diversos colaboradores e colaboradoras, fortalecendo a relação família-EFA-comunidade, fazendo circular informações sistematizadas sobre a realidade regional, promovendo encontros para debater problemas de interesse local comum, dinamizando o PE e estimulando a participação do/a educando/a, tornando-os/as mais responsáveis e abertos/as aos problemas e desafios de sua realidade.

Foto 1 – Fluxo do PE



Fonte: Registro do Pesquisador

A elaboração do PE, a formulação de um texto orientado pelo PE e a colocação em comum produzem aprofundamento com novas noções de sínteses e de avaliações que, em comparação com as realidades cotidianas, alteram-se as ações em meio às experiências, orientando novas observações e pesquisas: forma-se o fluxo de formato técnico-pedagógico que potencializa a construção de sujeitos responsáveis com as questões ambientais, que entendem sua importância nas dinâmicas sociais, em suas localidades e na família. Estes fazem intervenções locais considerando a conjuntura global, inserindo-se no mercado de trabalho, demonstrando conhecimento de suas realidades e agindo sobre elas de forma assertiva. Podemos trazer do Relatório de Sistematização de Experiências a fala de um educando, quando diz que o PE:

[...] é uma ferramenta pedagógica que é utilizada em todas as EFAs do mundo para fazer pesquisas na comunidade, contando como horas de estudo, [...] para que o educando conheça a realidade da família e da comunidade. Através do PE os educandos conhecem a realidade uns dos outros. [...] e para ser aplicado, o educando precisa se planejar para o que ele for fazer não dar errado. A pesquisa na comunidade e na família logo tem um retorno através das respostas dos entrevistados; era feito esses retornos para obter um objetivo, mostrar as dificuldades que nem mesmo eu e os moradores sabíamos que tinham e mostrar para os agricultores a importância que eles têm naquele espaço (Relatório de Sistematização, 2019).

O PE também é pensado como estratégia metodológica de conscientização para avançar na geração de trabalho e renda, na promoção da autonomia, no resgate da cidadania, no fortalecimento de direitos, na identidade cultural, na luta pela terra e acesso à água. Nesse sentido, contribui para a ressignificação de símbolos camponeses e para a potencialização de sujeitos críticos no campo.

No próximo capítulo falaremos do processo de Sistematização Coletiva e de como o PE evidenciou-se como ferramenta para discutir a Educação Contextualizada — e considerar a EFA ao estar inserida no contexto rural de ressignificar os sujeitos do campo.

4 INÉDITO VIÁVEL: PE COMO DESAFIO À EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA

O processo de sistematização coletiva ao debruçar-se sobre o PE evidenciou também a necessidade de discutir a Educação Contextualizada — e, considerando que a EFA se insere no contexto rural, a urgência em ressignificar o campo.

O conflito sempre esteve presente na história social brasileira — e questionar a realidade nesse momento nunca se fez tão necessário. O cenário atual brasileiro pode ser comparado à Idade Média, pois em pleno século XXI se fortaleceram pensamentos arcaicos: governo autoritário, política caótica, igreja acima da ciência.

A Educação Contextualizada é fundamental para o entendimento dessas questões na construção subjetiva dos sujeitos camponeses, na formação de profissionais que tenham compromisso com a saúde e a vida. Profissionais que não pensem na agricultura como um modelo de trabalho somente, mas como um posicionamento político, considerando o sistema de ensino e sua escolarização na geração de trabalho e renda. Pois,

[...] historicamente, o Semiárido costuma ser retratado no país como um lugar de pobreza, seca e poucas oportunidades. Esse quadro vem mudando aos poucos. Mas, muitas vezes, ainda se repete a visão equivocada de atraso e de falta de perspectivas, principalmente no campo, sugerindo que os alunos saiam de sua localidade para “virar gente”. Oportunidades, trabalho, renda, só em outro lugar (UNICEF, 2011, p. 5).

Na Escola, combate-se essa visão distorcida do campo com demonstrações práticas. No produto vídeo produzido pelos/as educandos/as é apresentada a experiência da comunidade de Pindoguaba, no Município de Tianguá. A história de transformação promovida pelo artesanato é difundida no interior das atividades escolares. Contextualiza-se o trabalho desenvolvido pelo uso do croá, fibra do mato que seca ao sol, que desfiada é levada para tecelagem, partindo para a confecção dos produtos, objetos de decoração e peças de uso pessoal.

Outra questão que surge na Sistematização de Experiências diz respeito ao papel social do/a educador/a. É aqui que me coloco como educador da Escola, ao mesmo tempo, como participante da vivência coletiva e como educando que buscou compreensão profissional na formação acadêmica, no fazer a educação.

Em minha formação, pude vivenciar experiências da faculdade particular, migrando no meio do curso, para concluir a graduação na universidade pública. Pude observar que conseguem formar bons técnicos, mas que não conseguem fazer relação alguma com as questões sociais dos sujeitos dos quais são mediadores. Entendendo que

[...] este progressivo ingresso da criança pobre nas salas das escolas, associada a uma redefinição do ensino escolar em direção ao trabalho produtivo, não fez mais do que trazer para dentro dos muros do colégio a divisão anterior entre o aprender-na-oficina para o trabalho subalterno e o aprender-na-escola para o trabalho dominante (Brandão, 1993, p. 90).

Essa interpretação positivista da Ciência desumaniza e deforma as relações humanas por meio da estimulação da cultura da arbitrariedade, do medo, da ameaça e da intimidação, fortalecendo a verticalização nas relações.

O Relatório de Sistematização (2019) diz que o PE é uma ferramenta pedagógica utilizada pelas Escolas Família Agrícola de forma a intercambiar a realidade dos/as educandos/as, fazendo aproximação da família com o próprio educando/a. Trata-se de identidade na luta de classes, inicialmente, do/a educador/a, no sentido de ter preparo por compreender o que é Educação Popular, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Contextualizada, educação crítica — e atuar de forma que faça pontes na construção de novos conhecimentos ancorados aos saberes e vivências que seus/suas educandos/as trazem de casa, transitando e se relacionando.

Durante o processo de Sistematização Coletiva nos questionamos sobre a formação docente: como é considerada a construção de espaços educativos, seus efeitos e consequências na vida dos/as educandos/as. Profissionais conscientes podem potencializar a curiosidade dos/as educandos/as a um nível profissional, independente e autônomo, já que nossos pensamentos advêm das abstrações dessas estruturações.

Segundo Zamberlan (1996, p. 29), algumas das finalidades do PE são “intercambiar ideias, estimular o diálogo entre filhos/as e seus responsáveis e ajudar o relacionamento entre família-EFA-comunidade, estando o/a educando/a no centro de todo o processo”. O PE busca o autoconhecimento através da troca de saberes e o fortalecimento da inovação de formas de fazer Ciência, utilizando-se da valorização das tradições e resgate das ancestralidades dos grupos trabalhados para desencadear

processos críticos que sejam conduzidos por meio da voz e vez dos/as educandos/as.

Durante a Sistematização Coletiva apresentou-se a importância sobre a elaboração do questionário construído pelos/as educandos/as, que vão aplicar em suas comunidades/assentamentos por meio do PE — e de onde surgem seus questionamentos, suas análises dos fatos, para melhor elaboração de seus resultados. Naquele momento pudemos refletir sobre a importância das questões serem abstratas e se colocando sempre a favor da reflexão sobre a realidade dos/as desfavorecidos/as, dos/as esquecidos/as, dos/as abandonados/as.

Na construção dos cordéis, o simbolismo se evidencia por meio dos elementos que configuram o Semiárido cearense. Alguns, com pouquíssimas palavras, mas com imagens fortes retratando a luta, o trabalho, as relações, os amores e desencantos da vida no campo. Produções cheias de energia, poesia, filosofia, do olhar simples e profundo, da ligação com o mato e expressões intensas de fé.

Ou seja, pudemos refletir que a construção desses instrumentos busca um movimento que ultrapasse a visão ingênua para o entendimento consciente. “Quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome”. (Freire, 2017, p. 102)

O PE assume, também, esse repensar nas relações, se utilizando da aproximação humana por meio da pesquisa como ferramenta de organização de classe para a superação de dificuldades locais concretas, criando tecnologias sociais para a Convivência com o Semiárido, troca de informações e construção de plano de ação na comunidade/assentamento.

Garantindo existir ali o que antes não havia de entendimento, percepção e apreensão, é quando se apresenta o *inédito viável*, ou seja: segundo Freire (2017, p. 51), é “uma palavra que traz nela mesma o germe das transformações possíveis voltadas para um futuro mais humano e ético. Uma palavra que carrega, no seu âmago, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos,

ansiedades, vontades e possibilidade de saber, fragilidade e grandeza humanas”.

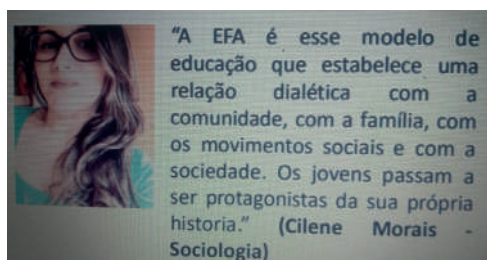
O produto jornal, criado e distribuído pela EFA Ibiapaba, com o incentivo da Cáritas Diocesana de Tianguá, contou com a mediação de profissionais da Escola, comandado pela participação ativa dos/as educandos/as para socialização das vivências e sua publicização. O conteúdo do jornal se relaciona com os princípios discutidos na Educação do Campo: agroecologia, identidade cultural e soberania alimentar, caracterizando a Educação Contextualizada na Escola — já que, sua fonte inspiradora formativa advém dos/as agricultores/as.

Foto 2 - Turma de 2017-2019/Tempo-Escola - Educandos/as na frente da Escola se posicionam para foto ilustrativa do Jornal; inicialmente com vinte e uma matrículas efetivas, com um desligamento em 2018



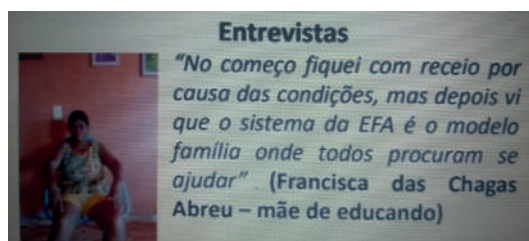
Fonte: Relatório de Sistematização, 2019

Foto 3 - A educadora Cilene Moraes, que contribui com o sindicato de Tianguá, é cedida para a Escola, lotada na disciplina de Sociologia Rural. Faz sua fala diante de suas vivências na Escola, estando ela como educadora da EFA Ibiapaba desde 2014, quando recebem a primeira turma de educandos/as



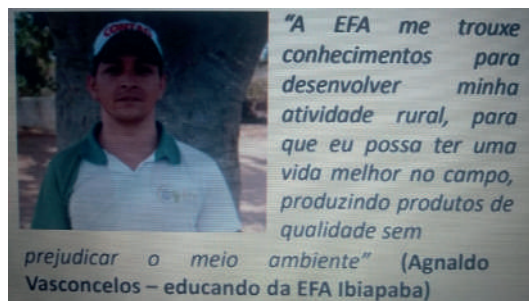
Fonte: Relatório de Sistematização, 2019

Foto 4 - Dona Francisca que participa ativamente dos processos da Escola e se faz presente sempre que pode; moradora da Comunidade Quilombola do Batoque, município de Pacujá e mãe de educando que se envolve com a organização da juventude e com o fortalecimento da capoeira local



Fonte: Relatório de Sistematização, 2019

Foto 5 – Educando dividindo aprendizado adquirido



Fonte: Relatório de Sistematização, 2019

A ideia central foi dar visibilidade às experiências exitosas, inovadoras e criativas que atendessem o bom viver no Semiárido por meio das tecnologias sociais. Pois

concretizar tal objetivo exige o envolvimento de toda a comunidade. [...] para estabelecer e cultivar elos e parcerias entre escolas, outras instituições públicas, ONGs, conselhos, famílias, grupos de adolescentes e líderes comunitários (UNICEF, 2011, p. 29).

Para a construção desse produto, os/as educandos/as pesquisadores/as trouxeram informações sobre as unidades

produtivas e temas sugeridos nas comunidades/assentamentos. Esse processo ressalta a formação dos sujeitos, trabalhando métodos e técnicas de coleta de dados, ao mesmo tempo em que desvela as realidades, influenciando diretamente no comportamento estético e político dos/as envolvidos/as. Segundo Brasil (2016), as técnicas de grupo servem para

[...] estimular a criatividade e a curiosidade sobre a prática a partir de vivências individuais e coletivas, o que pensam as pessoas, o que sentem, o que vivem e as situações-limite que enfrentam. Desenvolver um caminho de sistematização sobre essa prática como processo sistemático, ordenado e progressivo. Retornar à prática, transformá-la, redimensioná-la, conforme o caminho da ação-reflexão e da reflexão-ação. Incluir e construir novos elementos, a priori desconhecidos, que facilitem a relação com os processos vividos. Exercer o cuidado entre as pessoas, considerando o que sentem, suas situações-limite, como vivem e o que enfrentam no dia a dia (Brasil, 2016).

Aqui, reafirmamos que a Educação do Campo acontece no interior dos espaços educativos da escola,

sem se deslocar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações (Caldart *et al.*, 2012, p. 257).

No produto filme, produzido pela juventude da escola, é retratado um momento de aplicação da pesquisa (tempo-comunidade), onde o educando (homem jovem) é recebido pelo agricultor dono da casa (homem velho). Na chegada, demonstram o repasse de tradições ao se cumprimentarem com ladainhas construídas em torno do imaginário religioso local. Porém, no decorrer do diálogo, surge uma fala intrigante do agricultor (dono da casa) que se inferioriza: “a gente responde como a gente sabe mesmo, porque o pessoal do campo é matuto mesmo”. O intuito é questionar ações e reações dessa natureza, reelaborando as subjetividades dos sujeitos através da valorização de sua cultura e fortalecendo suas identidades.

No próximo capítulo aprofundaremos a análise sobre a funcionalidade do PE, que está em vivenciar na EFA Ibiapaba a perspectiva do saber-de-experiência-feito, proporcionando extrações dos ciclos de se pensar sobre as questões de formação humana no campo.

5 PONTOS DE CHEGADA

Nesse momento chegamos às prévias dos fechamentos de ciclos do pensar sobre questões que motivaram e produziram os caminhos dessa escrita. A vivência na EFA Ibiapaba proporcionou o aprofundamento da funcionalidade do PE e permitiu extrações sob a perspectiva do saber-de-experiência-feito.

Ao adentrar em terra árida, a semente terá dificuldade de germinar pela falta de nutrientes e condições naturais para seu desabrochar. Assim também acontece na aplicação metodológica do PE quanto ao trabalho executado pela Escola junto à família e comunidade/assentamento por meio de seus/suas educandos/as.

A Pedagogia da Alternância se afirma nas concretizações do PE quando inicia um movimento doméstico no retorno do/a educando/a para casa. Ao compartilhar saberes, cumpre-se uma das etapas estabelecidas pela Escola, que ao longo da formação de três anos se materializa através da pesquisa, organização comunitária, da família produzindo mudanças reais nas comunidades/assentamentos.

No desenvolvimento do PE fica evidente que há despertar coletivo do olhar crítico sobre si, seus grupos sociais e localidades por parte dos/as educandos/as. As crises internas e conflitos externos produzidos por meio da Escola fazem a mediação através do diálogo, intensificando a relação entre EFA-educandos/as-família, contribuindo para o relacionamento familiar.

Refletindo sobre o desenvolvimento do PE, pudemos, nesse processo, acompanhar a construção do olhar crítico (na perspectiva freiriana) na participação escolar ativa, ao estimular o pensamento dos/as educandos/as e gerar melhorias na autoestima.

O arcabouço cultural, artístico e filosófico proposto pela Pedagogia da Alternância na Escola estimula uma nova forma de compreender o mundo que muda o comportamento diante da vida. Isso se faz compartilhando novos conhecimentos da Educação Popular, sendo possível analisar sentimentos e emoções, problematizando-as, produzindo retornos positivos — e sendo percebida pela família e comunidade/assentamento.

Para a transformação social dos/as educandos/as em terra fértil é que são articuladas estratégias da Educação Popular, como: reuniões temáticas, *místicas*, apresentações de vídeos didáticos, tarjetas, slides, círculo da leitura, linha do tempo, mandalas com elementos da realidade do campo, relógio da vida — dentre outros, para que a mencionada funcionalidade do PE aconteça nos/as educandos/as.

O PE, também, estimula o trabalho em grupo, pois vê sua expressão solidária no saber ouvir, trocar ideias, comparar realidades, generalizar fenômenos sociais e naturais, pontuar problemas e desafios existentes na vida coletiva ou individual.

A compreensão didático-metodológica em relação às sistematizações dos pontos acima é possível através da participação e envolvimento dos/as educandos/as. O aprofundamento e acompanhamento escolar os/as tornam mais responsáveis e abertos aos problemas e desafios de sua realidade, ao relacionarem teoria e prática.

Centralizando o humano, o PE promove aproximação entre a escola, a família e as comunidades/assentamentos, potencializando mudanças reais por meio da contextualização, superando o desafio da distância entre os/as educandos/as e seus *inéditos viáveis* em suas comunidades/assentamento. Segundo Freire (1987, p. 53), as:

[...] dimensões concretas e históricas de uma dada realidade” percebidas por eles como situações-limite [...] não devem ser tomadas como barreiras insuperáveis, além das quais nada existisse. No momento mesmo em que os homens as apreendem como freios, em que elas se configuram como obstáculos à sua libertação, se transformam em “percebidos destacados” em sua “visão de mundo” (Freire, 1987, p. 53).

O foco na troca de experiências contextualizadas na Escola, que existe por meio do voluntariado dos/as profissionais que se disponibilizam, configura-se pela aproximação com o educando/a como estratégia pela maneira como os/as educandos/as percebem seu/sua educador/a na condução democrática dos espaços, como princípio escolar educativo, marcado pela organização democrática dos espaços. Diante dos desafios que emergiram para a execução do PE, as estratégias freirianas e métodos da Educação Popular direcionam a Pedagogia da Alternância executada na Escola, a qual buscou clareza junto aos/às profissionais e educandos/as, por saberem da introjeção da função social de cada sujeito por meio das ações educativas, artísticas e culturais, quando ao final de cada ação, constatamos o protagonismo juvenil rural.

O desenvolvimento da Pedagogia da Alternância atrelada às metodologias participativas, inserindo métodos e técnicas para as pesquisas dos PE, faz com que a Escola esteja sempre nesse movimento de reflexão sobre a relação teoria/prática ao produzir o empoderamento juvenil do campo. Podemos, então, dizer que o protagonismo juvenil, para germinar, precisa de solo fértil. Os resultados do Relatório e as expressões dos produtos são retornos objetivos à Escola, que vê nessas devolutivas seus objetivos e missão efetivados a cada tempo-escola e tempo-comunidade.

Percebemos nesse caminhar que a instrumentalização do PE junto com as técnicas e métodos populares participativos e integrativos entre a EFA-família-comunidade/assentamento potencializa e produz protagonismo juvenil no campo, que se materializa na superação das situações-limite que vão se apresentando no decorrer de sua formação escolar.

Ao constatarmos a inserção de alguns e algumas assumindo ou fortalecendo o trabalho junto à família, envolvimento nos movimentos sociais, superação da invisibilidade juvenil, tornando-se referências em suas localidades ou exercendo todas essas funções, é quando, de fato, concretizamos a missão da EFA Ibiapaba na composição do protagonismo juvenil no campo, quebrando com as imposições de negações e violências do projeto educativo liberal-burguês.

Ao concluirmos essas linhas, deixamos evidente o alcance dos objetivos dessa investigação através da explanação do PE e das mudanças estimuladas por ele por meio de sua contextualização. É quando a Pedagogia da Alternância, sua sistematização metodológica trabalhada na Escola, incorporando métodos e técnicas da Educação e cultura Popular são eficazes e satisfatórias na promoção de empoderamento para o protagonismo juvenil rural e a transformação social do campo.

REFERÊNCIAS

ANADÓN, M. A pesquisa dita qualitativa: sua cultura e seus questionamentos: comunicação. COLÓQUIO INTERNACIONAL “FORMAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO”. Jun. 2005. Senhor do Bomfim, BA. **Anais...** Senhor do Bomfim, BA: UNEB/ UQAC, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. 3. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Ideias e Dicas para o Desenvolvimento de Processos Participativos em Saúde**. 1. ed. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II **Caderno de Educação Popular em Saúde**. 1. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II **Caderno de Educação Popular em Saúde**. 1. ed. Brasília, 2014.

CALDART, R. S. et al., **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DEMO, P. **Serviço Social & Realidade**, 1. ed. Franca, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 55. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, 2000.

MATTOS, R. A. de. **Os Sentidos da Integralidade**: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. 8. ed. Rio de Janeiro, 2019.

ROMANELLI, G., BIASOLI-ALVES, Z. M. **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summer, 1998.

SILVA, G. A. da. Ateliês Autobiográficos: escritoras de alagoinhas e suas escrevivências. **grau zero — revista de crítica cultural**, v. 3, n. 1, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Educação para a Convivência com o Semiárido**: guia de orientação para os municípios. 1. ed. Brasília, 2011.

ZAMBERLAN, S. **Pedagogia da Alternância**: escola da família agrícola. 2. ed. Espírito Santo, 1996.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARTILHANDO SABER E CULTURA NA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DO CAMPO

MARIA NAZARÉ DE SOUSA

*Lucilene Lemos Cavalcante
Francisco Flavio Pereira Barbosa*

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade condicionada por relações de troca e consumo, em que todas as coisas produzidas são transformadas em mercadorias. Na perspectiva capitalista, a agricultura precisa ser “libertada dos caprichos da natureza”, funcionando na lógica de uma fábrica, mantendo seu vínculo exclusivamente com máquinas e insumos químicos industriais... O campesinato, ao contrário, ao longo de sua formação histórica, procura interagir com o ecossistema, desenvolvendo mecanismos de manejo dos agroecossistemas que busquem a reprodução social e ecológica, contribuindo com a interação metabólica entre os seres humanos e a terra (Monnerat *et al.*, 2017, p. 20).

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. Se, de um lado, está o projeto fascista, que destrói a nação e aumenta a exclusão social, homofóbico, racista, machista, que deseja exterminar os índios e se posiciona contra todos os direitos dos/as trabalhadores/as, do outro lado há a possibilidade real de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto mais popular. Um projeto acessível para que todas as pessoas tenham emprego, comida — e tenham casa para morar. Principalmente, que haja respeito entre as pessoas e suas diferenças de raça/cor, religião, orientação sexual etc. É certo que a pobreza existe não porque seja difícil saciar a fome dos pobres, pois temos riqueza suficiente para ser distribuída, mas porque é difícil saciar a ganância e o egoísmo dos ricos:

Vivemos numa sociedade capitalista cada vez mais desigual, que produz riquezas para poucos e miséria para muitos. O capitalismo mundial é agora comandado pelo capital financeiro e pelas grandes empresas privadas

transnacionais, que dominam e controlam a produção e circulação das mercadorias em todos os países. Neste contexto, tudo vira negócio: a produção de alimentos, a saúde, a educação, o lazer, e cada vez mais o espaço público é subordinado aos interesses das classes detentoras do capital, pondo em perigo a vida humana e a natureza (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2017, p. 191).

Diante desse cenário, a agricultura torna-se uma atividade econômica, pautada nos interesses do capital globalizado, tendo suas safras agrícolas negociada em bolsas de valores no mercado de ativos e investimento futuro. Assim, o campo é pensado como negócio — e a educação segue a mesma lógica de adequação a esse *modus operandi* de pensar e produzir a vida social no campo. Um campo sem gente, com envenenamento da terra, alimentos produzidos com baixo teor nutricional, gerando insegurança alimentar, fome e problemas de saúde à população mundial¹⁷:

No Brasil, o direito à educação dos trabalhadores e trabalhadoras ainda não foi resolvido. O projeto escravocrata, latifundista e agroexportador explica porque sequer chegamos à universalização da educação básica e porque existem 14 milhões de jovens e adultos ainda não alfabetizados. Este projeto é responsável pela desigualdade histórica no atendimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (MST, 2017, p. 192).

Nesse contexto, a educação e a saúde fazem parte de um processo de luta constante, por serem direitos sociais em um país como o nosso, com expressiva desigualdade entre as camadas sociais; a luta pelo acesso a esses direitos tem dimensões de resistência e afirmação, principalmente para as populações rurais. A construção social desses direitos aos camponeses e camponesas passou por um longo processo histórico de lutas, durante o século XX:

As políticas de saúde para o campo no Brasil sempre

¹⁷ A cada ano, cerca de 26 milhões de casos de intoxicação por agrotóxicos são registrados no mundo. Desses, três milhões requerem hospitalização; sendo 750 mil com registro de intoxicação crônica, 220 mil casos fatais. No Brasil, dados de óbitos decorrente de intoxicação por agrotóxico mostram que 1.669 casos foram registrados entre os anos 2000 e 2008 (Hart; Pimentel, 2002, *apud* Almeida *et al.*, 2017, p. 336).

estiveram marcadamente associadas aos interesses econômicos ligados à garantia de mão de obra sadia para a exploração dos recursos naturais, como foi no caso da exploração da borracha, ou para apaziguar os anônimos dos movimentos sociais do campo, como ocorreu com as ligas camponesas e a consequente criação do fundo de assistência ao trabalhador rural (Funrural). Embora a Constituição de 1934 determinasse o direito à previdência social a todos os trabalhadores brasileiros, a população rural só teve acesso à proteção social no início dos anos de 1970. Vários fatores poderiam explicar essa questão, desde a forma subalterna com que o setor rural participava da estratégia de desenvolvimento do país após 1930, até o fato de que essas populações ainda não tinham se constituído em grupos de pressão com capacidade de articulação política e vocalização suficiente para o estado populista-paternalista os visse como grupo social... (Delgado; Cardoso JR., 2002; Vianna, 1998 *apud*. Carneiro *et al.*, 2017, p. 31).

Portanto, se considerarmos o projeto de Educação do Campo do MST e os desafios de implementação da proposta, entendemo-lo como uma demanda reivindicatória dos movimentos sociais do campo — o que, no caso das políticas públicas de saúde, não é diferente. O Sistema Único de Saúde que foi construído durante o processo de redemocratização do Brasil, viveu sob uma névoa de ameaça de privatizações desse Sistema na gestão do governo Temer e Bolsonaro, assim como o sucateamento de outros bens e serviços públicos. Nesse sentido, só a luta pode alterar essa conjuntura de ameaças às conquistas sociais no campo da Educação e da Saúde:

O Brasil vive um momento histórico marcado por lutas aos direitos sociais básicos. Várias pessoas de todo o país saíram às ruas reivindicando acesso a serviços públicos de qualidade, principalmente para o transporte, a saúde e a educação. Dessa forma, a reivindicação pelos direitos, nesse país, ainda é um desafio às populações das cidades, principalmente em grandes metrópoles. Contudo, para as populações do campo, da floresta e das águas, residentes em sua grande maioria no Norte e Nordeste do país, prevalecem situações de iniquidades, de vulnerabilidade e das desigualdades históricas e estruturais bem mais graves, como, por exemplo, a falta de acesso aos serviços de saúde e de saneamento (Carneiro *et al.*, 2017, p. 38).

Destacamos aqui a invisibilidade das populações do campo, no acesso às políticas públicas, com destaque aos camponeses e camponesas, atingidos/as por barragens e grandes obras, os/as extrativistas, indígenas, quilombolas, dentre outros segmentos que residem no campo. No texto da Constituição Federal de 1988 foi criado o Sistema Único Saúde/SUS, com a missão de integralidade, universalidade e equidade. Entretanto, é somente em 2011 que nasce a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas/PNSIPCFA; isso mostra os desafios permanentes para construir direitos sociais para os camponeses e camponesas com o protagonismo dos movimentos sociais do campo.

Historicamente a educação esteve presente em todas as cartas magnas do Brasil, porém somente nos anos 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4024/61), deixou-se a educação rural a cargo dos municípios — na mesma década em que Paulo Freire deu suas contribuições significativas à Educação Popular. Passados os anos sombrios da ditadura civil-militar, o MST surge no processo de redemocratização do país, junto com a retomada das lutas populares por direitos sociais e civis. Nesse contexto, o MST vem ao longo de sua trajetória construindo um processo formativo em que o ser humano é valorizado pelo trabalho, a cooperação e a interação com a natureza, no sentido histórico do movimento social:

Trata-se de olhar para o MST buscando enxergar sobretudo seus sujeitos humanos, os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, ao mesmo tempo que conseguir vê-los em perspectiva, quer dizer, na relação com o movimento. E este olhar nos remete necessariamente à história do próprio MST, e a um referencial teórico que nos permite interpretá-la desde as questões de formação humana (Caldart, 2012, p. 28).

Dentro desse contexto de construção, o MST vem acumulando, na sua experiência histórica em defesa da Reforma Agrária Popular, uma compreensão sobre o sentido entre Educação do Campo e Saúde, de maneira que exista uma interseção entre ambas as dimensões. No entendimento do Coletivo Nacional de

Saúde, a realização desses direitos deve *carregar e traduzir valores no cotidiano de suas práticas, que sejam coerentes com a formação do ser humano e da sociedade solidária, justa e humanitária, pautada na integridade e no respeito à etnia, diversidade sexual, cultural e na formação de novas relações de gênero* (MST, 2007 apud Luvison et al., 2017, p. 293).

Desde o início do MST, a educação foi um pilar importantíssimo na reflexão e construção da própria organização. Primeiro, por ser uma necessidade de acesso à Escola para as crianças que se encontravam nos acampamentos. Segundo, atendendo às demandas das famílias acampadas, a luta reivindicatória pelo direito à Educação passou a ser pautado nas audiências com o poder público, discutida a concepção de escola que os Sem Terra queriam para seus filhos e filhas. Desse modo, foram se desenvolvendo as ações de educação escolar no Movimento e sendo construído o Coletivo de Educação, setor responsável pela elaboração e execução da proposta de educação do MST:

Pensando na educação das crianças é que o MST começou a se preocupar com as escolas dos assentamentos, entendendo que poderiam ser o espaço de educação sistemática e científica das novas gerações, fornecendo-lhes a base de conhecimentos necessária para que participem e entendam melhor, inclusive, os outros espaços de formação do assentamento e do MST como um todo (MST, 2017, p. 16).

É importante percebermos, pela história do Setor de Educação, que esta sempre esteve nas prioridades do movimento, mas não qualquer educação. Desde o princípio, foi debatido qual projeto educativo era preciso para dar conta dos desafios do próprio Movimento, desde o enfrentamento ao analfabetismo, mas também de construir uma proposta em que a escola fosse mais que escola no seu sentido estrito:

Acreditamos que uma escola realmente educativa é aquela que reconhece o valor educativo das práticas sociais concretas, especialmente as ligadas ao trabalho e à organização popular... Nosso objetivo maior é o de educar as crianças para que compreendam e se situem na realidade onde vivem, começando pelo assentamento e chegando à

sociedade, ao mundo como um todo... O trabalho ocupa um lugar fundamental na realidade de um assentamento. Nada há de mais educativo do que a criança participar, desde cedo, das novas relações de trabalho que se tenta implantar no assentamento.... Deve haver uma preocupação com a formação integral da personalidade da criança, abrangendo desde o aspecto intelectual, afetivo, físico, até os de relacionamento grupal e organização coletiva (MST, 2017, p.17).

O movimento foi construindo uma concepção de educação no seu processo histórico em que, mais do que inventar o que está fazendo, busca a recuperação de algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista e fascista: a pedagogia do trabalho; o trabalho com prazer e dignidade; a pedagogia da terra, cuidando da terra com amor, e ao mesmo tempo cuidando de si mesmo/a; a pedagogia da história, valorizando o processo histórico dos antepassados e antepassadas; a pedagogia da organização coletiva como instrumento de combate ao individualismo; a pedagogia da luta social em busca da garantia da reforma agrária dos direitos iguais e transformação social rumo ao socialismo. No balanço organizativo da história do Setor de Educação, que celebrava seus 20 anos de trajetória, faz-se presente a seguinte leitura:

Esta é nossa marca e origem e um traço de projeto de Reforma Agrária do MST que ajudamos a desenhar. Quase ao mesmo tempo que começou a luta pela terra, o MST, através das famílias acampadas e depois assentadas, começou a lutar também pelo acesso dos Sem Terra à escola pública; agimos para provocar o estado a agir; construímos e pressionamos políticas públicas para a população do campo... (MST, 2017, p. 81).

E continua o texto, destacando os avanços no método de trabalho educativo por meio da Pedagogia do próprio Movimento:

Em nossa trajetória, fomos construindo uma concepção de educação, um método de fazer formação das pessoas, uma concepção de escola. Desde o início tivemos a preocupação de fazer e então ir pensando o que seria a “escola diferente”, e depois os princípios da educação no MST; por isso chegamos à Pedagogia do Movimento e à Educação do

Campo. Começamos nossa reflexão pedagógica na escola, saímos dela e estamos voltando a ela, agora a partir de uma visão bem mais alargada de educação e do próprio movimento (MST, 2017, p. 83).

Diante desse processo de construção, o MST alça sua proposta de educação na elaboração de uma Política de Educação do Campo e *no* Campo. Assim, o MST é um dos signatários do Movimento Educacional do Campo brasileiro, nos finais da década de 1990, nutrido pelo *I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA*, realizado em julho de 1997 e pela *I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*, em julho de 1998. Desses eventos nacionais, foram construídas algumas premissas para a implementação da proposta de Educação do Campo:

Uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na praxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (Kolling, Cerioli, Caldart, 2002, p. 19).

De acordo com Caldart (2002), a perspectiva da Educação do Campo é exatamente “a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino” (Caldart, 2002, p. 27).

Neste sentido de construirmos processos de educação e formação em defesa de todas as vidas, é que nossa Escola de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa vem se dedicando, ao longo de seus 10 anos de história, às lutas e conquistas na transformação de paradigmas contra-hegemônicos existentes na sociedade vigente. Com esse propósito, trataremos de algumas ações e práticas do currículo da experiência em curso, ações e práticas que vêm sendo calcadas nos alicerces da Educação do Campo, no encontro com a Saúde Popular e com as práticas e saberes das comunidades.

Vale ressaltar que essa realização é fruto da ação da Escola, realizada por meios pedagógicos de interação com os educandos

e educandas, que vem sendo acumulada na elaboração de um novo saber científico e popular por força da iniciação científica, da dimensão do trabalho e da prática social engajada dos/as educandos/as e dos demais coletivos da Escola junto à comunidade escolar.

2 O CURRÍCULO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR

O Plano de Estudos da Escola de Ensino Médio do Campo Maria Nazaré de Sousa se norteia por diretrizes pedagógicas que orientam a elaboração do Plano Anual de organização e funcionamento da Escola. São cinco diretrizes, a saber, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico/PPP (2019): “inventário da realidade, campo experimental, matrizes pedagógicas (cultura, trabalho e luta social), tempos educativos e organicidade”. Silva (2016) destaca esses cinco eixos aglutinadores do currículo das escolas do campo no Ceará como sendo uma inovação da forma escolar de ensino médio regular, que podem ser sistematizados da seguinte forma:

O inventário da realidade e o vínculo com a vida; diversificação de tempos e espaços educativos para uma formação multidimensional; o campo experimental da agricultura camponesa e da reforma agrária e o vínculo com o trabalho; a inserção de componentes curriculares integradores, na parte diversificada, organizando pedagogicamente a pesquisa, o trabalho e a intervenção social; a organização coletiva e a auto-organização dos estudantes (Silva, 2016, p. 105).

Para dar ênfase à formulação do PPP da Escola do Campo Nazaré Flor, destacaremos os cinco elementos que orientam o labor pedagógico dos educadores e educadoras na condução do Plano de Ensino com foco nos objetivos da Escola.

O inventário da realidade é uma matriz de conhecimento elaborada coletivamente pelos sujeitos da Escola: nele consta um diagnóstico de caracterização das formas participativas de gestão e organização existentes no território escolar; no mesmo sentido, constam as fontes educativas do meio (naturais, culturais

e sociais). Sendo o trabalho algo inerente à condição humana, e um princípio educativo no seu sentido ontológico, no inventário é feito o registro das formas de trabalho e cooperação existentes no território. Para concluir o inventário, consta a elaboração das principais lutas sociais e contradições que pulsam no território — desde ameaças externas, como a especulação imobiliária e turística, em função do território estar situado na Zona Costeira do litoral oeste cearense.

Para trabalhar o inventário no Planejamento Pedagógico, no início de cada ano é feito um balanço avaliativo do que foi trabalhado no ano anterior e definidas quais as porções/temas da realidade serão estudadas por meio dos conteúdos e incursões científicas sobre o real durante as aulas práticas e eventos de culminância na Escola. A escolha da porção é sempre um estudo de conjuntura que envolve a participação de toda a comunidade escolar, representada nos mais variados segmentos. Para facilitar o planejamento dos educadores e educadoras, cada série/ano fica com um tema/porção que será considerado na definição dos conteúdos úteis em cada período/bimestre da Escola.

De acordo com documentos de planejamento da Escola, nos anos 2018 e 2019 foram estudados os seguintes temas/porções do inventário da realidade: nos primeiros anos, o enfoque foi nos problemas contemporâneos enfrentados pela juventude; para a Escola chegar a esse entendimento, foi realizado durante o ano de 2017 um diagnóstico com perguntas aos educandos e educandas, afim de obter as informações para ter os assuntos mais relevantes que geravam atração nos/as jovens, seja por curiosidade ou tensão. O resultado da enquête indicou os temas das relações de gênero, sexualidade, drogas, vícios tecnológicos, preconceito e religiosidade. Para os educandos e educandas no segundo ano, a porção da realidade destacada para ser estudada foi a abordagem das ameaças e conflitos agrários no território, enquanto aos terceiros anos foi designada a porção da agricultura camponesa e agroecológica.

Toda ação é educativa — e em se tratando da Escola, as dimensões do ato educativo trazem uma intencionalidade sobre o projeto de Escola e educação que se pretende alcançar nos sujeitos em formação. Nesse sentido, os tempos educativos fazem parte da estratégia de ensino — e são considerados no Planejamento Pedagógico. Os momentos organizados para os educandos e educandas são: experimentar, criar, cultivar valores e práticas de

uma nova sociedade contra os valores atuais da sociedade de mercado. A escola do campo, é uma instituição pública, entretanto, o papel no movimento social é destacado na construção contra-hegemônica, no sentido da ampla disputa do estado, ampliando, assim, a compreensão gramsciana do conceito de estado.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Escola, os tempos educativos devem ser compreendidos por:

Ultrapassar[em] o restrito espaço-tempo da sala de aula para constituir uma diversidade de tempos e espaços educativos nos quais todos os tempos e espaços precisam ser assumidos pedagogicamente por toda a comunidade escolar e suas formas organizativas (Escola, 2019, p. 44).

A diversidade de tempos educativos tem por objetividade explorar vários espaços e ambientes que podem contribuir com a formação humana. Nesse sentido, o PPP traz os seguintes tempos: formação e *mística*, aula, estudo individual, trabalho, oficina, seminário, organicidade, esporte e lazer e atividades culturais.

Por Matrizes Pedagógicas entendemos que são linhas norteadoras de um currículo que envolve a concepção de educação, as quais a Escola constrói conceitualmente junto à comunidade escolar para fundamentar seus preceitos constitucionais de ensino. No nosso caso, temos a dimensão da luta social, da cultura e do trabalho — que, no Planejamento Pedagógico da Escola com o coletivo de educadores e educadoras, é levada em conta no ato de planejar. A dimensão da luta social entendemos por tudo aquilo que faz parte da caminhada das comunidades no território escolar, suas lutas, seus anseios e desafios na luta para construir um mundo melhor. Sendo a Escola parte dessas lutas e conquistas das comunidades, sua historicidade e vivência são elementos constituintes para o Plano de Ensino da Escola. No trabalho realizado no início da Escola, participamos de um processo reflexivo com a comunidade escolar, debatendo sobre qual *modelo* de escola nós queríamos para nossos filhos e filhas — e nas conversas, saía o tipo de escola que não queríamos mais, a escola que não chegava aos/às jovens e, quando chegava, não tinha um foco na valorização da luta e da história das comunidades. Nesse sentido, ouvimos muito as afirmações de que queríamos uma escola comprometida com a luta social das comunidades e do Assentamento Maceió.

Encontramos no PPP da Escola uma afirmação que orienta e expressa esse sentimento construído nas rodas de conversas nas comunidades, durante a construção do Projeto Político-Pedagógico da nossa Escola do Campo:

Garantir que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo; promover a organização coletiva, solidária e cooperativa; e compreender as lutas sociais e a organização coletiva como estratégias pedagógicas, desenvolvendo práticas que fortaleçam na juventude a postura humana e os valores aprendidos na luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, e a esperança (Escola, 2019, p. 25).

A ênfase na luta social pode ser compreendida pela importância e constância dos conflitos agrários existentes na região, com destaque para litígios de terra que foram deixados da época da desapropriação do imóvel Maceió, há quarenta anos atrás. Dentro desse contexto, encontramos a relação com a comunidade indígena na Barra do Mundaú da etnia Tremembé, que faz limite com o Assentamento, e nossa escola acolhe os/as estudantes, dos/as quais seus/suas familiares não se identificam com a etnia — e isso são questões para reflexões permanentes, já que o território ainda não tem sua demarcação social e jurídica da terra, de modo definitivo. Vale ressaltar que existe ainda, na região, os conflitos já destacados acerca da especulação imobiliária e turística e os projetos produtivos de interesse do grande capital no setor da maricultura e energia eólica. Por estas e outras razões, a dimensão da luta social é algo presente na vida da comunidade escolar — e os educandos e educandas, por meio dos conteúdos úteis, das aulas práticas e vivências de campo, podem estudar e compreender o contexto desses conflitos e se posicionar enquanto cidadãos/ãs do território, na defesa da sua identidade e de sua história.

Por cultura, entendemos ser uma dimensão ontológica, aquilo que está intrínseco na nossa essência humana. No PPP da Escola temos a seguinte afirmação que corrobora com o conceito:

Um ser social é histórico e cultural, por abrigar em si uma complexidade de dimensões: física, afetiva, intelectual, moral, espiritual, que estão todas interligadas. Através da

cultura o ser humano toma consciência da sua pertença ao mundo, transforma em signo a sua existência material (Escola, 2019, p. 25).

Concordando com esse entendimento, a Escola promove, estuda e constrói conhecimento novo, por meio da sabedoria do povo, das lideranças, dos patriarcas e matriarcas, que são guardiões e guardiãs do saber advindo da transmissão oral, por meio das várias gerações. Conhecimentos das curas, medicação caseira, culinária, folclore e tantas outras tradições que expressam a cultura de raiz presente na vida desses guardiões e guardiãs. A Escola tem uma atenção grande por essa dimensão, compreendendo que ela é fundamental para cultivar os valores de uma prática sustentável, principalmente nos aspectos da soberania e segurança alimentar.

O ato de aprender vem com a observação dos atos, atitudes, modo como a Escola está organizada; por isso é sempre destacada a importância de darmos bons exemplos enquanto educadores e educadoras, pois os educandos e educandas se inspiram muito na nossa prática pedagógica. Portanto, o exemplo é inspiração para o processo de aprendizagem que se constrói entre educador/a e os/as educandos/as — e a Escola, na sua maneira de ser, expressa aquilo que ela pretende construir para o futuro dos/as jovens que estão ingressos/as na unidade.

Partindo do PPP da Escola, entendemos o trabalho educativo como criação, recriação e transformação do espaço e da realidade em que vivemos. Nesse sentido, a dimensão do trabalho nos conteúdos úteis da Escola passa por educar os/as nossos/as jovens sobre a historicidade do conceito, seu sentido ontológico para humanização do ser, assim como seu sentido oposto da exploração da mão de obra, apropriação da mais-valia por meio do pagamento de salário. Na escola, os educandos e educandas têm acesso às diferentes formas de trabalho existentes no território. De acordo com o inventário da realidade, temos a prática no extrativismo à colheita de frutos silvestres, a exemplo do batiputã para produção do óleo medicinal, assim como a colheita do murici para tomar uma cambica em família. Também, no campo do extrativismo, temos a prática dos Povos do Mar: as marisqueiras, coletores de algas e pescadores/as. Todas essas atividades estão relacionadas com as formas de trabalho em que os nativos e nativas intervêm apenas para extrair delas os alimentos da fauna e da flora dos ecossistemas existente no território de acompanhamento da Escola.

Destacamos a contribuição das mulheres, com sua força de trabalho, por vezes com jornada de trabalho injusta na família, quando se considera o serviço doméstico, cuidado dos filhos e filhas e gestão da economia familiar na casa e no quintal. As mulheres, em algumas comunidades do Assentamento Maceió, sobretudo as comunidades da Zona Costeira, têm a prática do artesanato de bilro, que contribui com a renda da família e autonomia das jovens — que durante o “tempo livre”, no intervalo das atividades domésticas, realizam renda para ser vendida no mercado regional. É muito comum a combinação do trabalho conjunto entre um grupo de mulheres em determinados dias da semana: combina-se o tempo e lugar, no alpendre ou cozinha de alguma das mulheres daquele determinado grupo, se ajuntam para conversar e fazer renda de bilro juntas.

No currículo da Escola, destacamos a agricultura camponesa, a prática de agricultura de subsistência — que envolve o preparo de terra para plantio de mandioca, milho e feijão e, conseqüentemente, a inserção de culturas agrícolas de longa duração, como cultivo do cocó e caju. Essas atividades destacadas põem em ciclo a relação humana entre os/as trabalhadores-as/camponeses-as com a natureza e seus meios para produção ou extração de fontes de alimentos para o autossustento e geração de renda e para suprir a carência de determinados itens necessário ao bem-estar das famílias no território.

Os campos experimentais são para as Escolas do Campo uma inovação muito grande. A proposta considera a disponibilidade de uma área agrícola para cumprir com uma função pedagógica no processo de ensino e aprendizagem da juventude camponesa. O PPP da Escola nos expressa o objetivo desse ambiente e sua prática para a construção de uma práxis do conhecimento construído dentro de uma intencionalidade escolar:

Propomos a constituição dos campos experimentais da agricultura camponesa e da reforma agrária como lugar de encontro da educação com a produção; da teoria com a prática, a partir de uma área específica de produção, mas também dos diversos outros espaços produtivos (Escola, 2019, p. 46).

Portanto, para atender esses objetivos foram sendo estruturados, no decorrer dos dez anos de construção física da

Escola, algumas unidades produtivas consideradas relevantes para o contexto da realidade das comunidades, dentro do Assentamento Maceió e dos territórios adjacentes.

FOTO 1 – Produção de bananas no Campo Experimental, em novembro de 2018



Fonte: Acervo da Escola

A mandala é uma unidade em formato de circunferência, destinado ao centro um tanque com água em formato de funil que serve para o cultivo de peixe; nas bordas do tanque tem a criação de patos, que cumprem a função ecológica de aerador natural para oxigenação dos peixes. Essa primeira circunferência tem o propósito de produzir uma água fertilizada, rica em nutrientes de cor esverdeada para alimentar a segunda onda de circunferência, destinada ao cultivo de hortaliças, que abastecem com produtos hortigranjeiros a cantina da Escola, que faz os alimentos para servir nas refeições dos educandos e educandas — tudo dentro dos princípios da Agroecologia.

O viveiro de mudas é uma unidade produtiva de fundamental importância, por ser a parte responsável por ensaios, experimentos e resgate de variedades de plantas que se encontram em estágio de extinção. O viveiro da Escola tem um papel ambiental destacado, não somente para abastecer as áreas de reflorestação dentro do campo experimental, mas também a promoção e doação de mudas e intercâmbio de sementes junto às comunidades. As plantas

medicinais, as plantas de proteína para utilização na ração animal, plantas arbóreas de valor comercial, as variedades de frutíferas, árvores com valor medicinal por meio da utilização da casca, raízes, folhas e frutas, plantas ornamentais para jardinagem: todas fazem parte de um conjunto de ações práticas que abastecem os quintais produtivos, criação de cercas vivas, reflorestamento de áreas de preservação permanente, jardinagem e produção de área florestal com foco no manejo ecológico, visando a exploração de madeira num futuro próximo.

Para concluir, destacamos o papel do bananal, uma iniciativa dos últimos três anos, que tem o objetivo de assegurar a soberania alimentar de bananas no consumo dos educandos e educandas na Escola e, ao mesmo tempo, produzir brotos para ser distribuídos às famílias dos educandos e educandas para haver em suas casas uma planta receptora da água da pia da cozinha ou do banho. Esse reuso da água com essa finalidade ecológica é importante e, ao mesmo tempo, garante alimento para a família. Temos acompanhado exemplo de unidades familiares que antes não tinham uma muda de bananeira nas bordas da casa — e agora existe um cenário digno de ser observado, graças ao trabalho da Escola.

Foto 2 – Manejo da compostagem, aula do componente curricular da OTTP em junho de 2023



Fonte: Acervo da Escola

Na parte de criação de animais, temos a experiência com criação de galinhas agroecológicas, manejo de suínos nativos para realizar a aração do solo com o focinho e criação de ovelhas de modo intensivo, com o propósito de produzir esterco para abastecer o viveiro e adubar as plantas das unidades produtivas do campo. Todos esses animais são manejados, dentro parâmetros da saúde e bem-estar animal; são cuidados com a medicina terapêutica e homeopática. Quanto às atividades desenvolvidas no tempo-trabalho ou oficina, parte delas acontece no Campo Experimental da Escola. A intencionalidade dessas ações tem o propósito de aprofundar os conhecimentos das ciências da natureza, sobretudo dentro de uma visão sistêmica com foco na Agroecologia.

3 CONCLUSÃO: IDENTIDADE E CULTURA NAS VIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

Conclui-se, com o desenvolvimento desse trabalho, o reconhecido esforço coletivo realizado pela Escola do Campo Maria Nazarê de Sousa junto à sua comunidade escolar e às interfaces do território social e cultural de camponeses e camponesas. A proposta pedagógica de valorização da cultura camponesa e a identidade do território em suas dimensões múltiplas trazem a valorização cotidiana da identidade camponesa e sua incorporação no currículo escolar como essenciais para o reconhecimento de crianças e adolescentes do campo — pois sabe-se que a sociedade é marcada por desigualdades sociais, principalmente no campo. Desta forma, espera-se que os/as educadores/as, educandos/as e pais/mães se conscientizem e promovam outros momentos de reflexões e debates, trabalhem projetos frequentemente, onde os/as educandos/as possam compreender o legado deixado pelos seus antepassados e antepassadas — e continuem construindo seu legado, deixando para seus/suas descendentes uma sociedade mais consciente e mais humana.

Percebemos, no labor de sistematizar os resultados da pesquisa, a grandeza de como a força do coletivo é forte e irresistível, assim como o quanto há de ansiedade de todos/as no conhecimento e reconhecimento do real, na interação com a realidade das ações inéditas que primam pelo novo, com igualdade e amor, sem ódio ou rancor. Não temos dúvida de que estamos trilhando no caminho certo — e que a Escola do Campo cumpre,

para o território, seu papel de forjar na juventude a consciência para defender seu território camponês e costeiro no litoral oeste do Ceará.

Faz-se necessário também apresentar os limites percebidos nesta pesquisa na Escola Nazaré Flor. Ainda não é suficiente o conjunto de processos e ações através da Pedagogia do Campo: é fundamental avançar no processo de formação política ideológica dos/as educadores/as, educandos/as, funcionários/as e gestão pedagógica. Foi possível identificar fragilidades nesses aspectos. A disputa de ideologias com a mídia brasileira é gigantesca e inferior — e nítida a assimetria de poder entre a imprensa que pauta a hegemonia desenvolvimentista e as ações de demandas por justiça social.

As dificuldades evidenciadas tornaram mais lento o processo de territorializar a Educação do Campo e avançar na pedagogia transformadora para avançar na luta dos camponeses e camponesas no litoral cearense. Entretanto, a luta por direitos, por educação com qualidade e emancipatória, que envolve a comunidade escolar e as famílias, é o fundamento essencial para assegurar a pedagogia transformadora na Escola de Ensino Médio do campo Maria Nazaré de Sousa. Na conclusão do trabalho, podemos conferir algumas práticas pedagógicas à luz do Projeto de Educação do Campo do MST, que busca sintetizar o esforço coletivo no primado de apropriar-se e significar esses saberes ancestrais dos nossos guardiões e guardiãs do campo: são benzedores/as, parteiras, manipuladores/as de ervas silvestres que, por meio da fé popular de forte sincretismo religioso com apreço e respeito à nossa Mãe Natureza, fazem um trabalho social e comunitário em práticas de saúde e Educação Popular.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. (org). **Caminho para transformação da escola:** trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (orgs). **Educação do Campo:** identidade e políticas públicas, v. 4, Brasília, 2002.

CARNEIRO, F. F. *et al.* O processo histórico e a criação do Obteia. In: CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A. (orgs.). **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em rede**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2017.

Pedagogia do Movimento Sem Terra. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESCOLA DE ENSINO MÉDIO MARIA NAZARÉ DE SOUSA. **Projeto Político Pedagógico**. Itapipoca/CE, 2012.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**, v. 4, Brasília, 2002.

LUVISON, I. R. *et al.* A conquista da terra e o acesso à saúde pública em Nova Santa Rita (RS): lutas coletivas. In: CARNEIRO, F. F.; Pessoa, V. M.; Teixeira, A. C. A. (orgs.). **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em rede**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2017.

MONNERAT, P. F.; SANTOS, A. L. Educação e floresta: conexão com a vida. In CALDART, Roseli Salete (org). **Caminho para transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Setor de Educação. **Educação no MST**. Caderno de Educação nº 14. – Memória Documentos 1987-2015. São Paulo, julho/2017.

SILVA, P. R. de S. **Trabalho e educação do campo: o MST e as escolas de ensino médio dos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2016.

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CONDOMÍNIO MACHADO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM

*Sara de Oliveira Ortins
Mayana de Azevedo Dantas*

INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente trabalho trata de uma sistematização de experiência com o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos/MTD¹⁸, tendo enfoque na questão socioambiental. Pretende-se compreender a relação da experiência da comunidade, organizada pelo movimento, com a reciclagem — para se problematizar a educação ambiental no âmbito dos movimentos populares.

Nesse contexto, o Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido propôs reflexões que contribuíram com a Sistematização de Experiência apresentada, na medida em que se trata da articulação entre organizações públicas, coletivos sociais, movimentos populares, professores/as e cenopoetas.¹⁹ O Curso possibilitou celebrar a diversidade cultural e política das resistências existentes no Ceará e no Rio Grande do Norte.

A Educação Popular proposta no Curso estabeleceu a necessária e legítima “intimidade” entre saberes curriculares fundamentais aos/às alunos/as e a luta social pertencente a cada um dos indivíduos. Segundo Freire (1996, p. 26), “essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes”.

18 MTD é um movimento popular que atua na cidade de Fortaleza/CE e atualmente participa de um projeto de habitação com os moradores do residencial Machado de Assis que conquistaram a sua moradia pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

19 Cenopoesia é uma articulação de linguagens com suas potências dialógicas, como teatro e poesia (LIMA, 2010).

A partir do engajamento das autoras na Educação Popular e luta pelo Sistema Único de Saúde/SUS, veio a identificação com a Especialização e a oportunidade de agregar ainda mais para o Movimento, com uma das autoras militante popular do MTD. Um movimento que busca garantir o Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV para as famílias Sem Teto — e que, a partir da luta pela moradia, engajam-se em outras, como as do direito à saúde, à educação, ao trabalho, à soberania alimentar e o feminismo.

O PMCMV, lançado em 2009 e estruturado pelo Ministério das Cidades, em parceria com a Caixa Econômica Federal/CEF, transformou a política habitacional brasileira, surgindo como novo projeto de interesse social. Com meta inicial de construção de um milhão de moradias, contemplou famílias de baixa renda (com zero a três salários mínimos) e o segmento econômico com renda de até 10 salários mínimos (Bezerra Junior, 2016).

Junto com o Movimento, em 2015, uma das autoras participou do processo de conquista da entrega do Condomínio Machado de Assis às famílias organizadas com o Movimento. A entrega do Condomínio foi parte da luta de mais de 10 anos do Movimento pelo direito à moradia de forma organizada — e contemplou 348 famílias naquele empreendimento.

Com o acesso à moradia garantido, passaram, então, a existir outros desafios: acesso ao posto de saúde da região, vagas das creches para crianças do Condomínio, tarifa de energia que não contemplava baixa renda, organização da juventude e luta contra a violência na região foram questões que surgiram.

Nesse processo, apareceu o projeto Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território de Fortaleza/DIST Fortaleza, uma iniciativa do Fundo Socioambiental da CEF para os residenciais do PMCMV. O DIST Fortaleza ofereceu projetos de arte, cultura, trabalho e renda para as famílias do Condomínio, sendo prontamente acolhido pela comunidade, em parceria com o MTD. Entre os projetos, foram implementadas cozinha comunitária, reciclagem, sabonete caseiro, aulas de teatro e banda de lata — que contribuíram como forma de acesso à cultura e à arte por

parte dos/as jovens e das crianças, além de oportunidade de renda para as mães.

Na Especialização foi escolhida a luta do Condomínio Machado de Assis para o projeto de Sistematização de Experiências, por se tratar de uma conquista a partir da luta coletiva organizada. Como produto dessa Sistematização, elaboramos um vídeo e um relatório, sínteses da experiência dos moradores e moradoras do Condomínio, que foram elaborados de forma coletiva e participativa em todas as etapas de sua construção.

A partir dessas sínteses, dividimos a problematização em dois temas que ficaram marcados no decorrer das etapas da Sistematização para produção do Trabalho de Conclusão do Curso/TCC: trabalho da reciclagem e a educação ambiental/EA no âmbito da reciclagem, sobre os quais pretendemos tratar neste estudo.

No Brasil, a dominação da natureza, até então, vista como solução, progresso e desenvolvimento, passa a ser problematizada a partir dos anos de 1960 pela construção do ambientalismo, que denunciou seus limites e a encarou como desafio político e civilizatório (Porto-Gonçalves, 2004). Enrique Leff (2009) descreveu de forma detalhada esse desafio civilizatório colocado para a EA enquanto processo dialógico de seres e saberes implicados na construção de um mundo em harmonia com a diversidade e as diferenças. Nas palavras dele:

O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios (Leff, 2009, p. 19).

A legislação sobre resíduos sólidos trouxe à tona o debate da redução, reutilização e reciclagem do lixo na esfera das políticas públicas, além do desafio de dialogar com os acúmulos da EA no Brasil. Segundo a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos/PNRS, a reciclagem é definida como:

[...] processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes (Brasil, 2010).

O destino do lixo é um dos agravantes da degradação do meio ambiente, decorrentes da disposição inadequada do lixo no âmbito das cidades. Desta forma, é preciso valorizar o trabalho desenvolvido pelo catador ou catadora de recicláveis, pois diminui a poluição do solo, água e ar, melhorando também a limpeza da cidade (Santos; Silva, 2009).

Ressaltamos, portanto, a importância da implantação da reciclagem para a EA e os impactos que a rápida industrialização e urbanização a partir do pós-guerra, acarretam ao país, desde a década de 1950 até os dias atuais (Leal *et al.*, 2018). Diante deste cenário, formulamos a seguinte pergunta de partida deste trabalho: *como o projeto da reciclagem de resíduos sólidos do Condomínio Machado de Assis, que utilizou como base uma educação ambiental crítica, contribuiu para uma consciência crítica acerca da importância da reciclagem?*

Avaliamos a relevância deste trabalho na medida em que há uma escassez de Sistematizações de Experiências quanto à reciclagem no condomínio Machado de Assis.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é problematizar a educação ambiental no processo da reciclagem no condomínio Machado de Assis. Tal problematização partirá da descrição do processo da Sistematização de Experiências com a comunidade. Buscamos, neste processo, identificar a concepção de educação ambiental no âmbito desta experiência, além de relatar como se dá a educação ambiental a partir da vivência dos catadores e catadoras no Condomínio.

METODOLOGIA

O presente estudo utiliza, como metodologia, a Sistematização de Experiências que tem, como referência, o autor Oscar Jara Holliday (2006). O autor descreve a utilidade desta metodologia como uma maneira de possibilitar a compreensão de como se desenvolveu determinada Experiência, explicitando os motivos pelos quais ela se deu de uma maneira e não de outra. A Sistematização dá conta, ainda, das mudanças ocorridas no processo, como se produziram e por quais razões.

O percurso da Sistematização envolve cinco passos: o ponto de partida, sendo necessário a vivência da experiência ou a reunião das pessoas que viveram a mesma; a formulação do Plano de Sistematização, que inclui perguntas iniciais, como “para que queremos sistematizar?”, delimitando o objeto e os objetivos prioritários, o que define o caminho metodológico; a recuperação do vivido, reconstruindo a história e organizando as informações vivenciadas; as reflexões de fundo, que envolvem uma reflexão crítica acerca do processo vivido, localizando os aprendizados e as contradições que marcaram o processo vivido, na construção das sínteses; por fim, o ponto de chegada, com a formulação das conclusões e aprendizagens (Holliday, 2006).

A construção dessa Sistematização teve, como ponto de partida, a Sistematização Coletiva da Experiência, realizada sobre o processo de reciclagem no Condomínio Machado de Assis. Esta, por sua vez, foi ancorada na Cartografia Social:

A Cartografia Social aqui considerada instrumento inovador da Ciência Cartográfica contribui ainda para o melhor conhecimento do ambiente, aumento significativo de iniciativas pela busca de soluções para melhor gerenciamento do território, pois leva em consideração a vivência, as memórias e a forma de delimitar o espaço utilizando os signos que subsidiam a compreensão da organização espacial e como determinados grupos e sociedades se inserem no ambiente, considerando as manifestações culturais, políticas, religiosas e o saber tradicional herdado da ancestralidade (Mendonça Neto, 2013, p. 11).

Para a formulação do Plano de Sistematização, fomos buscar, com base nos produtos de Sistematização (relatório e vídeo), alguma questão que necessitava ser aprofundada — e escolhemos o tema da educação ambiental no processo de reciclagem do Condomínio. Para a recuperação do vivido, revisitamos os produtos da Sistematização, buscando pinçar tudo que pudesse estar relacionado à questão ambiental, transcrevendo textos do relatório, depoimentos e imagens/cenas do vídeo. Assim, pudemos, como explicita Jara (2006, p. 88), “recuperar historicamente, de forma agregada, os diferentes componentes do processo vivido.”

A partir dessa revisita, pudemos elaborar questões problematizadoras que nos ajudaram a refletir sobre o tema e buscar autores/as que pudessem nos ajudar a iluminar os questionamentos, constituindo as reflexões de fundo. Por fim, como pontos de chegada, trazemos os aprendizados e os questionamentos que ainda permanecem como possibilidades de ampliar e fortalecer essa questão — e que estão expressos nas considerações finais. Sendo assim, fazemos a opção de, ao debruçarmo-nos sobre uma Experiência Sistematizada coletivamente, da qual fomos participantes, fazer uso da mesma construção metodológica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resíduos sólidos e poluição

Antes do projeto da reciclagem chegar ao Condomínio, o lixo que se acumulava na entrada do empreendimento aguardando ser coletado pela Prefeitura já incomodava os moradores e moradoras por conta do risco que esse tipo de poluição trazia para a saúde dos/as condôminos/as, bem como da vizinhança do entorno.

A PNRS define resíduos sólidos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas

particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (Brasil, 2010).

Figura 1 - Imagem do lixo que é coletado no Condomínio Machado de Assis



Fonte: Vídeo Reciclagem no Condomínio Machado de Assis, 2019

Um dos destaques encontrados no Relatório da Sistematização foi o impacto que a reciclagem traz para o meio ambiente por reduzir a quantidade de lixo produzido, já que esse mesmo lixo será reaproveitado na reciclagem (Relatório de Sistematização, 2019). A disposição inadequada de resíduos sólidos nas cidades pode provocar, entre outras coisas, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores e pragas transmissoras de doenças, com um impacto muito grande na saúde das pessoas, além da poluição visual, o mau cheiro e a contaminação do ambiente (Mucelin; Bellini, 2008).

Segundo o autor Silva (1975, p. 1), em seu texto sobre a poluição:

A imagem da Terra vista pelos astronautas teve a virtude de nos inculir à consciência de que, longe de habitar um espaço infinito, habitamos uma espécie de nave espacial isolada, dentro de uma cápsula de recursos constantes, que consumimos, e que somente não esgotamos porque reciclamos. Este conceito da necessidade de reciclagem — de nada perder, de nada destruir, de tudo usar de novo — desta cápsula de recursos constantes acordou-nos para a ameaça da poluição, que interrompe o processo de reciclagem pela inutilização do recurso ou pelo envenenamento.

No Condomínio, os próprios moradores e moradoras ficam com a responsabilidade de separar o seu lixo na casinha da coleta seletiva. A equipe responsável pela reciclagem separa os resíduos coletados para que o caminhão da Associação dos Catadores possa levar o material que será vendido para a reciclagem. O valor arrecadado é distribuído entre a equipe.

Figura 2 - Imagem da Casinha da Coleta Seletiva do Condomínio Machado de Assis



Fonte: Vídeo Reciclagem no Condomínio Machado de Assis, 2019

A PNRS define, em sua ordem de prioridades na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, primeiramente “a não geração” como primordial para a redução do volume de resíduo gerado. Além disso, ressalta a importância de compartilhar a corresponsabilidade entre os diversos poderes estatais dos diferentes níveis federativos, incluindo também os atores econômicos e sociais (Brasil, 2010).

Durante a apresentação do vídeo na Feira do Soma Sempre²⁰ em nosso Encontro Regional da Região Metropolitana, Ray Lima, educador do Curso, colocou a reflexão sobre a necessidade de controlar a produção desenfreada de produtos descartáveis. Produtos que, segundo ele, são desnecessários, só acumulam no meio ambiente. Sua fala problematizou a sociedade de consumo

²⁰ “A Feira do Soma Sempre é uma proposta pedagógica criada no contexto das ações das Cirandas da Vida, pelo cenopoeta Ray Lima. Fundamentada nos princípios da Educação Popular, a Feira tem sua aplicação prática referenciada no Movimento Escambo Popular Livre de Rua do qual Ray Lima é um dos sistematizadores e protagonistas” (Dantas, 2019, p. 82).

atual, para além do destino final desse lixo já produzido. Este pensamento é colocado por Efung e Kalil (2016, p. 27) como uma “cultura do excesso, da urgência, da comodidade, do descartável e do lixo”.

Nas palavras de Layrargues (2002, p. 4), é a “obsolescência planejada simbólica”. Algo essencial para sustentação do modo de produção capitalista, ao reduzir propositalmente o tempo de uso dos produtos, ao mesmo tempo em que atua criando demandas artificiais, através da moda e da propaganda.

Reciclagem e Educação Ambiental

Nesse contexto de profunda crise planetária socioeconômica, e sobretudo ambiental, que estamos vivendo, é importante fortalecer e impulsionar as experiências de educação ambiental vivenciadas nas periferias urbanas. O conceito de EA, segundo a lei 9.795/1999, em seu artigo primeiro, é entendido como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, p. 1).

Essa mesma lei determina que a EA se dê não apenas em processos formais, mas também em processos informais, ou seja, fora das instituições de ensino, com “a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor” (Gohn, 2009, p. 31).

Nesse sentido, seria contraditório se pensar uma EA que não fosse libertadora. Educação essa que considera os/as participantes do processo educativo como sujeitos de seu aprendizado, tanto no compartilhamento de seu conhecimento anterior quanto na produção de novos conhecimentos, para além da contradição educador-educando (Freire, 1978).

Na mesma perspectiva freireana, corroboramos, neste estudo, com a corrente de EA crítica, visando um processo transformador da realidade, através de processos participativos, que favoreçam a superação das relações de poder consolidadas, pensando principalmente naqueles/as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e ambiental (Loureiro; Layrargues, 2013).

Estes/as vulnerabilizados/as, que são invisibilizados/as e desconsiderados/as em sua condição de sujeito, intencionalmente em benefício da economia de mercado, através do apoio dos movimentos pela justiça ambiental, são transformados em sujeitos coletivos portadores/as de direitos que resistem e se mobilizam na defesa de seus interesses (Porto, 2011). Como disse Marcelo Firpo²¹ em nosso Curso, quanto mais vulnerabilizados/as, mais sofrem com os impactos da poluição e destruição do meio ambiente.

No vídeo, um dos moradores que também é catador, relata:

Conscientizar a população é fundamental, pois vai nos dar uma educação ambiental para aquilo que a gente espera, um ambiente limpo. A reciclagem no Machado de Assis é importante porque vai dar às pessoas o conhecimento do que é o resíduo e a importância do que ele gera. Ele gera economia, conscientização e traz um benefício não só pra nós, aqui do condomínio Machado de Assis, mas também para outros condomínios de fora que não fazem o processo de coleta seletiva (Produto Da Sistematização, 2019).

Dessa forma, a EA crítica estimula o processo educativo como movimento coletivo na construção de um conhecimento contextualizado, ou seja, na relação com o mundo — e que busca articular diferentes saberes, das ciências naturais às ciências humanas e sociais, da filosofia à religião, da arte ao saber popular (Guimarães, 2004).

A presença do MTD como um articulador das lutas coletivas dos moradores e moradoras foi essencial para o sucesso da

²¹ Marcelo Firpo palestrou em nosso Curso, na Unidade de Aprendizagem II/UAII, na mesa sobre concepções de Promoção e Vigilância em Saúde.

reciclagem no Condomínio, visto que nos outros prédios vizinhos também do PMCMV, o projeto não ocorreu por falta de engajamento coletivo dos moradores e moradoras (Relatório de Sistematização, 2019).

Entre as ações que ocorreram no Condomínio, como parte da implementação do projeto da reciclagem, houve a distribuição de cartazes informativos, entrega de balde do projeto para a separação entre o lixo orgânico e o lixo seco e conversas com os moradores e moradoras nas reuniões dos blocos do Condomínio para o maior engajamento dos mesmos na reciclagem (Relatório de Sistematização, 2019).

Outro aspecto da reciclagem tratado no Relatório, além da coleta seletiva, é o uso do material reciclado como atividade educativa e cultural no próprio Condomínio. A criação da Banda de Lata, que é protagonizada pelas crianças do mesmo, e seus materiais que são todos produzidos a partir da reciclagem, apresenta-se como uma maneira de construir, junto com este público, a consciência de que aquilo que é considerado inútil pode ser transformado em objetos capazes de modificar sua realidade (Relatório de Sistematização, 2019).

O lúdico utilizado no Condomínio com as crianças da Banda de Lata não se trata apenas de diversão, como colocado por Baía e Nakayama (2013): quando aliamos a brincadeira ao processo de ensino-aprendizagem, facilitamos, assim, a socialização, a comunicação, a expressão e a construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e refletir sobre a questão ambiental a partir da vivência de um grupo de moradores e moradoras organizados pelo movimento popular urbano MTD nos leva a compreender o poder da organização social, da empatia com o lugar e da ética construída nesse espaço. Nesse sentido, a reciclagem foi um passo importante, pois transformou-se em um ato de relevância para todo o coletivo.

Contudo, a coleta seletiva e a reciclagem não são um fim em si mesmas, como problematizado ao longo de todo o processo da Sistematização. É preciso repensar esse modelo de produção e consumo capitalista que está levando o planeta ao esgotamento. Devemos romper com essa lógica capitalista que transforma tudo em mercadoria e que determina, como solução ao problema ambiental, a criação de novos produtos “sustentáveis” desenvolvidos pela mesma cadeia produtiva.

Nesse simples processo de reciclagem, emergiu uma consciência socioambiental que tornou os moradores e moradoras protagonistas de uma história que, mesmo local, pode ter inferências universais. Os moradores e moradoras do Machado de Assis, além de terem vivenciado um processo de educação ambiental de forma crítica, são exemplos para que outras comunidades possam refletir que essas ações são possíveis em qualquer comunidade, basta organização e consciência coletiva.

Também observamos que a participação do MTD na organização do Movimento foi fundamental para impulsionar o projeto no Condomínio. De fato, a presença de um movimento popular organizado com coerência política e práxis revolucionária é fundamental para a construção de relações dialógicas que possibilitem uma maior reflexão e ação desses sujeitos na construção da EA crítica e participativa.

A vivência com os moradores e moradoras do condomínio Machado de Assis proporcionou não apenas uma atividade socioambiental importante para a comunidade, mas também um sentimento de pertença com o objetivo de cuidar do lugar onde moram. Nessa medida, a união da organização do movimento popular com o sentimento de coletividade foi um processo de aprendizado que fica de exemplo para outras experiências.

REFERÊNCIAS

BAÍÁ, M. da C. F.; NAKAYAMA, L. A Educação Ambiental por Meio da Ludicidade: uma experiência em escolas do entorno do Parque Estadual do Utinga. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 7, n. 9, p. 89-112, maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2772>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BEZERRA JÚNIOR, F. da R. **Habitação social evolutiva**: estratégias de flexibilidade para elaboração de projetos de habitação de interesse social. Uma proposta para Mãe Luiza/Natal-RN. Dissertação (Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BRASIL. Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providencias. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 3 ago 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

DANTAS, M. de A. **O “aprendizado sentido no corpo, uma potência de cuidado, escuta e cura”**: a (trans)formação dos/as educadores/as populares do EdPopSUS Ceará. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

EFING, A. C.; KALIL, A. P. M. C. Consumo Consciente: O Anverso Subjacente da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Jurídica da FA7**, v. 13, n. 2, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan/abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1>. Acesso em: 01 dez. 2020.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. p. 25-34.

HOLLIDAY, O. J. et al. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

LEAL, G. C. de G, et al. O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. **QUALIT@S Revista Eletrônica**, v. 7, n. 1, Ano 2008.

LEFF, E. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**. Rio Grande do Sul, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LIMA, R. F. de. Cartilagens tensionando, conflitando, sem atritos. **Jornal A Gargalhada**, São Paulo, n. 18, p. 5, out./nov. 2010.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan/abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a04v11n1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MENDONÇA NETO, O. A cartografia inovadora: uma reflexão sobre a cartografia social – Ciência ou arte? In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013. Lima. **Anais...** Disponível em: http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra_Ozimo-Mendon%C3%A7a-Neto.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

MENEZES, D. A. M. de. **Análise do Gerenciamento de Resíduos em Fortaleza Estudo de Caso Sobre a Estrutura de Limpeza Urbana da Cidade**. 2017.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a08v20n1>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PORTO, M. F. de S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**. 93 | 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/133>. Acesso em: 19 dez. 2020.

PORTO-GONÇAVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRODUTO DA SISTEMATIZAÇÃO. **Reciclagem no condomínio Machado de Assis**. Fortaleza, 2019fz. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yQdGgBQpCKM>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Relatório de Sistematização de Experiências no Condomínio Machado de Assis. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ - CE, 10 de out. de 2019.

SANTOS, G. O.; SILVA, L. F. F. da. Estreitando nós entre o lixo e a saúde – estudo de caso de garis e catadores da cidade de Fortaleza, Ceará. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 3, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/21>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SILVA, P. M. da. **A poluição**. São Paulo: Difel, 1975.

Seção 3

A Força das Mulheres, das
Juventudes e do Controle
Social em Contextos Urbanos
e Comunidades Tradicionais



O PAPEL DA MULHER NA LUTA PELA ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ALDEIA JENIPAPO-KANINDÉ

Mayara Pessoa Viana da Silva

Juliana Alves

Jussara Pereira Bernardo

Vera Lúcia de Azevedo Dantas

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a temática em volta da luta e do protagonismo das mulheres faz-se bastante presente. É possível evidenciar isso em diversificados espaços, tanto físicos — como praças, ônibus, academias, aldeias, terreiros, igrejas — como espaços virtuais, a exemplo do Facebook, Instagram e outros. Esse protagonismo e essa evidência se deram como fruto de muita luta para que as mulheres pudessem ir conquistando seu espaço em uma sociedade eminentemente patriarcal, devido à desigualdade de gênero ou papéis de gênero designados a mulheres e homens.

A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial, eu o faça não para agradar a mulheres ou desagradar a homens, mas para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado do que falei antes (Freire, 1997, p. 34-35).

À luz de Saffioti (2004, p. 75), a desigualdade “longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”. Todavia, faz-se importante compreender que as mulheres são plurais, tanto em suas individualidades quanto em suas coletividades. Quando

falamos de mulher, falamos de inúmeras compreensões sobre ser mulher no mundo, sobre compreender o mundo e sobre se portar neste mundo (Hooks, 2020).

Este estudo surgiu a partir da Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, na qual um grupo de educandas e educandos escolheu realizar o projeto de intervenção/sistematização coletiva no território indígena Jenipapo-Kanindé.

Frente ao exposto, este trabalho tem, como objetivo geral, identificar o papel da mulher na luta pela organização das políticas públicas na aldeia Jenipapo-Kanindé. E como objetivos específicos: compreender como se deu, historicamente, o processo de legitimação da Pequena como cacique da aldeia; problematizar sobre a participação das mulheres na luta pela organização das políticas públicas na aldeia.

Essa reflexão comentada acima subsidiará a construção deste trabalho, culminando com a articulação em cena que é trabalhar com a mulher indígena. O ponto central é ponderar como a luta das mulheres indígenas da comunidade Jenipapo-Kanindé do Ceará contribui na articulação, construção, efetivação e consolidação das políticas públicas locais.

Considerando que Maria de Lourdes da Conceição Alves, a Cacique Pequena, é legitimada, pelos povos indígenas do país, como a primeira mulher a liderar uma aldeia no Brasil, faz-se relevante entender como esse processo se desenvolveu e possibilitou que mais mulheres na aldeia fossem protagonistas das reivindicações – e projetadas enquanto novas lideranças femininas do seu povo.

Todavia, é importante enfatizar que o papel da mulher na cultura indígena tem suas próprias nuances, conforme aponta um trecho do Relatório das Visitas a Terras Indígenas e Audiências Públicas Realizadas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso Do Sul, Rondônia, Roraima, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina no ano de 2003:

Pôde-se perceber que as mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que possuem poder no interior das comunidades,

em geral não são reconhecidas como representantes destas perante os não-índios. Entretanto, é importante ouvir sua voz. Não que se proponha trazê-las para frente da roda, pois isso poderia implicar um desrespeito à cultura dos índios, o que provavelmente seria rechaçado pelas próprias mulheres indígenas. O que se faz necessário é que a política indigenista também possua um corte de gênero, ou seja, que os problemas das comunidades indígenas sejam vistos também da perspectiva feminina. Tal atitude será benéfica não somente para as mulheres, mas para a política indigenista como um todo (Grubits *et al.*, 2005, p. 364).

Aqui não temos a pretensão de analisar o processo de formação de lideranças femininas da aldeia supracitada, emitindo juízos de valor sobre uma cultura à qual não pertencemos. Nosso intuito é apenas apresentar como se deu, e ainda se dá, tal processo, pela ótica dos conhecimentos coletivos dos próprios sujeitos da sistematização.

2 METODOLOGIA

O território escolhido para este trabalho foi a aldeia Jenipapo-Kanindê, a qual está localizada nas imediações da Lagoa da Encantada (alcunha do local), no distrito de Jacaúna, município de Aquiraz, que dista 55 km de Fortaleza e fica ainda próxima à Praia do Iguape. “A Lagoa da Encantada é um lugar cheio de atrativos; possui belezas naturais, com morros cobertos de vegetação, córregos, lagoas, coqueiros e muitas plantas nativas” (Antunes, 2008, p. 13).

Para este relato, a escolha metodológica foi a da Sistematização de Experiências a partir da conceituação do autor Oscar Jara Holliday (2006):

Trata-se de uma proposta em cinco tempos, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser utilizado mais como sugestão e inspiração, mesmo que por razões

didáticas se apresente um pouco rígido (Holliday, 2006, p. 72).

Por isso nossa proposta de método, coerente com esta conceitualização, considera os cinco tempos dessa proposta: o ponto de partida, as perguntas iniciais, a recuperação do processo vivido, a reflexão de fundo e os pontos de chegada.

O Ponto de Partida: escolhemos realizar esta intervenção/ Sistematização Coletiva no território Jenipapo-Kanindé. Para isso, estabeleceu-se como ponto de partida a Cartografia Social (um mapa territorial construído, de forma direta, com os/as habitantes locais), que apontou a importância de reconstituir a história de luta do povo Jenipapo-Kanindé. Para reconstituição dessa história, foram realizados a oficina “Recontando a história de luta do Povo Jenipapo-Kanindé”, cujo intuito seria escutar a história da comunidade pelos próprios integrantes, e o Círculo de Cultura denominado “Nossa história é tão antiga”.

Durante o processo de Sistematização Coletiva foi notória a influência da liderança Cacique Pequena, o que foi determinante na construção do plano de Sistematização como possibilidade de aprofundar a temática e na delimitação dos objetivos deste trabalho. A formulação do plano consistiu na definição dos objetivos e na estruturação do percurso metodológico.

Para a recuperação do vivido, terceiro passo proposto por Holliday (2006), foram revisitados os materiais da Sistematização Coletiva, a saber, o mapa territorial e um fanzine produzido no último encontro. Para isso, trabalhamos com a técnica do *ateliê autobiográfico*, em que pudemos acessar, a partir da revisão dos materiais já mencionados, nossa vivência pessoal e subjetiva com a experiência.

“O procedimento do ateliê autobiográfico de projeto inscreve a história de vida em uma dinâmica prospectiva que liga as três dimensões da temporalidade (passado, presente e futuro) e visa fundar um futuro do sujeito e fazer emergir seu projeto pessoal” (Delory-Momberger, 2006). O processo do ateliê dialogou com elementos do círculo de cultura e pudemos trazer muitas expressões que se sobressaíram nas atividades, as quais tomamos por palavras geradoras:

Nada mais é que a identificação das palavras de uso corrente, entendidas como representativas dos modos de vida dos grupos ou do território onde se trabalhará (estudo da realidade). Esse mergulho permite ao educador interagir no processo, ajudando a definir seu ponto de partida que se traduzirá no tema gerador geral, vinculado à ideia de interdisciplinaridade e subjacente a noção holística de promover a integração do conhecimento e a transformação social, os quais se colocam como a unidade básica de orientação dos debates (Ministério da Saúde, 2016, p. 39).

As palavras geradoras foram: “aldeia Jenipapo Kanindé”, “percurso histórico”, “luta pela terra”, “conquistas”, “avanços”, “desafios”, “mãe-terra”, “mãe-lagoa”, “Lagoa Encantada”, “marco vivo”, “mangueiras sagradas do Tio Odorico”, “primeira mulher cacique do Brasil”, “Cacique Pequena”, “demarcação já”, “guardiãs da memória”, “lendas”, “contos”.

Figura 1 - Registro de algumas das palavras geradoras



Fonte: Arquivo do Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência, 2019

Essas palavras foram agrupadas por sua semelhança, ressaltando três temas que constituíram a recuperação do vivido — e pelos quais, no ateliê, pudemos estruturar três narrativas: o protagonismo das mulheres e a construção do matriarcado, o machismo/feminismo na aldeia e as políticas públicas. Estas foram transcritas e posteriormente problematizadas e dialogadas com

autores e autoras que trouxemos para referendar nossas reflexões, constituindo, assim, o quarto passo cunhado por Holliday (2006) de reflexões de fundo. Por fim, temos, como pontos de chegada os aprendizados advindos desse mergulho na Sistematização que vivemos coletivamente.

3 TRILHA DE LUTA E CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO POVO JENIPAPO-KANINDÉ

3.1 A singularidade da luta indígena sob o protagonismo das mulheres e a constituição do matriarcado

De acordo com o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), podemos descrever que a aldeia onde vive o Povo Jenipapo-Kanindé era liderada por um indígena, cujo nome era Odorico, o qual carregava consigo a titularidade de Cacique, sendo responsável pela condução coletiva daquele povo. Com seu falecimento, Odorico tornou-se um símbolo sagrado para o seu povo.

Nas terras dos Jenipapo-Kanindé existe um local sagrado para realizar os encontros coletivos, de geração em geração, onde se concentram imensas mangueiras (árvores frutíferas), denominadas de “Mangueiras Sagradas do Tio Odorico”, que atualmente recebem um evento anual e de grande importância para aquele povo, que é a festa do “Marco Vivo”:

A Festa do Marco Vivo representa a afirmação da identidade cultural indígena dos Jenipapo-Kanindé. É uma comemoração em agradecimento às conquistas providas da resistência, organização e luta cotidiana de toda a comunidade. Durante a comemoração, realizam pinturas corporais, cantam, rezam, bebem o mocoioró e dançam o toré ao redor de um tronco de yburana, ou imburana, de nome científico “*Amburana cearensis*” (Lima, 2018, p. 73)

Esse ritual comemora a luta e a conquista da delimitação de terra do Povo Jenipapo-Kanindé. “Em 1997, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI iniciou o processo de demarcação da Terra Indígena da Lagoa da Encantada. Atualmente, a terra indígena está

identificada e delimitada, porém não homologada” (Freitas, 2014, p. 3).

Após o desencarne material de Odorico — para os/as indígenas, os/as que se foram passam a ser *encantados/as* —, os/as indígenas sentiam a necessidade de uma nova condução. Alguém com experiência de vida e que fosse detentor e guardião da memória daquele lugar sagrado, regido por duas grandes forças da natureza: Mãe Terra e Mãe Lagoa.

Segundo relatado pelos/as indígenas durante a Sistematização de Experiência coletiva, a Mãe Terra era a responsável pela alimentação e pelas plantações e arborizações que encantam até hoje aquele local. A Mãe Lagoa seria a provedora da água, deste bálsamo de vida que matava a sede e provia alimentos.

Durante a Sistematização Coletiva, foi realizada a reconstituição histórica da luta pela demarcação das terras — e segundo o Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019), mesmo sem uma nova liderança, o povo Jenipapo-Kanindé entendia que necessitava seguir se organizando coletivamente e pensar em melhorias estruturais. Tinham, segundo o Relatório, a compreensão da necessidade de buscar essas melhorias na própria aldeia.

Ainda de acordo com o Relatório de Sistematização Coletiva (2019), foi destacado que diante das inúmeras lutas daquele Povo, uma mulher conhecida como Pequena, mãe de oito mulheres e oito homens, começou, de forma tímida, galgando conquistas e buscando todos os locais possíveis onde se pudesse concretizar o que os/as indígenas já haviam sonhado e colocado no papel: uma escola, um posto de saúde, um CRAS e outros equipamentos do poder público voltados para as necessidades da aldeia:

[...] conquistas para o crescimento do seu povo, como a de sua primeira escola; “ele pegou o nome de todo mundo e levou pra Brasília, aí me deu a opção: você quer uma igreja ou uma escola? É claro que eu quis uma escola, porque eu

sabia que era a educação e a leitura que ia fazer as crianças não serem enganadas” (sic), a qual foi feita em 1988 (Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência, 2019).

Segundo as narrativas do Relatório de Sistematização, com estes movimentos, a aldeia começa a reconhecer o trabalho de Pequena e a escolhem como cacique.

Ainda conforme o Relatório (2019), no ano de 1995, Cacique Pequena, já reconhecida como Cacique do seu Povo, é encaminhada para representá-los em uma reunião que aconteceu em Brasília/DF, na qual todos os Caciques do Brasil estariam reunidos, dialogando sobre os avanços que precisavam conquistar para os Povos Indígenas. Vale salientar que historicamente os cacicados exercidos pelos Povos Indígenas se deram a partir de uma figura masculina, tendo papel preponderante de poder firmado e consolidado pelo sistema patriarcal:

[...] um sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada que o sustenta, na qual as mulheres são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de trabalho e de novas reprodutoras. Patriarcado, então, representa o somatório de dominação e exploração, que Saffioti (Id., p.6) entende como opressão e que, não obstante os avanços femininos, não teve sua base material destruída (Osterne, 2008, p. 134).

O Relatório (2019) evidencia que, com a chegada de Pequena, os Caciques, todos homens, ficaram incomodados com a presença de uma mulher — e não entenderam o motivo pelo qual ela estava naquela reunião de cacicado. Foi quando o coordenador da reunião perguntou à Pequena o que ela estava fazendo lá, sendo prontamente respondido, por ela, com outras perguntas: “Da onde foi que vocês nasceram? De quem ‘cês são filhos ou vocês nasceram sozím?”

Cabe, aqui, relacionar o que Paulo Freire falava a respeito da problematização. Segundo ele, os questionamentos são importantes porque geram outros — e isso vai produzindo o alargamento da consciência:

Paulo Freire (1996) ressalta a necessidade de conceber a educação como prática de liberdade, em oposição a uma educação como prática de dominação. Ao propor a educação de adultos como prática de liberdade, Paulo Freire defende que a educação não pode ser uma prática de depósito de conteúdos apoiada numa concepção de homens como seres vazios, mas de problematização dos homens em suas relações com o mundo. Por isso, a educação problematizadora fundamenta-se na relação dialógica entre educador e educando, que possibilita a ambos aprenderem juntos, por meio de um processo emancipatório (Oliveira, 2010, p. 3).

Essa reunião constituiu um marco, no qual é possível compreender uma nova reestruturação hierárquica dos Povos Indígenas do Brasil, na qual uma mulher passa a ocupar este espaço de poder e decisão, instituindo-se o matriarcado:

Matriarcados não são apenas uma reversão do patriarcado, com mulheres governando homens — como seria a má interpretação usual. Matriarcados são sociedades centradas na mãe, baseadas em valores maternos: cuidar, nutrir, ser mãe, o que vale para todos: para as mães e aqueles que não são mães, para mulheres e homens. As sociedades matriarcais são conscientemente construídas sobre esses valores e trabalhos maternos, e é por isso que são muito mais realistas que os patriarcados. Elas são, em princípio, orientadas para as necessidades. Seus preceitos visam atender às necessidades de todos com o maior benefício. Assim, nos matriarcados, a maternidade — que se origina como fato biológico — se transforma em modelo cultural. Esse modelo é muito mais apropriado à condição humana do que a maneira como os patriarcados conceituam a maternidade e a usam para transformar as mulheres, e especialmente as mães, em escravas (Deplagne *apud* Goettner-Abendroth, 2019, p. 28-29).

Com essa nova estruturação, Cacique Pequena passa a reger os novos desafios e rumos da aldeia. Ela promove um engajamento mais efetivo das mulheres em geral, criando, em 2002, a Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé/AMIJK, destinada à participação de todos/as, porém com a “missão de defender os direitos das mulheres indígenas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade da Lagoa da Encantada, promovendo a cultura indígena e a paz na comunidade” (Brasil,

2004, p. 1) — e obtém um reconhecimento, por parte dos homens, da sua liderança:

Essa base solidificada do poder político dos Jenipapanindê atesta uma tendência pluralista no que diz respeito à categorização da participação política, uma com viés pautado no orgulho e na autoestima do que é ser índio e outro na valoração da mulher no ambiente publicizado, tanto que foi criada uma associação exclusivamente coordenada pela ação feminina, a AMIJK (Antunes, 2008, p. 127).

Segundo o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), em sua atuação como Cacique, ela referencia a farinha²² como uma prática importante na aldeia, com a singularidade que ali ela se constitui um processo coletivo, no qual homens e mulheres exercem as mesmas tarefas, sem a compreensão convencional de papéis ou divisões de gênero sobre a colheita e produção da mandioca e derivados da farinha:

A divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e, aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro. A divisão do trabalho que se estabeleceu entre os sexos atribuiu o cuidado do lar para a mulher, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social. Enquanto a produção material foi atribuída aos homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade (Sousa, 2016, p. 125).

Cabe enfatizar que a Cacique Pequena e os demais membros de sua tribo não possuíam conhecimentos teóricos sobre essa dicotomia patriarcado *versus* matriarcado. Elas e eles passam a vivenciar pragmaticamente uma mudança cultural radical, à revelia de estudos e aprofundamentos sobre o tema. No entanto, essa transformação estrutural tão profunda precisaria ser acompanhada

²² Processamento artesanal da mandioca resultando na farinha e outros derivados.

de debates até então desconhecidos pelos indígenas Jenipapo-Kanindé. Uma outra dicotomia surge no cotidiano da aldeia em questão: feminismo *versus* machismo.

3.2 Feminismo/Machismo

A Cacique Pequena está aqui colocada como âncora, levando em consideração essa sua construção histórica. Uma mulher que, segundo depoimentos para o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), contribuiu muito para a aldeia, dando continuidade ao trabalho de Odorico.

E com isso vem a questão do empoderamento e do feminismo — esse empoderamento a partir da concepção desse poder da mulher como condição essencial para a equidade de gênero. Então o trazemos como uma figura de linguagem e não no sentido literal, conforme Lisboa (2008):

O termo empoderamento chama a atenção para a palavra 'poder' e o conceito de poder enquanto relação social. [...] Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência. Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. [...] Os estudos feministas partem do pressuposto de que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero. O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero [...] (Lisboa, 2008, p. 2-3).

Em uma das reuniões da Associação de Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé/AMIJK, ampliada para a participação de mulheres de outras etnias indígenas, com exceção das e dos discentes da Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, muitas delas colocaram questões relacionadas ao machismo e ao feminismo. Nesse sentido, alguns autores e autoras, como Arrazola e Rocha (1996), caracterizam o machismo como uma ideologia que

determina que os homens controlem o mercado, o governo e a atividade pública e que as mulheres sejam subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços público e privado” (Balbinotti, 2018.)

Já sobre feminismo, afirma-se que:

O conceito de feminismo, de acordo com Soares (1994), é entendido como a ação política das mulheres, englobando teoria, prática e ética. A autora reconhece as mulheres, historicamente, como sujeitos da transformação de sua própria condição social. Esse movimento propõe que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo, expressando-se em ações coletivas individuais e existenciais, seja na arte, na teoria e na política (Alves, 2013, p. 113-114).

Dessa maneira, podemos entender que machismo e feminismo possuem objetivos bem distantes, porém um não é o oposto do outro, literalmente, uma vez que no feminismo não há a pretensão da dominação pelo gênero feminino sobre o masculino.

Retornando para a discussão das mulheres indígenas na reunião ampliada da AMIJK, o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019) registrou, através dos depoimentos delas, que apesar de não conhecerem com profundidade as definições científicas, elas tinham um entendimento claro, por meio das práticas na aldeia, da discriminação de gênero em função do machismo. Como faziam parte de uma Associação de Mulheres, era uma pauta que elas já vinham discutindo.

Ainda consta no Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019) a narrativa dos conflitos na Marcha das Mulheres Indígenas de 2018. As mulheres Jenipapo-Kanindé colocaram que se sentiram excluídas de alguns espaços, pois levaram mulheres e homens em seu ônibus. Ao se juntarem com as demais mulheres indígenas de todo o Brasil, houve uma segregação para com elas, pelo fato de terem levado homens para o evento. Assim, elas tiveram que travar discussões acirradas para poder pegar o microfone ou o megafone para falar, porque os homens Jenipapo-Kanindé as acompanhavam.

Essa consciência sobre a discriminação de gênero em função do machismo, e o modo como fazem na prática, o enfrentamento

dessa questão, propondo uma organização do seu povo com homens e mulheres em iguais direitos, ombreados, pareceu-nos aproximar-se dos princípios e propostas de uma corrente do feminismo denominada corrente emancipacionista.

Sobre essa corrente, afirma Vanin (2006, p. 196):

Corrente feminista que prega o combate ao feminismo burguês. Teoricamente, parte da compreensão de que a divisão sexual do trabalho está interligada à divisão social do trabalho. Por este pressuposto, mulheres e homens participam de modo desigual da produção. Entende-se que, no desenrolar da história, a opressão de gênero liga-se à opressão de classes. Segundo a teoria emancipacionista, a opressão de gênero possui bases culturais; é culturalmente construída e está interrelacionada às demais formas de opressão, sobretudo a de classe.

Pouco se fala e pouco se conhece sobre o feminismo indígena, mas não deve ser ignorado ou menosprezada a sua importância para os Povos Originários. Esse movimento não tem bases teóricas, pois parte das vivências e experiências das mulheres indígenas nas suas próprias realidades socioculturais. O que se sabe é que os primeiros movimentos organizados protagonizados pelas próprias mulheres indígenas começou no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, conforme registra a publicação “Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas”:

As duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. As pioneiras foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro/AMARN e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rio Uaupés e Tiguié/AMITRUT. As demais foram constituídas a partir da década de 1990. Em 2000, na Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB, em Santarém, Pará, foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas (Verdum, 2008, p. 7).

A análise das práticas das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé revela uma aproximação com os princípios e práticas do feminismo, embora elas não tenham conhecimento de que

o estão praticando. O exercício democrático contribui para que elas se insiram nas lutas mais gerais dos Povos Originários a que pertencem, para só então se perceberem protagonistas dos processos que desenvolvem. Com o avanço das tecnologias e da globalização virtual, já podemos identificar o acesso a debates sobre feminismo e emancipação das mulheres, o que oportuniza que muitas desejem se aprofundar na dicotomia feminismo *versus* machismo, para se reconhecerem feministas.

É válido ressaltar que a nossa âncora, Cacique Pequena, conforme comprova o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), não faz nenhuma menção sequer ao feminismo. Portanto, não atribuímos a condição de feminista às indígenas envolvidas durante a construção deste trabalho.

3.3 As Políticas Públicas

A luta pela implementação de políticas públicas para a aldeia Jenipapo-Kanindé é a âncora deste trabalho. Mas antes de aprofundá-la, precisamos compreender como a aldeia se organizava coletivamente e como faziam as discussões.

Segundo consta no Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), como dito anteriormente, o líder da aldeia durante muito tempo foi Odorico. Ele era o representante máximo da tribo e autoridade legitimada para tomar as decisões e orientar a organização da aldeia. Ao se tornar *encantado*, a aldeia passa um período sem líder, experimentando uma horizontalidade na tomada de decisões e se organizando coletivamente.

Contudo, por mais que os/as indígenas vivessem em uma área considerada isolada e de difícil acesso, eles/as precisariam incorporar equipamentos públicos/políticas públicas diferenciadas, que respeitassem o saber indígena como ponto central naquele território local, uma vez que algumas delas já existiam, mesmo que de forma pulverizada no município (sede) de Aquiraz.

A única edificação de caráter público era a Casa de Farinha. De acordo com Gaspar (2009), “é o local onde se transforma a mandioca em farinha, ingrediente usado na fabricação de vários alimentos, entre os quais o beiju, muito apreciado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil”. Esse era um local de encontro, mas que não oferecia nenhum serviço do Poder Público para aquela comunidade indígena. Em seu território, os Jenipapo-Kanindé não possuíam equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, centros de referência ou qualquer outra repartição. Com o tempo, a própria comunidade sentiu necessidade de adquirir alguns desses equipamentos, pelos quais passou a lutar de forma coletiva, conforme podemos encontrar no Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019).

O mesmo Relatório (2019) aponta 1995 como o ano de escolha de Pequena para o maior cargo de liderança da aldeia. A partir de então, são relatadas cronologicamente as principais conquistas do seu cacicado, as quais estão delimitadas no mapa territorial construído com a participação dela, suas filhas e pelos/as próprios/as indígenas. O mapeamento se fez com base na Cartografia Social e foi conduzido pelas e pelos discentes da Especialização.

Figura 2 - Produto final da Cartografia Social



Fonte: Arquivo do Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência, 2019

O primeiro destaque mencionado pelo Relatório (2019) remete à criação do Conselho Indígena dos Jenipapo-Kanindé, em 1999, mas registrado oficialmente apenas no ano seguinte. “A criação da primeira instituição Jenipapo-Kanindé voltada para a organização comunal data de 1999, ano em que foi documentado em cartório o Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé” (Sousa, 2001, p. 137).

Apenas no último ano do século XX chegam à aldeia dos Jenipapo-Kanindé a água encanada e a energia elétrica. Quase simultaneamente, chegam os primeiros professores e professoras indígenas.

É datado do ano de 2001 os primeiros passos para a formação da Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé, a AMIJK.

No ano de 2002 é implementada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, pela Fundação Nacional de Saúde:

O propósito dessa política é garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e os direitos desses povos à sua cultura (Brasil, 2002, p.13).

A partir de então, torna-se necessária a criação de mais um colegiado para a aldeia Jenipapo-Kanindé. É o terceiro, sendo os dois anteriores, já mencionados, o Conselho Indígena e a AMIJK:

[...] um novo órgão foi criado dentro da luta política, o Conselho de Saúde Indígena Jenipapo-Kanindé. Sua ata de abertura é de janeiro de 2004. Este foi o único conselho criado como exigência do Governo Federal, resultante das novas diretrizes da gestão da política nacional de atenção à saúde indígena (Lei Nº 9.836, de 23/09/1999), que vem promovendo uma rede de serviços específicos às comunidades autóctones; esses serviços estão configurados dentro de um Subsistema de Saúde Indígena, correlacionado ao SUS – Sistema Único de Saúde. Nessa perspectiva, o

Conselho de Saúde existe, obrigatoriamente, no interior de cada comunidade indígena reconhecida legalmente. Suas funções foram definidas na Portaria Nº 70/GM, dentro da lógica da cidadania participativa em voga na atualidade das políticas públicas (Antunes, 2008, p. 17).

Depois do Conselho de Saúde Indígena Jenipapo-Kanindé (2004), no ano de 2005 começa a funcionar na aldeia um posto de saúde. Outros avanços dessa época são a definição da trilha ecológica e a construção das caixas de água nas casas, que seriam depois construídas novamente apenas em 2017.

Indo para o ano de 2008, a aldeia conquista sua escola indígena e um CRAS indígena. O Conselho Nacional de Educação aprovou, em 1999, a categoria Escola Indígena no país, com um propósito de educação intercultural – e na autonomia de “normas e ordenamentos jurídicos”, sua característica definidora, além de ser “coletiva, específica, diferenciada, multicultural e multilíngüe” (Grupioni, 2006, p. 53). Em 2009, para fortalecer o papel da escola, 15 professores/as oriundos/as da própria comunidade, graduados/as em instituições de Ensino Superior do Ceará, passam a lecionar para crianças e adolescentes Jenipapo-Kanindé.

As últimas menções no Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019) datam de 2018, com a reestruturação da Casa de Farinha, a reforma da estrada de acesso à Lagoa da Encantada e um veículo para a coleta de lixo, em parceria com uma organização sem fins lucrativos.

Cabe ressaltar que apesar do protagonismo da Cacique Pequena e da organização das mulheres Jenipapo-Kanindé pela AMIJK, todas as conquistas dos equipamentos públicos são frutos das lutas coletivas internas, estimuladas pelo processo de empoderamento das mulheres da aldeia, caracterizando um processo de Educação Popular, conforme exposto abaixo:

A Educação Popular se realiza junto às comunidades, aos grupos empobrecidos, beneficiários das políticas de transferência de renda e políticas sociais, junto às pastorais sociais e pequenos grupos organizados que querem formar associações ou cooperativas, grupos de mulheres, juventudes, populações tradicionais, agentes de saúde e

comunitários, fóruns de economia solidária, de educação de jovens e adultos. A Educação Popular está onde está o povo do campo e da cidade que luta dia a dia há anos para que possa ter voz e vez, ser protagonista e construtor de sua própria história (Brasil, 2014, p. 38).

Diante do exposto, o Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019) traz a Mãe Terra e a Mãe Lagoa como forças impulsionadoras, a partir de todas as vivências e das falas de quem faz parte da aldeia — e que colocaram que nada disso seria possível se não fosse por uma força maior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se o papel das mulheres Jenipapo-Kanindé, a partir do protagonismo da Cacique Pequena, apesar de um contexto de preconceito pelo fato de historicamente só os homens assumirem a posição de cacicado. Isso foi superado pela sua luta em busca de melhorias para o povo Jenipapo-Kanindé, em relação a políticas públicas (posto de saúde, reforma da casa de farinha, museu, escola indígena, dentre outras) —sendo hoje referenciada como a primeira mulher Cacique do Brasil.

Inspiradas na história da Cacique Pequena, as mulheres de sua aldeia se organizaram — e em 2002 fundaram a Associação das Mulheres Indígena Jenipapo-Kanindé/AMIJK. As lutas das mulheres Jenipapo-Kanindé foram cruciais para uma maior compreensão prática do processo de conquista das políticas públicas para a aldeia, sendo travadas de forma coletiva, podendo vir a ser embasadas a partir do empoderamento feminino e de uma compreensão que parece aproximar-se da concepção emancipacionista, de um povo de luta e que se constitui de mulheres e homens ombreados.

Assim a luta das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé tem buscado por melhorias nas políticas públicas na área de saúde, educação, esportiva, agrícola, cultural, socioeconômica etc.

No mais, destaca-se a enriquecedora experiência da elaboração do Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência

(2019), onde visualizou-se de perto a potência do povo Jenipapo-Kanindé, sua cultura, seus costumes e a valorização da sua história e das suas lutas.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. da S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: **IV Seminário CETROS - Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza, 2013.

ANTUNES, T. de O. **Construção Étnica e Políticas Públicas: Mobilização, Política e Cultura dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará**. Monografia do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade MAPPS - UECE. 2008.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BRASIL. **Estatuto da Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé – AMIJK**, Aquiraz-CE, 09 de junho de 2004.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: SGPR, 2014.

DELORY-MOMBERGER, C. Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, mai/ago, 2006.

DEPLAGNE, L. C. A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média. **Revista Signum**, 2019, vol. 20, n. 2.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (245 p.)

FREITAS, T. M. Cultura e Afirmação Étnica: Reflexões iniciais acerca do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé (CE). In: **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia/RBA**, Natal: UFRN, 2014.

GASPAR, L. Casa de Farinha. **Pesquisa Escolar Online**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I.; PEDROSO, M. **Mulheres indígenas**: poder e tradição. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363 - 372, set./dez. 2005.

GRUPIONI, L. D. B. (Org). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

HOOKS, B. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Bhuvi Libanio. 10 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

LIMA, J. J. S. L. **Etnoturismo Comunitário na Lagoa Encantada. Etnogênese Jenipapo-Kanindé/Aquiraz-Ceará**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: corpo, violência e poder, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ideias e Dicas para o Desenvolvimento de Processos Participativos em Saúde.** Brasília - DF. 2016.

OLIVEIRA, R. A.; SCATTOLIN, F. A. de A. Problematização e Educação Popular: Referenciais para a Formação Profissional e Intervenção na Comunidade. **PBL 2010 Congresso Internacional.** São Paulo, Brasil, fevereiro de 2010.

OSTERNE, S. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina.** Fortaleza: EdUECE, 2008.

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DA EXPERIÊNCIA. In **Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido.** Eusébio: Fiocruz Ceará, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, C. K. S. de. **Identidade, Cultura e Interesse:** A Territorialidade dos Índios Jenipapo-Kanindé do Ceará. Dissertação (Mestrado em História) - UFC, Fortaleza, 2001.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década.** Estud. av. v. 30, n. 87, São Paulo, May./Aug. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 30 abr. 2020.

VANIN, I. M.; GONÇALVES, T. (org.). **Caderno de textos Gênero e Trabalho**. Salvador: REDOR, 2006.

VERDUM, R. (org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008

PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS JENIPAPO-KANINDÉ NA LUTA PELA TERRA

*Luana Florentino Correia
Juliana Alves
Raquel da Silva Alves
Vera Lúcia de Azevedo Dantas*

INTRODUÇÃO

A Educação Popular valoriza os saberes que vieram antes, respeitando a ancestralidade de um povo e sua cultura, tendo como base o aprendizado por meio do olhar crítico, diálogos e a participação da comunidade, colaborando para uma compreensão política e social dos territórios. Sendo assim, são utilizadas metodologias informais que visam buscar a formação dos sujeitos a partir de vivências de afeto e amorosidade, onde a participação de cada indivíduo é vista como potencial de aprendizados, a partir do conhecimento de seu cotidiano, respeitando o saber científico, mas incluindo todos os saberes (Freire, 1987).

No campo da saúde, a Educação Popular dispõe sobre as condições que promovem a construção compartilhada do conhecimento, priorizando o cuidado e a coletividade como ferramentas essenciais para o bem-estar dos sujeitos, durante o processo de aprendizagem. Dessa forma, há um compromisso com a construção da democracia e os projetos populares. Trata-se da ampliação dos diálogos pedagógicos e de comunicação, para efetivar uma construção intersetorial, com diálogos multiculturais, onde a diversidade étnica, social e cultural são a porta de entrada para possibilidades múltiplas de criação e compreensão desses ideais.

Esse estudo é um aprofundamento do processo vivido no Curso de Especialização, onde pudemos produzir uma Sistematização Coletiva de Experiência com sujeitos do território Jenipapo-Kanindé, na perspectiva de dar continuidade ao estudo agora no âmbito deste artigo, a partir de um olhar mais específico.

Durante o processo pedagógico do Curso passeamos por territórios diversos, com múltiplas culturas, por meio de atividades frequentes que, a cada dia, nos trouxeram uma intimidade maior com lutas, espaços e povos mais específicos. A Feira do Soma Sempre, por exemplo, permitiu que cada indivíduo adentrasse com mais afinco a realidade de territórios do Movimento Sem Terra/ MST, quilombolas e pescadoras do litoral; dos quintais produtivos e culturais das regiões do Ceará e Nordeste; da região do Cariri, onde atuam por meio de programas de formação em saúde, como EdPop SUS e outros; dos quintais onde o Cetra atua no Sertão Central; de Limoeiro, onde o sistema de bioágua foi implantado; dos territórios indígenas com suas etnias diversas; das periferias e comunidades da grande Fortaleza, onde os movimentos sociais desenvolvem projetos de inclusão pela diversidade sexual e étnica — entre outras tantas possibilidades de territórios de resistência, que se reinventam todos os dias na perspectiva de coletividade, dignidade e valorização da própria identidade.

Diante de experiências como essas, surge a vontade de aprofundar a pesquisa no território indígena do Povo Jenipapo-Kanindé, tendo em vista a intimidade pessoal com estes, antes do Curso, bem como já atuar nessa aldeia, por meio de projetos culturais, incentivando a música, o teatro e as manifestações de cultura popular como ferramentas de atuação com a juventude.

A questão do protagonismo das mulheres Jenipapo-Kanindé surgiu no processo de Sistematização Coletiva como um aspecto referenciado pelo coletivo que dela participou. Isso, somado à satisfação de aprender sobre a história da Cacique Pequena, foi determinante na escolha do tema — que também se vincula à experiência na militância dentro dos movimentos feministas.

Este percurso passeia por construções políticas com movimentos de luta de mulheres, que se estendem à cultura e à arte como feminismos internalizados em nossa luta política. Experiências na serra, sertão e litoral constataam a situação de muitas mulheres, inclusive indígenas, confinadas à triste prisão em situações de ciclos viciosos de violência física, moral e psicológica; mulheres que desconhecem seus direitos, a lei, a liberdade; dados assustadores sobre quadros de violência doméstica, feminicídio e

impunidade ao agressor, entre outras questões. Isso corroborou para o desejo de fortalecer a voz destas pessoas, silenciadas e exclusas dos espaços de fala centralizados. Não é somente uma necessidade existencial sistemática: trata-se da responsabilidade de multiplicar os acessos conquistados, bem como construir ações concretas com base no coletivismo e sororidade a que tanto mencionamos em nossos discursos.

Assim, é necessário falar da luta das mulheres que vieram antes, das nossas ancestrais, daquelas que nos antecederam nessa jornada, que lidam com a terra e a tem como um bem maior; que valorizam e dedicam suas ideologias na prática para protegê-la, apostando a própria vida por sua garantia se preciso for, para que haja arquivos dignos que assegurem cada vez mais suas memórias e identidade.

Encontrar acervos e principalmente trabalhos acadêmicos que tratassem da história da luta das mulheres indígenas — sobretudo as mulheres indígenas do Ceará — não é uma tarefa fácil, especialmente sobre feminismos dentro das aldeias e sobre os danos do sistema patriarcal tão presente na maioria delas.

Pouco dos estudos realizados, pelo menos aqueles que tratam da realidade do Povo Jenipapo-Kanindé, acessíveis, ainda estão muito atrelados à história da aldeia com enfoque na Cacique Pequena e no fato desta ser mulher, como o principal marco histórico desse povo. Mas quão revolucionária é a continuidade deste marco, uma vez que as outras mulheres, filhas desta Cacique, dão continuidade a luta? Na prática, essas mulheres têm instaurado um novo modelo de liderança, que reflete diretamente nas conduções de outros Povos, sendo um modelo de sistema matriarcal, onde as mulheres estão à frente das principais tomadas de decisões sobre seu Povo. Como falar de mulheres que, apesar de todos os desafios, assumem a frente de um Povo e se desdobram com sucesso no que diz respeito à credibilidade que esta Aldeia tem, como referência para outros territórios — inclusive de Povos que têm em suas lideranças homens, mas que compreendem o papel das mulheres Jenipapo como sucessivo?

É também considerando esses desafios, sobre a ausência de materiais que nos contem o passado, que surge a necessidade de

construir e recontar essa história sensível, que dê visibilidade às mulheres do Povo Jenipapo-Kanindé — que escrevem, com muito suor e luta, dia a dia, uma nova história sobre a luta indígena do Ceará.

Na Aldeia onde realizamos a atividade de Sistematização, surgiu cada vez mais forte a presença e importância dessas mulheres — e foi de lá que vieram as referências acerca do sistema matriarcal que se instaurou nesse território como forma de resistência.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o protagonismo das mulheres nos processos de luta pela terra do Povo Jenipapo-Kanindé. De modo mais específico, busca refletir sobre a singularidade dos processos participativos de luta pela terra sob a condução de mulheres na etnia Jenipapo-Kanindé — e compreender a relação entre corpo e território traduzida pelas mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada tem como base a Sistematização de Experiências, cujo percurso de construção se deu a partir de cinco passos principais de Sistematização, conforme conceituação do autor Oscar Jara Holliday (2006). Trata-se de uma proposta em cinco tempos, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser utilizado mais como sugestão e inspiração, mesmo que por razões didáticas se apresente um pouco rígido.

O ponto de partida que resulta neste artigo foi a Sistematização Coletiva vivenciada com educandos/as do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz-Ceará, envolvidos em ações com Povo Jenipapo-Kanindé e os sujeitos desse território. Esta Sistematização, por sua vez, teve como âncora a Cartografia Social realizada no território durante o Curso.

A formulação do plano de Sistematização se fez com a construção do projeto e definição dos objetivos e do percurso metodológico.

Para a recuperação do vivido, revisitamos os materiais da Sistematização Coletiva (fanzine, relatórios, fotografias, cordel, sínteses etc.) em diálogo com elementos dos *círculos de cultura*:

Sistematizados por Paulo Freire (1992), os Círculos de Cultura estão fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Para Freire, essa concepção promove a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se, em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação (Brasil, 2016).

Esse diálogo se deu no processo de revisitação dos materiais, quando emergiram palavras geradoras, que foram organizadas em temas. Uma vez definidos os temas e tendo como referência as palavras geradoras, foram produzidas narrativas. As narrativas buscaram trazer a vivência com os temas e os sujeitos da experiência — no caso, as mulheres Jenipapo-Kanindé, em especial a Cacique Pequena.

No processo de Sistematização Coletiva escutamos as histórias de vida de cada sujeito: estas trouxeram o resgate de marcos importantes do passado e presente. Foram rodas de conversas em que toda a história foi recontada pela Cacique Pequena, suas filhas, filhos e outras pessoas da aldeia. Foram realizados círculos de resgate de memórias, com os marcos das principais conquistas e lutas, e Cartografia Social, onde todos/as falaram sobre os marcos na vida de cada um/a e transferiram isso para um mapa, em forma de pinturas e desenhos, registrando os acontecimentos que se deram neste período até ali — e as entrevistas.

Partindo da escuta dessas narrativas, construimos um enredo dinâmico dessas memórias produzindo narrativas individuais, que foram gravadas e posteriormente transcritas. Para

essa produção foi trabalhada a técnica do *ateliê autobiográfico*. “O procedimento do ateliê autobiográfico de projeto inscreve a história de vida em uma dinâmica prospectiva que liga as três dimensões da temporalidade (passado, presente e futuro) e visa fundar um futuro do sujeito e fazer emergir seu projeto pessoal” (Delory Momberger, 2006).

Seguindo os passos de Holliday (2006) em diálogo com os *círculos de cultura*, passamos a problematizar a narrativa com questionamentos e diálogos com outros autores, gerando as reflexões de fundo que se incorporaram à narrativa produzida no *ateliê*. Por fim, dessas reflexões extraímos os aprendizados, pontos de chegada para Holliday (2006) — neste trabalho representados pelas considerações.

3 A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO CEARÁ

*Se não somos
reconhecidos, nossa terra
também não consegue ser
livre, demarcada
(Porto Alegre, 2002).*

Considerar a existência de indígenas no Ceará ainda é um dos grandes desafios para o reconhecimento efetivo das etnias do território cearense, que vão do litoral ao sertão, à serra. É que ainda há uma resistência por parte dos/as próprios/as indígenas, por temerem represálias existentes desde os tempos em que a própria lei os forçava negar sua identidade com o apoio de influências do período colonialista, onde o interesse das classes no poder era dar fim aos donos e donas da terra, para então se apossarem dos seus valores (Porto Alegre, 2002).

Por um longo período houve um desaparecimento étnico, onde constava nos registros oficiais e antropológicos do estado a não existência desses Povos. Por pelo menos cem anos o Povo Indígena cearense permaneceu no anonimato, onde durante o Império foram dados por extintos pelo governo da província. Nesse período, o Serviço de Proteção ao Índio ignorou o fato — e a Fundação Nacional do Índio/FUNAI só tomou conhecimento da

existência indígena no estado no período de 1985/86, em virtude da ação dos Tapeba, que procuraram o órgão indigenista para tratar de regularizar suas terras, influenciando outras etnias a também contestarem seus direitos (Porto Alegre, 2002).

As etnias Tremembé, Tapeba e Pitaguary e os/as Jenipapo-Kanindé foram as primeiras a passar pelo longo processo de reconhecimento. Entre 1985 e 1999, a FUNAI identificava e delimitava áreas indígenas habitadas por esses grupos, que mantinham suas tradições e cultura. Mais tarde, o Povo Kanindé, Potiguara, Tabajaras, Kalabaça (Porto Alegre, 2002), e mais recentemente o povo Anacé, também passaram a participar desse processo.

Muito se caminhou para que outras etnias conquistassem basicamente a delimitação de suas terras, já que por muito tempo não havia sequer representações de órgãos de apoio indígenas mais presentes nas aldeias, para vivenciar e compreender os anseios desse povo (Porto Alegre, 2002).

Depois veio o segundo momento, quando os grupos se organizaram para enfrentar a contradição da demarcação de terras indígenas, sensibilizar a população para seus problemas e obter reconhecimento oficial, apropriando-se de características próprias de sua cultura para enfatizar a identidade nos manifestos e dirigir-se às autoridades e à sociedade nacional com signos de alteridade da cultura indígena. Isto se deu, a princípio, por meio de manifestações e Assembleias Indígenas — e posteriormente novas bases de interlocução foram sendo criadas, como a implementação de formação de professores/as indígenas, a criação de escolas diferenciadas e a implantação de programas que beneficiassem a saúde indígena.

Dentro dos princípios constitucionais, os direitos dos/as indígenas sobre suas terras independem de demarcações e devem ser assegurados pelos poderes da República, para proteger ambientalmente as terras indígenas e seu contorno, mantendo as condições ecológicas necessárias à sobrevivência física e cultural dessas populações. No entanto a legitimidade legal é necessária para garantir o reconhecimento destes Povos.

Segundo Porto Alegre (2002), o Povo Jenipapo-Kanindé é

umas das 14 etnias indígenas do estado do Ceará e está localizado em Aquiraz. Descendem do povo indígena Payaku, que até o século XVIII habitava os rios Açu, Apodi, Jaguaribe, Banabuiú e Choró. Assim como outros Povos não-Tupi, ficaram conhecidos por “Tapuias do Nordeste”. Fontes históricas registram no estado os primeiros contatos dos portugueses com esses Povos entre 1603 e 1608. Resistentes à colonização, sofreram violências, foram escravizados e perderam suas terras — mesmo rebelando-se no decorrer da chamada Guerra dos Bárbaros, entre 1680 e 1730.

Ainda segundo a autora, os Payacu foram aldeados por missionários jesuítas do Rio Choró, em 1707, em Aquiraz. Em 1764 sua Aldeia passou a chamar-se Monte-Mor-o-Velo, permanecendo até 1890.

Também conhecidos como “os cabeludos da encantada” devido à identidade estética dos cabelos e à referência à Lagoa da Encantada, que é o lugar sagrado de seu Povo, mais tarde vieram a se chamar Povo Indígena Jenipapo-Kanindé, devido à descendência dos Payaku que viviam na mesma região.

Porto Alegre (2002) referencia o ano de 1997 como marco do início dos processos de demarcação da terra indígena Jenipapo-Kanindé, que até então permanece em processo. Hoje os/as Jenipapo habitam a Aldeia, onde possuem títulos individuais dos terrenos onde vivem, tendo a terra como compartilhamento coletivo.

4 A MULHER INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ

Com cerca de 436 indígenas aldeados/as, o Povo Indígena Jenipapo- Kanindé é liderado desde 1995 por Maria de Lourdes da Conceição Alves, a Cacique Pequena, primeira mulher a assumir um cacicado na América Latina. De lá para cá, muitas lutas foram travadas, tendo como objetivo principal o direito à terra. Mas o maior de todos os desafios se tratava de ser uma mulher liderando um Povo onde a cultura machista ainda predomina. Esta Cacique tratou de preparar suas duas filhas desde muito cedo para sucederem-na no cacicado: Juliana Alves “Cacika Irê” e Maria

da Conceição Alves “Cacique Jurema”, que ainda crianças já se integravam nos movimentos de luta indígena, *seguindo os passos da Mestra Cacique Pequena*, como se referem à mãe.

Essa reflexão é reafirmada por Mendonça e Schillaci (2019): “os povos indígenas não estiveram isentos dos efeitos nefastos da colonização. Isso tem reflexo na ausência de muitas personagens femininas na história dos povos indígenas, na qual o destaque continua sendo dado aos homens”.

O Relatório da Sistematização Coletiva (2019) refere que, durante esse processo, muitas transformações ocorreram, mas o principal marco dessa trajetória é o protagonismo das mulheres indígenas Jenipapo-Kanindé, que estão à frente dos movimentos sociais de educação, saúde e cultura da Aldeia.

Ressaltamos a busca por compreender como o homem, que tomou para si a definição referencial de *ser humano*, relega à mulher uma posição secundária, sobretudo no território em questão, ainda tão preso as tradições culturais de gênero. Qual seria o caminho ideal para essa desconstrução?

Simone de Beauvoir (1975) diz que é preciso fazer um balanço dessa pesada herança do passado sobre a condição de ser mulher, sendo que, somente por meio dessa consciência, a mulher torna-se capaz de forjar um outro futuro, uma outra sociedade, em que o ganha-pão, a segurança econômica, o prestígio ou desprestígio social nada tenham a ver com o comércio sexual, sendo uma proposta libertadora não só para a mulher, como para o homem:

A mulher sustentada — esposa ou cortesã — não se liberta do homem por ter na mão uma cédula de voto; se os costumes lhe impõem menos obrigações do que outrora, as licenças negativas não lhe modificaram profundamente a situação; ela continua adstrita à sua condição de vassala. Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino (Beauvoir, 1975).

Sobre isso, o Relatório de Sistematização reafirma a compreensão sobre a importância do espaço de luta da mulher na sociedade, dos direitos de gênero e do empoderamento feminino, para garantir que mais mulheres indígenas conquistem políticas públicas, avanços no território e uma relação mais equânime com os movimentos sociais e políticos, visando a apropriação dos espaços de direito da mulher indígena na sociedade.

A MULHER INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ E O SEU ESPAÇO DE LUTA

Quando nos propusemos a pesquisar sobre esse tema, questionamos: como se dão as articulações que reivindicam direito territorial, saúde, educação escolar diferenciada e autonomia sobre os recursos naturais, sob decisões femininas?

Deparamo-nos com o feminismo prático aplicado por elas, mas nem sempre de forma consciente, uma vez que discursos sobre o tema ainda estão sendo incorporados às práticas e reuniões. Nesse caso, problematizamos: como buscar essa compreensão junto a essas mulheres de que a luta que empreendem por equidade está associada ao feminismo? Como entender soberania alimentar, por exemplo, também como um ato de independência? Pensar a importância histórica dessas mulheres e querer entender sobre a consciência que estão construindo disso foram questões necessárias a essa busca.

Consideramos fundamental destacar a Cacique Pequena no decorrer desse estudo, uma vez que antes mesmo de entender o conceito do feminismo, ela já o praticava — talvez como única condição para ser possível seus avanços. Como ela conta em seus relatos durante a Sistematização Coletiva: “ou arregaçava as mangas ou eles passavam por cima de mim”.

Há um direcionamento neste cenário para buscar compreender o empoderamento feminino como ferramenta essencial na luta por equidade de gênero. Lisboa (2008) ressalta que

O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. [...]

Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência. Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. [...] O primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero [...] (Lisboa, 2008, p. 2-3).

Um fato destacado na Sistematização Coletiva refere-se à ida da Cacique Pequena a Brasília pela primeira vez. Segundo ela, houve discriminação pelo fato de uma mulher estar numa liderança indígena:

Os homens do Sul ficaram surpresos e estranharam a presença de uma Cacique numa sala só de líderes homens, já que, para eles, mulher só servia para trabalhos domésticos e o papel da maternidade. Mesmo assim, fui pra cima, conversando com o presidente da Funai, e solicitando que o mesmo enviasse seu povo à nossa Aldeia, para que fosse feito o estudo da Mãe Terra e o de nosso Povo. Mas só dois anos depois se concretizou a visita, onde a Funai comprova a então “existência” do nosso povo, como indígenas (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

E ela vai concluindo seu relato:

De onde foi que vocês nasceram, num foi de uma muié, não? Ou foi de um homem? Aí eles ficaram tudo calado, porque sabem que a mulher é a mãe de toda a terra (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

O Relatório de Sistematização (2019) também evidencia os desafios que surgiram no início da trajetória da Cacique Pequena, destacando o fator talvez mais desafiador de todos: o gênero. Segundo relatos dela própria, não foi fácil adentrar os espaços de poder: ela ressalta que o poder era dos homens, inclusive dentro de casa.

A cultura machista ainda é muito predominante nas aldeias indígenas de um modo geral. O Relatório de Sistematização

evidencia isso nas falas dos homens, de como lidam com a autonomia das mulheres que se dedicam aos movimentos de luta indígena e se ausentam do ambiente domiciliar, visto a necessidade de viajar para reuniões, convenções e eventos, para tratar de assuntos de coletividade.

Apesar disso, em relação ao Povo Jenipapo-Kanindé, já existe uma melhor compreensão nesse sentido, já que as mulheres que assumem lideranças o fazem por espontânea vontade e decisão, partindo do ideal de liberdade, do direito de exercer tarefas que lhes convêm, quer queiram os homens da aldeia, quer não.

O relato de mulheres mais antigas durante a Sistematização revela que, no começo, não era comum essa independência. O sistema patriarcal era muito mais presente e não restavam muitas opções às mulheres, além dos serviços domésticos e afazeres da intimidade domiciliar.

Saffioti (2004) dialoga com essa percepção e aponta para a necessidade de utilizarmos a categoria de gênero associada ao conceito de patriarcado, pois é ele quem revelará as relações de dominação-submissão e o modo como elas se estabeleceram. A partir desta compreensão, é possível visualizar de forma mais nítida como o Direito se estabelece como um sistema patriarcal — e, portanto, legitimador da submissão feminina.

Do Relatório de Sistematização também vem a reflexão sobre o cotidiano da Aldeia:

Apesar da Cacique Pequena ser uma mulher e referência, estando à frente, conduzindo essas mulheres, os maridos achavam desconfortável e muitas vezes não aceitavam essa liberdade, onde mulheres tinham poder de fala junto aos homens e assumiam tarefas importantes. Era negativo para eles, uma vez que, na ausência das mulheres, os homens tinham que assumir o cuidado da casa e dos filhos (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Desse relato denota-se o quão frágil é o masculino, numa perspectiva de necessidade de autoafirmação de gênero, quando o fato de assumir tarefas “tidas como afazeres de mulheres” provoca descontentamento da figura de poderio do homem.

Um fator diferencial que colaborou para a transformação do cenário de submissão das mulheres no território Jenipapo-Kanindé foi a decisão de uma mulher assumir o cacicado e a possibilidade de reflexão sobre o papel social do homem e da mulher nas ações cotidianas desse Povo, nos processos de tomada de decisões — e como passaram a compreender o seu papel de liderança nesse território.

Retomando o Relatório de Sistematização (2019):

Foi preciso muita luta por parte das mulheres, já que antes o homem provia a família, tomava decisões, portanto, ditava as regras. Ter mulheres conduzindo a luta trouxe o engajamento das mulheres desde cedo nas atividades que variam do plantio à colheita e à venda dos produtos. A casa de farinha é um dos pontos importantes onde as mulheres deixam de estar naquele espaço somente descascando a macaxeira, enquanto os homens fazem o resto. Neste caso, as próprias mulheres têm suas roças e produzem de variadas maneiras o seu lucro, gerando, além do sustento, uma renda própria, criando autonomia econômica e profissional por meio da produção independente (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

A identidade étnica feminina fez surgir organizações de mulheres em suas comunidades, estendendo-se ao âmbito nacional e internacional. O pensamento feminista promoveu reflexões às indígenas, fazendo-as questionarem os lugares que ocupam na família e em suas comunidades.

Silva (2017, p. 4), ao referir-se aos estudos feministas sobre o matriarcado cujo foco principal são as populações indígenas, afirma que estes

[...] idealizaram uma feminilidade “original”, que existia em um período histórico comum a todas as sociedades. Essa abordagem desviou a atenção das feministas dos problemas reais que afetam as mulheres nas suas sociedades. Problemas que foram construídos ao longo de vários séculos e que precisavam ser debatidos e desconstruídos (Silva, 2017, p. 4).

Lasmar (1999), ao trazer as representações das mulheres indígenas na Amazônia, reafirma a necessidade de garantir a visibilidade às mulheres indígenas como uma forma de evitar os estereótipos a elas atribuídos. Para essa autora, a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos Povos Indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero.

Fazendo uma análise dessas transformações, ainda relativa à experiência da Sistematização, foi possível identificar a atuação da mulher na vida privada refletindo-se na atuação pública — e vice-versa. A reflexão que fazemos é que as decisões na comunidade geram um respaldo no espaço doméstico, tendo as reivindicações externas alcançado *a priori* o lar. Assim, as mulheres são responsáveis pelas grandes articulações e movimentos na Aldeia: lutas que fortalecidas por seus esforços, concretizam ações e fortalecem a figura feminina na Aldeia como referencial de liderança.

A Festa do Marco Vivo é um momento de reflexão, espiritualidade e que reafirma a luta do Povo Jenipapo-Kanindé, da Terra Indígena/TI Lagoa Encantada pela demarcação de suas terras e a garantia dos seus direitos. Segundo Freitas (2014), o ritual do Marco Vivo comemora a luta e a conquista da demarcação da TI Lagoa da Encantada que, mesmo estando, atualmente, identificada e delimitada como terra indígena, ainda não está homologada.

O Relatório de Sistematização (2019) nos ajuda a identificar diferenciais de quando Maria de Lourdes assume o cacicado. Falas da própria Cacique neste Relatório evidenciam muitos conflitos ocorridos dentro da Aldeia, mas em suas palavras:

Não tem nem comparação quando as muié assume a frente das coisa aqui; é pacífica, são amorosa, cuidadosa, respeitam uzôto. No mêi duma confusão, é nôis que acalma os ânimo e bota o povo pra pensar, pra refletir suas atitudes (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

O Relatório referencia ainda a criação da Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé/AMIJK e o contexto no qual isso ocorre:

Em 2002 foi criada a Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindê/AMIJK, tendo a Cacique Pequena à frente. O ambiente político na Lagoa da Encantada naquele momento era de conflito, tendo as lideranças sido avisadas de ilegalidades na prestação de contas. A Cacique Pequena, inconformada com as irregularidades, denunciou a situação A toda comunidade e convocou o povo para uma reunião decisiva na qual ele pudesse se explicar. Mesmo se tratando de um familiar sugeriu, que o povo votasse pela sua expulsão das terras indígenas (Livro de Atas da AMIJK, 2002).

Os registros da Sistematização Coletiva evidenciam o embate das lideranças e a divisão de opiniões. Porém, em torno do ocorrido fixaram-se as consequências para o Povo, como o impedimento na desenvoltura de projetos sociais, por conta da ilegalidade resultante desse conflito.

Desses relatos é possível evidenciar a capacidade conciliadora e o senso de fortalecimento coletivo da Cacique Pequena na tomada de decisões — e sua força feminina

[...] que propõe a criação de uma nova associação, já que a anterior estava com problemas e define que essa Associação seria conduzida somente por mulheres, constando inclusive no estatuto que nenhum homem poderia compor a diretoria. “O estatuto que já vinha sendo estudado por uma comissão foi aprovado por unanimidade” (Ata de Fundação da Amijk - Livro de Atas da AMIJK, 2002).

Aos nossos questionamentos sobre o porquê dessa definição em relação à Associação, a Cacique Pequena esclarece que muitos problemas na organização da luta estavam no fato de que os homens acabam buscando meios de resolução por vias da “ignorância” e brutalidade — e reforça que as mulheres conseguem ser firmes, mas com mansidão, alcançando uma escuta e acolhimento maior por parte da Aldeia.

Ao nosso ver, a experiência vivida com a criação da AMIJK é decisiva para reforçar a necessidade da presença das mulheres indígenas à frente das decisões de poder — inclusive para reconhecerem, em sua trajetória de luta, seu potencial e a consciência da capacidade de transformação de suas vidas

enquanto mulheres que se sobrepõem a quaisquer normas de um padrão determinante sobre o seu lugar de fala, portanto, de decisões.

Durante o processo de Sistematização Coletiva, curiosamente a maioria das mulheres da Aldeia afirma que o homem não decide por elas: *“quem sabe o que eu quero sou eu; aqui eu trabalho, faço tudo — por que que eu num decido o que quero?”* Por outro lado, algumas dessas mesmas mulheres não compreendem realmente o sentido emancipatório do feminismo. Essas falas nos fizeram questionar: como compreender a disparidade sobre a consciência aliada a estas ações?

Ainda no percurso da Sistematização, relatos evidenciam que a Cacique Pequena tem buscado repassar às mulheres do seu Povo aspectos de virtudes fundamentais para que as mais jovens compreendam certas posturas necessárias em determinados espaços:

Aqui só não aprende se não quiser, por que eu ensino tudo; desde novinha, elas tudo já me acompanham nas reunião, nos evento. Eu digo bem direitinho como é que faz, porque tem que ter é coragem e ser guerreira, pra aguentar. Tem hora que você só quer sossego, mas da gente saber que ganhamo melhorias pro nosso Povo, não tem dinheiro que pague. Aí eu vou e elas fica, porque a luta não acaba é nunca (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Ao mesmo tempo, relatos das Cacicques jovens, filhas da Cacique Pequena e que compartilham com ela o cacicado, referenciam a figura de Pequena, suas palavras e atitudes como principais fontes de aprendizado para esse partilhar. Uma delas diz:

[...] mesmo sem orientações para começar a liderar um Povo, me reinventei e busquei aprender a lidar com esses desafios, superando as expectativas de uma comunidade tão sofrida. Busquei auxílio na espiritualidade e na ancestralidade. Foi preciso muita garra, porque no começo era tudo mais difícil; nem se compara com hoje (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Trazemos ainda um trecho no qual a Cacique Pequena diz que, logo que assumiu a liderança, conseguiu ir à Brasília, onde um governante ofertou à Aldeia a construção de uma igreja ou escola. Esta escolheu a escola:

Foi a prêmeira coisa que eu pensei: uma escola. Eu tinha muita vontade de ter uma escola, porque o saber é tudo. Tem duas coisas iguais, que é o machado e a caneta: tanto destrói como transforma. Eu num queria meu Povo sem o saber, não, que era pra módi saber o que 'tão fazendo, saber o que querem. E igreja depois a gente construiu, mas a escola era o meu sonho maior: aí eu escolhi a escola (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Refletimos aqui sobre a sensibilidade com que essa figura feminina valoriza a educação, pensando no futuro de seu Povo, como uma mãe que prepara os filhos e filhas para a vida, como líder que enxerga a educação como um bem maior para a Aldeia, como uma forma de conquistar a emancipação de seu Povo. Por meio da articulação e organização dos/as parentes e unindo forças com outras etnias do estado, conseguiram formações para indígenas da própria Aldeia, que passaram a atuar como professores e professoras de seu Povo, aplicando um ensino diferenciado, que parte de práticas identitárias e rituais, para além dos moldes tradicionais.

Mais tarde, Pequena e seu Povo conquistaram o saneamento básico, a construção de caixas d'água, energia, o posto de saúde, a coleta de lixo, nova estrutura para a Escola Diferenciada e o reconhecimento do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé; indicadores positivos nunca antes imaginados considerando as dificuldades e afastamento desse território das propostas governamentais.

Essas conquistas foram essenciais na promoção da saúde do Povo Indígena Jenipapo-Kanindé, reduzindo riscos, facilitando a acessibilidade da população ao uso de tecnologias, à saúde e educação — e fortalecendo a cultura desse Povo.

Outro aspecto importante relativo à atuação da Cacique Pequena como liderança diz respeito à valoração e apoio à organização dos festejos tradicionais como o Marco Vivo e a Festa

Tradicional do Mocororó, em alusão à colheita do caju. Estes memoram marcos culturais e políticos determinantes para a celebração do que foi conquistado e dos objetivos à frente.

Embora os/as indígenas tenham a Cacique Pequena à frente como liderança de seu Povo, todas essas conquistas são frutos da luta coletiva — inclusive junto a outras etnias —, mas com participação ativa do empoderamento das mulheres Jenipapo-Kanindé. Este caminhar aponta ainda para a persistência da luta pela delimitação das terras, que tramita no Judiciário na busca pela demarcação.

Outra questão que se pode identificar a partir do Relatório de Sistematização diz respeito à discriminação de gênero e violências diversas. Essa não é uma questão apenas das comunidades indígenas — e nem é uma questão recente.

As lutas de gênero, que tiveram origem em movimentos sociais durante a revolução industrial francesa, foram marcos do início das manifestações em busca de reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres — e demonstraram, para a sociedade, depois de muitos anos de regime patriarcal, que as mulheres poderiam e deveriam lutar por, no mínimo, direitos iguais. Essas lutas se perpetuam até a contemporaneidade, pois sabemos que todos os dias mulheres são mortas, humilhadas, ameaçadas, fragilizadas por homens e pelo Estado, simplesmente por lutarem por direitos iguais:

Diante dessa histórica problemática, surge o termo feminismo, que é a denominação que recebeu o movimento social que tomou a iniciativa de lutar pelo Direito das mulheres e combater a violência. Trouxe para o espaço público o que era vivido pelo sexo feminino no âmbito privado, como “parte de um destino natural” (Cortes *et al.*, 2015).

Nos relatos da Sistematização, a Cacique Pequena e suas filhas trazem elementos importantes sobre essa questão, afirmando que para lutar por direitos, tem que ter sabedoria: saber a hora de se posicionar e ser firme, dura quando for preciso. Dizem ainda que é preciso também ser mansa e agir com o espírito, com a

alma. Uma delas acentua que, com apenas 12 anos de idade, esses ensinamentos a levaram a tomar gosto pela luta e acompanhar a mãe:

Mãe, de onde vem tanta força pra senhora lutar? “O que me levou a lutar por vocês tudo do jeito que eu lutei e continuo lutando, por vocês todos Jenipapo-Kanindê, foi o meu sofrimento (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

O Relatório de Sistematização (2019) traz vários relatos da Cacique Pequena lembrando de como foi construindo sua história e as superações das situações. Paro e Ventura (2020) nos lembram que todo processo pedagógico deve transcender o caráter instrumental de saber ler e escrever e buscar a transformação das relações de opressão, baseada na ação dos/as oprimidos/as. Desse modo, a Cacique Pequena, em sua experiência, combina o trabalho doméstico, na roça, e ainda dedica tempo às articulações da sua comunidade — enfrentando quilômetros de distância da aldeia ao município de Aquiraz, para tratar de reuniões, ofícios e logísticas de documentos, em prol de melhorias para o seu Povo.

Em um desses relatos, lembra que, na época, sem leitura e sem condições básicas, instigava a filha Juliana a acompanhá-la nas reuniões, uma vez que esta era alfabetizada, para que transcrevesse as falas e posteriormente pudesse levar o registro para as reuniões internas na Aldeia. Aqui parecia-nos que a Cacique, frente a uma situação que para ela se constituía um limite — e que Freire (1992) denominou de situação-limite —, buscando na potencialidade de uma companheira de luta, a filha, construía o que Freire (2000) denominou de *inédito viável*. A solução do problema foi possível ali na construção coletiva de possibilidades.

As influências, para as novas lideranças, segundo os relatos da Sistematização, também se fizeram a partir de lideranças indígenas de outros Povos, como a Iranilde Tapeba, Mocinha Tapeba, Madalena Pitaguary, Raimundinha Tremembé — e outras tantas mulheres que desde o início da luta estiveram junto à cacique Pequena.

O Relatório reafirma:

Nós somos guerreiras. Tem momento que tem que partir pra cima, mas tem momento que a gente precisa recuar e só observar. Com violência e ignorância ninguém conquista nada. A luta em alguns momentos precisa ter visibilidade, mas às vezes temos que esconder a nossa forma de se organizar, porque uma boa guerreira não mostra suas fórmulas pra poder guerrear, porque se não o homem branco aprende e não vai ter mais como a gente driblar o homem branco (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Outra questão importante que surge no processo de Sistematização Coletiva e que representa uma singularidade da dimensão cultural desse e de outros Povos Originários diz respeito ao modo como compreendem e se relacionam com a natureza.

Nos produtos da Sistematização Coletiva é notório como se referem aos elementos da natureza. A terra referenciada como “Mãe Terra” é tratada como geradora de toda força, aquela que dá o sustento, que mata a fome, que dá a sombra e a força de que precisam para seguir a caminhada.

Quando falamos de território, geralmente estamos nos referindo ao espaço geográfico. Diferentemente, a visão das mulheres indígenas ressalta quase sempre a ligação de seus corpos com o território, uma vez que, segundo elas, um corpo sem território não tem acesso à dignidade, ao direito à vida:

É como relacionar seu próprio corpo à sua morada, que se dá pela propriedade do pertencimento, é sobre se sentir pertencente a um lugar, que é mais que um espaço, como sendo a sua origem primeira, de toda a história que dignifica e que dá sentido à sua existência; como o bem maior, que é a razão da luta pela terra (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Marimon (2018) desvela essa essência indígena como uma cosmologia natural na forma própria de ser, de se relacionar com a natureza, de pensar coletivamente e contra-hegemonicamente:

Do distanciamento das nossas vivências, em nossa conversa, foi possível sentir na pele aquilo que parece descolado da realidade da sociedade em geral. O corpo é a terra, a terra é o corpo, a água, as matas, os bichos, são parte daquilo que se é, um não vive sem o outro. A relação com a terra é a da própria existência, resistir na terra é resistir no próprio corpo. É a terra que guarda a morada de todos os espíritos ancestrais, de todo o ensinamento repassado de geração em geração, através da oralidade, cantando e contando histórias e lendas, que trazem um conhecimento tão antigo quanto esta mesma terra (Marimon, 2018).

Quando se trata da “Mãe Terra” e “Mãe Lagoa”, como é reverenciado o patrimônio natural pela Cacique Pequena e pelo Povo Jenipapo-Kanindé, é notória a importância do território Lagoa Encantada na história desse Povo: como eles o compreendem com as lendas contadas pelos *trancos velhos*²³, que vão desde a origem ancestral da etnia à espiritualidade, respeitando sempre a figura dos *encantados* — “pessoas que partem desse plano para outro” —, bem como as entidades relacionadas aos elementos Terra, Fogo, Ar e Água e as histórias onde seus/suas parentes são os sujeitos.

Todos esses aspectos compõem o retrato histórico da tribo. Em suas palavras:

Eu derdi criança entendia a terra como a majestade do universo, como uma mãe que dá à luz a seus fí e para ele tudo provém, porque a terra é parte do nosso corpo, da nossa alma. É da terra que sai nossa essência, de nossa identidade (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

Os Povos Originários, ao contrário da visão ocidentalizada, cartesiana, que fragmenta o ser humano, trazem um olhar, uma cosmovisão de integração do Ser que une corpo, mente, espírito, cultura e a própria natureza. Desse modo, trazem as histórias, o Toré, as cantigas, o artesanato como estratégias de luta e resistência.

Nessa perspectiva, há cerca de dez anos a Cacique Pequena começou a improvisar letras e melodias que retratam a história de seu Povo e o lugar de onde se originam suas raízes. Tendo a

²³ *Trancos velhos* é como o Povo Indígena se refere a seus mais velhos e mais velhas que, pnehes de sabedoria, repassam seus conhecimentos aos/às mais jovens.

natureza como inspiração, sempre saía para a mata pra observar os bichos, as árvores e os sons, de onde afirma receber inspiração para compor suas primeiras canções — para mais tarde, em 2013, com o apoio da Secretaria da Cultura do Ceará/SECULT, gravar o CD “Beleza da Vida”, finalizado em 2016 (Relatório de Sistematização Coletiva/Fiocruz-CE, 2019).

A letra de uma dessas canções que transcrevemos a seguir evidencia um pouco de como em sua vivência integra todas essas dimensões. A partir dela é possível perceber que a Terra é considerada como tesouro de sua existência, de onde se origina o “tudo” que é o essencial para a sobrevivência. É nela que se constrói a convivência e os objetivos pelos quais se travam as lutas. É a partir dela que se dá a reverência à figura da mulher, de onde nascem todas as vidas do universo. A Lagoa também é reverenciada como fonte da água que gera vida e encantamento a um Povo que dela precisa — e, portanto, deve respeitá-la e zelar por sua existência:

Não podemos aceitar
Esse tipo destruidor
Que veio pra destruir
O nosso grande tesouro
O nosso grande tesouro
É nossa santa mãe terra
É dela que nós convive
É dela que nós precisa
É dela que nós precisa
Sem ela não samo nada
Samo que nem uns peixinhos Nadando fora da água
(PEQUENA, Cacique *in* CD *Beleza da Vida*,
Fortaleza, 2013/2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de trabalhar com a Sistematização de Experiências ofertada

pelo Curso de Especialização possibilitou socializar essa proposta com sujeitos no território indígena Jenipapo-Kanindé, que puderam construir suas narrativas e reflexões cerca das lutas travadas por esse Povo e, ao mesmo tempo, ampliar o nosso conhecimento sobre essas lutas no estado.

Ancorada nas reflexões produzidas nesse estudo, evidenciamos o quanto a pauta do feminismo é ainda pouco discutida e entendida em teoria, mas que se faz presente a seu modo na Aldeia dos Jenipapo-Kanindé. No entanto, é possível perceber que algumas posturas que conservam o lugar de fala e decisão da mulher já vinham sendo acessadas. A orientação e motivação para essas posturas, pelo que pudemos aprender, não se faz sob uma perspectiva política, e sim cultural.

A Cacique Pequena desconfigura uma construção histórica ainda praticada

nas aldeias — e antes mesmo de entender o conceito do feminismo, já o praticava, talvez como única condição para ser possível seus avanços.

Há um direcionamento neste cenário para buscar compreender o feminismo como ferramenta essencial na luta por equidade de gênero. O estudo revela o quanto desafiador foi para a Cacique adentrar espaços de poder histórica e culturalmente ocupados pelos homens — inclusive o espaço privado — e que foi necessária a superação de vários desafios, inclusive o da violência doméstica.

A cultura machista ainda é muito predominante nas aldeias indígenas, mas

foi possível identificar a atuação da mulher na vida privada refletindo-se na atuação pública — e o contrário também. Assim as mulheres são responsáveis pelas grandes articulações

e movimentos na Aldeia, em lutas que, fortalecidas por seus esforços, concretizam ações. Parece que foi criada outra cultura na qual o homem passa a entender a figura feminina dentro da Aldeia como referencial de liderança. Foi possível também apreender desse estudo os diferenciais de se ter uma mulher à frente da luta indígena, de como se trabalham os conflitos, trazendo valores como amorosidade, o cuidado, o respeito e capacidade de acalmar os ânimos e produzir reflexão.

O trabalho de preparação das novas lideranças também emerge como um dos aprendizados, nos quais são trabalhados aspectos de virtudes e posturas consideradas fundamentais, tais como a coragem, a persistência e a necessidade de se ancorar na espiritualidade e na ancestralidade.

É necessário sublinhar a criação da AMIJK como ação decisiva para reforçar a presença das mulheres indígenas à frente das decisões de poder, para reconhecimento de sua trajetória de luta e a consciência de sua capacidade de transformar suas vidas enquanto mulheres que constroem o seu lugar de fala e de decisões.

Outro aspecto essencial desse estudo são as conquistas do Povo Jenipapo-Kanindé, que são vistas pela Cacique e seu Povo como frutos da luta coletiva — inclusive junto a outras etnias, mas contando com a participação ativa das mulheres.

Também foi possível identificar, a partir da referência da Cacique, uma cosmovisão do Ser — unindo o corpo, a mente, o espírito, a cultura e a própria natureza. Nessa perspectiva, tudo o que diz respeito à cultura — como o Toré, os rituais, as cantigas, a contação de histórias — se constitui em estratégias de luta e resistência. Nesse sentido é importante lembrar e referendar especialmente as nossas ancestrais, protetoras da grande Mãe Terra e da sua historicidade e cultura.

Por fim, esse estudo aponta para a necessidade de todas as culturas, inclusive a indígena, entenderem o feminismo como fator positivo, no qual a liberdade e o direito das mulheres se somam aos objetivos dos homens, na busca por melhorias coletivas.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. S. **Ceará: Terra da Luz, Terra dos índios.** História, presença, perspectivas. Fortaleza, FUNAI; IPHAN, 2002.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo – Experiência Viva.** São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1975.

BRASIL. **Ideias e Dicas para o Desenvolvimento de Processos Participativos em Saúde.** Brasília, DF, 2016.

CORTES, J. *et al.* A educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional. **XVII Seminário Internacional de Educação no Mercosul.** Cruz Alta, junho de 2015.

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. **Relatório de Sistematização Coletiva.** Eusébio: Fiocruz Ceará, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido [antologia]. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências.** Tradução de: Maria Viviane V. Resende. 2ª Ed. Revista. Brasília: MMA, 2006.

LASMAR, C. Mulheres Indígenas: Representações. **Periódicos UFSC.** Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989>. Acesso em: 1 jan. 2020.

LISBOA, T. K. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. IN: Seminário Internacional Fazendo Gênero: corpo, violência e poder, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LIVRO DE ATAS AMIJK. Lagoa da Encantada, 2002, p. 4.

MARIMON. M. A terra é o corpo, a memória e a luta dos povos indígenas. Disponível em: <https://www.cidadaocultura.com.br/a-terra-e-o-corpo-a-memoria-eluta-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MENDONÇA, C. L; SCHILLACI, M. (Coord.). **Mulheres indígenas da tradição**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livromulheres-indigenas-tradicao.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2020.

PARO, C. A.; VENTURA, M.; SILVA, N. E. K. Paulo Freire e o Inédito Viável: Esperança, Utopia e Transformação na Saúde. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e0022757, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100400&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.131.

SILVA, M. P. da; URBANO, E. R. **Indígenas no Ensino Superior, Mobilizações Políticas e Interculturalidade**: a experiência de Elisa Pankararu-PE. Recife, 2018.

SILVA, A. C. S. Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas. **Anais...** III Encontro de Discentes de História da UNIFAP, UNIFAP, 2017.

A RESISTÊNCIA NOS SONHOS: GRUPO DE MULHERES MÃOS QUE CRIAM

*Iristhélia Carvalho Ferreira
Margarida de Souza Oliveira
Raimunda Nonata Sousa da Rocha
Maria Ivanilde Fidelis Damasceno Rabêlo
Sandra Maria Gadelha de Carvalho*

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou analisar como se deu a constituição do Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam*, como estratégia de organização das mulheres e fortalecimento das relações políticas e sociais no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi.

O presente Acampamento fica situado às margens do Perímetro Irrigado do Projeto Jaguaribe Apodi, a 22 km de Limoeiro do Norte. Quando sua ocupação ocorreu no dia 5 de maio de 2014, cerca de mil famílias se encontraram e fincaram uma bandeira vermelha, representando o sonho de muitos/as na luta pela conquista da terra.

O MST teve, em janeiro de 1984, sua consolidação como Movimento de luta pela terra, ao aprovar em seu I Encontro Nacional suas linhas políticas, normas gerais e objetivos. Com base em seus documentos aprovados, a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social não poderiam ficar restritas apenas a uma região, mas era necessário expandi-la para as demais regiões — e assim a luta pela terra chega ao Nordeste.

No Ceará, seu berço de organização se deu no dia 25 de maio de 1989, quando mais de 400 famílias ocuparam a Fazenda Reunidas São Joaquim, que ficava nos municípios de Quixeramobim, Madalena e Boa Viagem — hoje o então Projeto de Assentamento 25 de Maio, localizado no coração do Sertão Central do estado do Ceará.

A Chapada do Apodi²⁴ é marco de muitas lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, destacando-se o ato político que, em março de 2007, levou mais de 400 mulheres a subir a Chapada do Apodi e ocupar a rodovia que dá acesso às muitas empresas de produção de fruticultura que atuam na região. Inspirados pelas festividades dos 25 anos do MST no estado do Ceará e pela organização do povo, mais um latifúndio²⁵ é ocupado: o perímetro irrigado Jaguaribe/Apodi em Limoeiro do Norte, coração do agronegócio.

A caminhada concreta de construção e organização do Acampamento Zé Maria do Tomé se iniciou no dia 5 de maio de 2014, com o romper das cercas e montagem das barracas, impulsionando a luta pela terra no Vale do Jaguaribe. Sua construção se materializou nesta data, mas seu histórico na região se deu bem antes, com atividades e com vozes que foram silenciadas como a de José Maria Filho, ambientalista residente na comunidade do Tomé — e, por isso, conhecido como Zé Maria do Tomé.

Este foi assassinado em 21 de abril de 2010, devido às denúncias que fez sobre as consequências da pulverização aérea de agrotóxicos — e, ainda, sobre a irregularidade no uso da terra por algumas empresas do agronegócio atuantes no Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi (Vieira, 2019; Mendes; Carvalho; Freitas, 2015). Sua voz ecoa na resistência dos movimentos sociais, e gerou outros “Zés” que resistem até hoje, no Acampamento Zé Maria do Tomé — assim denominado em sua homenagem.

Da luta para a construção do Acampamento até a organização do Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam*, percorremos um processo de inserção das mulheres nas tarefas dirigentes da organização,

24 A Chapada do Apodi está localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, e faz parte da região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Esta região, segundo o IBGE, engloba 14 municípios no estado do Ceará, que são os seguintes: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso: 11/ jan. 2021.

25 De origem latina, era usado na Roma Antiga para se referir às grandes extensões de terras controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral. No Brasil, a origem dos latifúndios encontra-se no sistema de colonização (Caldart, 2012).

fazendo-se reconhecer como sujeitas políticas da luta pela terra e por reforma agrária, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra/MST.

No Movimento, a criação do Setor de Gênero²⁶, assim como as linhas políticas que foram aprovadas no Encontro Nacional realizado em Goiânia em 2000, possibilitaram o avanço efetivo do debate das relações de gênero, compreendendo que só se avança o debate quando há uma participação de todos/as para todos/as.

Com a criação do Setor do Gênero, as relações e ações passaram a ser pautadas a partir da necessidade de construção de lutas voltadas para as mulheres, em referência ao Dia Internacional de luta da Mulher, em 8 de Março, como também com a realização de jornadas de lutas, envolvendo não só as mulheres do MST. Foram incluídas mulheres de outros movimentos ligados à Via Campesina²⁷, num fortalecimento da luta e da organização da mulher frente a todas as formas de opressão, denunciando o avanço do agronegócio e a mercantilização da terra como propriedade privada.

Dessa forma, uma atividade política que se tornou um marco da organização das mulheres camponesas no Brasil aconteceu numa madrugada do dia 8 de Março de 2006, quando mais de duas mil (2000) companheiras da Via Campesina realizaram uma grande ação de protesto e denúncia do então projeto “Deserto Verde”, promovido pela Aracruz Celulose²⁸, destruindo o maior horto de produção de mudas de eucalipto da América Latina, no município de Barra do Ribeiro, no estado do Rio Grande do Sul:

26 As linhas políticas do Setor correspondem às diretrizes de ações e orientações acerca do debate de gênero. Depois de 17 anos de aprovação, e de uma necessidade orgânica, foi realizado um balanço no conjunto do MST que originou uma reelaboração das linhas de ação do Setor, incluindo os sujeitos LGBT.

27 É uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos Povos do Campo em nível internacional e nacional. Fazem parte da Via Campesina Brasil: MST, Movimento dos Atingidos por Barragem/MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, Pastoral da Juventude Rural/PJR, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais/MPP, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas/CONAQ, Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração/MAM.

28 Foi uma empresa brasileira sediada no município de Aracruz, no Espírito Santo. Tornou-se a maior empresa do mundo em celulose ao se fundir com a Votorantim Celulose e Papel, em 1º de setembro de 2009.

As linhas políticas de um setor se propõem a dar o direcionamento às ações que serão desenvolvidas por este, de como será construído internamente na organização, estando presentes na sua elaboração os rumos estratégicos e táticos a serem alcançados (MST, 2000, p. 93).

Essa ação expressa o desenho de um sujeito coletivo de mulheres que, mesmo sendo criminalizadas e perseguidas, principalmente pela mídia e pelo Estado, a serviço do capital, demarcou o surgimento e fortalecimento do Setor de Gênero do MST, com direcionamento político e estratégico, como explicitados na referência acima.

2 A INSURGÊNCIA DAS MULHERES NA CHAPADA DO APODI

Assim como no Rio Grande do Sul, no Ceará as cercas do silêncio também foram rompidas em um 8 de Março, ampliando o processo de denúncia contra o “deserto” da fruticultura irrigada para exportação, da pulverização aérea e da exploração de trabalhadores/as.

No mês de março de 2007, as mulheres da Via Campesina no Ceará ajudaram a dar voz aos que viviam o terror das ameaças por meio da pistolagem e da repressão operadas pelas classes dominantes na defesa de seus interesses. Como atestam Alencar, Carvalho e Mendes (2015), essa era — e, em parte, ainda é — a realidade vivida na correlação de forças da região do Vale do Jaguaribe, em específico na Chapada do Apodi, onde é desenvolvida essa pesquisa.

Recordar a cena daquele 8 de Março de 2007 é recordar a cena de uma madrugada de 5 de maio de 2014, onde a estrada ocupada deu lugar às terras, quando não só 500 mulheres, mas mais de mil (1000) famílias subiram a serra da Chapada do Apodi em busca de terra, teto e dignidade. Oriundas de várias comunidades do entorno da Chapada, ocuparam uma área que só o agronegócio exportador explorava e envenenava o ambiente. Ao ocuparem parte das terras destinadas ao Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, realizou-se mais que um ato de luta pela terra:

foi a volta de muitos/as ao seu território de trabalho, mas na condição de camponeses/as livres, que controlam seu tempo e sua produção — a ocupação de terra como um ato político de resistência e de realização da reforma agrária no Brasil (CALDART, 2012).

2.1 A Ocupação como ato de conquista da dignidade

Como força política de organização, o Acampamento foi construído às margens do canal do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca/DNOCS, na segunda etapa do projeto de irrigação, numa área de 1700 hectares, reivindicando o acesso à terra que lhes foi negada por muitos anos. Dos muitos acordos feitos para regularizar o acesso à terra, em 2010 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta/TAC MPF nº 0800053-25.2014.4.05.8101 de 6 de julho de 2010, e da Portaria Interministerial M.I./MDA Nº1 de 24 de março de 2015, que determina a destinação de 1.700 hectares para o assentamento de agricultores/as familiares acampados/as na 2ª Etapa do Perímetro Público Irrigado Jaguaribe-Apodi.

A *mística*²⁹ da Ocupação³⁰, num sentido pedagógico (Mafort, 2019), é incorporada na construção de novos sujeitos sociais e se fortalece dentro da pedagogia da vivência. O ato de ocupar é a luta direta para as mudanças subjetivas, como evidencia uma acampada ao afirmar em uma roda de conversa durante a pesquisa: “hoje eu sou uma nova pessoa, e já não penso como há 6 anos atrás!”

As novas relações construídas a partir da Ocupação exigem uma participação coletiva. E essa participação, em especial das mulheres, se dá na realização de processos organizativos. Para tanto, é preciso viabilizar coletivamente condições de participação das mulheres, como no caso da criação da Ciranda Infantil, espaço de acolhimento das crianças, onde um/a cuidador/a realiza atividades educativas e recreativas com elas, para garantir a

29 *Mística*: momento ou ritual de passagem que eleva a dimensão do espírito, algo que não vemos, mas sentimos.

30 Ocupação de terra: ato que foi realizado como forma de pressionar a realização da Reforma Agrária.

participação das mulheres nos espaços de tomadas de decisão, como reunião de núcleos, coordenação e assembleia, como apresenta Lima (2019).

Gadelha de Carvalho, Silva e Barbosa (2020) atestam o processo de ressignificação de si em que as mulheres do Acampamento constroem, a partir de aprendizados diversos constituídos desde a ocupação e a luta política, constituindo-se em autoformação coletiva que vem fortalecendo o enfrentamento do patriarcado e a consciência da necessidade da igualdade de gênero. Uma vez participando de uma ocupação, a percepção de mundo e de se ver enquanto pessoa se altera.

Iasi (2007) chama de *consciência em si* as transformações na subjetividade de quem consegue se ver na luta e participando dela! Assim se dá a participação das mulheres do Acampamento, pois ao compreenderem a necessidade de se organizarem em um grupo, exprimem mais que uma necessidade, mas também a consciência das dimensões políticas que o Acampamento se tornou! E ao resistirem às cinco ordens de despejos, sendo a última em 2018, o Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam* veio para promover lutas, organização política e produtiva, relações públicas, comerciais e sociais em Limoeiro do Norte/CE, ao realizarem feiras para exposição e venda de seus produtos agrícolas e artesanais.

2.2 A caminhada no meu território

O amanhecer do dia 5 de maio de 2014 fez com que o vivido até ali precisasse mudar o olhar para o que estava por vir. Da vivência realizada durante dois anos no Acampamento Zé Maria do Tomé, as rodas de conversas com as mulheres proporcionaram uma forte amizade. Ao trazer as mulheres como “sujeitas” da pesquisa, foi perceptível a sua compreensão sobre o seu papel enquanto gênero diante dos conflitos territoriais na Chapada do Apodi (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018). As mulheres em seu cotidiano desenvolvem práticas populares de saúde, baseando-se nas relações que foram passadas de geração em geração, com valores de solidariedade, ensinando e construindo novas relações de gênero.

Ao construir coletivamente um Mapa Mental expressivo em desenhos feitos pelas mulheres em rodas de conversas informais e através da pesquisa, vozes expressaram: “a vida hoje não representa medo, mas sim superação de quem fui, de quem sou hoje” (Monica Oliveira in Roda de Conversa em 03/08/2019).

Esses momentos fizeram diálogos sobre os anseios, os medos e os sonhos de um mundo melhor a partir da defesa do território. Como ressalta o trecho anterior, o Mapa Mental por meio da produção de desenhos das mulheres, trouxe suas vidas antes do Acampamento e como se encontram suas vidas, lutas e resistências delineados por meio de suas trajetórias aplicadas aos mapas de vidas de cada uma atualmente.

2.3 A vida antes do Acampamento

Os muitos relatos na primeira reunião de vivência com as mulheres para a construção do Mapa Mental, representado nos desenhos que fizeram parte da pesquisa e construção do texto, trazem uma sensibilidade e emoção de olhar e ver as mudanças ao longo dos anos pela luta e resistência no acampamento.

O acampamento em seu momento de criação teve a vivência da *mística* e a utopia como forma de permanecer as famílias na terra. Suas motivações estão ligadas principalmente à luta pela terra, que se configura com a posse definitiva da terra através de documentos, mas também dos laços que vão sendo criados. Assim como descreve Silva (2019):

Se tratando do acampamento, este novo espaço constituído de força e utopia é aquele em que se pode encontrar a esperança de muitos que vivem sob a ordem da sociedade de classes, desta forma, caminhando para um processo de transformação e conscientização neste momento da luta por terra, que não se esgota quando se tem a sua obtenção, mas é somente o início que marca uma nova maneira de encarar a realidade, para que se possa reconstruí-la mais humanizada, dando significado à territorialização, que traz a construção de marcas específicas do MST quando se trata da conquista de saberes sobre a realidade que leva a todos os e as Sem Terra a emergirem na luta contra as opressões geradas socialmente (p. 56).

O Mapa Mental representa o desejo dessa utopia de construção da territorialização, Segundo Silva e Freitas (2018) o território é entendido como a síntese da relação entre espaço, tempo e relações sociais e um produto concreto da luta de classes. Antes do acampamento, Mônica descreve que não vivia ou conhecia essas relações coletivas de classe trabalhadora, camponesa com o seu território, sendo sua casa e o trabalho.

Nas muitas rodas de conversa foi possível perceber em seus relatos sobre a sensibilidade da realidade vivida sobre o dormir na barraca de lona, a ida constante onde viviam antes, até ficarem permanentes sem perder a esperança no Acampamento, esperança essa que se fez e se faz na luta e na participação de espaços de diálogos e tomadas de decisões, garantindo a elevação da consciência de algumas, no caso das mulheres que fazem parte do Grupo Mãos Que Criam, dialogando e intervindo sobre os conflitos existentes no meio onde vivem (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018). Ao apresentarem o que haviam deixado para trás ao viverem no Acampamento, lutavam pela necessidade de se ter um pedaço de terra.

Os desafios da luta e da caminhada feminina na busca por terra, água e pão são os instrumentos da *mística* da criação do Grupo de Mulheres que se fortaleceu ao levar para além da recepção de visitantes no Acampamento, como a participação em feiras e eventos na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/FAFIDAM³¹, na Comunidade do Tomé, e no Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, em Fortaleza, apresentando a produção de artesanatos, roupas, produtos dos quintais produtivos e derivados de leite e outros do acampamento Zé Maria do Tomé.

Durante a vivência da reflexão sobre o cotidiano que permitiu socializar sobre as mudanças adquiridas com as resistências, em especial a consciência, fortaleceram-se as lutas contra a

31 As feiras de transição agroecológica e exposição dos artesanatos realizadas na FAFIDAM/UECE contam com o apoio da Direção da Faculdade e organização conjunta com alunos/as e docentes do Projeto de Extensão *Escola, Meio Ambiente e Vida: Reconstruindo Saberes e Caminhos* (2016-2020), de iniciativa da Prof^a. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, do Curso de Pedagogia e do MAIE e coordenadora do Laboratório de Estudos da Educação do Campo/LECAMPO, onde se insere o projeto.

reintegração de posse marcadas, somadas 5 reintegrações, sendo que a última com presença da polícia no dia 21 de novembro de 2018.

A organização na resistência também é uma formação para as mudanças que cada sujeito vai adquirindo. Iasi (2007) apresenta em *Processo de Consciência* que “a consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente” (Iasi, 2007, p. 76). A evolução da consciência vai ser constituída com a prática e o Grupo de Mulheres impulsiona para que essa relação com outras pessoas e com os espaços sociais seja fortalecida e concretizada.

A luta organizada na Chapada do Apodi vem desde a consolidação do Projeto Irrigado Jaguaribe/Apodi há mais de 20 anos, com a posse da terra pelas grandes empresas, como apresenta Cavalcante (2019), quando relaciona a quantidade de empresas que controlavam as terras na região do projeto. Das muitas lutas que foram formuladas até a ocupação do Acampamento Zé Maria do Tomé, uma voz ecoou na Chapada trazendo à tona a denúncia da voz de um Zé Maria que se fez forte — e provocou muitos dos que dominam as terras na região.

Do grito que ecoou nas terras da Chapada do Apodi criaram-se outros Zés que, resistentes à ordem, ocuparam a Chapada do Apodi, criando, assim, outras formas de resistências. Zé Maria foi brutalmente assassinado no dia 21 de abril de 2010, a mando de um grande e influente latifundiário da região. A partir da morte de Zé Maria, consolidou-se na região o Movimento 21(4) que traz como referência essa marcante data do 21 de abril, data de luta na região pela memória de Zé: “*Companheiro Zé Maria, aqui estamos nós falando por você, já que calaram a sua voz*”, como significado da luta e da continuidade da messe.

O M21 é a junção de sujeitos, instituições e organizações que contribuem para a resistência dos camponeses e camponesas na Chapada do Apodi, como nos apresentam Mendes, Carvalho e Freitas (2015):

No processo de luta na Chapada contra o agronegócio, se constitui o M21, em referência à data 21 de abril, dia do assassinato do líder comunitário e ambientalista mencionado acima. O qual articula a junção de sujeitos, instituições e organizações que contribuem para a resistência dos camponeses e fazem parte dele: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares/RENAP, Movimentos dos Atingidos por Barragens/MAB, Central Sindical e Popular/CSP, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Apodi, no Rio Grande do Norte e dos Servidores Públicos de Limoeiro do Norte, professores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará, através do Laboratório de Estudos em Educação do Campo/LECAMPO e Universidade Federal do Ceará, envolvendo o Núcleo Trabalho, Meio Ambiente, Saúde e Sustentabilidade/TRAMAS atuando com seus núcleos de pesquisa e laboratórios (p. 96).

2.4 A vida no Acampamento

A terra que tanto deu frutos ao agronegócio, agora avermelha os pés de quem nela trabalha com dignidade. Para quem nunca havia vivenciado uma Ocupação, se deparar com barracas de lona e uma vivência coletiva causou muito estranhamento. Em um momento de diálogo na construção do Mapa Mental, os relatos vieram num sentido de apresentar o primeiro olhar sobre o Acampamento. Esse veio como um *choque de realidade*, pois nem todas chegaram no primeiro dia da Ocupação, mas quando a mesma já estava com dois, três e até mesmo seis dias de realizada. Para ajudar a compreender essa situação, Silva (2019) identificou em sua pesquisa que algumas mulheres vieram para a Ocupação após seus maridos, e pela primeira decisão deles. Ao chegarem, tiveram a primeira impressão causada pelas barracas de lona preta (material da qual se disponibiliza em uma ocupação) — o que causou esse estranhamento.

O chão vermelho que inspirou para as lutas, neste momento ressignifica a construção de novas relações, pautada numa organicidade que o MST trabalha — que é a organização de Núcleos de Família, Coordenação Geral, Equipes de Trabalho, onde se realizam reuniões que discutem todos os problemas da comunidade. Para garantir essa organicidade, a mesma foi feita

num primeiro momento pegando as comunidades, já que eram mais de 1.073 famílias oriundas de 31 comunidades do entorno da Chapada (Freitas, 2018).

Com dois anos de Acampamento consolidado no coração do agronegócio na Chapada do Apodi, era o momento de avançar nas estruturas organizativas, avançando mais no território às margens do canal. Assim foi feita a divisão por lotes de moradia, garantindo quintal para desenvolverem a produção.

Junto com a Ocupação e mesmo com dois (2) anos de Acampamento, a injustiça nunca deu espaço para uma vida sem medos na Chapada, devido às muitas ameaças de despejos vivenciadas. Desde o primeiro dia depois da ocupação, até hoje, ainda ronda no Acampamento as incertezas da Justiça, pois ainda não tem a posse da terra. As ameaças de despejos sofridas pelo Acampamento foram formalizadas por pedidos da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi/FAPIJA e pelo DNOCS. Assim como nos apresenta Escrivão Filho:

Eles em geral são consequência de um pedido judicial de reintegração de posse do imóvel ocupado, feito por alguém que se acha no direito de retirar famílias ou comunidades inteiras do exercício de seus direitos humanos fundamentais (Escrivão Filho, 2012, p. 212).

Mesmo com todas as ameaças, a luta e organização das mulheres foi se construindo através de momentos de formação e estudo, uma identidade na luta que se constrói a partir da participação nos espaços de tomadas de decisão, ao comporem a Coordenação do Acampamento. Uma identidade política construída conjuntamente com o MST, ao longo dos seus 36 anos de história, no sentido de fortalecer a participação das mulheres nesses espaços, a criação do coletivo de gênero e depois o transformando em Setor, possibilitou participar desses espaços, como consta do documento:

Durante esse debate, a participação das mulheres se colocou como desafio para o MST. A organização de coletivos específicos de mulheres e a discussão sobre sua situação

de opressão de classe e de gênero foi ao longo do tempo envolvendo o conjunto do Movimento. A ação política das mulheres no processo de construção do MST foi o que garantiu o seu protagonismo, criando as condições para o debate de gênero no Movimento (MST, 2000, p. 93).

A participação política e social das mulheres conjuntamente com o MST se deu pelo protagonismo na luta e na organização, reflexo vivo no Acampamento adquiridos pela Sistematização dos desenhos construídos nas rodas de conversa.

2.5 A vida como futuro no Acampamento

No caminhar da construção do Mapa Mental, a utopia do Acampamento consolidado em Assentamento é possível ver no desenho feito por Mônica – a utopia e o sonho de um Assentamento organizado com cooperativa, posto de saúde, escola, organização das igrejas católica e evangélicas, moradias em construção de alvenaria, canal com água para garantir a irrigação da produção. Tudo isso foi representado nos desenhos que marcavam o futuro do Acampamento por meio dos olhares das mulheres do Grupo Mulheres *Mãos Que Criam*.

Na celebração do primeiro ano do Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam*, a festa foi realizada com muita *mística*, debate sobre conjuntura e relações no patriarcado. A *mística* de início trouxe o tema do debate com a Jade Chaves, assim como descreve Lima (2019):

Chamou a atenção também a forma como escutavam aquele debate, algumas tão envolvidas e concentradas, presenciando suas próprias mães relatarem como a luta pela terra e a dinâmica de vida e aprendizagem no acampamento as despertou para transformar seus olhares sobre o ser mulher – e o sobre o ser mulher dentro do Movimento Sem Terra, fato que contribuiu para gerar novas consciências a respeito de situações opressivas e machistas em seus relacionamentos (Lima, 2019, p. 47).

As relações de opressão, elas ainda são muito fortes em muitos territórios: o romper dessas relações não se dá assim que se

rompe a cerca do latifúndio. Não é fácil ser mulher, principalmente quando se precisa provar a todo momento que se é capaz de estar onde se está e desenvolver as atividades com o mesmo empenho e qualidade — muitas vezes melhor que os companheiros. O Grupo possibilitou que elas olhassem para suas ações e expressassem o seu desejo de mudar.

2.6 A descoberta do sonho

A pesquisa realizada no Acampamento Zé Maria tem uma dimensão social que vai além da vivência no território: já são seis (6) anos de existência, cinco (5) pedidos de reintegração de posse e muitos sonhos da conquista da terra.

Iasi (2007) nos diz que está em nós mesmos/as a capacidade de nos emancipar, ou continuarmos a ser explorados/as em qualquer outro lugar. O que mais de mil (1000) famílias realizaram na Chapada do Apodi no dia 5 de maio de 2014 foi buscar sua emancipação, sua dignidade, sua fê num mundo melhor. E para as diversas mulheres — que foram não apenas como mais um número —, fazer a diferença na luta e na participação, deixar o seu protagonismo como autoras e escritoras da história de um Acampamento chamado Zé Maria do Tomé.

Aquelas que se organizaram no Grupo ocuparam um espaço mais amplo de relações — que chegou a incomodar muitos dentro do Acampamento, por não visualizar a capacidade que a mulher tem de organizar, debater, promover e articular ações de cuidado, entre elas e entre os demais do Acampamento. As relações de machismo, misoginia e a própria perseguição por aquelas que desafiaram a ordem do momento, reveladoras do patriarcado, gerou circunstâncias adversas às relações de poder que podem e devem ser recriadas dentro do Acampamento. As bruxas que no século passado eram perseguidas, permanecem até hoje, olhando para o que Federici (2018) diz:

A caça às bruxas aprofundou divisões entre mulheres e homens, ensinando os homens a temer a força das mulheres, e destruiu um universo de práticas, crenças

e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina capitalista do trabalho, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (p. 297-298).

Em uma tarde se formalizou a criação do Grupo: o sonho concretizado em um primeiro momento para o anseio da sonhada terra, pão, água e consciência de classe. A organização, a participação possibilitou construir o que se acredita, materializado pela constituição do Grupo de Mulheres movidas pela vida de saberes e de organização nos diversos espaços, em quaisquer lugares que almejemos.

3 OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo central fazer uma leitura da organização do Grupo de Mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé, Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam*, identificando suas motivações de permanência no Acampamento e elucidando suas trajetórias até a criação do Grupo.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho, inserido no campo da História Social, foi desenvolvido através da convivência com as mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Durante a pesquisa, desenvolvemos momentos de visitas às casas com coleta de informações, rodas de conversas informais e reunião do Grupo, onde fomos trabalhando três questões geradoras para a construção de um Mapa Mental e uma linha do tempo. As três questões foram: 1. *Como era sua vida antes de estar no Acampamento?* 2. *O que deseja como futuro no acampamento?* 3. *Qual seu sonho, enquanto mulher, vivendo num Assentamento?*

A partir dessas três perguntas, fomos ao longo dos encontros construindo um Mapa Mental, usado como técnica para garantir a concentração e romper a timidez de algumas para falarem de suas vidas e dos seus sonhos. Usamos também palavras geradoras elucidadas por elas e desenhos que retratam o seu cotidiano: desde o primeiro momento de chegada ao Acampamento até o

sonho atual — onde falar de si nunca foi tão difícil para algumas, ali presentes.

Na construção da linha do tempo, tivemos como ponto de partida o ano de 2010, com o assassinato de Zé Maria do Tomé e a criação do M21, atuante na região do Vale do Jaguaribe até os dias atuais do Acampamento. Ressaltamos a importância do MST para a realização da ocupação em 2014 e como a mesma veio a unir muitas dessas mulheres em amizade, sonhos e rebeldia.

Por fim, não menos importante que a vivência, foi a Sistematização através de um texto que resultou num Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, arquivos de desenhos digitalizados e dois materiais de desenhos escritos em tecido, que servem como memória de um aprendizado coletivo no Acampamento Zé Maria do Tomé.

5 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

A Sistematização da pesquisa que se engloba na linha de pesquisa apontado no Caderno Iterra nº 03 explicita a condição da pesquisa desenvolvida nos nossos territórios, em que além do compromisso de pesquisar existe também o compromisso político enquanto militante de obtermos um retorno da pesquisa, seja ela em sua forma de monografia ou outro instrumento que possibilite os/as pesquisados/as se verem no resultado.

Neste caso, as pesquisadas aqui são as mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé e sua organização em torno do Grupo chamado *Mãos Que Criam*. A forma encontrada de sistematizar a pesquisa foi na produção de dois materiais que muitos desafiaram o coletivo: o Mapa Mental e a linha do tempo. Vendramini reforça a necessidade de *recuperarmos o passado histórico para compreendermos o presente* — e ao construirmos estes dois instrumentos, eles nos trouxeram à luz a organização das mulheres, o grupo como instrumento de organização, mas com funções que abrangem relações públicas e comercialização dos produtos construídos por elas.

Sistematizar tudo isso em dois momentos foi trazer a síntese da vivência na região, dos sonhos coletivos e da ousadia dessas

mulheres que olharam seu passado materializado num presente, construindo um futuro.

A importância da pesquisa para o Acampamento é refletida mais entre as mulheres acampadas, oriundas de diversas comunidades do entorno da Chapada do Apodi. Os diálogos e as vivências realizadas com a pesquisa possibilitaram mostrar às mulheres sobre a importância que há nas suas ações dentro do Acampamento, construindo uma identidade enquanto mulher camponesa e Sem Terra, como afirma Vendramini (2007): a identidade de classe dos/as Sem Terra é construída politicamente na luta junto ao MST.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Mapa Mental foi uma ação realizada a partir de pontos de vistas e vivências das participantes no meio em que elas se encontravam. Esses tipos de mapa muito raramente são feitos pelas pessoas das comunidades que, de alguma forma, estão sendo impactadas por fatores internos ou externos por situações de ameaças ou fortalezas. Para além das informações técnicas, o Mapa trouxe uma simbologia construída no período de existência do Acampamento.

A elaboração do Mapa Mental das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé foi um processo vivido durante o tempo-comunidade do Curso de Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, tendo como caminho inicial a mobilização das mulheres do Acampamento na participação nas oficinas de elaboração do Mapa.

O Mapa foi construído a partir de três questões: 1. *Como era sua vida antes de estar no acampamento?* 2. *O que deseja como futuro no acampamento?* 3. *Qual seu sonho enquanto mulher, vivendo num Assentamento?* As muitas reflexões coletivas apontam que só através da organização é que se fortalecem enquanto sujeitos, bem como nas relações de trabalho, humanas e sociais, dentro do Acampamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos com este estudo fazer uma leitura da participação das mulheres no Acampamento Zê Maria do Tomé, tendo como base de estudo a construção do grupo delas, chamado *Mãos Que Criam*, no caminho feito com as companheiras que guiaram a construção da pesquisa.

Se dissermos que a caminhada foi suave, estaremos omitindo e deixando de retratar os muitos momentos construídos para este trabalho. Das tardes de reuniões, das muitas conversas (informais), das visitas feitas e dos muitos cafés tomados que foram possibilitando a escrita deste trabalho, recordamos da construção do Mapa Mental e da linha do tempo que foram momentos significativos da pesquisa, de emoções expressadas em lágrimas e sorrisos vagos, olhar pensante da vida antes do Acampamento.

Acredita-se que a visibilidade das mulheres do Acampamento foi se construindo antes do Grupo ser organizado, quando em momentos coletivos as mesmas já se mantinham ativas na recepção de grupos de estudantes e professores/as. O Acampamento, importa dizer, ganhou uma dimensão internacional: primeiro por ter sido realizada a Ocupação no coração do agronegócio no estado do Ceará; segundo, por ter resistido a várias ordens de reintegração de posses; e, terceiro, por ter as mulheres à frente dessa resistência na organização do Grupo. Hoje, depois de cinco (5) anos, o Acampamento segue resistindo e tornando-se um Assentamento Popular que passa por um processo de transição agroecológica que produz alimento e vida.

Cabe aqui destacar os aprendizados durante esta pesquisa: a vivência durante dois anos mais presentes e a relação direta com as famílias — que vivenciam perdas de companheiros, como em toda comunidade tem, mas algumas marcam porque foram pessoas que em momento algum deixaram de acreditar na luta coletiva.

Da participação nos espaços de tomadas de decisão, refletirmos coletivamente nos nossos momentos que mesmo

com todos os debates feitos e muitos avanços na participação, ainda há receio por parte de algumas companheiras em opinar e contribuir na construção do Acampamento, pois é um processo longo de desconstrução e reconstrução da valorização e da abertura da participação nesses espaços; mas constatamos que muitas atividades que se construiu dentro do Acampamento se deram a partir da organização das mulheres. Pois em muitos momentos as mesmas eram vistas como as cuidadoras do lar, as que faziam a comida para receber pessoas — todavia, a um determinado ponto, as mesmas assumiram para si a organização e condução de muitas ações, garantindo, assim, visibilidade para a produção de artesanato e a participação em feiras organizadas por elas fora do Acampamento.

Na construção do Mapa Mental fomos observando que muitas companheiras tiveram dificuldades de permanecer na Ocupação por muitos fatores; um deles, a moradia inicial, que eram barracas de lona, segundo a vivência em coletivo. No entanto, a permanência possibilitou, às que ficaram, a construção de suas casas, a organização de seus quintais e o Grupo de Mulheres *Mãos Que Criam*.

Por fim, fazer ênfase que mesmo com todos os estudos que garantem uma percepção da necessidade da organização e participação do Acampamento, não foi possível nenhuma mulher vivenciar o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra — seja por não conseguirem conciliar os dias fora com as tarefas individuais que cada uma tem, seja porque mesmo com toda essa compreensão, muitas ainda são a base organizacional da família.

Nesse sentido, a participação em atividades que demandem dias fora do Acampamento é quase inviável. Dos muitos desafios que temos, um deles é de elevar a consciência das companheiras para as mesmas se desafiarem a participarem de eventos, encontros, congressos do MST fora do estado.

Seremos um mar de bandeiras!

(MST)

REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. N.; CARVALHO, S. M. G.; MENDES, J. E. Práxis educativa e discursiva no Movimento 21: transgressões de fronteiras e hibridismo emancipatório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 160-175, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/issue/view/1236>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ALENTEJANO, P. **Terra**. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 445-451.

BOGO, A. **Mística**. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 473-477.

CALDART, R. Educação do Campo. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-264.

CAVALCANTE, L. V. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe–CE. 2019, 398f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2019.

ESCRIVÃO FILHO, A. Pesjo. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 212-216.

FEDERICI, S. As bruxas e as lutas de classes: na Europa do século XVI, a caça às bruxas foi uma guerra de classes por parte da elite. In: FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2018.

FERNANDES, B. M. **O MST e a pesquisa**. Cadernos do Iterra, ano 1, nº3, 1ª edição; outubro de 2007.

FREITAS, B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, B. M. C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará.** 2018. 325f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADELHA DE CARVALHO, S. M.; SILVA, M. N.; BARBOSA, L. P. Enfrentamentos e aprendizados: a insurgência feminina no Acampamento Zé Maria do Tomé, Chapada do Apodi-CE. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1808-1836, out./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogeducacioanl/article/view/27447>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Ed. Especial 19 Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra – janeiro de 2019.

JORNAL SEM TERRA. Manifesto das Mulheres Camponesas da Via Campesina, nº 260, 2006, p. 08.

LIMA, T. M. **Marchas da infância: práticas educativas e discursivas de resistência das crianças do Acampamento José Maria do Tomé – Chapada do Apodi CE.** 2019. 203f. Dissertação (Mestrado

Acadêmico) Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, 2019.

MAFORT, K. C. de O. **Mulher, terra e luta:** a mistura da radicalidade que educa. v. 17, n. 33, mai-ago, 2019.

MENDES, J. E.; CARVALHO, S. M. G. de; FREITAS, B. M. C. O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21. In: FONTOURA, J. L. et al. (org.). **Vozes do Campo:** ressignificando saberes e fazeres. São Leopoldo: OIKOS, 2015, p. 87-105.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Feminismo camponês e popular:** com identidade e revolucionário. Cartilha, nov. 2015.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cartilha **“Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST”.** 2016.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de formação setor de gênero nº6. **A conspiração dos gêneros, elementos para o trabalho de base,** 2017.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Formação nº17, **Plano Nacional do MST 1989 a 1993.**

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Linhas políticas do setor de gênero,** Goiânia. 2000.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org.). **Tramas para a justiça ambiental:** diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 495-535.

ROSA, M. C. Ocupação de Terra. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação no campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 509-512.

SILVA, J. R. B. **No leito e nas margens**: histórias, conflitos e resistência no Rio Jaguaribe (1990-2010). 89f. 2011, Trabalho Acadêmico (Graduação), João Pessoa – PB, 2011.

SILVA, M. N de. **Aprendizados e Insurgências das mulheres na luta pela terra**. 2019, 171f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Limoeiro do Norte, 2019.

SILVA, M. de L. V. da. **Gritos, silêncio e sementes**: as repercussões dos processos de des-re-territorialização empreendidos pela modernização agrícola sobre ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2014.

SOUSA, R. L. de. **“Acampamento Zé Maria do Tomé um território de resistência” territorialidade, conflitualidade e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE**. 2020, 217f. Trabalho de conclusão de Cursos (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Curso do Programa de Pós-graduação em Geografia. Fortaleza. 2020.

PAPA, F.; JORGE, F. (orgs.). **O FEMINISMO É UMA PRÁTICA**: reflexões com mulheres jovens do PT. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

VENDRAMINI, C. R. **Pesquisa e Movimentos Sociais**. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.101, p. 1395-1409, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NARRATIVAS SOBRE O COLETIVO DENDÊ DE LUTA: PARTICIPAÇÃO POPULAR DE JUVENTUDE EM UMA COMUNIDADE DE FORTALEZA

*Carla Carline Castelo do Nascimento Bezerra
Luizete Vicente da Silva
Vera Lúcia de Azevedo Dantas*

INTRODUÇÃO

No percurso da Sistematização Coletiva da Experiência nos deparamos com algumas questões, dentre as quais, a participação popular e o protagonismo dessa participação sendo exercida pela juventude. Percebemos a importância de explicitar essa atuação no sentido de disseminar a luta coletiva da comunidade do Dendê. Durante o processo deste trabalho alguns questionamentos foram surgindo: como esse coletivo tem fomentado a participação popular da juventude na comunidade? Qual a singularidade de um processo participativo vivido em uma comunidade periférica? Esses questionamentos e a nossa implicação foram as motivações iniciais para trazer esta temática como foco deste estudo, na perspectiva de aprofundar a Experiência, que surgiu na Sistematização Coletiva.

Partindo de Valla (1998), percebemos a participação popular como uma energia social insubstituível para as conquistas e transformações das periferias. Segundo o autor, a participação popular pode ser compreendida em ações sociais que influenciam, elaboram e agem nas necessidades mais básicas dos subalternizados — como na saúde, no transporte coletivo, educação, habitação, entre outros. Pedro Demo chama atenção para a importância de compreendermos que a participação:

Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção. [...] Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais; [...] Não pode ser entendida como algo preexistente porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro (Demo, 1995, p. 18).

Somos testemunhas da escassez de condições mínimas para a existência humana nas comunidades periféricas; assim sendo, a própria população cria novos modos de sobrevivência e de cobrar seus direitos mais fundamentais. Vemos o coletivo Dendê de Luta como uma ferramenta de empoderamento da comunidade, como um tipo de consciência social coletiva, que vai possibilitando o florescer de outras consciências. Ao trazermos como foco o coletivo de juventude, passamos a nos questionar sobre o que seria a juventude. Ao buscarmos referências na literatura, percebemos a diversidade de concepções. Desde a Psicologia e Psicanálise (Birman, 2005; Kehl, 2007), que vão além do conceito de juventude como sendo uma das etapas do desenvolvimento humano, mas também um modo de estar no mundo. Kehl (2007) afirma que é

Difícil precisar o que é juventude. Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 10 aos 40, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição (p. 44).

Dentro de uma perspectiva tão vasta do que seria a juventude, poderíamos pensar que o ser humano jovem é alguém que já não é mais uma criança, mas também não é ainda um/a adulto/a. É como se fosse um estado de transição entre formas de existências: com a mesma energia que a juventude sai da categoria de infante que não é capaz de responder por si, ela se recusa a entrar no mundo adulto sem o desejo de transformá-lo.

Além de complexo, o termo juventude não é singular. Podemos pensar em *juventudes* pois, como todas as camadas sociais, carregam suas peculiaridades — e com o âmbito da juventude não seria diferente. Segundo Birman (2005), não podemos pensar que a juventude atravessa os corpos do mesmo modo. Aqui, colocamos em evidência a juventude periférica que carrega por gerações as mazelas históricas de um Brasil devastado e explorado desde 1500. Neste cenário, buscamos referência na bibliografia das Ciências Sociais, dentre a qual ressaltamos, particularmente, os trabalhos de pesquisa da professora Marília Pontes Sposito (1997, 2002, 2009) — nos quais a autora refere

o estudo da categoria juventude como plural e complexo, pois decorre da confluência de muitos saberes como a Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas, dentre outros.

Por um lado, para esta pesquisadora, a palavra transitoriedade é notadamente peculiar à juventude, devido ao fato de que o/a jovem se encontra na condição de passagem da idade infantil para a idade adulta. Por outro, segundo a autora, é pertinente observar nas pesquisas como se dão os recortes pesquisados e estariam determinados pelo espaço/tempo – em outras palavras, a permeabilidade existente entre a categoria pesquisada e os fenômenos sociais, culturais, históricos e econômicos. Nesse cenário, Sposito (1997) expõe que a juventude na década de 1960 era o problema referido à crise de valores e costumes; na década de 1970 tornou-se sinônimo de problema econômico, particularmente, em relação ao trabalho; na década de 1980, as pesquisas destacavam o envolvimento com grupos e violência urbana. Nessa linha de raciocínio, Sposito (2002) cita a pesquisa de Mauger (1994, p. 6) realizada com jovens franceses – e pondera que a categoria juventude pode ser considerada “epistemologicamente imprecisa”. Sposito (2009) destaca ainda a importância da pesquisa sobre grupos juvenis, uma vez que, no levantamento realizado das temáticas sobre juventude nas pesquisas de pós-graduação na Educação, Ciências Sociais e Serviço Social nos anos de 1999 a 2006, do total de 1427 trabalhos apenas 64 exploravam o universo dos grupos juvenis. Nesse sentido, a Sistematização Coletiva de Experiência aqui apresentada tem relevância por contribuir com o campo de discussão sobre a temática dos grupos juvenis, dentre outros aspectos.

Na experiência que temos vivenciado com o Coletivo na comunidade do Dendê, a juventude também é tempo de desejar, de transformar e de reelaborar. Essa mesma juventude periférica retratada nos programas policiais se contorce e já não aguenta mais carregar o peso da violência estrutural do Brasil de geração em geração. Segundo Minayo (2006), dentre os mais diversos tipos de violência, encontramos a violência estrutural como um processo sócio-histórico de negação das condições básicas para uma existência digna (alimentação, saúde, moradia, acesso ao

bem estar-social, cultural e político) — e que desembocará em tantas outras formas de violência experimentada pela juventude de forma naturalizada por parte da sociedade.

Para compreender sobre o que seria juventude, podemos refletir sobre ela como uma categoria social que vai além do período cronológico que a circunscreve. Para Groppo (2000), a juventude está atrelada a papéis sociais e culturais de uma socialização, nos quais os personagens dessa categoria são singulares, arrastando suas narrativas únicas que revelam o lugar desse ou dessa jovem na sociedade: oportunidades, classe social, cor da pele, gênero, religião são as nuances que vão sendo reverberadas com as atuações desses/as jovens.

Assim, percebemos que o coletivo Dendê de Luta é formado por uma juventude que carrega consigo uma trajetória vivida por uma comunidade precarizada, mas que ao tempo em que é precarizada em função das iniquidades sociais, essa mesma comunidade traz possibilidades de enfrentamento das situações-limite do cotidiano, onde se pode sair da condição de subalternizado/a e construir *inéditos viáveis* para superação dessa realidade banhada de injustiças sociais.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Como proposta metodológica, utilizamos a Sistematização de Experiência apresentada por Oscar Jara Holliday (2006), trabalhando com a ideia de cinco passos que são: ponto de partida, formulação do plano de sistematização, recuperação do vivido, reflexões de fundo e os pontos de chegada. Concordamos com Holliday (2006), ao compreendermos este caminho metodológico em que:

Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando

assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria (Holliday, 2006, p. 24).

Ademais, para Holliday (2006) a Sistematização de Experiência consiste em uma interpretação crítica do vivido, na qual se possa explicitar a dinâmica de uma narrativa passada e, ao final, compartilhar o aprendizado significativo de todo o processo, buscando transcender a experiência inicial.

Seguindo os passos elaborados por Holliday (2006), o nosso ponto de partida foi a Sistematização Coletiva elaborada com o Coletivo Dendê de Luta e moradoras e moradores da comunidade do Dendê. Em seguida, partimos para a recuperação do vivido, o que foi a reconstituição histórica, a partir de fotografias e registros da Sistematização Coletiva; nesse momento nos apoiamos em elementos do *círculo de cultura*. O *círculo de cultura* é uma proposta pedagógica elaborada por Paulo Freire (1992; 2002) que parte do saber das experiências das pessoas envolvidas na atividade e que

Caracterizam-se como *lôcus* privilegiado de comunicação-discussão embasada no diálogo, na experiência dos atores-sujeitos, na produção teórica da educação e na escuta, a qual se orienta pelo desejo de cada um e cada uma de aprenderem as falas do outro e da outra, problematizando-a e problematizando-se (Brasil, 2016, p. 39).

Segundo Freire (1992), partindo do contexto e das experiências dos atores e atrizes envolvidos no *círculo de cultura*, talvez possa se chegar a uma tomada de consciência dos/as envolvidos/as, a ponto de que possam refletir de forma crítica sobre suas realidades, onde se possa questionar o por quê das coisas, para que se possa vislumbrar um amanhã menos opressor.

O contato com o material produzido na Sistematização Coletiva fez emergir palavras geradoras que foram posteriormente agrupadas por semelhança e afinidade — e, desse modo, surgiram os temas geradores. Para Freire (2001), as “palavras geradoras” representam a leitura do mundo das pessoas, uma forma de

simbolizar a realidade vivida por elas — e, por conseguinte, respeitar sua história.

A partir dos temas surgidos, fizemos uma narrativa recuperando e detalhando o vivido na Sistematização em relação a cada tema. Essa narrativa foi gravada e posteriormente transcrita. Em continuidade com a transcrição das narrativas, passamos ao que Holliday (2006) chamou de reflexões de fundo, ou seja, a interpretação crítica do vivido. Para isso realizamos o que no processo do *círculo de cultura* se chama de problematização.

Problematizar a Experiência nos levou a levantar questionamentos para aprofundar as temáticas trazidas na narrativa, almejando ultrapassar a percepção inicial e caminhar por uma criticidade do real, a fim de transformá-lo, no sentido de que:

A ampliação do olhar sobre a realidade, com amparo na ação-reflexão-ação, e o desenvolvimento de uma consciência crítica que surge da problematização, permitem que homens e mulheres percebam-se sujeitos históricos, o que implica a esperança de que, nesse encontro pedagógico, sejam vislumbradas formas de pensar em um mundo melhor para todos. Esse processo supõe a paciência histórica de amadurecer com o grupo, de modo que a reflexão e a ação sejam realmente sínteses elaboradas com eles (Brasil, 2016, p. 40).

Por fim, buscamos identificar os aprendizados, inquietações e sugestões que constituíram os pontos de chegada da metodologia proposta.

3 A CAMINHADA DO COLETIVO DENDÊ DE LUTA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR: COSTURANDO REFLEXÕES

Ao visitar os produtos construídos na Sistematização Coletiva realizada com atores e atrizes do grupo e da comunidade sobre a Experiência do Coletivo Dendê de Luta — tais como álbum de fotografias e relatórios da Cartografia Social —, foram emergindo palavras geradoras que ajudaram a produzir esta narrativa, que está permeada de afetos e percepções construídas nas experiências

coletivas e na qual o saber subjetivo é um saber absorvido das relações sociais. Esta é uma narrativa singular atravessada pela coletividade. Eis aqui nossas percepções advindas da aproximação com a participação popular da juventude na comunidade do Dendê, tendo como pano de fundo a caminhada do Coletivo Dendê de Luta.

3.1 Historicização do Coletivo Dendê de Luta

De acordo com a Sistematização Coletiva da Experiência (2019), Dendê de Luta é um coletivo comunitário, constituído por estudantes, trabalhadoras e trabalhadores da comunidade do Dendê, localizada em Fortaleza, Ceará. Foi criado oficialmente em 2018 pelo descontentamento em relação ao cenário social da comunidade, gerado a partir de um Grêmio Estudantil que foi acolhendo outros membros a partir das divulgações e das atividades que realizavam o coletivo. Não tem estruturas física e nem monetária — e seus objetivos são pautados no enfrentamento das violações de direitos, visando à melhoria do cotidiano dos moradores e moradoras da comunidade do Dendê.

Como já dito anteriormente, seu início se dá dentro de um Grêmio composto por estudantes do último ano do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio (2013 a 2017) de uma escola pública da comunidade do Dendê, na periferia de Fortaleza. O grupo inicialmente foi estruturado com o intuito de melhorar a dinâmica escolar. A luta, a princípio, seria pela melhoria da merenda, das salas de aula, dos laboratórios, dentre outros pontos que os/as jovens almejavam transformar, mas esses desejos de transformação foram transbordando para fora da escola.

Nesse sentido, foram pensando também sobre os problemas da comunidade que reverberavam na escola. Nascia no grupo o sentimento de transformação diante de situações-limite. Como barreiras a serem vencidas, essas ações diante das situações-limite, de acordo com Freire (1992), podemos nomear de “inéditos viáveis”. Segundo este pensador, as situações-limite, que são os problemas, devem ser enfrentados, discutidos e superados.

Os/as jovens do Coletivo se negavam a aceitar a realidade de forma dócil e passiva; assim, elaboraram estratégias que puderam, de acordo com Freire, nomear de “inéditos viáveis”. Nas Notas do Livro *Pedagogia da Esperança* (Freire, 1992, p. 106), Ana Maria Araújo Freire nos diz que:

Esse “inédito viável” é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um “percebido destacado” pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as “situações-limite” que os e as deixaram a si e a quase todos e todas limitados a ser-menos, o inédito-viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável (Freire, 1992, p. 106).

Percebemos o atuar do Coletivo como uma forma de não compactuar com a realidade posta, como uma fonte de energia que os/as mobiliza a lutar — energia que possibilita a elaboração do *inédito viável* e não alienado diante das “situações-limite” vividas na comunidade do Dendê. Dando continuidade ao percurso da Sistematização Coletiva da Experiência elaborada em 2019, no ano de 2016, de 5 de maio a 6 de agosto, o Coletivo que ainda era Grêmio Estudantil, participou de uma Ocupação na escola na qual estudava. O momento político do Brasil naquela época era de luta em várias escolas públicas pelo país inteiro (Gohn, 2017).

Segundo o Relatório de Sistematização (2019), a princípio a luta dos/as estudantes na adesão à Ocupação da escola na comunidade do Dendê era em solidariedade a uma possível paralisação dos professores e professoras em prol da melhoria das condições de trabalho — dentre as quais, ter oportunidade de cursar especializações, mestrado e doutorado. Uma das motivações que os/as fizeram participar da luta de seus professores e professoras foi a partir da reflexão de que os benefícios que chegassem aos/às professores/as resvalariam em todos/as eles/as (educandos/as). Porém, com a continuidade das atividades, a paralisação se efetivou. Assim, como não haveria aulas, a entrada deles/as estava barrada pela coordenação da escola. A partir desse fato, em assembleia refletiram que se a escola era deles e delas, por que não poderiam entrar?

Decidiram entrar e ocupar a escola. Junto com a comunidade escolar, passaram a ir para as reuniões na Secretaria de Educação do Ceará e a participarem das mesas de negociações. Nesse contexto, perceberam que seriam percebidos/as através de cartazes, faixas e instrumentos musicais; começaram a sentir mais fôlego e desejo pela luta; começaram a colocar suas próprias pautas, dentre as quais, o acesso democrático à escola, a melhoria da infraestrutura — e, não menos importante, as pautas pedagógicas em relação à remodelação da grade curricular. O ainda Grêmio Estudantil e futuro Coletivo Dendê de Luta elaborou várias atividades durante a Ocupação, dentre elas uma roda de conversa sobre o documentário “Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile”, de Carlos Pronzato (2016).

Ainda referenciados/as no Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019), os/as estudantes desocuparam a escola depois de algumas negociações — dentre estas, uma promessa de reforma; contudo, até o último ano do Ensino Médio deste grupo de alunos/as, reforma essa que não se efetivou. Após a Ocupação escolar, devido ao grande investimento de energia física e afetiva, os/as integrantes do Grêmio Estudantil estavam cansados/as, porém sentiam a necessidade de continuar a luta; eles/as finalizaram o último ano do Ensino Médio e ficaram um pouco distantes uns dos outros. No ano seguinte, um dos integrantes percebeu e contagiou os outros jovens com a ideia de que não daria para ignorar esse desejo de participar da transformação social da comunidade do Dendê. Nesse cenário, começaram a se mobilizar novamente, pois as inquietações diante do contexto social e político da comunidade os fizeram retornar às rodas de conversas e reuniões:

Um dos participantes do Coletivo, agora na universidade, em uma visita acadêmica ao acampamento Zé Maria do Tomé percebe que o latifúndio é muito sangrento e a luta pela água é dolorida. Nesta visita foi percebida uma energia de luta inexplicável, onde os visitantes foram recebidos por todos os militantes do MST que estavam no acampamento (Álbum Produto da Sistematização Coletiva, 2019).

Durante o ano de 2018, o desejo de formar um grupo para além da escola começa a tomar forma — e ocorrem as primeiras reuniões para efetivar esse desejo. O Coletivo Dendê de Luta surge como um *inédito viável* que, de acordo com Freire (1992), é uma atitude nova diante de uma situação que já não pode mais passar despercebida — e com um nome que tem a ver com dinamicidade e com luta, propondo-se a atuar em uma perspectiva acolhedora e desburocratizada.

Ainda referenciando o Relatório de Sistematização (2019), em seus primeiros encontros e impulsionado pelo desejo de transformação social, o Coletivo ocupa um prédio sucateado na comunidade, que antes oferecia atividades artísticas, pedagógicas e culturais por meio de projetos e convênios — os quais foram cortados em virtude de problemas nas prestações de contas.

A ocupação deste prédio trouxe uma série de dificuldades por sua condição estrutural, que necessitava urgentemente de reformas para garantir a segurança da ocupação (risco de desabamento, falta de água e de energia elétrica). Nesse sentido, o grupo buscou o apoio do poder público para realizar a reforma do prédio, chegando a conseguir uma audiência pública na Câmara Municipal de Fortaleza. No entanto, a burocratização estatal não permitiu que esse apoio se efetivasse, ficando insustentável a permanência da ocupação no local.

A tentativa frustrada de ocupar um espaço definido na comunidade levou o grupo a buscar conhecer melhor o território e suas possibilidades, onde passou a atuar de forma itinerante pela comunidade, fazendo seus encontros em vários lugares — como, por exemplo, as praças do Dendê.

Com a perspectiva de conhecer melhor o território para se chegar a uma atuação saudável, trazemos aqui que no contexto da Atenção Primária à Saúde, os/as profissionais realizam um processo conhecido por *territorialização*, que de acordo com Pessoa *et al.* (2013) é uma atividade essencial para uma relação saudável com a comunidade na qual pretendem atuar, buscando compreender as relações de poder, ideológicas, econômicas, políticas e culturais da comunidade.

Segundo Pessoa *et al.* (2013), a territorialização é um ponto de partida para a organização do cuidado e deve constituir-se uma atribuição primordial para os/as que pretendem atuar de forma ética, responsável e resolutiva. Diz ainda que, para conseguir intervenções responsivas, os atores e atrizes a quem essas ações se dirigem devem participar da sua elaboração, pois dessa forma podem se perceber protagonistas — e as atividades passam a ser mais eficazes, pois fazem sentido dentro do processo de transformação das pessoas e da comunidade.

Percebemos que esse processo que estamos chamando de territorialização, realizado pelo Coletivo Dendê de Luta, acontece de forma bem orgânica, envolvendo a comunidade nas nuances do dia a dia, onde vão surgindo as demandas — e, ao mesmo tempo, formas de resolução delas. Mesmo sem uma concepção teórica desse processo, o Coletivo foi constituindo uma proposta de participação da comunidade, visando à transformação social do território e escutando os moradores e moradoras sobre suas necessidades.

A partir desse processo, houve a aproximação de moradores e moradoras da comunidade incomodados/as com o sucateamento de equipamentos públicos dentro do bairro e com as crianças nas ruas sendo capturadas por todas as formas de violações possíveis. Foi possível identificar a aproximação de pessoas com as mesmas inquietações, que foram se envolvendo na elaboração de atividades com o objetivo de revitalizar alguns espaços desabitados e que poderiam proporcionar bem-estar, saúde e uma melhor convivência comunitária. Essa inserção da comunidade na construção das atividades foi proporcionando novas relações e promovendo espaços de visibilidade e de escuta de pessoas que, por tanto tempo, foram esquecidas pela sociedade.

3.2 Caminhos trilhados pelo coletivo Dendê de Luta

O Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência de 2019 evidencia alguns marcos na trajetória do Coletivo Dendê de Luta. Um deles é a caminhada realizada em 2018, com a escola que

foi o nascedouro da energia do Coletivo e a comunidade do Dendê, em prol da revitalização dos espaços públicos abandonados. Mesmo o Coletivo não fazendo mais parte do corpo de alunos/as da escola, seus/suas participantes são atuantes na mesma, para que possam dialogar com os/as estudantes atuais sobre a importância da participação nas decisões dela, onde possam desconstruir várias ideias impostas ao longo de anos — onde os/as alunos/as possam ser protagonistas de seus processos, como também possam ter espaço para reflexões e críticas. Dias antes dessa caminhada, houve rodas de conversa sobre a sua importância e a confecção de cartazes.

A escola, que foi a fonte da geração do Coletivo, é a mesma que os/as acolheu durante a Ocupação escolar de 2016, diante do que pensamos em uma analogia entre essa Ocupação escolar e a luta dos/as trabalhadores/as no campo na época da ditadura militar, em 1964, aqui no Brasil:

Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classe. Assim, os camponeses começaram a romper as cercas da repressão e da ditadura militar. Sofrendo a violência dos latifundiários, que aproveitavam a conjuntura política para expulsar os trabalhadores de suas terras, os camponeses organizaram seus espaços de socialização política e de construção do conhecimento para a transformação da realidade. E nesse andar matreiro, próprio de quem sabe como lutar, construíram novos caminhos de resistência camponesa (Fernandes, 2001, p. 43).

Assim sendo, vemos uma aproximação do Coletivo à luta do povo do campo, no sentido de reinventar seus modos de existência e resistência. Segundo o Relatório da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), percebemos que na comunidade do Dendê, assim como em outras comunidades periféricas, existe um modo de atuação de algumas pessoas que historicamente têm assumido o papel de lideranças comunitárias. Essas pessoas, ainda que sofram algum tipo de opressão — devido, principalmente, ao sistema pautado na competição e no clientelismo —, se colocam ao assumir esses espaços de poder.

Percebemos que esta forma de atuação presente na comunidade pode ser classificada como tutelada, ou ainda cidadania tutelada, pois de acordo com Demo (1992) e Chauí (1984), são alimentadas por práticas políticas domesticadoras, clientelistas e paternalistas que funcionam na perspectiva da concessão. Em outras palavras, à revelia da população local, as práticas políticas domesticadoras definem o espaço de participação — portanto, tal participação não se constitui uma conquista, mas uma concessão do poder, e de uma prática não libertadora porque não resulta da conscientização, no sentido freiriano do termo.

Nesse sentido, Demo (1992) esclarece:

Cidadania é o processo histórico de conquistas populares, através das quais a sociedade adquire progressivamente condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento social. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia de marginalização (p. 17).

O autor traz também a ideia de cidadania como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p.1). Neste sentido vemos que o Coletivo, ao olhar para essas experiências de opressão exercidas na comunidade, elabora suas reflexões críticas e se propõe a caminhar em outra direção. Opta por um caminhar de mãos dadas ao desejo de uma comunidade emancipada politicamente, assumindo assim o protagonismo, ou seja, possibilitando homens e mulheres a serem autores/as de suas histórias.

Eis aí o compromisso do Coletivo Dendê de Luta, enquanto participação popular de juventude: o descortinar de possibilidades, como facilitadores/as do processo de transformação de consciências alienadas em consciências transitivas e críticas, para uma forma de compreensão da vida, em uma jornada do dia a dia rumo à modificação e libertação individual e social.

Vemos na periferia uma pobreza monetária e política, onde as pessoas são marginalizadas — e, quando tentam se movimentar

politicamente, são desmobilizadas. Porém existem coletivos que, como o Dendê de Luta, vão resistindo a essas formas de opressão e tutela — e assim buscam construir uma cidadania conquistada e não tutelada, construída de forma paulatina no convívio do dia a dia das pessoas, possibilitando outras formas de existência para além da subalternizada, pois como a descreve Pedro Demo (1992):

A estratégia secular de obstaculização do processo de formação da cidadania inclui a tutela, em particular políticas sociais assistencialistas que aplacam o potencial reivindicativo e transformador em troca de migalhas (p. 20).

Concordamos com Demo (1992) quando se refere à emancipação como a capacidade crítica de intervir na realidade e fazer-se sujeito histórico capaz de construir seu destino. Seguindo as reflexões de Lautier (2014), a pobreza é útil para quem dela se aproveita; ela produz submissão da multidão em prol de necessidades essenciais à vida humana — e os detentores desse poder se utilizam disso como forma de dominação dos/as mais pobres.

Segundo relato de membros do grupo na Sistematização Coletiva da Experiência (2019), o ano de 2019 é considerado o do fazer concreto do Coletivo, sempre atuando na realidade das necessidades da comunidade, mas buscando atuar com criticidade. Nas ações do Coletivo são pensados os aspectos éticos e políticos que serão trabalhados, desde a elaboração. Partindo da compreensão de que não existe ação neutra, o Coletivo se aproveita das oportunidades para trabalhar a sensação de despolitização que existe na periferia. Nas palavras de Lautier (2014):

Polarizando todas as políticas sociais na questão da ajuda aos pobres (não se generaliza a educação primária; promove-se a escolarização de crianças pobres; não se cria um sistema generalizado de saúde de base; promove-se o acesso dos pobres à saúde; não se providencia a construção de equipamento de esgotamento sanitário nos bairros periféricos: promove-se o saneamento dos bairros pobres etc.), elimina-se uma noção forte (os direitos sociais) em benefício de uma noção mais do que fraca: trata-se de uma noção vazia. Essa operação é, em si mesma, uma operação de despolitização. E, voltando para uma definição

rancieriana do consenso, uma noção que “nada nos pede além de consentir”; trata-se, então, da instauração de uma hegemonia consensual (p. 474).

Caminhando de acordo com a Sistematização Coletiva da Experiência (2019), um dos primeiros eventos do Coletivo foi o Miss Kids Dendê, que teve como objetivo mostrar para a comunidade que mesmo diante de muitas violações de direitos, a periferia também tem potencial em desenvolvimento, que são as crianças. Elas são energia viva, as quais podemos cuidar para que sejam energia limpa e tratada, possibilitando-lhes um desenvolvimento saudável e com retorno da esperança de dias mais leves para a própria comunidade.

Aqui pudemos fazer a reflexão de que se pode trabalhar a consciência política do ser em vários espaços da periferia. Ao final do evento (Miss Kids Dendê), todas as crianças que participaram foram contempladas com materiais didáticos. Foi trabalhada a ideia de que não precisaria uma criança ganhar o concurso inteiro em detrimento das outras. De que há outras possibilidades de relação, não somente a relação perversa do capital. Foi trabalhada a lógica do ter coletivo, como também a reflexão sobre o que é ser belo. Quais os padrões de beleza standardizados pela nossa cultura?

O Coletivo pensou em trabalhar a beleza do ser, nas inúmeras possibilidades presentes no universo infantil, como também trabalhando com a beleza do ato de doar da comunidade; ao oferecer materiais didáticos como prêmio simbólico a todas as crianças participantes, os/as comerciantes locais foram incluídos para a venda de comidas e bebidas, de modo que a comunidade inteira foi mobilizada.

Outra ação evidenciada nos materiais de Sistematização diz respeito à 1ª Parada da Diversidade da Comunidade do Dendê. Por mais que sejam feitas palestras, seminários e rodas de conversa sobre a pauta LGBTQI+, nada se compara ao contato direto da comunidade com os artistas LGBTQI+, a partir de suas elaborações criativas, tais como teatro, música, dança, poesia, dentre outros. A arte tem uma linguagem singular, que afeta não somente o cognitivo, mas em especial a alma:

Desde os primórdios da humanidade, as expressões artísticas correspondem à expressão da comunidade e do indivíduo. A arte funciona como um meio de apreensão e reconhecimento das coisas significativas do homem, de experiências externas e internas, sendo um instrumento essencial ao nosso desenvolvimento. A arte, como a compreendemos, tem fundamental importância na trajetória humana, auxiliando o homem a estruturar seu “eu”, liberando forças regeneradoras. Ela possibilita tornar visível o invisível, valendo-se do simbólico. Se visarmos compreender um grupo social, devemos estar abertos às suas músicas, poesias, pinturas, danças e outras manifestações da alma (Diniz, 2009, p. 287).

A possibilidade de aproximar a comunidade por meio do contato artístico e cultural com o mundo LGBTQI+ pareceu-nos inovador. Aconteceram interações entre crianças, jovens, adultos/as e os artistas, não havendo nenhum relato de violação de direitos durante e nem depois do evento.

Neste sentido, fazemos uma aproximação das ações desenvolvidas pelo Coletivo de juventude do Dendê e a Educação Popular em Saúde, em relação ao enlace simbólico das pessoas com os processos nos quais elas estejam inseridas, como também com o mundo ao seu redor. O caminho político-pedagógico proposto pela Educação Popular requer o envolvimento corresponsável de todos/as os/as participantes na construção, na apropriação e na multiplicação do conhecimento (Brasil, 2016, p. 26):

Queremos mostrar para as pessoas que elas são capazes, que nem sempre precisam se submeter a relações subalternas de poder. (...) almejamos um transbordamento, sonhamos que nossa essência aumente e inunde os espaços de poder e institucionais, como enxurradas. Com muito trabalho de base vamos mudando a forma de operacionalização da velha e falida forma de lidar com a nossa comunidade (legenda do Álbum Produto da Sistematização Coletiva, 2019).

Podemos dizer que o Coletivo Dendê de Luta consegue estabelecer uma relação de diálogo com moradoras e moradores da comunidade do Dendê, ancorando esse diálogo também nos desejos do grupo de que todos e todas podem ser sujeitos de suas ações.

3.3 Participação e juventudes na periferia: potências do reexistir

Para compreendermos como se dá o processo de participação popular exercida pela juventude na comunidade do Dendê é necessário reafirmar esse território como lugar que se constitui na periferia de uma grande cidade. Nós o reconhecemos como classe periférica, como pessoas que sabem onde doem as feridas de um povo subalternizado. O Coletivo pôde testemunhar narrativas irrefutáveis de um dia a dia pesado e longo, mas também dia a dia repleto de esperança e de *inéditos viáveis*.

A periferia é marginalizada, silenciada e responsabilizada por todos os infortúnios; nos noticiários sempre se traz os antecedentes criminais das pessoas das comunidades que estão em relações de conflitos, como se isso respaldasse e ou autenticasse as mazelas que acontecem com elas.

O Coletivo chega na contramão desse contexto, para reexistir e equalizar que também na periferia existem autores de suas narrativas cheias de vida e de saúde:

Queremos compartilhar o saber capturado em nossas trajetórias e provar que isso não é restrito a nenhuma classe social. [...] Temos o direito de usufruir da cultura e do bem estar. [...] Nós fazemos parte da produção de tudo que existe na sociedade e temos direito de consumo a tudo que o social pode nos oferecer, inclusive o poder de protagonizar a nossa narrativa (legenda do Álbum Produto da Sistematização Coletiva, 2019).

O Dendê é uma comunidade que enfrenta muitas violações de direitos; quando nos enfronhamos com a análise crítica da realidade, especialmente a partir das reflexões de Freire (1996), percebemos que esta situação não é uma coisa acabada: ela faz parte de um processo histórico e é modificável, mesmo diante de todas as violações de direitos estruturais. A Educação Popular nos revela possibilidades da comunidade se desvencilhar desses processos de opressão e invisibilidades. Para compreender um pouco mais as condições que determinam a estrutura da periferia na qual o Coletivo Dendê de Luta está inserido, recorreremos a um breve embasamento sócio-histórico, fazendo um paralelo com

os escritos de Fanon (1968), pois vemos hoje resquícios do Brasil Colônia, a partir da convivência na comunidade.

Percebemos que não existem relações neutras. Uma parte da sociedade pertencente à outra camada da estratificação social se apropria das pessoas da comunidade para que façam parte da engrenagem do sistema; porém, mesmo sem ter como fugir totalmente desses enlaces, é sentida, dia a dia, a violência territorial e estrutural na comunidade, em que os colonos chegaram aqui no Brasil e empurraram para as bordas os/as desfavorecidos/as.

Seguindo com Fanon (1968), entendemos que a periferia é uma herança colonial: existe violência na periferia porque foram arrastadas para a periferia, de forma violenta, as comunidades que ficam distantes do *centro*. Há bem pouco tempo atrás, os/as subalternizados/as tinham que caminhar muito para chegar a este centro, onde estavam os mercados, os hospitais, as escolas — e isso é uma violência: violência colonial e estrutural do país, pois quando os colonizadores chegaram aqui no continente, tratavam os/as que aqui já habitavam e os/as que foram arrastados pra cá, de seus países, como uma espécie diferente deles: eram tratados como objeto de satisfação em vários sentidos, desde sexual até a força de trabalho. Assim sendo, não existia a menor possibilidade de serem considerados com igualdade. Como poderiam fazer isso tudo com a própria raça? Negros/as e indígenas eram as *bestas de carga*, pois foram desde sempre desumanizados/as para que, assim sendo, todas as formas de violações de direitos pudessem ser autenticadas, pelos humanos *de bem* em detrimentos dos *desumanos/as* (atualmente a periferia). Desde então essas amarras se arrastam até os dias atuais. Porém essas práticas se transmutam — e hoje experienciamos práticas modernas de submissão e escravização das existências dos/as periféricos/as. Percebemos essa realidade na comunidade do Dendê, realidade esta que o Coletivo Dendê de Luta tenta enfrentar cotidianamente.

Com referência nas reflexões de Fanon (1968), vamos percebendo que essa colonização não é só territorial e física: ela é também subjetiva — e nesse sentido fazemos alguns questionamentos: se os/as indesejáveis são colocados/as nas bordas do que a sociedade considera ter de melhor, assim sendo o

que lhes resta? O que fizeram e o que fazem com as comunidades até hoje? O que as pessoas das comunidades vulneráveis vão internalizando subjetivamente? Como se pode conseguir a libertação da própria mente? Com esses questionamentos o Coletivo Popular de Juventude do Dendê vai caminhando e tentando construir formas de elaborações possíveis junto com a comunidade para tentar compreender e ressignificar essa realidade.

A Experiência do Dendê de Luta evidenciada na Sistematização Coletiva (2019) parece nos mostrar que as relações envolvendo a música, a poesia, a dança, o brincar podem ser um caminho de construção de identidades com mentes libertas dos processos colonizadores. Nesse sentido, o Coletivo vai possibilitando o contato da comunidade com essa forma de elaboração de ser e de se relacionar por via da arte, através de ações como o Miss Kids Dendê, a Parada da Diversidade, rodas de conversa, dentre outras atividades.

Uma questão importante percebida no acompanhamento das atividades e no percurso da Sistematização Coletiva (2019) diz respeito ao cuidado do Coletivo ao modo singular de cada participante do próprio Coletivo — existindo, assim, uma dinamicidade bem singular. Alguns têm mais fluidez na fala ou dominam as mídias digitais; outros, os jogos com as crianças ou organização e decoração de eventos — ou mesmo os que assumem as reflexões teóricas nas discussões. Essa diversidade de potência na atuação do grupo flui de forma cooperativa e complementar.

O Coletivo também passa por situações conflituosas — e, por vezes, contraditórias; porém de forma mais geral tem prevalecido o sentido cooperativo, de compromisso grupal. Um relato de um membro do grupo no Relatório de Sistematização (2019) expressa esse compromisso:

A caminhada do Dendê de Luta faz sentido se a chegada for coletiva; fora da coletividade não acontecerá a transformação. Como não saturar o Coletivo pelo desejo da luta constante? (Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência, 2019).

Por fim, visualizamos, com base na Experiência do Coletivo, que ele expressa uma possibilidade de participação popular da juventude no processo de emancipação social, equalizando vozes periféricas que, com toda a sua energia, se colocam para incomodar os ouvidos dos que têm amordaçado e oprimido historicamente a comunidade.

4 PONTOS DE CHEGADA

Debruçamo-nos sobre a Experiência do Coletivo Dendê de Luta, que nos permitiu perceber o Coletivo, oriundo de um Grêmio Estudantil em seu caminhar, que amplia seus horizontes e se propõe a um processo de participação envolvendo a comunidade para pensar e agir buscando a transformação de sua realidade social. Várias juventudes compõem o Coletivo. Estas são, muitas vezes, marginalizadas e responsabilizadas por todos os seus infortúnios, porém a análise dessa Experiência desvela a existência de jovens que vão equalizar a existência de juventudes diferentes da midiaticizada nos programas policiais. Juventudes que vão à luta e não toleram passivamente a opressão vivida diariamente na comunidade: que carregam consigo uma forma de rebeldia necessária para a resistência e para a elaboração de *inéditos viáveis*.

Aprendemos com os/as jovens do Coletivo que o ativismo não deve estar alienado da participação popular na comunidade. Que a luta consciente, embasada em uma construção teórica, ética e política é necessária para a superação das situações-limite do cotidiano, que a luta pelo bem comum e coletivo é o caminho para a emancipação tão desejada. Nesse sentido, percebemos o compromisso do grupo de realizar um trabalho **com** a comunidade e não *para* ela, como também o despertar de uma consciência crítica das pessoas da comunidade de se perceberem potentes nessa mobilização.

As reflexões do Coletivo nos ajudaram a perceber que, na comunidade do Dendê, espaço de atuação do Coletivo, existe uma espécie de *cidadania tutelada*, configurada na relação das figuras

de poder para com os/as moradores/as, a qual está pautada pelo clientelismo e paternalismo — relação esta que o Coletivo tenta ressignificar.

Uma questão fundamental advinda da Experiência diz respeito às possibilidades que o Coletivo cria ao incluir a arte como linguagem: possibilidade expressiva e criativa para enlaçar simbolicamente a comunidade — e, a partir dela, incluir outras questões, como a pauta LGBTQI+, a pauta ambiental, a revitalização de espaços públicos, dentre outras.

Por fim, nos juntamos ao Coletivo no desejo de que aconteça um transbordamento de energia emancipatória, sonhando que a essência coletiva aumente e inunde os espaços de poder públicos e institucionais — e no esperar para um novo devir.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *A arte e a cultura populares na promoção da vida e da saúde. Ideias e dicas para o desenvolvimento de processos participativos em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

DEMO, P. **Cidadania menor**: algumas indicações quantitativas da nossa pobreza política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

DEMO, P. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

DINIZ, L. O alcance da arteterapia aplicado em projetos sociais. In: Alves Junior, E. de D. (org.). **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. cap. 16, p. 286-295. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/e0sxnX>. Acesso em: 24 maio 2020.

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. **Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência.** Eusébio: Fiocruz Ceará, 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** – 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 316 p.

FREIRE, A. M. A. Notas. In: FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001. 13.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GROPPO, L. A. **Juventude – Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências.** 2ª ed. rev. Brasília: MMA, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

PESSOA, V. M. *et al.* Sentidos e métodos da territorialização na atenção primária à saúde: desvelando as relações produção, ambiente e saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.18, n.8, p.2253-2262, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2020.

PRONZATO, C. **ACABOU a paz! Isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo**. Direção, produção e roteiro: Carlos Pronzato. Fotografia de Caio Castor. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw>. Acesso em: 18 mai 2020. **Vídeo**. Acesso em: 24 maio 2020.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Educação Brasileira**, n. 5-6, 1997. Disponível em: www.anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE06_6_06MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, M. P. (coord.). **Juventude e escolarização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, p. 7-33.

SPOSITO, M. P. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. In: SPOSITO, M. P. (coord.). **Estado da Arte sobre a juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. v. 2, Belo Horizonte: Minas Gerais: Argvmentvm, 2009, p. 11-15.

VALLA, V. V. Sobre a participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, p. S07-S18, 1998.

“EU NÃO ANDO SÓ”: A SABEDORIA POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO E PRÁTICAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DE UM CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

Sandra Nyedja de Lacerda Matos

Aline Samara Dantas Soares

Isabelle Almeida Ribeiro

Vera Lúcia de Azevedo Dantas

INTRODUÇÃO

A participação popular tem passado por vários processos e características de acordo com a conjuntura histórica. O período de redemocratização do Brasil ficou marcado pela luta popular contra a repressão, censura e pelo direito ao voto, evidenciando-se através do movimento de “Diretas Já” na década de 1980. Foi com a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que a participação popular ficou legitimada como direito Constitucional nas instâncias de decisão e acompanhamento da gestão pública (Brasil, 1990).

A regulamentação do Sistema Único de Saúde/SUS, Lei 8.080 de 1990 e Lei 8.142/90, que trata do financiamento e controle social em saúde, validou a participação de usuários/as, prestadores/as de serviços, profissionais de saúde e representantes do governo para o controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros (BRASIL,1990). Ademais, trouxe a orientação das instâncias colegiadas, ou seja, os Conselhos de Saúde, a nível federal, estadual e municipal, em caráter permanente e deliberativo – e a Conferência de Saúde (Brasil, 1990).

Nesse contexto, percebe-se a demanda de formação de atores/atrizes sociais críticos/as, reflexivos/as, articulados/as socialmente à participação e controle social em saúde no Brasil. Como prática do trabalho no SUS, particularmente na Estratégia Saúde da Família/ESF, tem-se na Política Nacional de Atenção Básica/PNAB as atribuições comuns a todos os membros da equipe realizar ações de educação em saúde à população, como

também promover a mobilização e a participação da comunidade, viabilizando o controle social na gestão da Unidade Básica de Saúde/UBS (Brasil, 2017).

No entanto, a prática da participação cidadã mostra-se muitas vezes como um ponto crítico quanto à sua existência em alguns municípios, no que diz respeito ao Conselho Local de Saúde/CLS.

O fato de que o CLS não é citado na Lei Nº 8.142/90 poderia dificultar o seu início; mesmo sendo mencionado na Resolução nº 453/2012, essa não traz especificações sobre sua atuação, composição ou área de abrangência, ficando para os municípios a responsabilidade de sua criação através de decreto, lei municipal ou portaria. Para Lima (2017), há fragilidades que são trazidas por lacunas deixadas pela resolução de 2012.

Nesse contexto, o processo de implantação do CLS partindo de profissionais de saúde, instituições de nível superior e usuários/as do SUS mostra-se oportuno para uma reorganização e fortalecimento popular. Importante ressaltar que o município onde ocorreu a experiência não possui Conselhos Locais, sendo um trabalho pioneiro, pois iniciou-se como atividade do Programa de Educação pelo Trabalho, PET Saúde Gradua SUS (2017) da Universidade Regional do Cariri/URCA e Universidade Federal do Cariri/UFCA, realizado por preceptores e acadêmicos dos Cursos de Medicina, Educação Física e Enfermagem. A continuidade foi garantida pelo envolvimento popular e serve de exemplo para outras comunidades iniciarem essa mobilização.

Considerando que a participação social não se dá apenas na perspectiva institucionalizada, como nos Conselhos, faz-se importante destacar que, nas instituições de atenção à saúde, a participação do/a usuário/a perpassa pela maior democratização da informação, pelo reconhecimento dos/as usuários/as por parte dos/as profissionais de saúde como sujeitos no processo do cuidado com a saúde (não devendo ser reificados/as como alvo de práticas e prescrições); bem como pela compreensão dos/as usuários/as quanto aos seus direitos e ao seu papel na defesa de seus interesses (Andrade; Vaitsman, 2002).

Diante do exposto, este trabalho nasceu da Sistematização Coletiva da Experiência proposta pela Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará, que teve como ponto de partida a Cartografia Social, ferramenta utilizada no planejamento e na transformação social, sendo fundamentada na investigação-ação-participativa e desenvolvimento local (Da Costa *et al.*, 2016).

Esta revelou o retrato da comunidade adscrita em duas equipes da Estratégia Saúde da Família em Crato, Ceará, com seus determinantes sociais, ameaças e fatores promotores da saúde, trazendo o olhar dos/as participantes com valor significativo para a atuação de um grupo mobilizado, que ainda não é institucionalizado como Conselho Local de Saúde, no entanto está envolvido com o planejamento, acompanhamento das ações de saúde e práticas de cuidado.

Mediante a Sistematização Coletiva da Experiência realizada sobre a importância da participação popular para o controle social e os aspectos de sua atuação no território, e considerando a implicação de uma das autoras como enfermeira da ESF Ponta da Serra e participante do grupo para implantação do CLS, surgiu o questionamento sobre como os atores e atrizes envolvidos/as observam essa caminhada — e como percebem sua implicação nesse processo que transcendeu atribuições técnicas com ações de cuidado e amorosidade.

Este estudo tem como objetivo geral: analisar como as práticas de cuidado contribuíram para o processo de criação e fortalecimento do Conselho Local de Saúde como estratégia de participação popular. Os objetivos específicos propõem-se: identificar como as práticas de cuidado permearam o processo de trabalho do grupo formador do Conselho Local de Saúde de Ponta da Serra, Crato, Ceará e descrever o papel do cuidado nas motivações dos/as participantes e no enfrentamento dos desafios encontrados.

Não pretendemos aqui fazer uma retrospectiva da história do cuidado, mas sim visualizar e trazer uma reflexão sobre os significados e expressões em cada momento de articulação vivenciados pelos sujeitos e trazidos pela Sistematização da

Experiência. Nesse sentido, percebemos a definição do cuidado como:

O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o ethos fundamental humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir (Boff, 1999, p. 1).

Esse evidenciar foi o elemento orientador da produção das narrativas que se seguem como tópicos deste trabalho, bem como a Política Nacional de Educação Popular em Saúde PNEP/SUS que propõe uma prática político-pedagógica participativa, valorizando os saberes populares por meio do diálogo entre os diversos saberes, perpassando as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 2013).

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido no distrito Ponta da Serra, zona rural localizada a 15 km da sede do município do Crato, região do Cariri, Ceará, e está a 511 km da capital Fortaleza. O Censo do IBGE (2010) contabiliza 8.971 habitantes no distrito.

O município apresenta uma população estimada em 121.428 habitantes (IBGE, 2010) e, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (2020), possui 41 equipes da Estratégia Saúde da Família, distribuídas em 32 Unidades Básicas de Saúde nas zonas rural e urbana; conta com o apoio de uma equipe de Serviço de Atendimento Domiciliar/SAD. No distrito Ponta da Serra, *lôcus* desta experiência, há quatro equipes da Estratégia Saúde da Família, mas apenas duas estão inseridas em um mesmo espaço físico — e fizeram parte deste estudo.

Para a organização metodológica na Sistematização, buscou-se o direcionamento de Holliday (2006). O autor reflete sobre a possibilidade de trazer a abertura de caminhos à medida em que se cruzam pessoas, saberes, procura de sentidos, linhas de atuação (Holliday, 2006).

A Sistematização de Experiência é compreendida como uma articulação da teoria e prática e faz parte de um processo permanente cumulativo da nossa experiência de intervenção em realidades sociais dinâmicas. Dessa forma, mostra como melhorar a prática, a partir do que ela mesma nos ensina, como também almeja enriquecer, confrontar e modificar a teoria existente, sendo uma ferramenta com grande contribuição para entender e transformar a nossa realidade (Holliday *apud* Taller, 2006).

A Sistematização Coletiva da Experiência teve como âncora a Cartografia Social, decorrente de dois encontros: o primeiro, com a confecção dos mapas que apontaram as ameaças e potências do território; participaram integrantes do Conselho Local de Saúde, dois (2) professores e vinte e três (23) alunos da Escola de Ensino Fundamental Professor José Bizerra de Britto, usuários/as do SUS e profissionais de saúde da UBS.

Neste primeiro encontro, o número de participantes foi superior a trinta (30) pessoas; assim, distribuímos cartolinas por grupos de acordo com a localidade de residência, ou seja, sede do distrito e sítios, como são chamadas as comunidades do distrito. Em cada grupo havia pelo menos um adulto ou adulta com os/as adolescentes. O produto foi apresentado ao final, mas por questão do horário de saída dos/as estudantes, marcamos outro momento para um diálogo mais detalhado.

O segundo encontro aconteceu com os/as conselheiros (8 pessoas), uma acadêmica do Curso de Enfermagem da URCA e Agentes Comunitários/as de Saúde. As Cartografias realizadas no primeiro encontro ficaram no centro do círculo durante a reunião para que os/as presentes dialogassem sobre os determinantes sociais, contribuindo para a visualização dos fatores que promovem e ameaçam a saúde no território.

A Cartografia trouxe como ameaça a falta de saneamento básico e o lixo, e como fator de promoção da saúde foi ressaltado o processo de implantação do Conselho Local de Saúde; assim, este foi apontado para a Sistematização da Experiência.

Para a Sistematização Coletiva da Experiência propusemos, em reunião ordinária, a participação de algumas pessoas que

fizessem o resgate da trajetória do CLS, traçando a linha do tempo, de 2017 a 2019. Nesta ocasião já organizamos o modo como seria posteriormente apresentado à comunidade. Trabalhamos com a seguinte dinâmica: busca de livro-ata, fotos, registros em mídias sociais, jornal local — e, assim, traçamos essa caminhada em um pano com desenhos de alguns marcos representativos.

Nesse sentido constituímos um grupo pequeno, com cinco (5) pessoas, que compuseram nossa equipe de sistematização. Esta se constituiu de três (3) Agentes Comunitárias de Saúde, uma representante da comunidade e a enfermeira — realizando, esta, também, o registro da Sistematização.

Para esse registro individual seguimos os passos de Holliday (2006) e trouxemos a Sistematização Coletiva da Experiência como nosso ponto de partida. A Sistematização Coletiva da Experiência teve como produto um vídeo-documentário que foi apresentado no Encontro Regional e Encontro Interestadual de Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido.

Cabe ressaltar que o vídeo-documentário foi produzido por meio de uma entrevista semiestruturada, com três (3) pessoas que estavam desde o início da implantação do Conselho Local de Saúde. Participam do documentário: uma Agente de Saúde, uma liderança comunitária e um usuário do SUS. Com base neste material e no Relatório de Sistematização, passamos a construir a formulação do plano individual de sistematização, elaborando seus objetivos e definindo o percurso metodológico.

Considerando que o momento agora constitui-se na reflexão de um processo vivido coletivamente, a recuperação do vivido na Sistematização Coletiva da Experiência foi feita por meio de uma revisita aos materiais nela produzidos, retirando deles palavras geradoras que tivessem a ver com os objetivos a que esse trabalho almeja alcançar. Partir das palavras geradoras foi uma escolha que se ancorou na proposta dos *círculos de cultura* de Paulo Freire, nos quais essas palavras representam a realidade dos grupos ou territórios:

Esse mergulho permite ao educador interagir no processo, ajudando-o a definir seu ponto de partida que

se traduzirá no tema gerador geral, vinculado à ideia de interdisciplinaridade e subjacente à noção holística de promover a integração do conhecimento e a transformação social (Bornstein, 2017, p. 104).

Algumas dessas palavras foram: “acolhimento”, “convivência”, “integração”, “união”, “horta/farmácia viva”, “aprendizado”, “luta pelo bem comum”, “educação popular”, “parcerias”, “apoio”, “descobrir necessidades da comunidade”, “mais participação”, “comunidade/profissionais/gestão”, “entender o trabalho dos profissionais”, “aproximação”.

Esse processo fez emergir uma tematização tal como propõe a abordagem dos *círculos de cultura* e que constituem os objetivos específicos deste trabalho: o papel das práticas de cuidado na formação do Conselho local e o cuidado como motivação para superação dos desafios encontrados.

A partir do vídeo-documentário, com a participação dos três (3) membros do CLS já mencionados, gerou-se narrativas que foram transcritas e posteriormente problematizadas em diálogo com autores/as, constituindo a etapa apontada por Holliday (2006) como *reflexões de fundo*.

Por fim os *pontos de chegada* constituem as considerações desse estudo, ou seja, os aprendizados que advieram dessas reflexões — e a possibilidade de dar-lhes visibilidade.

3 AS PRÁTICAS DE CUIDADO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE

Considerando o Relatório de Sistematização (2019), podemos perceber que a Cartografia Social identificou e evidenciou a participação e as ações de promoção da saúde realizadas pelos atores e atrizes envolvidos/as na implantação do Conselho Local de Saúde.

Ao revisitar os produtos da Sistematização Coletiva da Experiência, observamos que o cuidado permeou tanto o processo de organização do Conselho como se constituiu motivação para

superação dos desafios. Este percurso aconteceu de forma simples, nas rodas de conversas, sem conceitos e métodos prontos: com seres humanos em um mesmo espaço físico, houve o despertar sobre os modos de cuidar.

3.1 As práticas de cuidado no processo de formação do Conselho Local de Saúde

Conforme a Sistematização Coletiva da Experiência (2019), podemos descrever que os sujeitos trazem suas vivências e percepções sobre o engajamento durante essa caminhada, sendo feito um recorte no tempo, de abril de 2017 a agosto de 2019.

Na Sistematização Coletiva da Experiência foram ressaltados o acolhimento durante as reuniões e a aproximação das pessoas da comunidade entre si e com os/as profissionais de saúde, a luta pelo bem comum e a união do grupo — como relata uma conselheira:

A união do grupo sempre em sintonia, um procurando ajudar o outro... A gente 'tá em trabalho, na reunião ali, mas assim, a gente se torna um laço de amizade muito forte (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Vale salientar que o ato de falar e ser ouvido pode estabelecer um vínculo mais profundo e verdadeiro. Para Guareschi (2005), com o diálogo é possível levar ao crescimento mútuo, pois para acontecer é exigido respeito total ao mundo do outro, exigindo uma verdadeira democracia.

O Conselho Local mostra-se como um espaço acolhedor, de escuta e aprendizado; possibilita a expressão de sentimentos e inspirou um senhor de 81 anos de idade a escrever suas crônicas e poemas de acordo com os desafios levantados em cada encontro.

Segundo Pasche (2010), o acolhimento busca a criação de vínculo a partir da escuta de problemas, troca de informações, mútuo reconhecimento de direitos e deveres, sendo perpassado por processos de responsabilização. No acolhimento acontece

a abertura para a escuta das demandas reais do/a usuário/a do serviço de saúde — e as decisões possibilitam intervenções pertinentes e eficazes.

Os diálogos no Conselho Local resultaram em mudanças na vida dos/as envolvidos/as. Com base no Relatório de Sistematização (2019), as reuniões proporcionaram um “despertar” para as situações de saúde, estimulando a atenção às dificuldades — e, assim, puderem fazer as devidas reivindicações:

O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem... Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade (Freire; Shor, 1987, p. 123).

Para o membro mais velho do grupo, suas idas ao Posto de Saúde ficaram mais constantes. Isso deve-se ao fato de verificar como está o seu funcionamento e confere uma normalidade no atendimento, porém detecta falhas relacionadas à medicação a ser dispensada; assim, relaciona soluções e possibilidades alternativas, como as plantas medicinais:

Essa integração de reunião mensal com todo o grupo e a gente sentindo a necessidade da farmácia viva voltar, cada um ter no quintal em sua casa para a manutenção desses remédios que se chamava meizinha (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Com essa fala percebemos a importância de realizar um resgate dos saberes tradicionais, principalmente por ser um ambiente rural, propício para a implantação de espaços com plantas medicinais.

As plantas medicinais foram a opção a ser trabalhada pelo grupo. Essa possibilidade aconteceu após três encontros sobre a implementação do CLS — e na realização do planejamento estratégico, utilizamos a Matriz FOFA ou SWOT, identificando as *fortalezas, oportunidades, fraquezas* e *ameaças* nas questões de saúde do território. Em seguida, no plano de ação, emergiu o processo que deu início às práticas populares dentro do Conselho

de Saúde, não havendo mais distinção entre ideias e ações: a implantação da horta comunitária/espço medicinal na UBS ficou conhecida por ser uma atuação do Conselho Local — e muitas vezes sendo tratada como sinônimo dele:-

O Conselho de Saúde, lá tem a horta, a horta viva; então, eu, lá, eu comecei a observar e fui aprendendo. No Conselho vinha os alunos (...), uma coisa muito bonita que eu acho, o Conselho juntamente com o diretor da escola levava os alunos pra participar também (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Com essa nova perspectiva, foram nascendo modos de fazer a implantação da farmácia viva dentro do serviço de saúde. Os/as protagonistas do Conselho Local estavam agora envolvidos/as com o cuidado — e colocaram-se abertos/as ao novo e ao antigo, ao resgate das tradições nesse mundo de constantes mudanças. Cabe ressaltar que os encontros foram ancorados nos princípios da Educação Popular em Saúde: amorosidade, dialogicidade, emancipação e protagonismo popular.

No relato a seguir, percebemos que uma prática ainda pouco conhecida geralmente é atribuída a quem realizou — e as práticas populares, ancestrais, resgatam conhecimentos prévios, trazendo sempre satisfação:

Nesse contato direto que eu tive [...] com seu reiki, com suas práticas, as danças, trazendo as meizinheiras, é um aprendizado que a gente tem. A gente vai tomando, retomando aquele conhecimento da medicina caseira que se tinha antigamente, tudo isso são conhecimentos daquilo que vem à tona, e todos os momentos são emocionantes (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Cabe enfatizar a importância e o significado das meizinheiras da região do Cariri: como descreve Araújo (2016), as meizinheiras são mulheres do campo (zona rural), que com o seu conhecimento utilizam plantas medicinais da região para a produção de medicamentos — as mezinhas, medicamentos para tratamento de enfermidades.

Os modos de cuidar na comunidade rural têm uma essência peculiar, podendo diferenciar-se de centros urbanos. Parece que as relações de proximidade entre os/as moradores/as vão facilitando as práticas advindas da cultura popular, como as mezinheiras e benzedeiiras. A apropriação do lugar onde vivem, o amor que transmitem quando falam precisam ser considerados — em que, na fala a seguir, é perceptível o reconhecimento sobre as fragilidades no território:

A comunidade carece de muitas coisas e a gente aos poucos foi descobrindo o que era necessário, o que era que a gente precisava, e a gente foi buscar. Fomos descobrir que também não estava em nossas mãos [...] e fomos buscar ajuda com o Conselho Municipal de Saúde (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

As práticas populares de cuidado sempre permearam gerações, estando presentes na casa de nossos/as avós e em culturas de povos tradicionais. Elas trazem a interação do ser humano com a natureza, conduzidas empiricamente nas formas de aprender e fazer saúde. Algumas práticas foram deixadas à margem do cuidado com a ascensão da Medicina moderna, de caráter biologicista e de perspectiva cartesiana.

Ao nos referirmos às práticas populares de cuidado, o fazemos referenciando a concepção trazida por educadores/as populares em saúde, a partir da experiência de um espaço de cuidados gerido coletivamente de forma sustentável e solidária dentro de uma Universidade Pública:

[...] estas (práticas) têm desvelado possibilidades de construção de processos de cuidado dialogados, participativos e humanizados, acolhedores da cultura e do saber popular. Podemos considerá-las práticas sociais, uma vez que se constituem no encontro entre diferentes sujeitos, que se identificam com uma postura mais integradora do ser humano, reconhecendo e legitimando crenças, valores, conhecimentos, desejos e necessidades das classes populares, refletindo sua leitura do mundo, referenciadas na ancestralidade, nas experiências e condições de vida, no contexto sociocultural, reconhecendo o ser humano em sua totalidade e cuja principal referência é a profunda vinculação e amorosidade às pessoas, às comunidades

onde vivem e à luta solidária por uma vida mais digna para todos (Dantas *et al.*, 2011, p. 3).

Vale salientar os resultados com as mudanças de paradigma relacionados à assistência em saúde, da articulação de movimentos populares, debates em conferências nacionais de saúde, experiências de profissionais e recomendações da Organização Mundial de Saúde/OMS e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares/PNPIC no SUS, aprovada em 2006. Essa tem em suas justificativas estarmos em um país multicultural — e a incorporação das práticas integrativas na rede pública torna-se de fácil acesso à população, tem baixo custo e amplia as opções terapêuticas pelos serviços de saúde, antes restritos ao atendimento privado (Brasil, 2015).

Dentre as práticas inseridas na PNPIC, ressaltamos, neste trabalho, as que permearam o processo de organização do Conselho Local — especialmente a Farmácia Viva na Unidade Básica de Saúde, fruto do empenho dos sujeitos envolvidos. Deste modo, a sua relevância está, por um lado, na possibilidade de produzir uma reflexão crítica sobre a experiência da união do grupo, tanto entre comunidade e profissionais como pela continuidade das ações a partir do cuidado.

Imagem 1 – Fotos da Sistematização Coletiva da Experiência



Fonte: Matos, 2019

3.2 O cuidado como motivação para enfrentamento dos desafios

As práticas de cuidado tornaram-se âncora deste trabalho pela sua singeleza — e, ao mesmo tempo, sua força mobilizadora e motivadora dos sujeitos; com a Sistematização

houve a desinvisibilização do cuidado e percebemos, então, o que possibilitou trilhar esse caminho.

De acordo com o Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019), nos encontros do Conselho Local são realizadas atividades relacionadas à melhoria da saúde das pessoas. Não existe um Conselho formalizado, não há regimento interno: o que existe, primeiramente, é o acolhimento mútuo de pessoas e a articulação de ações para demandas possíveis de serem resolvidas – muitas vezes dentro do próprio território. Então, nesse sentido, qual a relação com o cuidado? O cuidado apresenta-se como algo mais do que um ato isolado para com outra pessoa:

Saber cuidar implica aprender a cuidar de si e do outro, tendo sempre noção de nossa realidade, possibilidades e limitações. Antes de sonhar eternamente com um mundo por vir, sonhemos com uma sociedade onde os valores se estruturam e se constroem ao redor do cuidado com as pessoas, sobretudo, considerando as diferentes culturas, saberes, ideias; com o planeta em que vivemos e com as questões que envolvem este viver em relação de cuidado uns com os outros (Silva, 2005, p. 473).

Diante desse pensamento, começamos a desvelar as impressões e falas dos sujeitos, extraídas da Sistematização Coletiva da Experiência (2019), que se identificam com o cuidar, o sentimento de estar bem e com a geração de vínculos de confiança:

É saber que não está sozinha, é estar unido com outras pessoas com o mesmo propósito. [...] Poder expressar o que pensa e o que sente; ser reconhecido e acolhido (Relatório de Sistematização, 2019).

Para Félix-Silva *et al.* (2014), o cuidado está envolto numa visão de múltiplos fatores, não somente em saberes técnicos e científicos: a escuta, o olhar, o sujeito, em seus vários aspectos contribuem para uma assistência com integralidade, sendo importante a manutenção do vínculo e troca de saberes.

Podemos notar a potencialidade dessa abrangência do cuidar quando acontece no exercício da atribuição profissional e de uma forma mais horizontalizada, da comunidade com a

comunidade. Aqui a presidente da Associação de Moradores fala sobre sua motivação e a forma de atuar no enfrentamento dos desafios, após participar do Conselho Local de Saúde:

Eu percebi que a gente se aproxima um do outro e isso é o que se torna comunidade e os profissionais. [...] Antes quando eu cheguei aqui não tinha nada, não tinha médico, não tinha agente de saúde (...); a população reclamava, mas não sabia a quem procurar; então na hora que eu comecei a participar do Conselho de Saúde, eu faço uma reunião, sento com a comunidade, a gente conversa, eles traz os problemas deles, o que é que precisa e eu levo pra o Conselho (local) e o Conselho procura resolver os problemas das pessoas (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Torna-se possível identificar a repercussão da trajetória do grupo na prática, desvelando o quão significativas são as rodas de conversa. Dentre as motivações observadas está a implantação do jardim medicinal no Posto de Saúde; como exemplo, trazemos a experiência desta mesma microárea, onde foi iniciada uma mobilização social para fazer canteiros de verduras e hortaliças no terreno da Associação Rural:

Aqui eu comecei a conversar com os vizinhos e a gente começou a fazer canteiro. Eu mostrei pra eles a verdura fresquinha, plantada sem ter veneno, sem passar nada. Então, é uma renda a mais; como tem pessoas aqui que faz os canteiros e passou a vender (...); pra mim é importante por eu ser cadeirante, é um incentivo a mais eu aprender, dar valor à vida (...), porque mesmo na cadeira de rodas, eu ‘tou lá com as menina no Conselho Local, ‘tou buscando melhoria de vida pra minha comunidade — e isso não tem dinheiro que pague (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Para melhor entendimento, cabe explicar que o jardim medicinal no Centro de Saúde Joaquim Ferreira Leite tem, além das plantas medicinais, hortaliças e frutas — e está conseguindo alcançar alguns de seus objetivos, como o incentivo à população realizar uma alimentação saudável e promover essa prática em seus quintais e territórios.

O enfrentamento aos desafios é feito a partir da desconstrução do modelo centrado na doença: está na mudança de comportamento, hábitos e aproximação das relações entre seres humanos; e nesta experiência, as práticas populares e integrativas desenvolvidas em cada passo proporcionaram a reorientação do modelo assistencial.

As práticas populares, bem como as práticas integrativas, têm como característica olhar para a pessoa e não a doença, como discorre Oliveira *et al.* (2010) que a centralidade na pessoa e no processo de cura estimula maior responsabilização, empoderamento e participação da pessoa nas decisões e ações, sendo importante o vínculo de confiança com o/a terapeuta ou com o/a agente de prática popular.

Outro aspecto a ser considerado para as motivações encontra-se em ações intersetoriais e momentos simbólicos, como aconteceu no plantio do Baobá, árvore que carrega a força da resistência e ancestralidade africana, e faz parte do Projeto Caminhos do Baobá, do Grupo de Valorização Negra do Cariri/GRUNEC.

Um momento marcante, foi quando a enfermeira trouxe uma planta com o nome de baobá (...): juntou todo mundo, veio o pessoal da educação popular, fomos nós daqui da Ponta da Serra, o Conselho, juntamos as crianças e foi um momento muito emocionante. Outro momento foi nossa primeira colheita da nossa horta comunitária: foi muito bom ver o alface, o coentro, ver a tomate cereja, ver os alunos chegando aqui colhendo e levando pra cozinha da creche, pra o colégio; ali a gente se sentiu como uma vitória, porque todo final de semana a gente aguardo, vendo ali foi gratificante (Relatório de Sistematização, 2019).

Refletindo por meio do Relatório de Sistematização (2019) sobre as conquistas ao longo da trajetória, os atores e atrizes mencionam a participação deles/as com a promoção de mudanças na comunidade através dos aprendizados no Conselho Local, evidenciando a importância de serem ouvidos/as e contemplados/as com o atendimento de algumas reivindicações. Essa articulação facilitou a comunicação entre gestores/as, profissionais de saúde

e população, conseguindo estender-se para além dos muros do Posto de Saúde ou de qualquer instituição.

A caminhada mostra muitos avanços; no entanto, falar sobre os novos desafios torna visível os nós críticos, para que juntos/as possamos traçar um planejamento efetivo e maneiras de desatá-los, como percebemos no depoimento a seguir:

É complicado porque ninguém quer participar de nada hoje em dia... a gente não quer assumir, só quer achar o prato pronto; (a pessoa) diz [que] não tem tempo, eu não posso, eu não vou — e depois querem receber. [...] Precisa a comunidade participar mais; assim, participar em peso, aí seria bem melhor, a gente teria mais força para lutar por nossos ideais. [...] O que a gente vê futuramente é que a gente consiga encontrar pessoas mais abertas a nossas causas (Vídeo-Documentário Youtube, 2019).

Nota-se uma inquietação nas falas acerca da necessidade da participação de um maior número de pessoas do território nas rodas de conversas do Conselho Local; considerando o sentimento de união entre os sujeitos, resulta na geração de maiores expectativas com a população em geral.

4 CONSIDERAÇÕES – PONTOS DE CHEGADA

A intenção de institucionalizar a participação popular no distrito de Ponta da Serra, inicialmente realizada por universitários/as, profissionais de saúde e gestão, almejava o encontro entre o mundo da formação acadêmica e a prática profissional, tornando o controle social em saúde uma realidade.

A partir da Sistematização Coletiva da Experiência ficou perceptível a necessidade de maior divulgação dos meios de participação existentes, de forma a garantir que todos e todas exerçam seus direitos constitucionais quanto à participação. O PET Saúde GRADUA SUS trouxe como contribuição a promoção de encontros entre a população e os/as profissionais de saúde do território — e, conseqüentemente, aconteceu o nascimento de um grupo com perfil cuidador, trilhando uma trajetória de integração e união.

Por meio da Cartografia Social e da Sistematização da Experiência propostas pela Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará, conseguimos desnudar as práticas de cuidado permeando e fortalecendo todo o processo de implantação do Conselho Local de Saúde.

O Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência (2019) trouxe reflexões sobre o protagonismo dos atores e atrizes, sobre os hábitos característicos da zona rural nordestina que puderam ser resgatados, como as práticas populares de cuidado e a vivência das mezinheiras. As possibilidades para enfrentamento dos desafios tornaram-se mais fortalecidas com o cuidado, resultando em um instrumento propulsor de mudanças e contribuição para a promoção da saúde das pessoas e do território.

Assim, o grupo manteve-se obstinado em levar não somente as problemáticas para a gestão e para o Conselho Municipal de Saúde/CMS, levando também a proposta de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas, visto que a UBS possui, além do Jardim Medicinal, outras práticas, como Dança Circular, Auriculoterapia e Reiki. A busca de alternativas para a melhoria do serviço de saúde é visível em todo esse percurso.

A Sistematização dessa trajetória foi um grande aprendizado. É possível visualizar o empoderamento dos sujeitos e a dimensão do potencial que temos ao realizar práticas de cuidado em nosso cotidiano, que é uma forma de valorizar e reconhecer a participação popular.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. R. B; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, p. 925-934, 2002.

ARAÚJO, B. D. X. de. **Raízes da cura:** os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas Mezinheiras do Cariri cearense. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, 2016. [online] Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19314>. Acesso em: 05 mai. 2020.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BORNSTEIN, V. J. *et al.* **Formação em educação popular para trabalhadores da saúde**. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (**Lei Orgânica da Saúde**). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 set. 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: 2000, 454p.

BRASIL. **IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Demográfico**, 2010. [online] Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=23>. Acesso em: 01 de fev. de 2019.

BRASIL. **Resolução Nº 453, de 10 de maio de 2012**. Ministério da Saúde. [online]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0453_10_05_2012.html> Acesso em 01 de fev. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html Acesso em: 01 de fev. de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Brasília, DF: MS, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 01 de fev. de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

DA COSTA, N. O. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA geográfica**, p. 73-86, 2016.

DANTAS, V. L. de A. *et al.* **As práticas coletivas de cuidado e a promoção da saúde: olhares a partir da experiência do espaço ekobé. Anais I CONGREPICS**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. [online]. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/31729>. Acesso em: 09 set 2023.

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR E PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. **Relatório de Sistematização Coletiva da Experiência**. Eusébio: Fiocruz Ceará, 2019.

FÉLIX-SILVA, A. V. *et al.* A tenda do conto como prática integrativa de cuidado na atenção básica. **Natal: Edunp**, 2014.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências** / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. 128p. – Brasília: MMA, 2006.

LIMA, D. F. de; LIMA, L. A. O controle social no Sistema Único de Saúde: um olhar crítico à Resolução nº 453/2012. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 1168-1176, 2017.

MATOS, S. N. de L. Implantação do Conselho Local de Saúde em Ponta da Serra. 2019. (3s). [online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Kb6TaS2EMjY&t=77s>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MATOS, S. N. de L. et al. **Práticas de Cuidado no Processo de Organização de um Conselho Local de Saúde em Ponta da Serra Crato-Ceará**. 2020.

OLIVEIRA, M. W.; MORAES, J. V. Práticas populares de saúde e a saúde da mulher. **Revista de APS**, v. 13, n. 4, 2010.

PASCHE, D. F. Humanizar a formação para humanizar o SUS. **Ministério da Saúde. Caderno Humaniza SUS**, v. 1, p. 63-71, 2010.

SILVA, L. W. S. da *et al.* O cuidado na perspectiva de Leonardo Boff, uma personalidade a ser (re) descoberta na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, p. 471-475, 2005.

Autores(as) da Obra

ORGANIZADORAS:

Ana Cláudia de Araújo Teixeira

Pesquisadora em Saúde Pública/Fiocruz Ceará; Farmacêutica; Especialista em Formação Docente na Área de Vigilância da Saúde/ENSP/Fiocruz; Mestre em Saúde Pública/UFC; Doutora em Educação/UFC; Integrante da Rede Saúde, Saneamento, Água e Direitos Humanos (RESSADH). E-mail: ana.claudia@fiocruz.br

Vanderléia Laodete Pulga

Filósofa. Doutora e Mestre em Educação com ênfase na Educação em Saúde. Especialista em Preceptoría no SUS e em Docência na Saúde. Docente na graduação em Medicina e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFFS/Campus Passo Fundo/RS. Integrante da Coordenação da Região Sul da Rede Unida. Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e do GT Educação Popular e Saúde da Abrasco. E-mail: vanderleia.pulga@uffs.edu.br

AUTOR DO PREFÁCIO:

José Ivo dos Santos Pedrosa

Médico. Doutor em Saúde Coletiva. Mestre em Saúde Comunitária. Professor Titular em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Piauí (UFPI) desde 1981. Coordenou a Área de Educação Popular em Saúde no Ministério da Saúde, Brasil, de 2003 a 2010. Na UFPI atua como Professor de Programas de Pós-Graduação em Ciências e Saúde e Saúde da Família, desenvolvendo pesquisas no campo da promoção da equidade em saúde, mobilização, participação popular e Ensino na Saúde, utilizando metodologias qualitativas e participativas. Atualmente coordena o Curso de Graduação em Medicina no Campus Ministro Reis Velloso da UFPI, em Parnaíba, Piauí, Brasil. E-mail: jivopedrosa@gmail.com

AUTORES (AS):

Aline Samara Dantas Soares

Enfermeira; Docente da URCA; Mestra em Ciências-Saúde Coletiva/EPM-UNIFESP. Email: alineasds@gmail.com

Ana Cláudia de Araújo Teixeira

Pesquisadora em Saúde Pública/Fiocruz Ceará; Farmacêutica; Especialista em Formação Docente na Área de Vigilância da Saúde/ENSP/Fiocruz; Mestra em Saúde Pública/UFC; Doutora em Educação/UFC; Integrante da Rede Saúde, Saneamento, Água e Direitos Humanos (RESSADH). E-mail: ana.claudia@fiocruz.br

Antônia Fagna Pinto de Sousa

Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido-Fiocruz Ceará. Técnica em Agroecologia com ênfase em Organizações Sociais pela Escola Estadual do Campo Francisco Araújo Barros-FAB. E-mail: fagnasousa21@gmail.com

Antônia Iara Chagas Martins

Pedagoga, Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido. E-mail: iaracaninde141@gmail.com

Carla Carline Castelo do Nascimento Bezerra

Psicóloga; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/ Fiocruz Ceará; Entrevistadora Forense do TJCE em parceria com a PMF. E-mail: carline_castelo@hotmail.com

Diana Nara da Silva Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará; Professora Permanente do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino/MAIE; Militante do Movimento 21. E-mail: diana.nara@uece.br

Emanuelle Rocha dos Santos

Graduada em Ciências Biológicas; Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Membro do Núcleo TRAMAS/UFC - focando em questões ambientais e de saúde. E-mail: emanuellerocha57@gmail.com

Fernando Ferreira Carneiro

Pesquisador em Saúde Pública/Fiocruz Ceará; Biólogo/UFMG; Especialista em Vigilância em Saúde Ambiental/UFRJ; Mestre em Saúde Ambiental/INSP/México; Doutor em Epidemiologia/UFMG; Estágio de Pós-Doutorado em Sociologia/CES-Universidade de Coimbra; Coordenador do Participatório em Saúde e Ecologia de Saberes/Fiocruz Ceará. E-mail: fernando.carneiro@fiocruz.br

Francisca Klécia Bernardino da Silva

Licenciada em Ciências Biológicas/IFCE – campus Jaguaribe; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará; Mestre em Ciências Humanas/UFFS; Militante do Movimento dos Atingidos por Barragem. E-mail: kleciabernardino17@gmail.com

Francisco Carlos Falcão Junior

Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará; Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em História Brasileira/Universidade Federal do Ceará-UFC. E-mail: falcaojunior3@hotmail.com

Francisco Flavio Pereira Barbosa

Licenciatura em História/UFPB; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFFS. E-mail: francisco.barbosa3@prof.ce.gov.br

Iane Braga de Oliveira

Assistente Social; Especialista em Educação Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará; Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. E-mail: yannebraga1988@gmail.com

Iristhélia Carvalho Ferreira

Historiadora; Especialista em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais/Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz e em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará; Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. E-mail: castamar481@gmail.com

Isabelle Almeida Ribeiro

Graduada em Administração Pública e Gestão Social/UFCA. E-mail: isabelleribeiro@gmail.com

João Paulo Guerreiro de Almeida

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Militante do Movimento 21. E-mail: joapaulo.guerreiro@ifce.edu.br

João Rameres Regis

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará; Professora Colaboradora do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino/MAIE; Militante do Movimento 21. E-mail: joao.rameres@uece.br

Juliana Alves

Cacika Irê do Povo Jenipapo-Kanindé; Secretária Estadual da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará. Mestra em Antropologia; Vice-Coordenadora da AMICE/Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará; Cofundadora da ANMIGA/Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. E-mail: juliana.alves@povosindigenas.ce.gov.br

Jussara Pereira Bernardo

Graduada em Serviço Social/UECE; Especialista em Serviço Social, Seguridade Social e Previdência Social/Faculdade Ratio; Mestra em Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais/UFPE; Assistente Social do Centro de Referência e Apoio a Mulher/CERAM da Casa da Mulher Brasileira do Ceará/CMB-CE. E-mail: sara_ber1@hotmail.com

Leandro Araújo da Costa

Professor da Universidade Estadual do Estado do Ceará, Graduado em Medicina - ELAM/Cuba, especialista em Medicina de Família e Comunidade e Mestre em Saúde da Família - Fiocruz Ceará, membro da Rede Nacional de Medicas e Médicos Populares e Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E-mail: leoemcuba@gmail.com

Luana Florentino Correia

Formada em Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio do Ceará; Graduada em Licenciatura em Teatro pelo Instituto Federal do Ceará/IFCE; Atriz DRT 002003/CE; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz Ceará; Graduada em Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará/CREAECE. E-mail: luanaflorentinoc@hotmail.com

Lucilene Lemos Cavalcante

Graduada História/UVA; Licenciatura Plena em Pedagogia/UFC; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará. E-mail: cilennelemos@gmail.com

Luizete Vicente da Silva

Jornalista; Doutora e Mestre em Comunicação; Assessora de Comunicação do Sobrado Dr. José Lourenço. E-mail: luizetevicentesilva@gmail.com

Margarida de Souza Oliveira

Assistente Social; Mestre em Políticas Públicas de Saúde/Fiocruz Brasília; Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST. E-mail: margaoliveira2008@gmail.com

Maria Dalvanir e Silva Duarte

Tecnóloga de Nível Superior em Recursos Hídricos-Saneamento Ambiental/CENTEC; Coordenadora de Campo no Projeto São José III/CETRA-CE; Especialista em Gestão Ambiental/UNIVERSO); Especialista em Educação Popular Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará e em Tecnologias para a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono/UNIVASF. E-mail: dalvanir@cetra.org.br

Maria de Lourdes Vicente da Silva

Doutora em Educação Brasileira/UFC; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFCE – Campus Crateús. E-mail: silva.lourdes@ifce.edu.br

Maria Ivanilde Fidelis Damasceno Rabêlo

Tecnóloga em Saneamento Ambiental/IFCE/Limoeiro do Norte; Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social/UFC; Mestre em Educação e Ensino/MAIE-UECE. E-mail: ivanildefidellis@gmail.com

Mayana de Azevedo Dantas

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará/UECE; Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará/PPSAC-UECE; Membro do Grupo de Pesquisa Fluxos, Redes e Cuidado/GPFRIDA-UECE. E-mail: anayamayana@gmail.com

Mayara Pessoa Viana da Silva

Graduada em Psicologia/Centro Universitário Estácio do Ceará; Mestra em Políticas Públicas em Saúde/Fiocruz Brasília; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Seminário/Fiocruz Ceará; Vice-Coordenadora da União Brasileira de Mulheres no Estado do Ceará/UBM/CE. E-mail: mayaraviana.psi@gmail.com

Raimunda Nonata Sousa da Rocha

Pedagoga com Habilitação em História; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido e Mestranda em Educação/Fiocruz Ceará. E-mail: nonattasousa.05@gmail.com

Raquel da Silva Alves

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB; Mestranda em Antropologia pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia/UFC-UNILAB; Atua como Assistente Social no Distrito Sanitário Especial Indígena/DSEI-CE – E-mail: raqueljenipapo@gmail.com

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará/UECE na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/FAFIDAM; Assistente Social/UECE; Especialista em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos/UFC; Mestra e Doutora em Educação/UFC; Estágio de Pós-Doutorado em Educação/École des Hautes Études en Sciences Sociales-EHESS/Paris. E-mail: sandra.gadelha@uece.br

Sandra Nyedja de Lacerda Matos

Enfermeira da Estratégia Saúde da Família/SMS Crato-CE; Mestra em Saúde Pública/Fiocruz Pernambuco; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará. E-mail: sandranyedja46@gmail.com

Sara de Oliveira Ortins

Graduada em Nutrição pela Universidade Estadual do Ceará/UECE; Especialista em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido/Fiocruz Ceará. E-mail: sara.ortins@yahoo.com.br

Tiago Pereira da Silva

Graduação em Comunicação Social Jornalismo da Terra pela Universidade Federal do Ceará; Especialização em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com Semiárido pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz Ceará; Militante da OPA. E-mail: tiagosterralive@gmail.com

Vera Lúcia de Azevedo Dantas

Médica; Educadora Popular; Mestra em Saúde Pública/UECE; Doutora em Educação/UFC; Participante da ANEPS e do GT de Educação Popular/ABRASCO. E-mail: dantas.verinha@gmail.com

Índice Remissivo



Acampamento Zé Maria do Tomé: 83, 97, 255, 256, 260, 262, 263, 268, 269, 270, 271, 274, 276, 329.

Agroecologia: 15, 21, 30, 33, 40, 42, 77, 95, 142, 145, 146, 163, 185, 186, 188, 189, 322, 323, 329.

Água: 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 81, 82, 100, 101, 102, 104, 105, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 136, 137, 141, 142, 145, 159, 173, 174, 185, 188, 189, 193, 195, 213, 222, 223, 230, 245, 249, 250, 262, 266, 268, 321, 322, 329.

Assentamentos Rurais: 106, 129, 329.

Comunidade: 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 70, 75, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 129, 131, 132, 134, 137, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 193, 201, 208, 209, 210, 212, 215, 221, 222, 223, 227, 229, 230, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 270, 271, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 325, 329.

Coletividade: 16, 66, 67, 69, 72, 198, 201, 207, 229, 230, 240, 283, 295, 329.

Conselho Local de Saúde: 18, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 314, 317, 320, 329.

Convivência com o semiárido: 15, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 32, 37, 39, 40, 43, 45, 47, 48, 55, 60, 61, 62, 63, 69, 71, 75, 99, 130, 134, 137, 149, 152, 162, 170, 190, 208, 217, 227, 232, 253, 270, 298, 303, 306, 317, 319, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329.

Educação Contextualizada: 150, 159, 160, 161, 163, 330.

Educação do Campo: 16, 17, 45, 49, 52, 55, 57, 60, 61, 62, 77, 146, 147, 148, 161, 163, 165, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 188, 189, 262, 264, 273, 322, 330.

Educação em Saúde: 302, 321, 330.

Educação Popular: 15, 16, 17, 23, 26, 27, 43, 46, 47, 48, 51, 60, 62, 69, 70, 75, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 123, 124, 129, 130, 134, 149, 150, 154, 161, 167, 168, 169, 174, 177, 178, 187, 188, 190, 191, 197, 208, 217, 223, 224, 225, 227, 229, 232, 253, 270, 298, 303, 304, 306, 307, 310, 315, 317, 318, 319, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 330.

Educação Ambiental: 17, 190, 192, 193, 194, 198, 199, 201, 202, 203, 330.

Formação: 17, 22, 25, 31, 39, 42, 43, 48, 66, 69, 70, 75, 77, 79, 85, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 110, 111, 119, 130, 144, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 187, 188, 189, 192, 202, 209, 211, 216, 218, 222, 225, 226, 227, 229, 230, 235, 241, 243, 247, 254, 255, 260, 261, 262, 263, 265, 275, 301, 302, 303, 307, 308, 316, 318, 320, 321, 322, 330.

Gênero: 31, 32, 42, 101, 102, 107, 108, 113, 120, 121, 123, 131, 132, 134, 175, 179, 207, 209, 216, 217, 218, 219, 227, 228, 237, 238, 239, 240, 242, 246, 251, 254, 257, 258, 260, 265, 266, 275, 330.

Jenipapo Kanindé: 17, 211, 222, 330.

Juventude: 16, 17, 18, 164, 165, 170, 179, 181, 184, 187, 191, 223, 230, 257, 277, 278, 279, 280, 283, 289, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 330.

Lixo: 49, 192, 193, 195, 196, 197, 200, 204, 223, 245, 305, 330.

Luta: 9, 15, 16, 17, 18, 32, 44, 45, 52, 53, 55, 56, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 92, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 147, 159, 161, 162, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 188, 189, 190, 191, 192, 199, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 301, 307, 308, 312, 316, 330.

Lutas Sociais: 129, 179, 181, 331.

Movimentos Sociais do Campo: 93, 96, 173, 174, 331.

Mulheres: 9, 16, 17, 22, 31, 32, 39, 45, 67, 68, 78, 89, 93, 95, 97, 99, 101, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 134, 140, 141, 183, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 282, 289, 310, 325, 327, 331.

Mulheres Atingidas por Barragens: 16, 99, 101, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 121, 331.

Mulheres indígenas: 17, 208, 209, 215, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 237, 238, 242, 243, 248, 252, 253, 254, 325, 331.

Obras Hídricas: 16, 54, 99, 101, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 331.

Organicidade: 16, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 82, 83, 88, 147, 178, 180, 264, 331.

Organização: 15, 16, 17, 18, 28, 69, 71, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 121, 129, 137, 140, 143, 149, 151, 162, 166, 168, 175, 176, 178, 181, 191, 194, 200, 201, 207, 208, 212, 219, 220, 222, 223, 243, 245, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 301, 302, 304, 307, 312, 318, 320, 331.

Participação: 18, 277, 282, 283, 287, 288, 289, 293, 296, 299 331.

Plano de Estudos: 155, 178, 331.

PNAE: 16, 127, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 331.

Política Pública: 16, 131, 136, 144, 332.

Políticas públicas: 17, 22, 28, 37, 38, 39, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 115, 117, 119, 128, 129, 130, 136, 144, 147, 173, 174, 176, 188, 189, 192, 207, 208, 211, 212, 219, 220, 223, 224, 225, 228, 238, 326, 327, 332.

Povo Jenipapo Kanindê: 17, 332.

Práticas educativas: 16, 81, 82, 84, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 274, 332.

Práticas de Cuidado: 303, 307, 308, 312, 317, 320, 332.

Protagonismo: 16, 17, 18, 40, 56, 62, 63, 111, 149, 151, 152, 168, 169, 174, 207, 211, 212, 223, 224, 225, 229, 230, 232, 237, 266, 267, 277, 289, 310, 317, 332.

Protagonismo Juvenil: 16, 149, 151, 152, 168, 169, 332.

Reciclagem: 17, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 332.

Reforma Agrária: 44, 52, 68, 79, 82, 84, 96, 128, 129, 131, 135, 145, 146, 147, 148, 174, 176, 177, 178, 184, 189, 255, 257, 259, 332.

Sistematização de Experiências: 17, 26, 46, 63, 70, 130, 154, 158, 160, 190, 192, 193, 204, 209, 232, 251, 332.

Tecnologias sociais: 15, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 162, 164, 332.

Terra: 9, 10, 16, 17, 21, 22, 24, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 52, 65, 66, 67, 69, 74, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 115, 118, 121, 127, 128, 129, 130, 135, 136, 141, 142, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 181, 183, 189, 196, 202, 208, 211, 212, 213, 224, 226, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 239, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 288, 298, 318, 324, 325, 326, 328, 332.

Tratamento biológico: 15, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 57, 60, 61, 332.

Violações de Direitos: 16, 99, 100, 101, 107, 113, 120, 122, 332.

ISBN 978-65-5462-132-8



9 786554 621328 >



e-livre

SUSTENTABILIDADE
editora redeunida

www.redeunida.org.br

Faça sua doação e colabore



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

